UM ESBOÇO DA

HISTÓRIA AMERICANA

Departamento de Estado dos Estados Unidos
Escritório de Assuntos Públicos
2012

UM ESBOÇO DA

HISTÓRIA AMERICANA

CONTEÚDO

CAPÍTULO 1 Período Inicial da América 5
CAPÍTULO 2 Período Colonial 25
CAPÍTULO 3 O Caminho para a Independência 55
CAPÍTULO 4 A Formação de um Governo Nacional 73
CAPÍTULO 5 A Expansão para Oeste e Diferenças Regionais 119
CAPÍTULO 6 Conflito Seccional 139
CAPÍTULO 7 A Guerra Civil e a Reconstrução 153
CAPÍTULO 8 Crescimento e Transformação 169
CAPÍTULO 9 Descontentamento e Reforma 207
CAPÍTULO 10 Guerra, Prosperidade e Depressão 225
CAPÍTULO 11 O "New Deal" e a Segunda Guerra Mundial 237
CAPÍTULO 12 A América do Pós-Guerra 283
CAPÍTULO 13 Décadas de Mudança: 1960-1980 303
CAPÍTULO 14 O Novo Conservadorismo e uma Nova Ordem Mundial 335
CAPÍTULO 15 Ponte para o Século XXI 353
CAPÍTULO 16 As Políticas de Esperança 375

PERFIS DAS IMAGENS

Tornando-se uma Nação 42
Transformando uma Nação 97
Monumentos e Memoriais 175
Agitação e Mudança 255
País do Século XXI 323

Bibliografia 381
Índice 384

CAPÍTULO

1

PERÍODO INICIAL DA AMÉRICA

Povoação em Mesa Verde, Colorado, século XIII.

> "Os céus e a Terra nunca acordaram melhor sobre um local para habitação humana".
>
> Fundador de Jamestown, John Smith, 1607 Beríngia

OS PRIMEIROS AMERICANOS

No auge da era glacial, entre 34.000 e 30.000 a.C., boa parte da água do mundo estava contida em vastos glaciares continentais. Por isso, o Mar de Bering estava centenas de metros abaixo do seu nível atual e uma ponte terrestre, conhecida como Beringia, surgiu entre a Ásia e a América do Norte. No seu apogeu, imagina-se que tenha tido cerca de 1500 quilómetros de largura. Uma tundra húmida e sem árvores, era coberta com capim e vida vegetal que atraía os grandes animais caçados pelos primeiros humanos para sua sobrevivência.

As primeiras pessoas a alcançarem a América do Norte com certeza o fizeram sem dar-se conta que entravam num novo continente. Estariam apenas seguindo a caça, como seus ancestrais tinham feito por milhares de anos, pela costa siberiana e depois através da ponte terrestre.

Uma vez no Alasca, esses primeiros norte-americanos levariam ainda milhares de anos para atravessar as brechas nas grandes geleiras, e vir para o Sul, chegando ao que é hoje os Estados Unidos. Indícios de vida primitiva na América do Norte continuam sendo encontrados. Mas são poucas as evidências que podem ser associadas de modo seguro ao período anterior a 12.000 a.C.: um posto de observação usado por caçadores, recém-descoberto no norte do Alasca, por exemplo, pode datar desse período. O mesmo pode ser dito das pontas de lança preparadas com grande destreza e objetos encontrados perto de Clovis, no Novo México.

Artefactos semelhantes foram encontrados em sítios espalhados

pela América do Norte e do Sul, indicando que a vida humana provavelmente já havia estabelecido-se em boa parte do hemisfério ocidental antes de 10.000 a.C.

Por essa época, o mamute começou a desaparecer e o bisão o substituiu como principal fonte de alimento e couro para os primeiros norte-americanos. Com o tempo e o desaparecimento de mais e mais espécies dos animais grandes – devido à caça predatória ou a causas naturais – as plantas, frutas e sementes tornaram-se progressivamente mais importantes na dieta dos primeiros norte-americanos. Estes foram aos poucos procurando comida e desenvolvendo as primeiras experiências com uma agricultura primitiva. Os índios foram os pioneiros onde é hoje o México central, cultivando milho, abóbora e feijão, talvez já em 8.000 a.C. Aos poucos esse conhecimento foi espalhando-se para o norte.

Por volta de 3.000 a.C., já estava sendo cultivada nos vales dos rios no Novo México e no Arizona uma espécie primitiva de milho. Depois surgiram os primeiros sinais de irrigação e, por volta de 300 a.C., indícios de vida em aldeia.

Nos primeiros séculos da era cristã, os Hohokam viviam em povoações próximas à atual cidade de Phoenix, Arizona. Lá construíram quadras para jogos de bola e elevações semelhantes a pirâmides, parecidas com as encontradas no México; além de um sistema de canais e de irrigação.

POVOS CONSTRUTORES DE OUTEIROS E ALDEIAS

Os primeiros indígenas a construírem outeiros onde hoje são os Estados Unidos são frequentemente chamados de Adenans. Eles começaram a construir túmulos e fortificações de barro por volta do ano 600 a.C. Alguns outeiros desse período têm a forma de pássaros ou serpentes e provavelmente cumpriam uma função religiosa que ainda não é totalmente compreendida.

Os Adenans parecem ter sido absorvidos ou desalojados por vários grupos conhecidos colectivamente como Hopewellians. Um dos principais centros da sua cultura foi encontrado no Sul do Estado de Ohio, onde até hoje os restos de vários milhares desses outeiros permanecem. Acredita-se que os Hopewellians foram grandes comerciantes e que usavam e trocavam ferramentas e materiais num raio de centenas de quilómetros.

Por volta de 500 d.C., os Hopewellians também desapareceram, dando lugar, aos poucos, a um vasto grupo de tribos geralmente conhecido como Mississipianos ou Cultura do Outeiro do Templo. Acredita-se que uma das suas cidades, Cahokia, a leste da atual St. Louis, no Missouri, tenha tido uma população de cerca de 20.000 habitantes no seu apogeu, no início do século XII. No centro da cidade havia um imenso outeiro de terra, achatado em cima, com 30 metros de altura e 37 hectares de largura na

sua base. Cerca de oitenta outeiros foram encontrados nos arredores.

Cidades como Cahokia dependiam de uma combinação de caça, procura de alimentos, comércio e agricultura para a alimentação e mantimentos. Influenciadas pelas culturas florescentes mais ao Sul, essas cidades evoluíram e tornaram-se sociedades hierarquicamente complexas, onde praticava-se a escravatura e o sacrifício humano.

Onde hoje é o sudoeste dos Estados Unidos, os Anasazi, ancestrais dos atuais índios Hopi, começaram, em torno do ano 900, a construir aldeias de pedra e de adobe, conhecidas como "pueblos". Essas estruturas impressionantes e únicas, semelhantes a apartamentos, eram frequentemente construídas na face interna de grandes paredões de rocha; a mais conhecida, o "palácio do penedo" em Mesa Verde, Colorado, continha mais de 200 aposentos. Outro sítio, as ruínas de Pueblo Bonito, na beira do Rio Chaco, no Novo México, tinha originalmente mais de 800 cómodos.

Os índios pré-colombianos mais prósperos provavelmente foram os que viveram no noroeste Pacífico, onde a abundância natural de peixe e de matéria prima permitiu uma fartura de alimentos e o surgimento das primeiras aldeias permanentes já no ano 1000 a.C. A opulência das suas cerimónias potlatch permanece um marco de extravagância e de espírito festivo provavelmente único no período inicial da história norte- americana.

AS CULTURAS DOS AMERICANOS NATIVOS

A América que acolheu os primeiros europeus estava, portanto, longe de ser uma imensidão vazia. Acredita-se hoje que naquela época o número de habitantes no hemisfério ocidental era equivalente ao número de habitantes na Europa ocidental – cerca de 40 milhões. As estimativas do número de americanos nativos que viviam na área hoje ocupada pelos Estados Unidos no início do período de colonização europeia variam entre 2 e 18 milhões, sendo que a maioria dos historiadores opta pelo total mais baixo. O que é certo é o impacto devastador na população indígena das doenças trazidas pelos europeus, quase que imediatamente após o primeiro contacto. A varíola, sobretudo, dizimou comunidades inteiras e parece ter sido uma causa muito mais direta da queda vertiginosa na população indígena no século XVII que as inúmeras guerras e confrontos com colonos europeus.

A cultura e os costumes indígenas da época eram muito diversificados, como seria de se esperar dada a imensidão do território e a diversidade de meios aos quais os indígenas tiveram de adaptar-se. É possível, contudo, fazer algumas generalizações. A maior parte das tribos, sobretudo no Meio-Oeste e na região florestada do Leste, sobrevivia graças a uma combinação de caça, colheita de frutas e cultivo de

milho e outros produtos. Em muitos casos, as mulheres eram responsáveis pela agricultura e pela distribuição dos alimentos, enquanto os homens caçavam e guerreavam.

Ao que tudo indica, a sociedade indígena na América do Norte estava fortemente ligada à terra. A identificação com a natureza e com os elementos fazia parte das crenças religiosas. A vida dos índios era essencialmente comunitária e voltada para o clã. As crianças desfrutavam de mais liberdade e tolerância que na sociedade europeia da época.

Embora algumas tribos norte-americanas tenham desenvolvido uma espécie de hieróglifo para preservar certos textos, a cultura indígena era primordialmente oral, em que uma importância muito grande era atribuída à narração de contos e sonhos. Não resta dúvida de que havia considerável comércio entre os vários grupos e há fortes indícios de que tribos vizinhas mantinham entre si relações amplas e formais – tanto de amizade e como de hostilidade.

OS PRIMEIROS EUROPEUS

Os primeiros europeus a chegar à América do Norte – pelo menos os primeiros do qual existe evidência sólida foram os nórdicos, vindos da Groenlândia, onde Eric, o Vermelho, fundara uma colónia por volta do ano 985. Acredita-se que no ano 1001 seu filho Leif tenha explorado o litoral nordeste do que é hoje o Canadá e lá tenha passado pelo menos um inverno.

As sagas nórdicas sugerem que os Vikings exploraram o litoral Atlântico da América do Norte e chegaram até as Bahamas, ao Sul, mas essas alegações permanecem ainda sem provas. Em 1963, contudo, foram encontradas algumas ruínas de casas nórdicas daquela época, em L'Anseaux-Meadows, no norte de Terra Nova (*Newfoundland*), o que vem corroborar pelo menos algumas das reivindicações feitas pelas sagas nórdicas.

Em 1497, apenas cinco anos depois de Cristóvão Colombo ter aportado nas Caraíbas à procura de uma rota ocidental para a Ásia, um navegador veneziano, chamado John Cabot, chegou à Terra Nova no desempenho de uma missão ordenada pelo rei britânico. Embora essa expedição tenha sido esquecida pouco depois, ela mais tarde constituiria a fundamentação para as pretensões britânicas na América do Norte, também abrindo caminho para as ricas águas piscosas perto de George's Banks, que passaram a ser regularmente visitadas por pescadores europeus, particularmente os portugueses.

Colombo, naturalmente, nunca conheceu a parte continental dos Estados Unidos, mas as primeiras viagens exploratórias feitas a esse território partiram das possessões espanholas que ele ajudou a fundar. A primeira dessas viagens ocorreu em 1513, quando um grupo de homens liderado por Juan Ponce

de León aportou na costa da Flórida, perto da atual cidade de St. Augustine.

Com a conquista do México em 1522, os espanhóis consolidaram ainda mais sua posição no hemisfério ocidental. As descobertas subsequentes ampliaram os conhecimentos que os europeus tinham sobre o território agora chamado de América, em honra ao italiano Amerigo Vespucci, autor de um relato muito popular das suas viagens a um "Novo Mundo". Em 1529, já existiam mapas de confiança da costa atlântica, desde Labrador até a Terra do Fogo. No entanto, mais de um século se passaria antes de ser abandonada definitivamente a esperança de descobrir uma "Passagem do Noroeste" para a Ásia.

Entre as viagens exploratórias mais significativas feitas pelos primeiros espanhóis está a de Hernando De Soto, conquistador experiente que havia acompanhado Francisco Pizzaro durante a conquista do Peru. A expedição de De Soto saiu de Havana em 1539, aportou na Flórida e atravessou o sudeste dos Estados Unidos até o Rio Mississippi, em busca de riquezas.

Outro espanhol, Francisco Coronado, partiu do México em 1540 em busca das míticas Sete Cidades de Cibola. As viagens de Coronado o levaram ao Grand Canyon e a Kansas, mas ele não encontrou o ouro ou as riquezas que seus homens buscavam.

A comitiva de Coronado teve, no entanto, o mérito de deixar para os povos da região um legado importante, ainda que não intencional: fugiram da sua comitiva cavalos em número suficiente para transformar a vida nas Grandes Planícies. Dentro de poucas gerações, os índios das planícies transformariam-se em exímios cavaleiros e puderam assim ampliar em muito o alcance das suas atividades.

Enquanto os espanhóis vinham subindo do Sul, a parte norte do que é hoje os Estados Unidos estava sendo aos poucos revelada pelas expedições de homens como Giovanni da Verrazano. Verrazano, florentino que navegava a serviço dos franceses, avistou a Carolina do Norte em 1524 e depois seguiu para o norte, ao longo da costa atlântica, passando pelo atual porto de Nova Iorque.

Uma década mais tarde, o francês Jacques Cartier içou as velas com a esperança – como outros europeus antes dele – de encontrar uma passagem marítima para a Ásia. As expedições de Cartier ao longo do Rio São Lourenço constituíram depois o fundamento para as pretensões dos franceses na América do Norte. Essas pretensões perdurariam até 1763.

Após o colapso da sua primeira colónia em Quebec por volta de 1540, os huguenotes franceses procuraram, duas décadas depois, estabelecer-se no litoral norte da Flórida. Os espanhóis, que viam os franceses como uma ameaça às suas rotas comerciais ao longo das correntes do Golfo, destruíram a colónia em 1565. Ironicamente, o líder das forças espanholas, Pedro Menendez, iria depois fundar uma vila perto dali – St. Augustine, a primeira colónia permanente dos europeus naquilo que viria a ser os Estados Unidos.

A grande riqueza trazida pela Espanha das suas colónias no México, Caraíbas e Peru despertou forte interesse nas outras potências europeias. Com o passar dos anos, nações marítimas emergentes como a Inglaterra passaram a interessar-se pelo Novo Mundo, estimuladas em parte pelos ataques bem-sucedidos de Francis Drake a embarcações espanholas abarrotadas de tesouros.

Em 1578, Humphrey Gilbert, autor de um tratado sobre a procura de uma Passagem do Noroeste, recebeu da Rainha Elizabete uma patente para colonizar as "terras pagãs e bárbaras" no Novo Mundo que ainda não tivessem sido reivindicadas por outras potências europeias. Ele levaria cinco anos até poder iniciar sua empreitada. Quando morreu no mar, seu meio irmão, Walter Raleigh, assumiu a missão.

Em 1585 Raleigh fundou a primeira colónia britânica na América do Norte, na Ilha de Roanoke, na costa da Carolina do Norte. A colónia foi subsequentemente abandonada e uma segunda tentativa de levá-la adiante, dois anos depois, também fracassou. Os britânicos esperariam vinte anos antes de tentar de novo. Desta vez – em Jamestown, em 1607 – a colónia prosperaria, e a América do Norte iniciaria uma nova era.

AS PRIMEIRAS COLÓNIAS

O início do século XVII viu o começo de uma enorme maré de emigração da Europa para a América do Norte. Esse movimento, que abrangeu mais de três séculos, cresceu de um modesto gotejar de algumas centenas de ingleses para uma enchente de milhões de recém-chegados. Levados por motivações poderosas e diversas, eles construíram uma nova civilização no norte do continente.

Os primeiros imigrantes ingleses nos Estados Unidos atravessaram o Atlântico muito depois do estabelecimento de colónias espanholas prósperas no México, Índias Ocidentais e América do Sul. Como todos os que vieram cedo para o Novo Mundo, estes viajaram em navios pequenos e superlotados. Durante as viagens de 6 a 12 semanas, sobreviviam à base de rações paupérrimas. Muitos morriam de doença, os navios eram frequentemente açoitados por tempestades e alguns perdiam-se no mar.

A maioria dos emigrantes europeus deixou seu país natal para fugir da opressão política, buscar a liberdade de praticar sua religião, ou encontrar aventuras e oportunidades que não teriam no seu próprio país. Entre 1620 e 1635, a Inglaterra foi varrida por dificuldades económicas. Muitos não conseguiam encontrar trabalho. Até artesãos qualificados ganhavam pouco mais do que o necessário para a subsistência. Essas dificuldades foram ainda agravadas por colheitas decepcionantes. Além

disso, a Revolução Industrial criara uma indústria têxtil muito promissora que exigia volumes cada vez maiores de lã para manter os teares em funcionamento. Então os senhores de terra cercaram suas propriedades, expulsaram os camponeses e passaram a criar ovelhas. A expansão colonial tornou-se uma válvula de escape para esses camponeses que não tinham para onde ir.

A primeira vista dos colonizadores da terra nova eram as densas florestas. Talvez não tivessem sobrevivido não fosse a ajuda de índios amistosos que lhes ensinaram o cultivo de plantas nativas – diversos tipos de abóbora, favas e milho. Além disso, os quase 2.100 quilómetros de vastas florestas virgens ao longo do litoral leste revelaram se uma rica fonte de lenha e de caça. Também forneciam uma abundância de matérias primas usadas na construção de casas, móveis, navios e produtos para exportação.

Embora o novo continente fosse ricamente abençoado pela natureza, o comércio com a Europa era vital para os produtos que não podiam ser fabricados pelos próprios colonos. Estes fizeram bom uso de todo o litoral, pródigo em portos e enseadas. Apenas duas áreas – Carolina do Norte e o Sul da Nova Jersey – careciam de portos que comportassem navios transoceânicos.

Rios majestosos – o Kennebec, Hudson, Delaware, Susquehanna, Potomac e muitos outros – serviam para ligar as terras entre o litoral e as Montanhas Apalaches com o mar. Apenas um rio, no entanto, o São Lourenço – dominado pelos franceses no Canadá –, constituía uma hidrovia que dava acesso aos Grandes Lagos e ao coração do continente. Florestas densas, a resistência de algumas tribos índias e a barreira das Montanhas Apalaches desestimularam os colonos a se aventurarem além da planície litorânea. Apenas caçadores de peles e mercadores se aventuravam no desconhecido. Durante os primeiros cem anos, os colonos edificaram suas povoações de forma compacta ao longo do litoral.

Muitas pessoas foram impelidas a migrar para os Estados Unidos por razões políticas. Na década de 1630, o reinado autocrático de Carlos I da Inglaterra estimulou a migração para o Novo Mundo. A revolta que se seguiu e a vitória dos opositores de Carlos, liderados por Oliver Cromwell, na década de 1640, levou muitos cavalheiros – "homens do rei" – a tentarem a sorte na Virgínia. Nas regiões europeias de fala germânica, as políticas opressoras de vários príncipes locais – sobretudo em relação à religião –, e à devastação trazida por uma longa série de guerras, ajudaram a engrossar ainda mais o fluxo em direção à América no final do século XVII e no século XVIII.

A vinda dos colonos no século XVII exigia um planeamento e uma administração cuidadosa, e implicava também considerável despesa e risco. Os colonos tinham de ser transportados quase 5.000 quilómetros pelo mar. Precisavam de utensílios, roupas, sementes, ferramentas, materiais de construção, pecuária, armas e munição. Diferentemente das políticas de colonização implementadas em outros países e em outros períodos, a emigração da Inglaterra não foi patrocinada diretamente pelo governo, e sim por grupos privados cuja motivação principal era o lucro.

JAMESTOWN

A primeira colónia britânica a vingar na América do Norte foi a de Jamestown. Com base numa carta concedida pelo Rei James II I à Companhia da Virgínia (ou Londres), um grupo de cerca de 100 homens saiu em 1607 rumo à Baía de Chesapeake. Para evitar conflitos com os espanhóis, escolheu um local no Rio James que distava aproximadamente 60 quilómetros da baía.

Em 1609, Smith voltou para a Inglaterra e, na sua ausência, a colónia caiu na anarquia. Durante o inverno de 1609-10, a maioria dos colonos morreu de doença. Em maio de 1610, apenas 60 dos 300 que chegaram estavam ainda vivos. Naquele mesmo ano, foi criada a vila de Enriço (a atual Richmond), um pouco mais acima no curso do Rio James.

Pouco depois, contudo, a economia da Virgínia sofreu uma verdadeira revolução. Em 1612 John Rolfe começou a fazer cruzamentos com sementes de tabaco importado das Índias Ocidentais e sementes de plantas nativas e conseguiu uma variedade de fumo agradável ao paladar europeu. O primeiro carregamento desse tabaco chegou a Londres em 1614. Em uma década, tornaria-se a principal fonte de receita da Virgínia.

Mas a prosperidade não veio rápido e a taxa de mortalidade permaneceu extraordinariamente alta em razão das doenças e dos ataques indígenas. Entre 1607 e 1624, cerca de 14.000 pessoas imigraram para a colónia mas, em 1624, só havia lá 1.132 pessoas. Seguindo a recomendação de uma comissão da coroa, o rei dissolveu a Companhia da Virgínia e fez da vila uma colónia real.

MASSACHUSETTS

Durante o período de turbulência religiosa do século XVI, um grupo de homens e mulheres, denominados Puritanos, tentou atuar dentro da Igreja Estabelecida da Inglaterra para promover sua reforma. Exigiam, em essência, que os rituais e as estruturas associadas ao catolicismo romano fossem substituídos por formas mais simples de fé e adoração, conforme a linha protestante. Essas ideias reformistas, ao destruírem a unidade da igreja estatal, ameaçavam dividir o povo e minar a autoridade do monarca.

Em 1607, um pequeno grupo de Separatistas – seita radical de Puritanos que não acreditava que a igreja estabelecida fosse passível de reforma – partiu rumo a Leyden, na

Holanda, onde os holandeses lhes concederam asilo. Mas os holandeses calvinistas praticamente só lhes ofereciam empregos mais subalternos, de baixa remuneração. Alguns membros da congregação, insatisfeitos com essa discriminação, resolveram emigrar para o Novo Mundo.

Em 1620, um grupo de Puritanos de Leyden, constituído de 101 homens, mulheres e crianças, tendo em mãos uma patente de terra da Companhia da Virgínia, viajou para a Virgínia a bordo do Mayflower. Uma tempestade os desviou para o norte e eles aportaram em Cape Cod, na Nova Inglaterra. Acreditando-se fora da jurisdição de qualquer governo organizado, os homens aprovaram um acordo formal que estabelecia que todos obedeceriam às "leis justas e imparciais" a serem redigidas por líderes escolhidos por eles mesmo. Este foi o Pacto do Mayflower.

Em dezembro, o Mayflower chegou ao porto de Plymouth: os peregrinos começaram a construir seu acampamento em pleno inverno. Quase metade dos colonos morreu de frio e de doença, mas os índios Wampanoag que viviam por ali deram-lhes uma informação que asseguraria a sobrevivência: como cultivar o milho. Já no Outono seguinte, os peregrinos ostentavam uma colheita abundante de milho e um comércio crescente baseado em peles e madeira.

Em 1630, chegou uma nova leva de imigrantes na Baía de Massachusetts, trazendo consigo uma carta régia do rei Carlos I para fundar uma colónia. Muitos eram puritanos cujas práticas religiosas estavam sendo progressivamente proibidas na Inglaterra. O líder ao grupo, John Winthrop, dizia abertamente que queria criar uma "cidade no monte" no Novo Mundo. Com isso ele queria dizer um lugar onde puritanos pudessem viver rigorosamente conforme seus preceitos religiosos.

A Colónia da Baía de Massachusetts viria a ter um papel muito significativo no desenvolvimento de toda a região da Nova Inglaterra. Essa importância deveu-se em parte ao fato de que Winthrop e seus colegas puritanos conseguiram trazer consigo a carta real. A existência da concessão significava que a autoridade que emanava do governo colonial residia em Massachusetts, e não na Inglaterra.

De acordo com os dispositivos dessa carta, o poder residia na Corte Geral, constituída de "homens livres" que fossem membros da igreja puritana. Ficava assim garantido o domínio não só religioso como também político dos puritanos na colónia. Era a Corte Geral que elegia o governador. Durante quase toda a geração seguinte, o governador seria John Winthrop.

A rígida ortodoxia dos puritanos não agradava a todos. Um dos primeiros a desafiar abertamente a Corte Geral foi um jovem clérigo chamado Roger Williams, que se opunha à confiscação das terras dos índios pela colónia e defendeu a separação da igreja do Estado. Uma

outra dissidente, Anne Hutchinson, desafiou as principais doutrinas da ideologia puritana. Tanto eles como os seus seguidores foram banidos.

Williams adquiriu terras dos índios Narragansett em 1636, no que é hoje Providence, estado de Rhode Island. Em 1644 um parlamento inglês compreensivo, controlado pelos puritanos, concedeu-lhe a carta que estabelecia Rhode Island como uma colónia distinta onde se praticava a separação completa da igreja do estado bem como a liberdade religiosa.

Não foram só as pessoas tachadas de hereges, como Williams, que saíram de Massachusetts. Puritanos ortodoxos, em busca de terras e oportunidades melhores, logo começaram também a deixar a Colónia da Baía de Massachusetts. As notícias sobre a fertilidade do vale do Rio Connecticut atraíram a atenção de agricultores que labutavam com terras inférteis. No início da década de 1630, muitos estavam dispostos a correr o risco de ataques indígenas para alcançar terras planas e férteis. Essas novas comunidades frequentemente não exigiam que alguém fosse membro da igreja para poder votar, o que fez aumentar cada vez mais o número de homens com direito a voto.

Nesse mesmo período, começaram a surgir outras colónias ao longo do litoral de New Hampshire e Maine, pois um número crescente de imigrantes buscava a terra e a liberdade que o Novo Mundo parecia oferecer.

NOVA HOLANDA E MARYLAND

Contratado pela Companhia Holandesa das Índias Orientais, Henry Hudson explorou, em 1609, a área em volta da atual cidade de Nova Iorque e o rio que hoje leva seu nome, chegando provavelmente a um ponto a norte de Albany. Outras explorações feitas por holandeses serviram de base para suas pretensões territoriais e para as primeiras colónias na área.

Como no caso dos franceses mais ao norte, o principal interesse dos holandeses era o comércio de peles. Para tanto, cultivaram um bom relacionamento com as Cinco Nações dos Iroqueses, que detinham a chave para o território de onde vinham as peles. Em 1617 os holandeses construíram uma fortificação no encontro dos rios Hudson e Mohawk, onde existe hoje a cidade de Albany.

A colónia na ilha de Manhattan começou no início da década de 1620. Em 1624, a ilha foi comprada dos índios locais pelo preço acertado de US$ 24. O local foi logo rebaptizado de Nova Amsterdam.

No intuito de atrair colonos para a região do Rio Hudson, os holandeses encorajaram um tipo de aristocracia feudal, conhecido como sistema de patronato de grandes propriedades (*patroon*). A primeira grande propriedade criada nesses moldes surgiu em 1630, ao longo do Rio Hudson. Nesse sistema, qualquer acionista ou patrão que trouxesse

para sua propriedade 50 adultos num período de 4 anos recebia um lote de 25 quilómetros ao longo do rio, excluindo privilégios de caça e pesca, e jurisdição civil e criminal sobre suas terras. Ele, por sua vez, deveria entrar com o gado, ferramentas e construções. Os inquilinos pagavam aluguel ao *patrão* e davam a ele a primeira opção na venda do excedente da colheita.

Mais ao Sul, uma companhia comercial sueca, ligada aos holandeses, tentou estabelecer sua primeira colónia três anos depois, ao longo do Rio Delaware. Sem recursos para consolidar sua posição, a Nova Suécia foi sendo aos poucos absorvida pela Nova Holanda e, depois, por Pensilvânia e Delaware.

Em 1632, a família Calvert obteve do rei Carlos I uma concessão de terras ao norte do Rio Potomac, no que viria a ser Maryland. Como a carta não proibia expressamente o estabelecimento de igrejas não protestantes, a família encorajou outros católicos a estabelecerem-se lá. A primeira vila de Maryland, St. Mary's, foi fundada em 1634, próximo ao local onde o Rio Potomac desagua na Baía de Chesapeake.

Ao mesmo tempo em que proporcionavam um refúgio para os católicos, que vinham sendo cada vez mais perseguidos pela Inglaterra anglicana, os Calverts interessavam-se também em criar propriedades rentáveis. Com esse objetivo em mente, e no intuito de evitar problemas com o governo britânico, estimularam também a imigração de protestantes.

A carta real concedida à família Calvert continha um misto de dispositivos feudais e modernos. Por um lado, a família tinha o poder de criar propriedades senhoriais. Por outro lado, só podia promulgar leis com o consentimento dos homens livres. A família descobriu que para atrair colonos – e ter lucro com suas terras – tinha que oferecer terras, e não simplesmente a opção de alugar pedaços das propriedade senhoriais. O resultado foi um rápido crescimento no número de fazendas independentes. E seus proprietários exigiam voz ativa na condução dos negócios da colónia e a primeira legislatura de Maryland reuniu-se em 1685.

RELAÇÕES EN TRE COLONOS E ÍNDIOS

Em 1640, os britânicos já tinham colónias consolidadas no litoral da Nova Inglaterra e na Baía de Chesapeake. Entre elas, havia as comunidades holandesas e sueca. A oeste, os americanos nativos, os índios.

Às vezes as relações eram de amizade, outras vezes de hostilidade, mas, seja como for, as tribos que viviam no Leste não eram mais desconhecidas dos europeus. Embora os americanos nativos tenham beneficiado do acesso a novas tecnologias e ao comércio, as doenças trazidas pelos primeiros colonos e a ganância por terras representaram uma séria ameaça ao modo de vida tradicional dos índios.

Inicialmente, o comércio deles com os colonos europeus trouxe vantagens: facas, machados, armas, utensílios de cozinha, anzóis e uma série de outros produtos. Os primeiro índios a participarem desse comércio detinham uma vantagem em relação às demais tribos rivais.

Como consequência da crescente demanda dos europeus, tribos como as dos iroqueses começaram, no século XVII, a dar mais atenção à caça de peles. Com a renda dessas peles, os índios puderam comprar produtos coloniais até quase o final do século XVIII.

No início, as relações entre colonos e índios eram um misto de cooperação e conflito. Por um lado, havia o exemplo das relações harmoniosas que prevaleceram durante o primeiro meio século de existência da Pensilvânia. Por outro lado, havia toda uma série de confrontos, escaramuças e guerras que quase sempre resultavam na derrota dos índios e na perda das suas terras.

A primeira das grandes revoltas indígenas ocorreu na Virgínia em 1622, quando cerca de 347 colonos brancos foram mortos, inclusive vários missionários que acabavam de chegar a Jamestown.

A colonização branca da região do Rio Connecticut desencadeou a Guerra de Pequot, em 1637. Em 1675 o rei Filipe, filho do chefe indígena que originalmente tinha feito as pazes com os peregrinos em 1621, tentou unir as tribos do sul da Nova Inglaterra contra mais invasões europeias nas suas terras. Na luta, no entanto, Filipe perdeu a vida e muitos índios foram vendidos em servidão.

Cerca de 5.000 km a oeste e cinco anos depois, os índios Pueblo, da região de Taos, Novo México, rebelaram-se contra os missionários espanhóis. Durante os doze anos seguintes, os índios Pueblo assumiram o controlo das suas terras, mas depois os espanhóis os dominaram novamente. Sessenta anos depois, outra revolta. Desta vez, dos índios Pima contra os espanhóis, no que é hoje o Arizona.

O afluxo contínuo de colonos para as áreas mais remotas das colónias do Leste perturbou a vida indígena. À medida que os animais iam sendo mortos e a caça ficava mais difícil, os índios enfrentavam a escolha de passar fome, fazer guerra, ou migrar para outras regiões e ter de lutar com outras tribos mais a oeste.

Os iroqueses, que habitavam a região ao Sul dos Grandes Lagos de Ontário e Erie, no norte de Nova Iorque e Pensilvânia, puderam melhor resistir aos avanços dos europeus. Em 1570, cinco tribos reuniram-se para formar a nação mais democrática daquele tempo, a "Ro-De-No-Sal-Ni", ou Liga dos Iroqueses. A Liga era presidida por um conselho constituído de representantes de cada uma das cinco tribos membro. O conselho lidava com questões comuns a todas as tribos, mas não podia interferir na maneira como cada uma das cinco tribos livres administrava seus assuntos do dia-a-

-dia. Nenhuma tribo podia declarar guerra unilateralmente. O conselho aprovava leis que tratavam de crimes como homicídio.

A Liga dos Iroqueses representou uma força importante nos séculos XVII e XVIII. Comercializava peles com os britânicos e os apoiou na guerra contra os franceses pelo domínio da América do Norte entre 1754 e 1763. Os britânicos talvez não tivessem ganho a guerra não fosse o apoio da Liga dos Iroqueses.

A Liga dos Iroqueses permaneceu forte até o momento da Revolução Americana. Foi então que, pela primeira vez, o conselho não conseguiu chegar a um consenso sobre quem deveria apoiar. As tribos fizeram suas próprias escolhas, algumas a lutar ao lado dos britânicos, outras ao lado dos colonos, outras permanecendo neutras. O resultado foi que todos lutaram contra os iroqueses. Perderam muitos homens e a Liga nunca mais recuperou-se.

A SEGUNDA GERAÇÃO DAS COLÓNIAS BRITÂNICAS

O conflito religioso e civil que tomou conta da Inglaterra em meados do século XVII reduziu a imigração e também a atenção Britânica dada pela pátria-mãe às novas colónias americanas. Para suprir deficiências na área de defesa, resultantes da negligência da Inglaterra, as colónias da Baía de Massachusetts, Plymouth, Connecticut e New Haven formaram, em 1643, a Confederação da Nova Inglaterra. Foi a primeira tentativa dos colonos europeus de obter uma unidade regional.

A história das colónias britânicos demonstra, desde o início, uma boa dose de conflito – de natureza política e religiosa – pois diferentes grupos competiam por poder e prestígio. Maryland, em particular, foi vítima das rivalidades religiosas figadais que afligiram a Inglaterra durante a era de Oliver Cromwell. Uma das vítimas foi a Lei Estadual da Tolerância, revogada na década de 1650. Mas ela foi logo restaurada, assim como a liberdade religiosa que ela garantia.

Com a restauração do rei Carlos em 1660, a Grã-Bretanha voltou de novo a sua atenção para a América do Norte. Num curto período, foram criadas as primeiras colónias europeias nas Carolinas e os holandeses expulsos de Nova Holanda. Foram fundadas novas colónias próprias em Nova Iorque, Nova Jersey, Delaware e Pensilvânia.

As colónias holandesas tinham sido governadas por governadores autocráticos nomeados na Europa. Com o passar dos anos, as populações afastaram-se deles. Como consequência, quando os colonizadores britânicos começaram a ocupar possessões holandesas em Long Island e Manhattan, o impopular governador não foi capaz de mobilizar a população em sua defesa. Nova Holanda caiu em 1664. Contudo, os termos da capitulação foram brandos: os colonos holandeses podiam

manter os seus bens e seguir a religião que quisessem.

Logo na década de 1650, a região de Albemarle Sound, ao largo do que é agora o norte da Carolina do Norte era habitada por colonos vindos aos poucos da Virgínia. O primeiro governador proprietário chegou em 1664. A primeira cidade em Albemarle, uma zona remota ainda hoje, só foi fundada com a chegada de um grupo de huguenotes franceses em 1704.

Em 1670 os primeiros colonos, oriundos de Nova Inglaterra e da ilha de Barbados nas Caraíbas, chegaram ao que é atualmente Charleston, Carolina do Sul. Um sistema complexo de governo, para o qual contribuiu o filósofo britânico John Locke, foi preparado para a nova colónia. Um dos seus aspectos notáveis foi uma tentativa falhada de criar uma nobreza hereditária. Um dos aspectos menos agradáveis foi o comércio precoce de escravos índios. Contudo, com o passar do tempo, a madeira, o arroz e o anil deram à colónia uma base económica mais válida.

Em 1681 William Penn, um quacre rico e amigo de rei Carlos, recebeu uma grande extensão de terreno a oeste do Rio Delaware, que veio a ser conhecido como Pensilvânia. Para ajudar a povoá-lo, Penn recrutou ativamente um grande número de dissidentes religiosos da Inglaterra e do continente – quacres, menonitas, amish, morávios e batistas.

Quando Penn chegou no ano seguinte, já havia colonos holandeses, suecos e ingleses a viverem ao longo do Rio Delaware. Foi ali que ele fundou Filadélfia "a Cidade do Amor Fraterno".

De acordo com a sua fé, Penn era motivado por um sentimento de igualdade que não se encontrava com frequência nas outras colónias americanas dessa época. Assim, as mulheres na Pensilvânia tiveram direitos muito antes de os terem noutras partes da América. Penn e os seus auxiliares também concederam uma atenção considerável às relações da colónia com os índios de Delaware, assegurando que eram pagos pelas terras nas quais os europeus se estabeleciam.

A Geórgia foi colonizada em 1732, sendo a última das 13 colónias a ser criada. Ficando perto ou mesmo dentro das fronteiras da Flórida espanhola, a região era considerada como um escudo contra a incursão espanhola. Mas tinha também uma outra característica única: o homem encarregue das fortificações da Geórgia, o General James Oglethorpe, era um reformador que decidiu deliberadamente criar um refúgio onde os agricultores e antigos prisioneiros pudessem ter novas oportunidades.

COLONOS, ESCRAVOS E SERVOS

Homens e mulheres, mesmo que tivessem pouco interesse numa nova vida na América, eram frequentemente persuadidos por hábeis patrocinadores a virem para o Novo

Mundo. William Penn, por exemplo, divulgou amplamente as oportunidades oferecidas aos recém-chegados à colónia da Pensilvânia. Juízes e autoridades carcerárias ofereciam aos condenados a possibilidade de migrar para colónias como a Geórgia ao invés de cumprirem suas penas em reclusão.

Eram poucos os colonos que tinham condições de financiar o custo das passagens para si e seus familiares, para poder começar vida nova na colónia. Em alguns casos, os comandantes dos navios recebiam gordas recompensas pela venda de contratos de serviço para migrantes pobres, denominados servos contratados; todos os métodos eram empregados, desde promessas mirabolantes até sequestro, para que os barcos trouxessem o máximo de passageiros.

Em outros casos, as despesas de transporte e manutenção eram pagas por agências colonizadoras como a Companhia da Virgínia e a da Baía de Massachusetts. Em troca, os servos contratados concordavam em trabalhar para as agências como trabalhadores sob contrato, geralmente por um prazo de quatro a sete anos. Liberados do compromisso ao final desse período, eles recebiam "taxas de liberdade", o que às vezes incluía um pequeno lote de terra.

Estima-se que cerca de metade dos colonos que vieram para as colónias ao Sul da Nova Inglaterra o fizeram nos termos desse sistema. Embora a maioria tenha cumprido fielmente suas obrigações, alguns fugiram dos seus empregadores. Mesmo assim, muitos acabaram conseguindo terras e estabeleceram suas fazendas, quer nas colónias para onde tinham vindo originalmente, quer em colónias vizinhas. As famílias que vieram para a América nesse sistema de semisservidão não foram prejudicadas por qualquer estigma social. Toda colónia teve um certo número de líderes que um dia foram servos contratados.

Havia, no entanto, uma grande exceção a esse padrão: os escravos africanos. Os primeiros negros foram trazidos para a Virgínia em 1619, apenas 12 anos após a fundação de Jamestown. Inicialmente, muitos eram considerados como servos contratados, que poderiam trabalhar e pagar pela sua liberdade. Mas, já na década de 1660, com o crescimento na demanda por mão-de-obra nas plantações das colónias do Sul, a instituição da escravatura começou a consolidar-se e os africanos passaram a ser trazidos para a América algemados, condenados a uma vida inteira de servidão involuntária. ◇

O ETERNO MISTÉRIO DOS ANASAZI

As povoações de alguns dos primeiros habitantes da América do Norte, os Anasazi (palavra da língua Navajo que significa "antigo"), eram caracterizados por "pueblos" deteriorados pelo tempo e por cidades construídas em penhascos, no meio de um cenário desolado e rústico dos plánaltos e das ravinas do Colorado e do Novo México.

Por volta do ano 500 da era cristã, os Anasazi já tinham estabelecido algumas, das primeiras aldeias identificáveis no sudoeste americano, onde caçavam e cultivavam milho, abóboras e feijão. Os Anasazi prosperaram durante séculos, construíram barragens e desenvolveram sistemas sofisticados de irrigação; criaram uma tradição de cerâmica muito característica e de boa técnica; esculpiram, nas encostas dos penhascos, residências com muitos cômodos que permanecem até hoje como um dos sítios arqueológicos mais notáveis dos Estados Unidos.

Mas constata-se que, antes do ano 1300, eles abandonaram as povoações, deixando para trás peças de cerâmica, ferramentas e até mesmo roupas – como se tivessem a intenção de voltar – e desapareceram na história. Sua terra nata, permaneceu vazia por mais de um século – até a chegada de novas tribos, como os Navajo e os Ute, seguidos pelos espanhóis e outros colonizadores europeus.

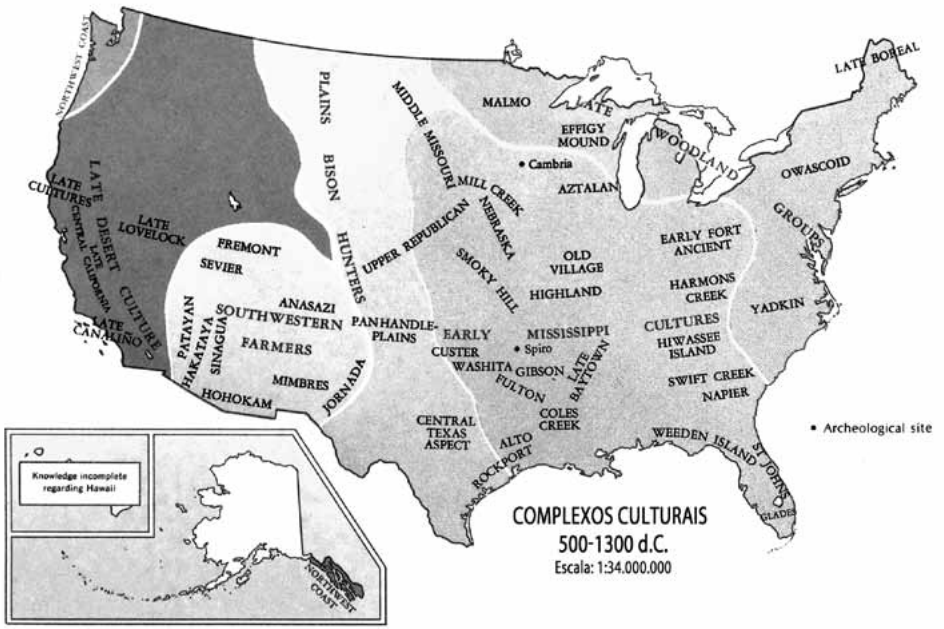
A história dos Anasazi está inseparavelmente ligada ao meio ambiente bonito, mas rigoroso, no qual escolheram viver. As primeiras povoações, constituídas de simples covas abertas na terra, evoluíram para kivas afundadas, que serviam como locais de reunião e de rituais religiosos. As gerações seguintes desenvolveram técnicas de construção que lhes permitiram erigir pueblos quadrados de pedra. Mas a mudança mais dramática operada na forma de viver dos Anasazi – por razões que até hoje desconhecemos – foi a transferência para os penhascos abaixo dos planaltos, onde os Anasazi escavaram suas impressionantes moradias de cômodos múltiplos.

Os Anasazi viviam numa sociedade comunitária que evoluiu muito lentamente com o passar dos séculos. Mantinham relações de comércio com outros povos na região, e há muito poucos indícios de guerras. E embora os Anasazi certamente tivessem seus líderes dentro e fora do campo religioso, além de artesãos qualificados eram praticamente inexistentes as distinções sociais ou de classe.

A construção das comunidades nos penhascos certamente teve motivações religiosas e sociais, bem como o abandono da área. Mas o fator preponderante provavelmente foi a luta para produzir alimentos num ambiente cada vez mais difícil. Dada a expansão demográfica, os agricultores tiveram de expandir suas áreas de cultivo nos planaltos. Isso levou algumas comunidades a terem de cultivar terras mais pobres e outras a deixarem os planaltos e partirem para os penhascos. Mas os Anasazi não podiam evitar a progressiva perda de fertilidade do solo devido ao uso prolongado, nem suportar as secas cíclicas da região. Uma análise dos círculos dos troncos das árvores, por exemplo, indica que houve uma

seca de 23 anos, de 1276 a 1299, que forçou os últimos grupos Anasazi a partir definitivamente.

Embora os Anasazi tenham se dispersado depois de sair da sua terra natal não desapareceram. Seu legado permanece no impressionante registro arqueológico que deixaram para trás, e nos índios Hopi, Zuni e outros povos Pueblo que deles descendem. ◆



Principais grupos culturais dos americanos nativos, 500-1300 d.C.

CAPÍTULO

2

PERÍODO COLONIAL

Peregrinos assinam o Pacto do Mayflower a bordo do navio, em 1620.

"Quem é afinal o americano, esse novo homem?"

Autor e agricultor americano
J. Hector St. John de Crèvecoeur, 1782

NOVOS POVOS

A maioria dos colonos que vieram para a América no século XVII era inglesa, mas havia também holandeses, suecos e alemães na região central, alguns huguenotes franceses na Carolina, do Sul entre outros, escravos da África, sobretudo no Sul, e alguns espanhóis, italianos e portugueses espalhados pelas colónias. Após 1680 a Inglaterra deixou de ser a principal fonte da imigração. Milhares de refugiados fugiram da Europa continental para escapar da guerra. Muitos deixaram seu país natal por causa da pobreza causada por governos opressores e de um sistema de grandes latifúndios com proprietários ausentes. Em 1690, a população dos Estados Unidos já chegara a 250.000 pessoas. A partir daí, foi duplicando a cada 25 anos até que, em 1775, a população passava de 2,5 milhões. Embora uma família pudesse mudar-se de Massachusetts para a Virgínia ou da Carolina do Sul para a Pensilvânia sem precisar alterar muito seu modo de vida, as diferenças entre as colónias eram bem marcantes. A distinção era maior ainda entre os três principais grupos de colónias.

NOVA INGLATERRA

A Nova Inglaterra, no nordeste, costuma ter solo fino e pedregoso, relativamente poucas áreas planas e invernos longos, o que dificulta a sobrevivência baseada na agricultura. Voltando-se para outras atividades, os habitantes da Nova Inglaterra controlaram o poder da água e montaram moinhos de grãos e serrarias. A madeira de boa qualidade serviu de estímulo para a construção de barcos. A excelência dos portos favoreceu o comércio e o mar tornou-se fonte de grande riqueza. Em Massachusetts, a indústria do bacalhau por si só já formou base para a prosperidade.

A grande maioria dos primeiros colonos da Nova Inglaterra vivia em aldeias e vilas em volta dos portos e por isso muitos envolveram-se com algum tipo de comércio ou negócio. As áreas de pasto e de floresta eram mantidas em comum para servir às necessidades dos aldeões que tinham suas pequenas fazendas ali por perto. Como as vilas eram compactas, bastava uma escola, uma igreja e uma assembleia, onde os cidadãos reuniam-se para discutir questões de interesse comum.

A Colónia da Baía de Massachusetts soube expandir seu comércio e, a partir de meados do século XVII, tornou-se muito próspera. Boston tornou-se um dos grandes portos da América.

O carvalho para o casco dos navios, os pinheiros altos para os mastros e o betume para as juntas provinham das florestas da região. Os barcos construídos na Baía de Massachusetts velejaram para todos os portos do mundo e seus comandantes lançaram as bases para um comércio que iria crescer paulatinamente em importância. Ao final do período colonial, um terço de todas as embarcações de bandeira britânica haviam sido construídas na Nova Inglaterra. A pesca, mantimentos para navios e produtos de madeira aumentaram ainda mais o valor das exportações. Os transportadores da Nova Inglaterra logo descobriram que o rum e os escravos também davam lucro. Na época, uma das práticas comerciais mais prósperas – ainda que indecoroso – era o chamado "comércio triangular". Comerciantes e transportadores compravam escravos no litoral da África em troca do rum da Nova Inglaterra; depois vendiam os escravos nas Índias Ocidentais, de onde traziam o melaço para os produtores locais de rum.

AS COLÓNIAS CENTRAIS

A sociedade nas colónias do litoral central era bem mais variada, cosmopolita e tolerante que a da Nova Inglaterra. Sob a orientação de William Penn, a Pensilvânia desenvolveu-se rápida e tranquilamente. Em 1685, a população era de quase 9.000 pessoas. O coração da colónia era Filadélfia, cidade que logo viria a ser conhecida por suas largas ruas arborizadas, residências de tijolos e de pedra, e porto movimentado. Ao final do período colonial, quase um século depois, já contava com 30.000 habitantes, que representavam uma diversidade de línguas, credos e profissões. Seu talento para os negócios bem sucedidos tornou a cidade um dos centros mais prósperos do império britânico.

Embora os quacres dominassem a cidade de Filadélfia, nas outras partes da Pensilvânia a população era mais heterogênea. Os alemães tornaram-se os melhores agricultores da colónia. Eram também

importantes as pequenas indústrias artesanais tais como tecelagens, sapatarias, marcenaria e outros. A Pensilvânia serviu também de principal portão de entrada no Novo Mundo para escoceses e irlandeses vindos no início, do século XVIII. "Estrangeiros ousados e inteligentes", um oficial da Pensilvânia os chamou. Os escoceses e irlandeses odiavam os ingleses, desconfiavam de qualquer governo, e preferiam regiões mais remotas onde desmatavam a terra e sobreviviam à base de caça e roças de subsistência.

Nova Iorque exemplifica melhor a natureza poliglota da América. Até 1646 a população ao longo do Rio Hudson abrangia holandeses, franceses, dinamarqueses, noruegueses, suecos, ingleses, escoceses, irlandeses, alemães, polacos, boémios, portugueses e italianos. Os holandeses continuaram a ter uma importante influência social e económica na região de Nova Iorque mesmo muitos anos após a queda de Nova Holanda e da sua integração no sistema colonial britânico. As suas casas, com frontões em forma de escada, marcaram permanentemente a arquitetura da cidade e os seus comerciantes foram em grande medida responsáveis pela movimentada atmosfera comercial que caracterizou Manhattan.

AS COLÓNIAS DO SUL

Contrastando com as colónias da Nova Inglaterra e da região central, havia as colónias do Sul, predominantemente rurais: Virgínia, Maryland, Carolina do Sul e do Norte e Geórgia.

No fim do século XVII, a estrutura económica e social da Virgínia e de Maryland baseava-se nas grandes plantações e nos pequenos proprietários rurais. Os donos das plantações litorâneas, sustentados pelo trabalho escravo, concentravam a maior parte do poder político e também as melhores terras. Construíam grandes residências, adotavam um estilo de vida aristocrático e procuravam manter os laços com a cultura no exterior.

Enquanto isso, os pequenos proprietários rurais, que cultivavam fazendas menores, participavam das assembleias populares e acabavam conseguindo ocupar cargos políticos. A ousadia e a independência das suas posições constituíam um alerta constante à oligarquia dos grandes proprietários quanto aos perigos de usurpar os direitos dos homens livres.

Charlestown, no Estado da Carolina do Sul, tornou-se o principal porto e centro comercial do Sul. Os colonos souberam combinar agricultura e comércio, e o mercado logo transformou-se na principal fonte de prosperidade. As densas florestas também produziam riqueza: a madeira, o alcatrão e a resina proveniente do pinheiro de folhas longas eram considerados dentre os melhores materiais do mundo para construção de navios. As colónias de Carolina do Norte e do Sul não eram dependentes de um só produto, como era o caso da Virgínia. Também produziam e exportavam arroz e índigo, um corante obtido de plantas nativas e usado para tingir tecidos. Em 1750, já viviam nas duas colónias da Carolina do Norte e do Sul mais de 100.000 pessoas.

Nas colónias mais ao Sul, como em todas as demais, a expansão populacional nas áreas mais remotas teve um significado especial. Imigrantes alemães, escoceses e irlandeses, que queriam evitar as povoações costeiras originais, onde era muito forte a influência inglesa, preferiram penetrar mais para o interior. Aqueles que não conseguiam terras férteis no litoral, ou que haviam exaurido o solo das suas propriedades, também encontraram nas colinas a oeste um refúgio abundante. Apesar de passarem por enormes adversidades, mais colonos inquietos continuavam a chegar e, por volta do final da década de 1730, eles espalharam-se por todo o Vale Shenandoah da Virgínia. Logo, o interior estava pontilhado de fazendas.

As famílias que viviam no interior, próximo das terras indígenas, construíam cabanas, limpavam o terreno e cultivavam milho e trigo. Os homens vestiam se de couro conhecido como buckskin, produzido a partir das peles de veados ou ovelhas; as mulheres vestiam-se com material tecido em casa. Alimentavam-se de carne de veado, peru selvagem e peixe. Tinham seus próprios divertimentos – grandes churrascos, danças, inaugurações das casas de recém-casados, partidas de tiro ao alvo e competições para a produção de mantas acolchoadas feitas de retalhos. A tradição das mantas perdura até hoje.

SOCIEDADE, ESCOLAS E CULTURA

Um dos fatores que mais dificultou o surgimento, nas colónias, de uma poderosa aristocracia foi o fato de que qualquer residente de uma colónia já estabelecida podia buscar um novo lar na área de fronteira. Por muitas vezes, figuras proeminentes nas colónias de Tidewater viram-se obrigadas a fazer concessões políticas, fundiárias e religiosas, para evitar um êxodo em massa para as áreas de fronteira.

Igualmente importante para o futuro foi o lançamento, ainda no período colonial, das bases da educação e da cultura americana. A Faculdade de Harvard foi fundada em 1636, em Cambridge, no Estado de Massachusetts. Por volta do final do século, foi criada a Faculdade de William e Mary, na Virgínia. Alguns anos mais tarde, foi autorizada a funcionar a Escola Superior de Connecticut, que mais tarde viria a ser a Universidade de Yale. O mais notável, contudo, foi a expansão do sistema escolar mantido pela autoridade governamental. O valor atribuído pelos puritanos à leitura das Escrituras servia para enfatizar a importância da alfabetização.

Em 1647 a colónia da Baía de Massachusetts promulgou a lei

conhecida sob o nome de "o velho enganador Satanás", que exigia que cada pequena vila com mais de 50 famílias tivesse uma escola (com aulas em latim para preparar os alunos para a universidade). Pouco depois, todas as demais colónias da Nova Inglaterra seguiram seu exemplo, com exceção de Rhode Island.

Os Peregrinos e Puritanos trouxeram suas próprias bibliotecas e continuaram a importar livros de Londres. Já em 1680, livreiros de Boston prosperavam graças a obras de literatura clássica, história, política, filosofia, ciência, teologia e belas artes. Em 1639, foi montada na Faculdade de Harvard aquela que foi a primeira prensa tipográfica nas colónias inglesas e a segunda da América do Norte.

A primeira escola da Pensilvânia foi fundada em 1683. Ensinava leitura, escrita e um pouco de contabilidade. Dali em diante, de uma forma ou de outra, toda comunidade quacre dispunha de educação elementar para seus filhos. A formação mais avançada – em línguas clássicas, história e literatura – era oferecida na Escola Pública dos Amigos, que ainda funciona na cidade de Filadélfia, sob o nome de William Penn Charter School. A escola era gratuita para os carentes e cobrava mensalidades dos pais que tinham condições financeiras de fazê-lo.

Na Filadélfia, numerosas escolas privadas sem afiliação religiosa ensinavam línguas, matemática e ciências naturais; havia também escolas noturnas para adultos. As mulheres não eram de todo negligenciadas, mas suas oportunidades educacionais eram limitadas às atividades que poderiam ser exercidas em casa. Professores particulares davam aulas de francês, música, dança, pintura, canto, gramática e às vezes até escrituração, para as filhas dos cidadãos mais prósperos da Filadélfia.

No século XVIII, o desenvolvimento intelectual e cultural da Pensilvânia deveu-se, em grande medida, a dois homens de personalidade forte: James Logan e Benjamin Franklin. Logan era secretário da colónia, e foi em sua ótima biblioteca que o jovem Benjamin Franklin encontrou as mais recentes obras científicas. Em 1745 Logan construiu um prédio para abrigar sua coleção e legou para a cidade tanto o prédio como sua coleção.

Franklin contribuiu ainda mais significativamente para a atividade intelectual da cidade de Filadélfia. Formou um clube de debates que viria a ser o embrião da Sociedade Americana de Filosofia e promoveu a criação de uma academia pública que transformaria-se na universidade da Pensilvânia. Teve também um papel chave no estabelecimento de uma biblioteca pública, chamada de a "mãe de todas as bibliotecas americanas para assinantes".

Nas colónias do Sul, fazendeiros e comerciantes prósperos

mandavam trazer para seus filhos bons tutores da Irlanda e da Escócia. Outros mandavam seus filhos para escolas na Inglaterra. Como dispunham dessas alternativas, os ricos da região de Tidewater não se interessavam em apoiar a educação pública. Além disso, como as fazendas, pequenas e grandes estavam bastante dispersas, era difícil formar escolas comunitárias. Haviam apenas algumas algumas escolas gratuitas na Virgínia.

Mas o desejo de aprender não se manifestava apenas nos que viviam em comunidades já estabelecidas. Nas áreas de fronteira, escoceses e irlandeses, embora vivessem em cabanas primitivas, acreditavam firmemente na importância do estudo e empenhavam-se em atrair pessoas instruídas para suas comunidades.

A produção literária nas colónias era praticamente restrita à Nova Inglaterra. O interesse maior concentrava-se nos temas religiosos, e as gráficas imprimiam sobretudo sermões. Um famoso pastor puritano, o Reverendo Cotton Mather, escreveu cerca de textos. Sua obra prima, "Magnalia Christi Americana", apresentava um quadro vivo da história da Nova Inglaterra. Mas o texto mais popular da época foi o longo poema do Reverendo Michael Wigglesworth, "O Dia do Juízo", que descrevia o dia do julgamento de forma aterradora.

Em 1704, foi lançado em Cambridge, no Estado de Massachusetts, o primeiro jornal bem-sucedido da colónia. Em 1745 já havia 22 jornais sendo publicados nas colónias.

Nova Iorque foi o palco de um importante passo para defender o princípio da liberdade de imprensa. Tudo começou por causa de Johann Peter Zenger, cujo New York Weekly Journal, fundado em 1733, colocava-se em oposição ao governo. Depois de tolerar por dois anos as farpas satíricas de Zenger, o governo resolveu prendê-lo por incitação sediciosa. Durante os nove meses do seu julgamento, Zenger continuou a editar seu jornal de dentro da prisão, e seu caso despertou intenso interesse em todas as colónias. Andrew Hamilton, o proeminente advogado de defesa de Zenger, argumentou que as acusações impressas por Zenger eram verdadeiras e portanto não constituíam calúnia. O júri declarou Zenger inocente e ele foi libertado.

A prosperidade das cidades, que suscitou um temor de que o diabo estivesse seduzindo a sociedade a buscar riquezas mundanas, gerou, na década de 1730, uma reação religiosa conhecida como o Grande Despertar. Duas foram as fontes de inspiração: George Whitefield, evangelizador wesleyano chegado da Inglaterra em 1739, e Jonathan Edwards, que servira originalmente na igreja congregacional de Northampton, Massachusetts.

Whitefield iniciou um reavivamento religioso na Filadélfia e depois foi para a Nova Inglaterra. Suas apresentações exageradas, repletas de gestos e discursos exal-

tados, cativavam plateias de até 20.000 pessoas. Pastores abandonaram suas igrejas já estabelecidas para pregarem o reavivamento e o tumulto religioso espalhou-se por toda a Nova Inglaterra e as colónias centrais.

Edwards, influenciado por Whitefield, levou o Grande Despertar ao seu auge, em 1741, com um sermão intitulado "Pecadores nas Mãos de um Deus Irado". Edwards não usava de gestos teatrais e pregava de maneira serena e ponderada. Frisava sempre que as igrejas já estabelecidas procuravam privar o cristianismo da sua dimensão emocional. Sua obra prima, "Of Freedom of Will" ("Sobre a Liberdade da Vontade") (1754), procurava conciliar o calvinismo e o iluminismo.

O Grande Despertar deu origem a denominações evangélicas (aquelas igrejas cristãs que acreditam na conversão pessoal e na infalibilidade da Bíblia) e ao espírito de reavivamento, e ambos continuam a ter um papel importante na vida cultural e religiosa da América. Também enfraqueceu a posição do clero estabelecido e estimulou os fiéis a confiarem mais na sua própria consciência. Talvez o resultado mais importante tenha sido a proliferação de seitas e denominações, o que por sua vez promoveu uma aceitação geral do princípio da tolerância religiosa.

O SURGIMENTO DO GOVERNO COLONIAL

Durante todas as fases do desenvolvimento colonial, é impressionante perceber a ausência de uma influência controladora do governo britânico. Com a exceção da Geórgia, todas as colónias surgiram sob a forma de companhias de acionistas, ou de propriedades feudais baseadas em cartas régias. O fato de o rei ter transferido sua soberania imediata sobre as colónias do Novo Mundo para empresas e proprietários não significava, é claro, que os colonos estivessem necessariamente livres de qualquer controlo externo. Nos termos do alvará da Companhia da Virgínia, por exemplo, a autoridade governamental estava plenamente investida na própria companhia. A coroa esperava, contudo, que a companhia fosse sediada na Inglaterra. Sendo assim, os habitantes da Virgínia não teriam mais voz ativa sobre a forma de governo do que se o rei tivesse retido para si a autoridade absoluta.

As colónias, por sua vez, consideravam-se mais um commonwealth ou um conjunto de estados, semelhantes à própria Inglaterra, associados de forma bastante tênue às autoridades em Londres. De uma forma ou de outra, foi desaparecendo a noção de uma autoridade vinda exclusivamente de fora. Os colonos – herdeiros da longa tradição inglesa de luta por liberdade política – incorporaram os conceitos de liberdade já na primeira Carta da

Virgínia. O documento assegurava aos colonos ingleses todas as liberdades, direitos e imunidades "como se fossem nascidos e residents neste nosso Reino da Inglaterra". Usufruiriam dos benefícios da Carta Magna - a carta que consagra as liberdades políticas e civis inglesas condedidas pelo Rei João em 1215 - e da legislação ordinária - o sistema legal inglês baseado no direito consuetudinário e não na lei ordinária. Em 1618, a Companhia da Virgínia notificou seu governador nomeado de que os habitantes livres das plantações deveriam eleger representantes que, juntamente com o governador e um conselho de membros designados, aprovariam os regulamentos conducentes ao bem-estar da colónia.

Essas medidas estão dentre as que maior impacto tiveram em todo o período colonial. Daquele momento em diante, passou a existir um consenso de que os colonos tinham o direito de participar do seu próprio governo. Na maioria das cartas subsequentes, o rei já determinava que os homens livres da colónia teriam voz na legislação que os afetava. As cartas expedidas em favor dos Calverts, em Maryland, de William Penn, na Pensilvânia, dos proprietários da Carolina do Norte e do Sul e dos proprietários da Nova Jersey, especificavam que toda legislação deveria ser promulgada com o "consentimento dos homens livres".

Durante muitos anos, a Nova Inglaterra desfrutou de um grau de autogoverno maior que o das outras colónias. Quando ainda a bordo do Mayflower, os Peregrinos aprovaram um instrumento de governo chamado Pacto do Mayflower, segundo o qual "nos reuniremos num órgão político civil, para melhor assegurar a ordem e a preservação de nossa comunidade... para promulgar, constituir e redigir as leis justas e equitativas, bem como os regulamentos, atos, constituições e instituições... que forem julgados convenientes e oportunos para o bem geral da colónia."

Embora os Peregrinos não tivessem uma base legal para estabelecer essa forma autônoma de governo, sua iniciativa não foi contestada e, com base no Mayflower Compact, os colonos de Plymouth puderam, por muitos anos, incumbir-se dos seus próprios assuntos sem interferência externa.

Situação semelhante ocorreu na Companhia da Baía de Massachusetts, que tinha recebido o direito de governar-se a si própria. Toda autoridade emanava das pessoas que viviam na colónia. No início, cerca de uma dúzia dos primeiros membros da Companhia tentou impor um governo autocrático. Mas os outros colonos logo exigiram ter voz ativa nas questões públicas e indicaram que se não fossem atendidos iriam migrar em massa.

Diante dessa ameaça, os integrantes da companhia tiveram de ceder e o controlo do governo passou para os representantes eleitos. Posteriormente, outras colónias da Nova Inglaterra – como Connecti-

cut e Rhode Island – também conseguiram a autonomia governamental, afirmando simplesmente que estavam fora do alcance de qualquer autoridade governamental e montando seus próprios sistemas políticos, tendo como modelo o dos Peregrinos de Plymouth.

Prevaleceu o dispositivo relativo ao autogoverno, exceto nos casos de: Nova Iorque, em que o poder foi transferido ao irmão de rei Carlos, duque de York (que depois viria a ser o Rei James II), e da Geórgia, em que os beneficiários constituíam um grupo de "mandatários". Em ambos esses casos, contudo, os dispositivos acerca da forma de governo não perduraram por muito tempo, pois os colonos insistiram tanto na representação legislativa, que as autoridades tiveram de ceder.

Mas, em meados do século XVII, os ingleses estavam demasiado absorvidos com a guerra civil (1642-1649) e o Protetorado Puritano de Oliver Cromwell para seguir uma política colonial efetiva. Após a restauração de rei Carlos e a dinastia Stuart em 1660, a Inglaterra pôde dedicar-se mais à administração colonial. Mas, mesmo então, a política foi ineficaz e inconsistente, e as colónias tiveram em grande medida de agir por conta própria.

A dificuldade de controlar as colónias era agravada pela vastidão do oceano que as separava da Inglaterra e também pelas características próprias da vida na América. Os colonos tinham deixado para trás países com espaço limitado e cidades populosas e chegado a uma terra que parecia não ter fim. Essas condições naturais favoreciam o individualismo, pois as pessoas acabavam por se acostumar a tomar as suas próprias decisões. A penetração do governo no interior foi muito lenta e era comum um estado de anarquia nas regiões de fronteira.

O pressuposto de direito à autonomia não foi, contudo, sempre inconteste. Na década de 1670, os Senhores do Comércio e das Plantações, integrantes de uma comissão real estabelecida para impor o sistema mercantilista às colónias, tentaram anular o alvará da Baía de Massachusetts sob a acusação de que a colónia estava resistindo à política económica do governo. No intuito de fortalecer o controlo da coroa sobre toda a região, Rei James II, em 1685, aprovou uma proposta para criar o Domínio da Nova Inglaterra e colocar as colónias de Nova Jersey para o Sul sob sua jurisdição. Sir Edmund Andros, governador da coroa, usou de decretos para cobrar impostos, implementou uma série de outras medidas duras e prendeu todos os que a ele resistiram.

Quando chegou a Boston a notícia da Revolução Gloriosa (1688-1689) que depôs Rei James II, a população rebelou-se e prendeu Andros. Sob uma nova carta, Massachusetts e Plymouth foram reunidos pela primeira vez em 1691, como a colónia real da Baía de Massachusetts. As outras colónias que haviam sido colocadas sob a jurisdição do Domínio da Nova Inglaterra

rapidamente restabeleceram seus governos anteriores.

O Estatuto dos Direitos e a Lei da Tolerância, de 1689, reafirmaram a liberdade de culto para os cristãos nas colónias assim como na Inglaterra e impuseram limites à autoridade da Coroa. Igualmente importante foi "O Segundo Tratado sobre Governo" (1690), de John Locke, que advogava a teoria de um governo baseado não mais no direito divino mas no contrato, e sustentava que as pessoas, dotadas de direitos naturais à vida, liberdade e propriedade, tinham também o direito de rebelar-se quando os governos violassem esses direitos naturais.

Por volta do início do século XVIII, quase todas as colónias tinham sido colocadas sob a jurisdição da Coroa Inglesa, mas segundo as regras definidas pela Revolução Gloriosa. Os governadores coloniais procuravam exercer poderes que o rei tinha perdido na Inglaterra, mas as assembleias coloniais, cientes do que se passava na Inglaterra, tentaram reivindicar seus "direitos" e "liberdades". A sua influência fundamentava-se em dois poderes significativos, semelhantes aos poderes do Parlamento inglês: o direito de votar sobre impostos e despesas e o direito de propor legislação em vez de reagir apenas às propostas do governador.

As legislaturas usaram esses direitos para restringir o poder dos governadores indicados pela coroa e tomar outras medidas para expandir seu próprio poder e influência. Os repetidos confrontos entre governadores e assembleias serviram cada vez mais para sensibilizar os colonos das divergências entre os interesses americanos e ingleses. Em muitos casos, as autoridades que representavam a coroa simplesmente não compreendiam a importância do trabalho das assembleias e as negligenciavam. Os atos aprovados, contudo, constituíram-se em precedentes e princípios que acabaram sendo incorporados à "Constituição" das colónias.

Foi assim que as legislaturas coloniais estabeleceram o direito à autonomia do governo.

A GUERRA CONTRA ÍNDIOS E FRANCESES

França e a Inglaterra envolveram-se numa série de guerras na Europa e nas Caraíbas em vários momentos do século XVIII. Embora a Grã-Bretanha tenha obtido certas vantagens com essas guerras – sobretudo nas ilhas das Caraíbas, ricas em açúcar – as lutas eram geralmente inconclusivas e a França ainda mantinha uma posição de poder na América do Norte. Em 1754, a França ainda tinha um forte relacionamento com várias tribos indígenas no Canadá e ao longo dos Grandes Lagos, já havia tomado posse do Rio Mississippi e, ao estabelecer uma linha de fortificações e de postos de troca, demarcara um império em forma de meialua, que estendia-se desde o Quebec até Nova Orleans. Com isso, os ingleses ficavam confinados a um estreito

cinturão a leste das Montanhas Apalaches. Os franceses ameaçavam não só o império britânico, mas também os próprios colonos americanos, já que detinham o controlo do Vale do Mississippi e podiam impedir a expansão a oeste.

Em 1754, eclodiu um conflito armado no Fort Duquesne – onde fica hoje a cidade de Pittsburgh, Pensilvânia – entre tropas francesas regulares e homens de uma milícia da Virgínia, comandados por George Washington, fazendeiro e agrimensor da Virgínia, então com 22 anos.

A Câmara de Comércio em Londres procurou lidar com o conflito, convocando uma reunião de representantes de Nova Iorque, Pensilvânia, Maryland e as colónias da Nova Inglaterra. De 19 de junho a 10 de julho, o Congresso de Albany, como passou a ser conhecido, reuniu-se com os iroqueses em Albany, Nova Iorque, para melhorar as relações com esses índios e assegurar sua lealdade aos britânicos.

Os delegados, nessa ocasião, também declararam que a união das colónias americanas era "absolutamente necessária para sua preservação", e aprovaram uma proposta redigida por Benjamin Franklin. O Plano de União de Albany estabelecia que um presidente, indicado pelo rei, atuaria em conjunto com um grande conselho de delegados escolhidos pelas assembleias. Cada colónia seria representada proporcionalmente ao valor da sua contribuição para o tesouro geral. Este órgão ficaria encarregado de defesa, relações com indígenas, comércio e colonização do Oeste, e teria o poder de cobrar impostos. Mas o plano de Franklin não foi aceito, pois nenhuma das colónias estava disposta a abrir mão do poder de tributação nem delegar a uma autoridade central a competência para fixar a política de ocupação do Oeste.

A Inglaterra, graças à superioridade da sua posição estratégica e à uma liderança competente, acabou vencendo o conflito com a França, conhecido como a Guerra Contra Índios e Franceses nos Estados Unidos e a Guerra dos Sete Anos na Europa. Apenas uma pequena parte do conflito foi travado no Hemisfério Ocidental.

Na Paz de Paris, assinada em 1763, a França entregou para a Grã-Bretanha todo o Canadá, os Grandes Lagos e a parte norte do vale do Mississippi. Caía por terra o sonho de um império francês na América do Norte.

Tendo vencido a França, a Grã-Bretanha foi obrigada a debruçar-se sobre um problema que havia até então relegado a segundo plano – a governança do seu império. Era imprescindível para Londres organizar suas vastas possessões, de modo a facilitar a defesa, conciliar interesses divergentes de áreas e povos diferentes, e melhor distribuir os custos da administração imperial.

Só na América do Norte, os territórios britânicos haviam mais

do que duplicado sua extensão. Uma população que antes fora predominantemente protestante e inglesa agora incluía os católicos de língua francesa do Quebec e muitos índios parcialmente cristianizados. A defesa e a administração dos novos territórios, além das terras antigas, iriam exigir grandes somas: em dinheiro e mais pessoal. O velho sistema colonialestava claramente despreparado para essa tarefa.

"UMA NAÇÃO EXCECIONAL?

Os Estados Unidos da América só surgiram como nação cerca de 175 anos após o estabelecimento de um grupo de colónias principalmente britânicas. Contudo, foi desde o início uma sociedade diferente para muitos europeus que, de longe, a encaravam com esperança ou apreensão. A maioria dos colonos – quer fossem filhos mais novos de aristocratas, dissidentes religiosos, ou quer fossem empregados contratados empobrecidos – veio atraída pela promessa de oportunidade ou de liberdade não disponível no Velho Mundo. Os primeiros americanos renasceram livres, estabelecendo-se numa região selvagem, sem qualquer ordem social a não ser a dos povos aborígenes primitivos que eles fizeram deslocar-se. Tendo deixado para trás a bagagem da ordem feudal, enfrentaram poucos obstáculos ao desenvolvimento de uma sociedade assente nos princípios do liberalismo político e social, que surgiu com dificuldade na Europa dos séculos XVII e XVIII. Com base no pensamento do filósofo John Locke, esse tipo de liberalismo salientava os direitos individuais e as limitações ao poder do governo.

A maior parte dos que imigraram para a América vieram das ilhas britânicas, o mais liberal dos governos europeus juntamente com o dos Países Baixos. Na religião, a maioria aderiu a várias formas de Calvinismo com a sua ênfase em relações contratuais tanto divinas como seculares. Isso facilitou enormemente o aparecimento de uma ordem social baseada em direitos individuais e mobilidade social. O desenvolvimento de uma sociedade comercial mais complexa e muito estruturada nas cidades do litoral em meados do século XVIII não impediu o desenvolvimento dessa tendência; foi nessas cidades é que se fez a Revolução Americana. A reconstrução constante da sociedade bem como uma fronteira ocidental sempre a alargar-se contribuíram igualmente para um espírito liberal-democrata.

Na Europa, os ideais sobre direitos individuais avançavam lentamente e de forma desigual; o conceito de democracia era ainda mais desconhecido. A tentativa para estabelecer ambos no país mais antigo da Europa levou à Revolução Francesa. O esforço para acabar com uma sociedade neofeudal ao mesmo tempo que se impunha os direitos do homem e a fraternidade democrática gerou terror, ditadura e nepotismo napoleónico. No fim, causou uma reação e concedeu legitimidade a uma ordem antiga decadente. Na América, o passado europeu foi totalmente anulado por ideais que brotaram naturalmente do processo de construção de uma nova sociedade numa terra virgem. Os princípios do liberalismo e da democracia foram fortes desde o princípio. Uma sociedade que se tinha libertado do peso da história europeia só podia dar origem a uma nação que se considerava Excecional. ◆

AS BRUXAS DE SALEM

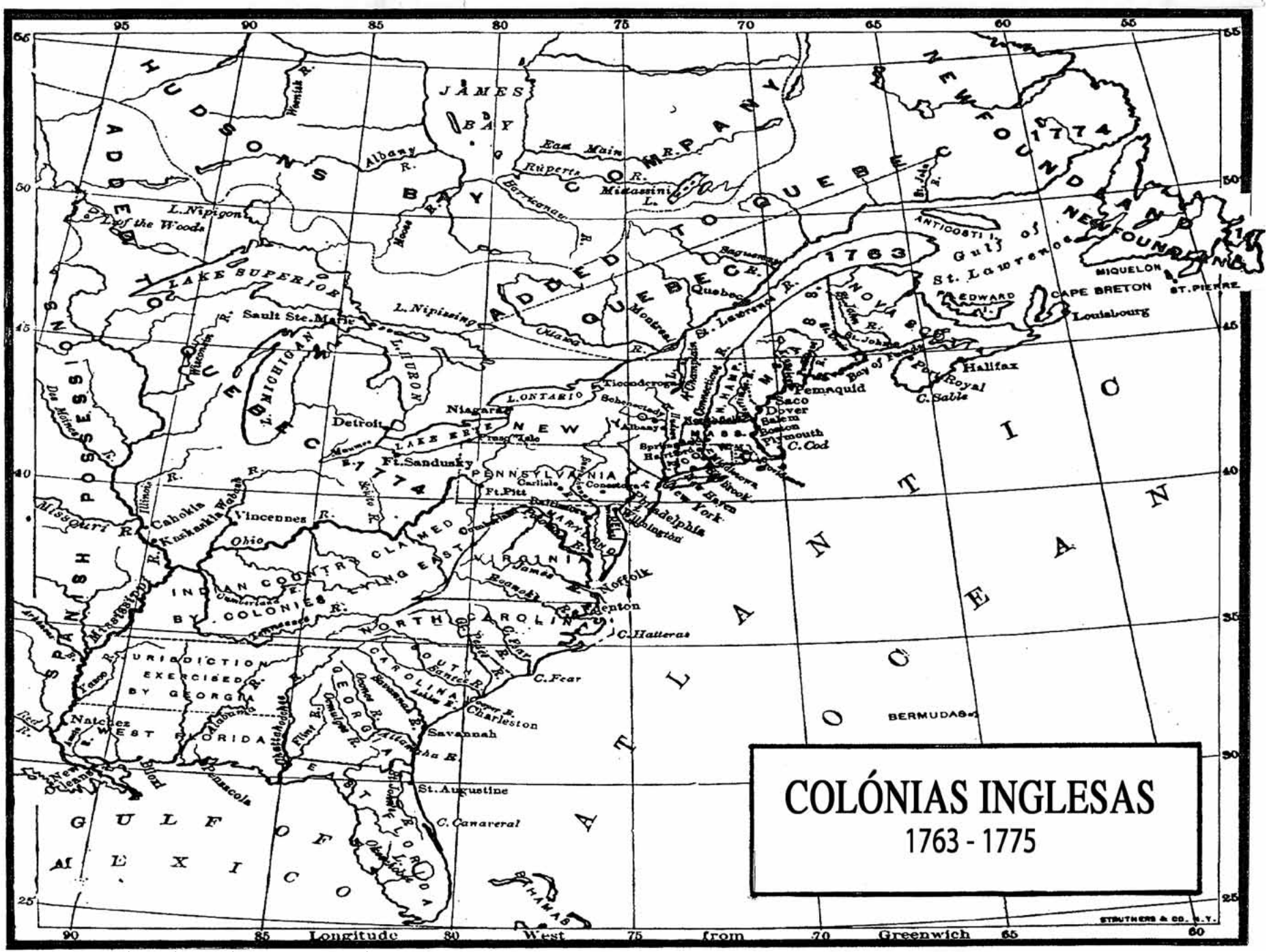
Em 1692, um grupo de meninas adolescentes da vila de Salem, Massachusetts, passou a sofrer ataques estranhos depois de ouvir histórias contadas por uma escrava das Índias Ocidentais. Acusaram várias mulheres de serem bruxas. O povo da vila ficou horrorizado mas não surpreendido: a crença em bruxaria era bastante disseminada na América e na Europa do século XVII. Os responsáveis da vila convocaram um tribunal para ouvir as acusações de bruxaria. Dentro de um mês, seis mulheres foram condenadas e enforçadas.

A histeria aumentou, em grande medida porque o tribunal permitiu depoimentos em que as testemunhas diziam que tinham visto as arguidas como espíritos ou em visões. Essas "provas fantasmagóricas" não podiam ser verificadas nem ser alvo de um exame objetivo. No outono de 1692, 20 vítimas, incluindo vários homens, tinham sido executadas e mais de 100 estavam na prisão (aonde morreram mais cinco vítimas), entre as quais alguns dos cidadãos mais proeminentes da vila. Quando as acusações ameaçaram alastrar-se para além de Salem, pastores em toda a colónia apelaram ao fim dos julgamentos. O governador da colónia concordou. Os que ainda estavam presos foram depois absolvidos ou suspenderam-lhes a pena capital.

Apesar de ser um incidente isolado, o episódio de Salem há muito que fascina os americanos. Em termos psicológicos, a maioria dos historiadores concorda que a vila de Salem foi, em 1692, tomada por uma espécie de histeria pública, alimentada por uma crença genuína na existência de bruxaria. Acredita-se que, embora algumas meninas pudessem estar a fingir, muitos adultos responsáveis foram apanhados pelo mesmo frenesim.

O episódio é ainda mais revelador quando se faz uma análise das identidades dos acusadores e dos acusados. A vila de Salem, como aliás boa parte da colónia da Nova Inglaterra na época, estava a atravessar uma fase de transição económica e política, passando de uma comunidade predominantemente agrária e dominada pelos Puritanos para uma sociedade mais comercial e secular. Muitos dos acusadores eram representantes da forma tradicional de vida, ligada à agricultura e à igreja, enquanto que várias das supostas bruxas faziam parte da classe comercial em ascensão, de pequenos comerciantes e artesãos. A obscura luta pelo poder político e social, travada em Salem entre grupos tradicionais e uma nova classe comercial, repetiu-se em várias comunidades no decorrer da história americana. Tomou um rumo bizarro e fatal quando os seus cidadãos foram tomados pela convicção de que o diabo estava à solta nos seus lares.

O julgamento das bruxas em Salem serve também como parábola dramática que ilustra as consequências fatais de acusações sensacionalistas e falsas. Trezentos anos depois, ainda se usa a expressão "caça às bruxas" para designar acusações falsas contra um grande número de pessoas. ◆



Mapa representando as colónias inglesas e territórios ocidentais, 1763-1775.

John Smith, o corajoso explorador e colono inglês cuja liderança ajudou a salvar Jamestown do colapso no crítico período inicial.

TORNANDO-SE UMA NAÇÃO

PERFIL DAS IMAGENS

Os Estados Unidos da América transformaram-se em dois séculos, desde a primeira colónia inglesa em Jamestown em 1607 até ao início de século XIX. De uma série de povoados coloniais isolados ao longo da costa atlântica, os Estados Unidos evoluíram para uma nova nação, nascida na revolução e guiada por uma Constituição incorporando os princípios da autonomia democrática.

Pormenor de um quadro do artista americano Benjamin West (1738-1820) retratando o acordo de William Penn com os índios americanos que viviam onde ele fundou a colónia da Pensilvânia como um refúgio para os quacres e outros que buscavam a liberdade religiosa. O tratamento justo dado por Penn aos índios de Delaware teve como consequência relações amigáveis a longo prazo, contrariamente aos conflitos entre colonos europeus e tribos índias noutras colónias.

Um devoto presbítero Puritano (à direita) enfrenta fregueses que bebem cerveja do lado de fora de uma taberna. As tensões entre puritanos extremamente religiosos, que povoaram a região no início, e a população mais laica foram características do período colonial em Nova Inglaterra.

Cotton Mather foi uma das principais figuras Puritanas de finais do século XVII princípios do século XVIII. A sua volumosa História Eclesiástica de Nova Inglaterra (1702) é uma crónica exaustiva do povoamento da Nova Inglaterra e dos esforços puritanos para estabelecer um reino de Deus na vastidão do Novo Mundo.

Estátua de Roger Williams, primeiro defensor da liberdade religiosa e da separação da igreja do Estado. Williams fundou a colónia de Rhode Island depois de partir de Massachusetts por desaprovar as suas ligações religiosas com a Igreja Anglicana.

Desenho do fervoroso revolucionário Patrick Henry (de pé à esquerda) pronunciando talvez as palavras mais famosas da Revolução Americana – "A liberdade ou a morte"! – num debate perante a Assembleia de Virgínia em 1775.

Benjamin Franklin, cientista, inventor, escritor, editor de um jornal, pai da cidade de Filadélfia, diplomata e signatário tanto da Declaração da Independência como da Constituição. Franklin personificava as virtudes da prática perspicaz e a convicção otimista no auto desenvolvimento muitas vezes associados à própria América.

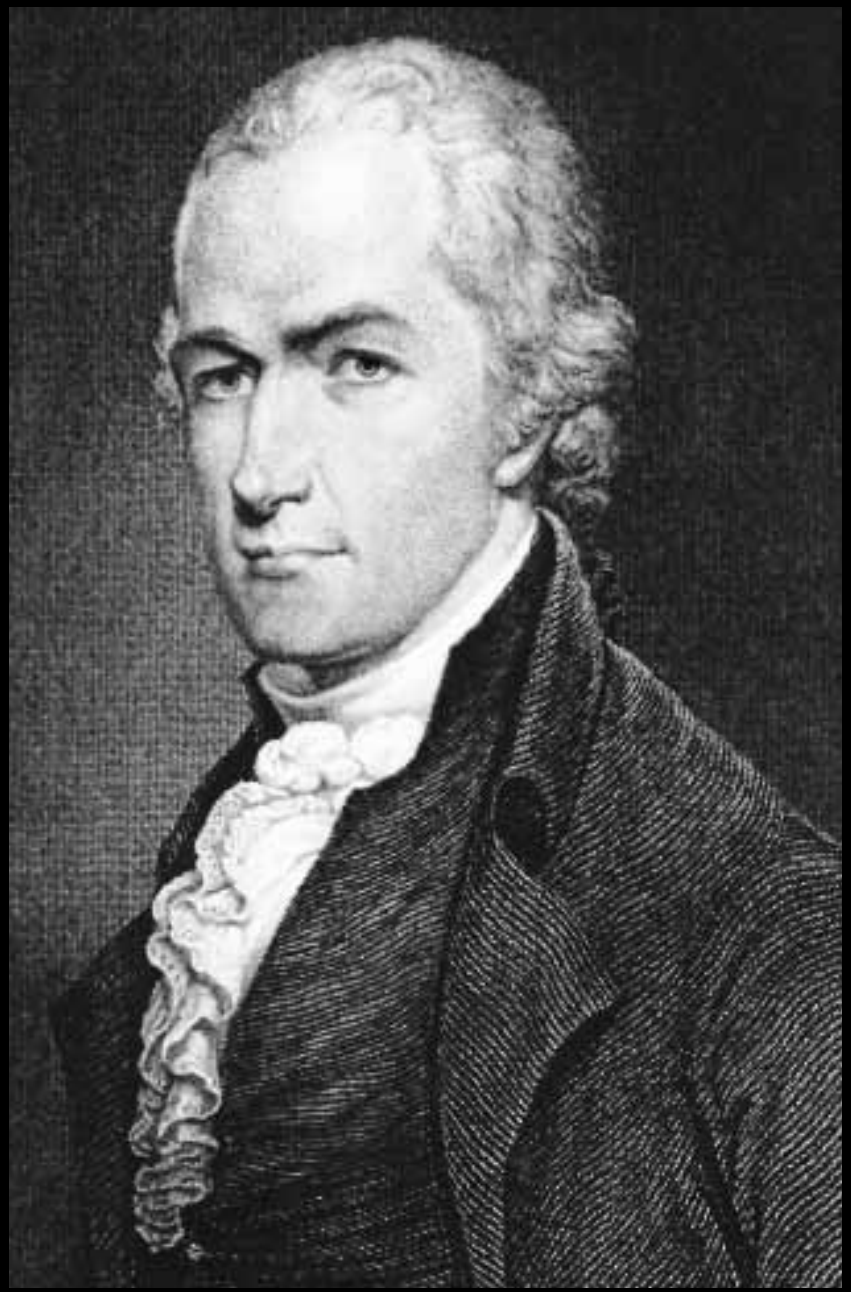
James Madison, quarto presidente dos Estados Unidos, é com frequência considerado como o "Pai da Constituição". Os seus ensaios no debate sobre a ratificação da Constituição foram compilados com os de Alexander Hamilton e John Jay como *The Federalist Papers*. Hoje são considerados como uma defesa clássica do governo republicano na qual os poderes executivo, legislativo e judicial se controlam mutuamente a fim de protegerem os direitos e as liberdades do povo.

Retrato do artista dos primeiros tiros da Revolução Americana, disparados em Lexington, Massachusetts a 19 de abril de 1775. Milícias locais enfrentaram tropas britânicas que iam apreender armas coloniais na cidade vizinha de Concord.

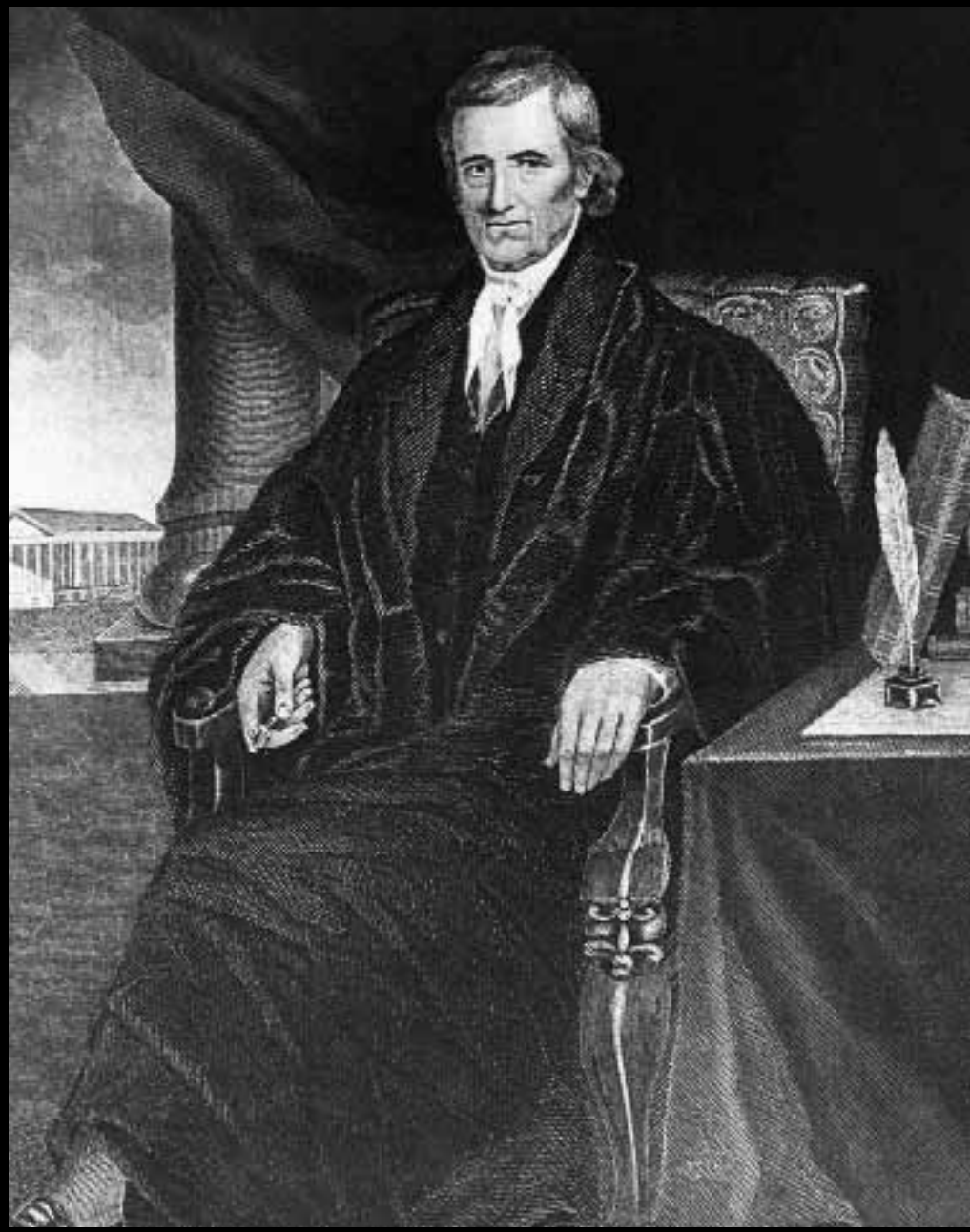
Thomas Jefferson, autor da Declaração da Independência e terceiro presidente dos Estados Unidos. Jefferson também fundou a Universidade de Virgínia e construiu uma das casas mais célebres da América, Monticello, em Charlottesville, Virgínia.

Em cima: Capitulação de Lorde Corn-wallis e do exército britânico perante tropas americanas e francesas comandadas por George Washington em Yorktown, Virgínia, a 19 de outubro de 1781. A batalha de Yorktown levou ao fim da guerra e à independência da América, reconhecida no Tratado de Paris em 1783.

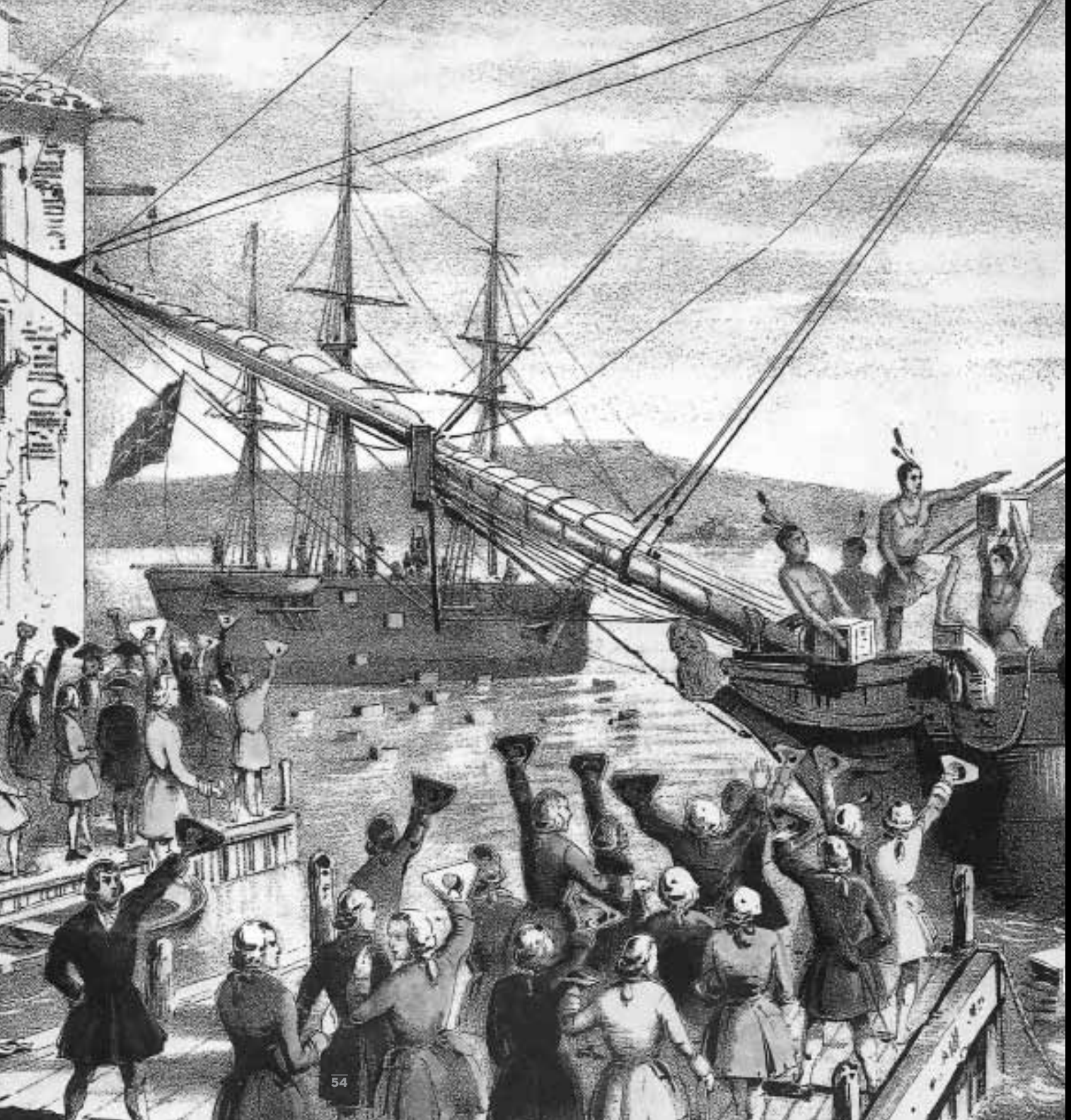
À esquerda: Selo postal dos EUA comemorando o bicentenário da expedição de Lewis e Clark, um dos projetos visionários de Thomas Jefferson. Meriwether Lewis, secretário de Jefferson e o seu amigo, William Clark, acompanhados de um grupo de mais de 30 pessoas, partiram numa viagem pelo Oeste desconhecido que durou quatro anos. Percorreram milhares de milhas, de Camp Wood, Illinois, até Oregon, por terras que viriam a tornar-se 11 estados americanos.



Alexander Hamilton, Secretário do Tesouro na administração do Presidente George Washington. Hamilton defendeu um governo federal forte e o incentivo à indústria. Era contrariado por Thomas Jefferson, um forte adepto do governo descentralizado, de direitos dos estados e das virtudes de agricultores e latifundiários independentes.



John Marshall, presidente do Supremo Tribunal de Justiça dos EUA de 1801 a 1835, num retrato de Alonzo Chappel. Numa série de casos marcantes, Marshall estabeleceu o princípio de revisão judicial – o direito dos tribunais de determinarem se qualquer ato do Congresso ou do poder executivo é constitucional e, portanto, válido e legal.



CAPÍTULO

3

O CAMINHO PARA A INDEPENDÊNCIA

Protestos contra impostos britânicos conhecidos como "A Festa do Chá de Boston" (Boston Tea Party), 1773.

> "A Revolução já havia acontecido antes do início da guerra. A Revolução estava nos corações e mentes das pessoas".
>
> Antigo Presidente **John Adams**, 1818

Durante o século XVIII, as colónias britânicas da América do Norte em crescimento criaram inevitavelmente uma identidade diferente. Cresceram enormemente em termos económicos e culturais; praticamente todas tinham muitos anos de autonomia. Na década de 1760 a sua população combinada ultrapassava 1.500.000 – ou seis vezes a população de 1700. Contudo, a Inglaterra e a América só iniciaram um processo explícito de separação em 1763, mais de um século e meio após a fundação da primeira colónia permanente em Jamestown, Virgínia.

UM NOVO SISTEMA COLONIAL

No rescaldo da guerra com os franceses e os índios, Londres viu que era necessário um novo plano imperial que implicaria um controlo mais centralizado, uma distribuição mais justa dos custos do império e que satisfaria os interesses tanto dos canadianos de origem francesa como dos índios americanos. Por outro lado, as colónias, há muito acostumadas a um alto grau de independência, esperavam mais e não menos liberdade. E, eliminada a ameaça francesa, sentiam muito menos necessidade de uma forte presença britânica. Uma Coroa e um Parlamento pouco compreensivos do outro lado do Atlântico viram-se a argumentar com colonos habituados à autonomia e impacientes com a interferência.

A organização do Canadá e do Vale do Ohio requeria políticas que não alienassem os habitantes franceses e índios. Aqui Londres estavam em conflito fundamental com os interesses das colónias. Com uma população em rápida expansão, estas sentiam a necessidade de mais terras para as povoações, e por isso várias delas arrogaram-se o direito de estender suas fronteiras a oeste até o Rio Mississippi.

O governo britânico, temeroso de que a migração dos colonos para novas terras desencadeasse novas guerras com os indígenas, acreditava que os colonos deveriam ter acesso às terras obedecendo a um ritmo mais gradual. A restrição dos movimentos constituía também uma forma de garantir o controlo da coroa sobre as povoações existentes, antes de permitir o surgimento de outras. A Proclamação Real de 1763 reservou todo o território ocidental, entre as Montanhas Allegheny, a Flórida, o Rio Mississippi e Quebec, para uso dos americanos nativos. A Coroa quis assim desqualificar qualquer pretensão das 13 colónias aos territórios a oeste, e impedir a expansão naquela direção. Embora a Proclamação nunca tenha sido efetivamente aplicada, a iniciativa em si, aos olhos dos colonos, constituía uma arbitrariedade e um desrespeito aos seus direitos elementares de ocuparem e colonizarem o território a oeste.

Mais séria nas suas repercussões foi a nova política fiscal britânica. Londres precisava de mais recursos para sustentar o seu império em expansão e enfrentava o crescente descontentamento interno dos contribuintes. Parecia bastante razoável que as colónias arcassem com todas as despesas necessárias à sua própria defesa. Isso envolveria novos impostos, cobrados pelo Parlamento – em detrimento da autonomia do governo colonial.

O primeiro passo na introdução do novo sistema foi a substituição da Lei do Melaço, de 1733, que impunha tarifas proibitivas sobre a importação de rum e melaço de áreas não britânicas. Em seu lugar, a Lei do Açúcar, de 1764, proibia a importação de rum, impunha uma tarifa moderada sobre o melaço de todas as fontes e cobrava impostos sobre vinho, seda, café e uma série de outros artigos supérfluos. A expectativa era a de que a redução na tarifa sobre o melaço desestimularia o contrabando do produto que era trazido das Índias Ocidentais holandesas e francesas, para uso nas destilarias de rum da Nova Inglaterra. Para fazer cumprir a Lei do Açúcar, os oficiais da alfândega foram instruídos a ser mais enérgicos e eficazes. Navios de guerra britânicos em águas americanas foram instruídos a prender contrabandistas, e os oficiais da coroa receberam mandados que os autorizavam a fazer buscas em locais suspeitos.

Tanto os impostos cobrados pela Lei do Açúcar quanto a forma como as autoridades aplicaram a lei causaram grande consternação entre os comerciantes da Nova Inglaterra. Eles alegavam que o pagamento da tarifa, ainda que pequena, arruinaria seus negócios. Comerciantes, legisladores e assembleias populares

protestaram contra a Lei do Açúcar, e os advogados coloniais encontraram no preâmbulo da lei o primeiro indício de "tributação sem representação", o brado que atrairia muitos para a causa americana, contra a pátria-mãe.

Mais tarde, em 1764, o parlamento britânico promulgou a Lei da Moeda, para "impedir que títulos de crédito emitidos doravante em qualquer das colónias da sua Majestade fossem aceitos como moeda de curso legal". Como as colónias apresentavam um défice comercial e estavam sempre com falta de moeda corrente, a medida trouxe mais um grave ônus para a economia colonial. As colónias também opuseram-se à Lei de Aquartelamento, aprovada em 1765, que exigia das colónias que providenciassem alojamentos e mantimentos para as tropas reais.

LEI DO SELO

Uma medida tributária geral provocou a maior resistência organizada. Conhecida como a "Lei do Selo", exigia que selos de cobrança fossem afixados em todos os jornais, costados de navio, panfletos, licenças, arrendamentos ou outros documentos legais. Os recursos, recolhidos pelos agentes da alfândega americana, seriam usados "na defesa e proteção" das colónias.

A Lei do Selo incidia igualmente sobre pessoas que fossem parte numa transação. Por isso, gerou hostilidade dos grupos mais poderosos e articulados da população americana: jornalistas, advogados, clérigos, comerciantes e empresários, do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste. Logo, os principais comerciantes organizaram-se em resistência e formaram associações de boicote às importações.

O volume de comércio com a coroa caiu bruscamente no verão de 1765, quando homens preeminentes reuniram-se em organizações secretas, chamadas "Filhos da Liberdade", para protestar contra a Lei do Selo, frequentemente por meios violentos. De Massachusetts à Carolina do Sul, a Lei foi declarada nula e a multidão, forçou os oficiais da alfândega a demitirem-se e a destruir os odiados selos.

Instigada pelo deputado Patrick Henry, a assembleia de deputados da Virgínia (Virgínia House of Burgesses) aprovou, em maio, uma série de resoluções que denunciavam a tributação sem representação como ameaça às liberdades coloniais. A assembleia declarou que os residentes da Virgínia tinham os direitos que os ingleses e portanto só podiam ser obrigados a pagar tributos que tivessem sido aprovados pelos seus próprios representantes. No dia 8 de junho, a Assembleia de Massachusetts convidou todas as colónias a indicarem delegados para o chamado Congresso da Lei do Selo, ocorrido em Nova Iorque, em outubro de 1765, para examinar a apresentação de um recurso ao rei e ao parlamento britânico. Vinte e sete representantes de nove colónias aproveitaram a oportunidade para

mobilizar a opinião pública colonial contra a interferência do parlamento britânico nos assuntos americanos. Depois de muito debate, o congresso adotou uma série de resoluções afirmando que "jamais impostos foram ou puderam ser constitucionalmente cobrados a não ser pelas respectivas legislaturas", e que a Lei do Selo implicava "uma tendência manifesta de subverter os direitos e as liberdades dos colonos".

TRIBUTAÇÃO SEM REPRESENTAÇÃO

A questão em pauta girava em torno da representação. Do ponto de vista dos colonos, era-lhes impossível considerarem-se representados pelo parlamento inglês se não podiam efetivamente eleger os membros da Câmara dos Comuns. Mas essa ideia conflitava com o princípio inglês de "representação virtual", segundo a qual cada membro do parlamento representava os interesses de todo o país, até mesmo do império, apesar da sua base eleitoral constituir-se de uma pequena minoria de proprietários de terra em seu distrito. O resto da comunidade estaria também sendo "representado" uma vez que pressupunha-se que todos os demais habitantes compartilhavam dos mesmos interesses que os proprietários de terras que elegeram os membros do parlamento.

Os líderes americanos argumentavam que só tinham relações legais com a Coroa. Tinha sido o rei quem concordara em estabelecer colónias além-mar e quem instituíra os seus governos. Afirmavam que o monarca era rei das colónias e da Inglaterra, mas insistiam no fato de que o Parlamento inglês não tinha direito de promulgar leis para as colónias, do mesmo modo que as legislaturas coloniais não podiam promulgar leis para a Inglaterra. Contudo, na verdade a sua luta era tanto com o Rei George III como com o Parlamento. As fações concordavam com um Parlamento controlado pela Coroa em geral e que refletia a determinação do rei de ser um monarca forte.

O Parlamento britânico não quis aceitar os argumentos das colónias. Os comerciantes ingleses, no entanto, prejudicados pelo boicote dos americanos, apoiaram o movimento para derrubar a lei. Em 1766, o Parlamento rendeu-se e revogou a Lei do Selo e alterou a Lei do Açúcar. Mas, para apaziguar os que defendiam o controlo centralizado das colónias, o Parlamento aprovou em seguida a Lei Declaratória, que afirmava a competência do Parlamento para promulgar leis vinculativas para as colónias "em todos os casos". Os colonos tinham obtido apenas uma suspensão temporária de uma crise iminente.

LEIS TOWNSHEND

O ano de 1767 trouxe uma série de outras medidas que reacenderam a discórdia. Charles Townshend, Ministro da Fazenda britânico, foi chamado a elaborar um novo pro-

grama fiscal que reduzisse os impostos na Grã-Bretanha. Procurou tornar mais eficiente a arrecadação das taxas cobradas sobre o comércio americano e, para tanto, impôs maior rigor à administração alfandegária e passou a cobrar impostos sobre as importações de papel vidro, chumbo e chá vindos da Grã-Bretanha. As chamadas Leis Townshend baseavam-se na premissa de que era legal cobrar tarifas sobre bens importados pelas colónias, ao passo que a cobrança de impostos internos (como a Lei do selo) não tinha base jurídica.

As Leis Townshend destinavam-se a arrecadar recursos para pagar governadores coloniais, juízes, oficiais da alfândega e o exército britânico na América. Como reação aos novos impostos, John Dickinson, advogado da Filadélfia, escreveu as "Cartas de um Agricultor da Pensilvânia" para mostrar que o Parlamento tinha o direito de controlar o comércio imperial, mas não o de cobrar impostos das colónias, quer externos quer internos.

A agitação provocada pela promulgação das tarifas Townshend foi menos violenta que os tumultos ocorridos por ocasião da Lei do Selo. Ainda assim, a reação foi forte, sobretudo nas cidades da costa leste. Os comerciantes mais uma vez recorreram aos acordos de boicote às importações, e as pessoas passaram a ter de contentar-se com produtos locais. Os colonos, por exemplo, vestiam-se com roupas tecidas por eles próprios e encontravam substitutos para o chá. Usavam papel feito em casa e deixavam suas moradias sem pintura. Em Boston, a aplicação dos novos regulamentos gerou violência. Quando os agentes da alfândega tentaram recolher as tarifas, foram atacados e maltratados pela população. O ataque levou os britânicos a enviar dois regimentos para proteger os comissários da alfândega.

A presença de tropas britânicas em Boston era um convite aberto à desordem. No dia 5 de março de 1770, o antagonismo entre cidadãos e soldados britânicos mais uma vez gerou violência. O que começara inocentemente com pessoas a atirar bolas de neve nos soldados degenerou num ataque da multidão. Alguém deu a ordem para atirar. Quando a fumaça dissipou-se, três colonos de Boston jaziam mortos na neve. Apelidado de "Massacre de Boston", o incidente foi propagado e usado como prova da frieza e tirania dos britânicos.

Diante de tamanha oposição, o parlamento optou, em 1770, por um recuo estratégico e pela revogação de todas as tarifas Townshend, com exceção daquela sobre o chá, um supérfluo usado apenas por uma pequena minoria. Para a maioria das pessoas, o recuo do parlamento foi interpretado como uma grande vitória dos colonos, e a campanha contra a Inglaterra esmoreceu. Foi mantido um embargo colonial ao "chá inglês", que não era aplicado de forma muito rigorosa. Os tempos eram de prosperidade e a maioria dos líderes nas

colónias preferia deixar que o futuro se resolvesse por si mesmo.

SAMUEL ADAMS

Durante os três anos de calmaria que se seguiram, um grupo relativamente pequeno de radicais empenhou-se em manter a controvérsia acesa. O grupo argumentava que o pagamento do imposto significava a aceitação do princípio de que o parlamento tinha o direito de governar as colónias. Temiam que esse princípio de autoridade do parlamento pudesse ser aplicado a qualquer momento no futuro, com um impacto devastador nas liberdades dos.

Os radicais tinham em Samuel Adams, de Massachusetts, seu líder mais eficaz. Ele lutava incansavelmente por um propósito único: a independência. Desde sua formatura pela Faculdade de Harvard, em 1740, Adams assumira diversos cargos no serviço público – inspetor de chaminés, coletor de impostos e moderador de assembleias locais. Era um fracasso nos negócios, mas muito astuto e capaz na política, tendo as assembleias locais de Nova Inglaterra como seu teatro de operações.

Adams queria libertar as pessoas do temor àqueles que eram vistos como social ou politicamente superiores, torná-las cientes da sua própria importância e poder, e incitá-las a agir. Com esse objetivo, publicou artigos em jornais e discursou em assembleias locais, estimulando a adoção de resoluções que apelavam para os impulsos democráticos dos colonos.

Em 1772, ele induziu a Assembleia de Boston a formar uma "Comissão de Correspondência", que iria listar os direitos e as reivindicações dos colonos. A Comissão opôs-se à decisão da coroa de pagar os salários dos juízes com a arrecadação da alfândega: temia que os juízes deixassem de depender do legislativo para o recebimento dos seus salários e deixassem também de lhe prestar contas – o que levaria, portanto, ao surgimento de "uma forma despótica de governo". A Comissão enviou às outras cidades uma comunicação a respeito da matéria e pediu que as mesmas se manifestassem. Quase todas as colónias instituíram comissões, e essas viriam a ser a base das organizações revolucionárias. Mesmo assim, Adams ainda não tinha combustível suficiente para incendiar a nação.

O CHÁ DE BOSTON

Em Em 1773, contudo, a Grã-Bretanha proporcionou a Adams e aos seus aliados uma questão incendiária. A poderosa Companhia das Índias Orientais, vendo-se em grandes dificuldades financeiras, pediu socorro ao governo britânico, que lhe concedeu o monopólio de todas as exportações de chá para as colónias. O governo também permitiu à referida Companhia abastecer os comerciantes retalhistas diretamente, tirando do circuito os grossistas coloniais. Nessa altura, a

maior parte do chá consumido nos Estados Unidos era importado ilegalmente, isento de direitos. Ao vender o chá por intermédio dos seus próprios agentes, a um preço significativamente abaixo do normal, a Companhia tornou o contrabando não lucrativo e ao mesmo tempo pôs em risco a sobrevivência dos comerciantes locais independentes. Movidos não apenas pela perda do comércio do chá, mas também pela prática monopolista inerente, os comerciantes juntaram-se aos radicais para exigir a independência.

Nos diversos portos ao longo da costa Atlântica, agentes da Companhia das Índias Orientais foram obrigados a pedir a demissão. Novos carregamentos de chá foram devolvidos para a Inglaterra ou colocados em armazéns. Em Boston, contudo, os agentes desafiaram os colonos e, com o apoio do governador da coroa, prepararam-se para desembarcar os carregamentos, apesar de toda a oposição. Na noite de 16 de dezembro de 1773, um grupo de homens disfarçados de índios Mohawk, liderados por Samuel Adams, subiu a bordo dos três navios britânicos ancorados e despejou todo o carregamento de chá nas águas do porto de Boston. Fizeram isso porque, duvidando da firmeza dos seus conterrâneos na hora de defender princípios, temiam que, se o chá fosse descarregado, os colonos acabassem por comprar o chá e pagar o imposto.

A Grã-Bretanha estava agora perante uma crise. A Companhia das Índias Orientais tinha cumprido uma lei do Parlamento. Se a destruição do chá não fosse punida, o Parlamento estaria admitindo para todo o mundo que não conseguia controlar as colónias. A opinião oficial na Grã-Bretanha era de condenação quase unânime do Chá de Boston, como um ato de vandalismo e defendia a adoção de medidas legais para punir os colonos rebeldes.

OS ATOS COERCITIVOS

O parlamento reagiu promulgando novas leis que os colonos denominaram de "Atos Coercitivos ou Intoleráveis". A primeira, a Lei do Porto de Boston, determinava o fechamento do porto, até ser pago o prejuízo pelo chá destruído. A medida ameaçava a própria vida da cidade, já que impedir Boston de ter acesso ao mar acarretaria um desastre económico na certa. Outras leis restringiam os poderes das autoridades locais e proibiam as reuniões das assembleias sem a autorização do governador. A Lei de Aquartelamento exigia que as autoridades locais encontrassem acomodações adequadas para as tropas britânicas, até mesmo em residências particulares, se necessário. Ao invés de subjugar e isolar Massachusetts, como era a intenção do parlamento, essas iniciativas só serviram para atiçar as colónias irmãs e fazê-las cerrar fileiras em torno de Massachusetts.

A Lei de Quebec, sancionada nessa mesma época, estendia as fronteiras da província do Quebec e garantia aos residentes franceses o direito

de desfrutar de liberdade religiosa e de seguir seus próprios costumes legais. Os colonos opuseram-se a essa lei, porque ela desconsiderava as antigas reivindicações, no que diz respeito aos territórios a oeste. Os colonos temiam ficar encurralados ao norte e ao noroeste por uma província dominada por católicos romanos. Embora a Lei de Quebec não tenha sido aprovada com um intuito punitivo, foi interpretada pelos americanos como um ato coercitivo, e, juntamente com as outras leis, considerada uma das "Cinco Leis Intoleráveis".

Por sugestão da Assembleia de Deputados da Virgínia (House of Burgesses), os representantes coloniais reuniram-se em Filadélfia, no dia 5 de setembro de 1774, "para considerar o atual estado infeliz das colónias". Os delegados a essa reunião, conhecida como o Primeiro Congresso Continental, foram escolhidos pelas assembleias provinciais ou por convenções populares. Toda colónia, com exceção da Geórgia, enviou pelo menos um delegado, e o número total de delegados foi de 55, número suficiente para permitir a diversidade de opiniões, mas suficientemente reduzido para viabilizar um debate genuíno e uma ação efetiva. A divergência de opiniões nas colónias representava um verdadeiro dilema para os delegados. Tinham de aparentar uma unanimidade sólida para induzir o governo britânico a fazer concessões; precisavam, ao mesmo tempo, evitar qualquer demonstração de radicalismo ou espírito de independência que pudesse assustar os americanos mais moderados.

O discurso que definiu a orientação geral foi cauteloso e seguido de uma "decisão" de não prestar obediência aos Atos Coercitivos. Por fim, foram aprovadas várias resoluções que estabeleciam, entre outras coisas, o direito dos colonos "à vida, liberdade e propriedade", e o direito dos legislativos provinciais de decidir "todos os casos de tributação e política interna". Mas a iniciativa mais importante do Congresso foi a formação de uma "Associação Continental", que determinou a prorrogação do boicote comercial e criou um sistema de comissões para fiscalizar as receitas da alfândega, publicar o nome dos comerciantes que violassem o acordo, confiscar as importações destes comerciantes e estimular a frugalidade, a economia e a indústria.

A Associação assumiu imediatamente uma posição de liderança nas colónias e passou a promover a criação de novas organizações locais destinadas a derrubar o que restasse de autoridade da coroa. Seus líderes pró-independência conseguiram o apoio não só das classes menos favorecidas, mas também dos integrantes das classes profissionais, sobretudo advogados, da maioria dos grandes donos de plantação nas colónias do Sul e de diversos comerciantes. Pressionavam os que ainda hesitavam em participar dos movimentos populares e puniam os que lhes eram hostis. As novas organizações come-

çaram a armazenar abastecimentos militares, mobilizar tropas, e insuflar a opinião pública, até levá-la ao ardor revolucionário.

Muitos americanos, apesar de oporem-se aos abusos britânicos, ainda assim preferiam uma solução que favorecesse o diálogo e as concessões. Nesse grupo havia autoridades nomeadas pela coroa, muitos quacres e integrantes de outras seitas religiosas que opunham-se ao uso de violência, numerosos comerciantes – sobretudo nas colónias centrais – e alguns agricultores e desbravadores descontentes nas colónias do Sul.

Se o rei tivesse aliado a esse grande número de moderados e feito algumas concessões, poderia ter fortalecido a posição moderada e dificultado o prosseguimento das hostilidades por parte dos revolucionários. Mas George III não tinha a intenção de fazer concessões. Em setembro de 1774, desprezando o apelo contido numa petição apresentada pelos quacres da Filadélfia, ele escreveu: "A sorte está lançada. As colónias ou têm de se submeter ou vencer". Esta atitude isolou os lealistas, que haviam ficado consternados e assustados com os eventos resultantes dos Atos Coercitivos.

COMEÇA A REVOLUÇÃO

O General Thomas Gage, afável cavalheiro inglês casado com uma senhora nascida na América, era o comandante da guarnição em Boston, onde a atividade política havia quase que totalmente substituído o comércio. A principal missão de Gage nas colónias fora a de fazer cumprir os Atas Coercitivos. Quando recebeu notícias de que os colonos de Massachusetts estavam recolhendo pólvora e armamentos na cidade de Concord, a 32 quilómetros de Boston, Gage enviou um destacamento reforçado para confiscar essa munição.

Depois de marchar a noite toda, as tropas britânicas chegaram à aldeia de Lexington no dia 19 de abril de 1775 e lá avistaram, em meio à névoa da aurora, um bando de 70 milicianos conhecidos por Minutemen – assim chamados porque diziam estar prontos para lutar em um minuto. Os milicianos pretendiam apenas fazer um protesto silencioso, mas o Major John Pitcairn, comandante das tropas britânicas, gritou: "Dispersem, seus rebeldes malditos! Seus cachorros, corram!" O Capitão John Parker, líder dos Minutemen, ordenou que suas tropas não atirassem, a menos que fossem atacados. Os americanos estavam a retirar-se, quando alguém deu um tiro, induzindo os britânicos a atirar nos milicianos e, depois, atacar com suas baionetas. Houve oito mortos e dez feridos. Foi, nas palavras frequentemente citadas de Ralph Waldo Emerson, "um tiro ouvido em todo o mundo".

Em seguida, os britânicos avançaram até Concord. Os americanos já haviam retirado quase toda a munição, mas os britânicos destruíram o que restava. Nesse meio tempo, as forças americanas naquela área mobilizaram-se, foram até Concord e infligiram pesadas baixas nos britânicos. Estes iniciaram a longa volta até Boston e, durante todo o trajeto, seus casacos vermelhos serviram de alvo para milicianos de "toda aldeia e fazenda de Middlesex", que se tinham escondido atrás de muros de pedra, morros e casas. Quando os pobres soldados finalmente chegaram a Boston, mais de 250 haviam sido mortos ou feridos. Os americanos perderam 93 homens.

Em 10 de maio de 1775, o Segundo Congresso Continental reuniu-se em Filadélfia, Pensilvânia. O Congresso aprovou a declaração de guerra, alistando as milícias coloniais para o serviço continental. Nomeou o Coronel George Washington, da Virgínia, como comandante-em-chefe das forças americanas a 15 de junho. Dentro de dois dias, os americanos sofreram pesadas baixas em Bunker Hill, nos arredores de Boston. O Congresso também ordenou que expedições americanas marchassem para o norte e chegassem ao Canadá até o outono. Embora os americanos tenham mais tarde capturado Montreal, não conseguiram tomar Quebec no inverno, e acabaram recuando até Nova Iorque.

Apesar da deflagração do conflito armado, a ideia de uma separação completa da Inglaterra era ainda repulsiva a alguns integrantes do Congresso Continental. Em julho, John Dickinson redigiu uma resolução, conhecida como a Petição do Ramo de Oliveira (Olive Branch), implorando ao rei que impedisse novas ações hostis, até que se chegasse a algum tipo de acordo. O rei George III, contudo, desprezou o pedido e lançou uma proclamação no dia 23 de agosto de 1775, declarando as colónias em estado de rebelião.

A Grã-Bretanha imaginava que as colónias do Sul permaneceriam leais, em parte porque eram muito dependentes da escravatura. Muitos colonos do Sul temiam que uma rebelião contra a pátria mae desencadeasse uma revolta dos escravos contra os donos de terras. Em novembro de 1775, Lorde Dunmore, governador da Virgínia, ofereceu a liberdade a todos os escravos que lutassem do lado dos britânicos. Mas a proclamação de Dunmore teve o efeito de trazer para o lado dos rebeldes muitos cidadãos da Virgínia que teriam normalmente permanecido leais.

O governador da Carolina do Norte, Josiah Martin, também insistiu com os cidadãos da colónia para que permanecessem leais à Coroa. Quando 1.500 homens atenderam seu chamado, foram derrotados pelas forças revolucionárias, antes que tropas britânicas pudessem chegar em seu socorro.

Navios de guerra britânicos continuaram descendo o litoral e, ao chegar a Charlestown, Carolina do Sul, no início de junho de 1776, abriram fogo na cidade. Mas os colonos tinham tido tempo de se preparar e, ao final do mês, já tinham expulsado

os britânicos. Estes não voltariam ao Sul nos próximos dois anos.

BOM SENSO E INDEPENDÊNCIA

Em janeiro e 1776, Thomas Paine, escritor e estudioso da política, que tinha vindo da Inglaterra para a América em 1774, publicou um panfleto de 50 páginas intitulado "Bom Senso". Em apenas três meses, 100.000 cópias do panfleto haviam sido vendidas. Paine atacou a noção de uma monarquia hereditária e declarou que um homem honesto tinha mais valor para a sociedade que "todos os rufiões coroados que já viveram". Ele apresentou as alternativas disponíveis – submissão a um rei tirano e a um governo desgastado, ou liberdade e felicidade como uma república independente e autossuficiente. A circulação do panfleto em todas as colónias ajudou a cristalizar o desejo de separação.

Permanecia, todavia, a tarefa de obter de cada colónia a aprovação de uma declaração formal. No dia 10 de maio de 1776 – exatamente um ano depois da primeira reunião do Segundo Congresso Continental – foi aprovada uma resolução pedindo a separação. Agora, só faltava uma declaração formal. No dia 7 de junho, Richard Henry Lee, da Virgínia, apresentou uma resolução declarando que "Estas Colónias Unidas são, e têm o direito de ser estados livres e independentes…" Foi imediatamente instituída uma comissão de cinco homens, presidida por Thomas Jefferson, da Virgínia, para preparar a declaração formal.

A Declaração de Independência foi fruto do trabalho sobretudo de Jefferson. Ao ser aprovada no dia 4 de julho de 1776, não apenas anunciou o nascimento de uma nova nação, como também lançou uma filosofia de liberdade humana que tornaria-se uma força dinâmica em todo o mundo. A Declaração baseou-se em grande medida na filosofia política do iluminismo francês e inglês, mas há uma influência que destaca-se das demais: "O Segundo Tratado sobre Governo", de John Locke. Este tomou os conceitos sobre os direitos tradicionais dos ingleses e os universalizou, transformando-os em direitos naturais de toda a humanidade. A conhecidíssima frase de abertura da Declaração ecoa o conceito de contrato social sobre o qual Locke construiu sua teoria de governo.

> *Acreditamos serem evidentes as verdades de que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que dentre estes estão o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Que os Governos são instituídos pelos homens para garantir esses direitos e que derivam sua autoridade do consentimento dos governados; que quando qualquer forma de governo torna-se contrária a esses propósitos, o povo tem o direito de alterá-lo ou até mesmo de abolilo, e instituir um novo governo fundamentado nesses princípios, e estruturar seus poderes da forma que julgar melhor assegurará sua segurança e felicidade.*

Na Declaração, Jefferson fez uma associação direta entre os princípios de Locke e a situação das colónias. Lutar pela independência americana era lutar por um governo fundamentado no consentimento popular, ao invés de aceitar o governo de um rei que tinha "se unido a outros para nos sujeitar a uma jurisdição incompatível com nossa Constituição e desautorizada pelas nossas leis…" Só um governo fundamentado no consentimento popular poderia assegurar os direitos naturais à vida, liberdade e busca da felicidade. Portanto, lutar pela independência americana era lutar em defesa dos próprios direitos naturais.

DERROTAS E VITÓRIAS

Embora, nos meses seguintes à declaração de independência, os americanos tenham sofrido pesados reveses, acabaram vencendo, graças à sua perseverança e tenacidade. Em agosto de 1776, na batalha de Long Island, em Nova Iorque, a posição de Washington tornou-se insustentável e ele executou uma retirada magistral, em pequenos barcos, de Brooklyn até as margens de Manhattan. O general britânico, William Howe, hesitou por duas vezes e acabou deixando os americanos escapar. Em novembro, contudo, Howe havia capturado o Forte Washington, na ilha de Manhattan. A cidade de Nova Iorque permaneceria sobre controlo britânico até o final da guerra.

Em dezembro, as forças de Washington estavam à beira do colapso, já que os mantimentos e os reforços prometidos não se materializaram. Mas Howe, ao decidir esperar a primavera para retomar a luta, mais uma vez perdeu a oportunidade de esmagar os americanos. Enquanto isso, Washington atravessou o Rio Delaware, ao norte de Trenton, Nova Jersey. Nas primeiras horas da manhã do dia 26 de dezembro, suas tropas surpreenderam a guarnição em Trenton e fizeram mais de 900 prisioneiros. Uma semana depois, no dia 3 de janeiro de 1777, Washington atacou os britânicos em Princeton e retomou a maior parte do território formalmente ocupado pelos ingleses. As vitórias em Trenton e Princeton reavivaram o ânimo esmorecido das tropas americanas.

No entanto, em setembro de 1777 Howe derrotou o exército americano em Brandywine, Pensilvânia, e ocupou Filadélfia, forçando a fuga do Congresso Continental. Washington teve de suportar o inverno extremamente rigoroso de 1777-1778 em Valley Forge, Pensilvânia, e ainda a falta de alimentos, roupas e provisões. As tropas americanas sofreram devido à escassez desses produtos, mas o sofrimento foi agravado pelo fato de que os agricultores e comerciantes preferiam trocar suas mercadorias pelo ouro e pela prata dos britânicos, ao

invés do papel moeda emitido pelo Congresso Continental e os estados.

Valley Forge representou o ponto mais baixo para o Exército Continental de Washington. O ano de 1777 provou ser um ponto de inflexão na guerra. No final de 1776, o general britânico John Burgoyne arquitetou um plano para invadir as colónias de Nova Iorque e da Nova Inglaterra, passando pelo Lago Champlain e Rio Hudson. Infelizmente, trazia consigo muito equipamento pesado e teve dificuldade em atravessar o terreno florestado e pantanoso. Em Oriskany, Nova Iorque, um bando de lealistas e índios, sob o comando de Burgoyne, defrontou-se com forças americanas móveis e experientes. Em Bennington, Vermont, outro destacamento de Burgoyne, em busca de provisões, deparou-se com tropas americanas. A batalha que se seguiu atrasou o exército de Burgoyne o tempo suficiente para Washington poder enviar reforços do baixo Rio Hudson, perto de Albany, Nova Iorque. Quando Burgoyne por fim retomou o avanço, os americanos já o estavam esperando. Liderados por Benedict Arnold – que mais tarde iria trair os americanos em West Point, Nova Iorque – os americanos por duas vezes repeliram os britânicos. Burgoyne recuou até Saratoga, Nova Iorque, onde forças americanas, comandadas por Horatio Gates, cercaram as tropas britânicas. No dia 17 de outubro de 1777, Burgoyne rendeu-se juntamente com todo o seu exército. Os britânicos perderam seis generais, 300 outros oficiais e 5.000 soldados alistados.

A ALIANÇA FRANCO-AMERICANA

Na França, era grande o entusiasmo pela causa americana: o mundo intelectual francês estava ele próprio revoltando-se contra o feudalismo e os privilégios. Mas a Coroa francesa apoiou as colónias por razões geopolíticas e não ideológicas: o governo francês estava ansioso por vingar-se da Grã-Bretanha pela sua derrota em 1763. Para promover a causa americana, Benjamin Franklin foi enviado a Paris, em 1776. Sua vivacidade de espírito, astúcia e capacidade intelectual logo se fizeram sentir na capital francesa e tiveram um papel importante na conquista da ajuda francesa.

A França começou a prestar assistência às colónias em maio de 1776, quando enviou para a América 14 navios com provisões de guerra. Com efeito, a maior parte da pólvora usada pelos exércitos americanos veio da França. Depois da derrota britânica em Saratoga, a França vislumbrou a oportunidade de enfraquecer seriamente seu antigo inimigo e restaurar o equilíbrio de poder que havia sido rompido pela Guerra dos Sete Anos (a Guerra contra Franceses e Índios). No dia 6 de fevereiro de 1778, a América e a França assinaram um Tratado de Amizade e Comércio, em que a França reconhecia a América e oferecia concessões comerciais. Também assinaram um Tratado de Aliança, segundo o qual: se a França entrasse na guerra, nenhum dos países deporia as armas enquanto a América não tivesse ganho sua independência, nenhum dos dois países assinaria um tratado de paz com a Grã-Bretanha sem o consentimento do outro, cada uma das partes garantia as possessões do outro na América. Este foi o único tratado bilateral de defesa assinado pelos Estados Unidos ou pelos seus predecessores até 1949.

A aliança franco-americana logo acarretou a ampliação do conflito. Em junho de 1778, navios britânicos atiraram em barcos franceses, e os dois países declararam guerra. Em 1779, a Espanha, na esperança de recuperar os territórios tomados pela Grã-Bretanha na Guerra dos Sete Anos, entrou na guerra ao lado da França, mas não como aliada dos americanos. Em 1780, a Grã-Bretanha declarou guerra aos holandeses, que continuavam seu comércio com os americanos. A reunião dessas potências europeias, com a França numa posição de liderança, constituía uma ameaça muito maior para a Grã-Bretanha do que a representada pelas colónias americanas.

OS BRITÂNICOS VÃO PARA O SUL

Agora que os franceses estavam envolvidos no conflito, os britânicos intensificaram as suas ações nas colónias do Sul, já que acreditavam que a maior parte dos sulistas seria leal. A campanha começou no final de 1778, com a captura de Savannah, Geórgia. Pouco depois, as tropas britânicas dirigiram-se para Charleston, Carolina do Sul, principal porto do Sul. Os ingleses trouxeram forças navais e anfíbias e conseguiram encurralar as forças americanas na península de Charleston. No dia 12 de maio, o General Benjamin Lincoln capitulou juntamente com toda a cidade e 5.000 soldados, a maior derrota dos americanos na guerra.

Mas esse revés tornou os rebeldes americanos ainda mais ousados. Os americanos da Carolina do Sul passaram a percorrer toda a região e atacaram as linhas de abastecimento dos britânicos. Em julho, o general americano Horatio Gates, que havia reunido uma força substituta de milicianos não treinados, chegou apressadamente em Camden, Carolina do Sul, onde enfrentou as forças britânicas lideradas pelo General Charles Corn-wallis. Mas os soldados de Gates, por falta de formação, entraram em pânico e fugiram, quando se viram diante dos soldados regulares britânicos. As tropas de Corn-wallis enfrentaram os americanos várias outras vezes, mas a batalha mais significativa ocorreu em Cowpens, Carolina do Sul, no início de 1781, quando os americanos impuseram uma grande derrota aos britânicos. Após uma exaustiva mas vã caçada pela

Carolina do Norte, Corn-wallis resolveu dirigir-se para a Virgínia.

VITÓRIA E INDEPENDÊNCIA

Em julho de 1780, Luís XVI, da França, mandou para a América uma força expedicionária de 6.000 homens comandados pelo Conde Jean de Rochambeau. Além disso, a frota francesa fustigou a marinha britânica e impediu que uma frota britânica vinda da cidade de Nova Iorque chegasse com reforços e mantimentos para as tropas na Virgínia. Exércitos e marinhas americanas e franceses, no total 18.000 homens, envolveram-se em pequenas batalhas com as tropas de Corn-wallis durante o verão e outono. Finalmente, em 19 de outubro de 1781, após ter sido encurralado em Yorktown, perto da barra da Baía de Chesapeake, Corn-wallis rendeu-se juntamente com seu exército de 8.000 homens.

Embora a derrota de Corn-wallis não tenha significado o fim imediato da guerra – que ainda se arrastaria de forma inconclusiva por mais dois anos – um novo governo britânico resolveu iniciar negociações de paz. As negociações realizaram-se em Paris, no início de 1782, estando o lado americano representado por Benjamin Franklin, John Adams e John Jay. No dia 15 de abril de 1783, o Congresso aprovou a redação final do tratado e este foi assinado pela Grã-Bretanha e suas ex-colónias, no dia 3 de setembro. Conhecido como o Tratado de Paris, o acordo de paz reconheceu a independência, a liberdade e a soberania das 13 ex-colónias, agora estados, às quais a Grã-Bretanha concedeu o território a oeste do Rio Mississippi, no norte, até o Canadá e ao Sul, até a Flórida, a qual foi devolvida à Espanha. As jovens colónias de que Richard Henry Lee havia falado mais de sete anos antes haviam finalmente se transformado em "estados livres e independentes".

Mas ainda restava a tarefa de construir uma nação. ◇

O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO AMERICANA

A Revolução Americana teve um significado que ultrapassou as fronteiras do continente americano. Chamou a atenção da intelligentsia política em todo o continente europeu. Idealistas famosos como Thaddeus Kosciusko, Friedrich von Steuben e o Marquês de Lafayette cerraram fileiras para defender ideias liberais que esperavam transferir para os seus próprios países. O seu sucesso reforçou o conceito de direitos naturais por todo o mundo ocidental e promoveu a crítica racionalista iluminista a uma ordem antiga construída em torno da monarquia hereditária e de uma igreja estabelecida. Num sentido muito real, foi a percursora da Revolução Francesa, mas não teve a violência nem o caos da Revolução Francesa porque ocorreu numa sociedade que já era essencialmente liberal.

As ideias da revolução foram com frequência descritas como um triunfo das teorias de contrato social/ direitos naturais de John Locke. Embora correta, esta caracterização passa muito rapidamente por cima da importância constante do Protestantismo dissidente do Calvinismo, que, a partir dos Peregrinos e Puritanos, também passou a representar os ideais do contrato social e da comunidade autónoma. Os intelectuais discípulos de Locke e o clero protestante eram ambos importantes defensores de classes compatíveis de liberalismo, que tinham florescido nas colónias britânicas da América do Norte.

Os intelectuais também argumentaram que outra convicção contribuiu para a revolução: "republicanismo". O republicanismo, afirmavam eles, não negava a existência de direitos naturais mas subordinava-os à convicção de que manter uma república livre requeria um forte senso de responsabilidade comunal e uma cultura de altruísmo entre os seus líderes. A afirmação de direitos individuais, mesmo a busca de liberdade individual, pareciam egoístas em comparação. Durante algum tempo o republicanismo ameaçou substituir os direitos naturais como tema principal da Revolução. Contudo, a maioria dos historiadores atuais concordam que a diferença foi muito exagerada. A maior parte dos indivíduos que refletiam nestas questões no século XVIII encaravam as duas ideias mais como lados diferentes da mesma moeda intelectual.

Uma revolução geralmente implica agitação social e violência em larga escala. Segundo estes critérios, a Revolução Americana foi relativamente pacífica. Cerca de 100.000 lealistas partiram dos novos Estados Unidos. Alguns milhares eram membros de antigas elites que tinham sido vítimas de expropriação dos seus bens e expulsas; outros eram pessoas comuns leais ao rei. A maioria que partiu para o exílio, fê-lo voluntariamente. A revolução abriu e liberalizou ainda mais uma sociedade que já era liberal. Em Nova Iorque e nas Carolinas, grandes estados lealistas, estavam divididos entre pequenos agricultores. As ideias liberais tornaram-se a norma oficial da cultura política americana. Contudo, a estrutura da sociedade mudou pouco. Revolução ou não, a maior parte das pessoas continuou em segurança quanto à sua vida, à sua liberdade e aos seus bens. ◆

CAPÍTULO

4

A FORMAÇÃO DE UM GOVERNO NACIONAL

George Washington dirige-se à Convenção Constitucional em Filadélfia, 1787.

> "Todo homem e todo grupo de homens na Terra têm direito ao autogoverno".
>
> Autor da Declaração da Independência
> Thomas Jefferson, 1790

AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

O êxito da revolução permitiu aos americanos dar forma legal aos seus ideais, tal como expressos na Declaração de Independência, e atender algumas das suas reivindicações por meio das constituições estaduais. Já em 10 de maio de 1776, o Congresso havia aprovado uma resolução que recomendava que as colónias formassem governos novos, "que melhor conduzissem à felicidade e à segurança dos seus constituintes". Algumas colónias já o haviam feito e, um ano após a declaração de independência, só três estados não tinham ainda sua Constituição.

As novas constituições refletiam o impacto das ideias democráticas. Nenhuma delas rompeu radicalmente com o passado, já que todas estavam solidamente fundamentadas na experiência colonial e nas práticas britânicas. Mas cada uma incorporava o espírito do republicanismo, ideal que há muito vinha sendo louvado por filósofos do Iluminismo.

É claro que o primeiro objetivo dos autores das constituições estaduais era o de garantir esses "direitos inalienáveis", cuja violação tinha levado as ex-colónias a repudiarem suas ligações com a Grã-Bretanha. Cada Constituição era iniciada com uma declaração de direitos. A Constituição de Virgínia, que serviu de modelo para as demais, incluía uma declaração de princípios, como por exemplo a soberania popular, a rotatividade no cargo, a liberdade de eleições e a enumeração de liberdades fundamentais: fiança razoável e punições humanas, julgamento

rápido e sujeito a júri, liberdade de imprensa e de consciência, e o direito da maioria de reformar ou alterar o governo.

Outros estados ampliaram a lista de liberdades para garantir a liberdade de expressão, de reunião e de petição, e frequentemente incluíam dispositivos como o direito ao porte de armas, à impetração de mandado de habeas corpus, à inviolabilidade de domicílio, e à igualdade perante a lei. Além disso, todas as constituições adotavam a estrutura tripartite de governo – executivo, legislativo e judiciário – cada um contido e controlado pelos outros dois.

A Constituição da Pensilvânia era a mais radical. Naquele estado, o controlo estava nas mãos dos artesãos da Filadélfia, dos desbravadores escoceses/irlandeses e dos fazendeiros de fala alemã. O congresso provincial adotou uma Constituição que dava o direito de voto a todo contribuinte de sexo masculino e seus filhos, exigia a rotatividade em cargos públicos (ninguém poderia servir como congressista por mais de quatro anos em cada sete) e criava uma legislatura unicameral.

As constituições estaduais tinham algumas limitações clamorosas, particularmente à luz dos padrões de hoje. Constituições criadas com o propósito de garantir os direitos naturais das pessoas não estendiam a todos o mais fundamental dos direitos naturais – o da liberdade. As colónias ao Sul da Pensilvânia excluíam as populações escravas do acesso aos direitos inalienáveis do ser humano. As mulheres não tinham direitos políticos. Nenhum estado avançou a ponto de conceder sufrágio universal para os homens e, mesmo naqueles estados que asseguravam a todos os contribuintes o direito ao voto (Delaware, Carolina do Norte e Geórgia, além da Pensilvânia), exigia-se dos detentores de cargos públicos dispor de um mínimo de propriedades.

OS ARTIGOS DA CONFEDERAÇÃO

A luta com a Inglaterra havia alterado bastante as atitudes coloniais. As assembleias locais haviam rejeitado em 1754 o Plano Albany de União, recusando-se a transferir qualquer parcela da sua autonomia para outro órgão, mesmo que eleito por eles mesmos. Mas, no decorrer da Revolução, a ajuda mútua havia dado resultados, e houve uma considerável diminuição no temor de abrir mão da autoridade individual.

John Dickinson escreveu em 1776 os "Artigos da confederação e União Perpétua". O Congresso Continental adotou-os em novembro de 1777 e eles entraram em vigor em 1781, após terem sido ratificados por todos os estados. A estrutura governamental criada pelos artigos apresentava muitas deficiências. O governo nacional não tinha competência para instituir tarifas, regular o comércio e arrecadar impostos. Não detinha o controlo único da política internacional: vários estados já haviam iniciado suas próprias

negociações com outros países. Nove estados já haviam organizado seus próprios exércitos e vários tinham sua própria marinha. Havia uma curiosa miscelânea de moedas e uma variedade desconsertante de cédulas nacionais e estaduais que se desvalorizavam rapidamente.

As dificuldades económicas no pós-guerra forçaram uma série de mudanças. O final da guerra teve um impacto enorme nos comerciantes que forneciam armas para ambos os lado e que haviam perdido as vantagens decorrentes da participação no sistema mercantil britânico. Os estados usavam a política tarifária para dar preferência aos bens de origem americana, mas essas tarifas eram incoerentes, gerando uma demanda por um governo central mais forte, que impusesse uma política uniforme.

Os agricultores provavelmente foram os que mais padeceram com as dificuldades económicas após a Revolução. A oferta de bens agrícolas excedia a demanda, e a inquietação envolvia sobretudo os agricultores devedores, que exigiam medidas mais fortes para impedir a execução da hipoteca das suas propriedades e a prisão por dívida. Os tribunais estavam abarrotados de processos cobrando dívidas. Durante todo o verão de 1786, as convenções populares e reuniões informais em vários estados exigiam reformas nas administrações estaduais.

No outono de 1786, bandos de agricultores em Massachusetts, sob a liderança de um ex-capitão do exército, Daniel Shays, começaram a usar métodos violentos para impedir as sessões dos tribunais dos condados e evitar novos julgamentos em processos por dívida, antes da próxima eleição estadual. Em janeiro de 1787, um exército improvisado de 1200 agricultores avançou em direção ao arsenal federal em Springfield. Os rebeldes, armados sobretudo com estacas e forçados, foram rechaçados por lima pequena milícia estadual. Em seguida, o General Benjamin Lincoln chegou de Boston com reforços e desbaratou o restante dos Shaysites, cujo líder fugiu para Vermont. O governo capturou 14 rebeldes e os condenou à morte, mas acabou por perdoar alguns e reduzir a pena de outros. Derrotada a rebelião, uma nova legislatura, cuja maioria se solidarizava com os rebeldes, acabou atendendo alguns dos seus pleitos para aliviar a dívida.

O PROBLEMA DA EXPANSÃO

Com o final da Revolução, os Estados Unidos tiveram novamente de enfrentar o velho problema ainda não resolvido dos territórios a oeste – o problema da expansão, com suas implicações em termos de propriedade da terra, comércio de peles, relações com indígenas, povoações e governos locais. Atraídos pelos solos mais ricos até então encontrados, os pioneiros atravessaram em grandes números as Montanhas Apalaches. Por volta de 1775, as povoações espalhadas por todas as hidrovias já

contavam com dezenas de milhares de colonos. Isolados por cadeias de montanhas e a centenas de quilómetros dos centros de autoridade política no Leste, os habitantes formaram seus próprios governos. Colonos vindos dos estados litorâneos avançaram em direção aos vales férteis, às florestas de madeira de lei e às planícies do interior. Em 1790, a população a oeste dos Apalaches já passara de 120.000.

Antes da guerra, várias colónias haviam apresentado reivindicações amplas e conflitantes em relação a terras além dos Apalaches. Para os que não haviam feito tais reivindicações, esse rico quinhão territorial parecia repartido de modo injusto. Maryland, em nome deste último grupo, apresentou uma resolução considerando o território do Oeste como propriedade comum a ser dividida pelo Congresso, para formar governos livres e independentes. Essa ideia não foi acolhida com muito entusiasmo, Em 1780, contudo, Nova Iorque deu o exemplo, abrindo mão das suas reivindicações territoriais. Em 1784, a Virgínia, que havia feito as reivindicações de maior extensão, renunciou a todas as terras ao norte do Rio Ohio. Outros estados também abriram mão das suas reivindicações, e ficou claro que o Congresso receberia a posse das terras norte do rio Ohio e a oeste das Montanhas Allegheny. Essa posse em comum de milhões de hectares foi a prova até então mais tangível da existência de uma unidade e nacionalidade e deu uma certa substância à noção de soberania nacional. Ao mesmo tempo, esses vastos territórios constituíam um problema a ser solucionado.

O Congresso da Confederação definiu um sistema de autonomia limitada para o novo Território Noroeste. A Ordenação do Noroeste, de 1787 previa a sua organização, inicialmente sob a forma de um distrito único, a ser administrado por um governador e juízes indicados pelo Congresso. Quando esse território chegasse a uma população de 5.000 homens livres, em idade de votar, o território teria direito a uma legislatura com duas câmaras, podendo os seus habitantes eleger os membros da câmara baixa. Além disso, poderia então enviar ao Congresso um delegado sem direito a voto. Seriam formados entre três e cinco estados à medida que o território ia sendo colonizado. Sempre que qualquer um desses estados atingisse uma população de 60.000 habitantes livres, seria integrado na União "em pé de igualdade com os estados originais, em todos os sentidos". A Ordenação garantia os direitos e as liberdades civis, incentivava a educação e proibia a escravatura ou outras formas de servidão involuntária.

A nova política repudiava o conceito tradicional de que as colónias existiam para o benefício da mãe pátria e que eram politicamente subordinadas e povoadas por pessoas socialmente inferiores. Esse conceito foi substituído pelo princípio de que as colónias ("territórios") constituíam uma extensão da nação e que

usufruíam de todos os benefícios da igualdade, não como um privilégio, mas como um direito.

A CONVENÇÃO CONSTITUTIONAL

Na altura em que a Ordenação do Noroeste foi promulgada, os líderes americanos estavam a elaborar uma nova Constituição mais forte para substituir os Artigos da Confederação. O seu presidente, George Washington, tinha escrito com exatidão que os estados estavam unidos apenas por uma "corda de areia". Disputas entre os estados de Maryland e Virgínia acerca de direitos de navegação no Rio Potomac, levaram à realização, em 1786, na cidade de Annapolis, Maryland, de uma conferência entre representantes de cinco estados. Um dos delegados, Alexander Hamilton de Nova Iorque, convenceu os seus colegas de que o comércio estava vinculado a grandes questões políticas e económicas. O que era necessário era uma nova reflexão fundamental sobre a Confederação.

A conferência de Annapolis lançou um apelo para que os estados designassem representantes para uma convenção a realizarse na primavera seguinte, na cidade de Filadélfia. Inicialmente, o Congresso Continental mostrou-se indignado diante de atitude tão ousada, mas seus protestos cessaram quando se soube que a Virgínia havia eleito George Washington como seu representante. No decorrer daquele outono e inverno, realizaram-se eleições em todos os estados, com a exceção de Rhode Island.

Em maio de 1787, no recinto da Assembleia Estadual da Filadélfia, reuniu-se a Convenção Federal, constituída de um grupo de pessoas notáveis. As legislaturas estaduais enviaram líderes com conhecimento da administração colonial e estadual, além de experiência no legislativo, no judiciário e na área militar. George Washington, considerado o cidadão mais ilustre da nação, devido à sua integridade e liderança militar durante a Revolução, foi escolhido para presidir a Convenção.

Dentre os membros mais atuantes, destacaram-se dois representantes da Pensilvânia: Gouverneur Morris, que via claramente a necessidade de um governo nacional, e James Wilson, que se empenhou incansavelmente pelo conceito da nacionalidade. Também como representante da Pensilvânia, compareceu Benjamin Franklin, que então se aproximava do final de uma carreira extraordinária de serviço público e méritos científicos. A Virgínia elegeu James Madison, jovem estadista de espírito prático, estudioso consumado da política e da história e que, no dizer de um colega, era dotado de "um espírito empreendedor e dedicado e o homem mais bem informado sobre qualquer assunto em debate". Madison é hoje considerado o "Pai da Constituição".

O Estado de Massachusetts enviou Rufus King e Elbridge Gerry, jovens de grande capacidade e experiência.

Roger Sherman, sapateiro que se tornou juiz, foi um dos representantes de Connecticut. De Nova Iorque, veio Alexander Hamilton, autor da proposta da reunião. Ausentes da reunião estavam Thomas Jefferson, que estava servindo na França como ministro, e John Adams, servindo na mesma qualidade, na Grã-Bretanha. Os 55 delegados eram predominantemente jovens – a idade média era de 42 anos.

O Congresso tinha autorizado a Convenção unicamente para preparar emendas aos Artigos da confederação, mas, como Madison mais tarde escreveria, os delegados "imbuídos de uma confiança viril no seu país", simplesmente deixaram de lado os Artigos e avançaram no sentido de fundar uma forma totalmente nova de governo.

Reconheceram que havia a necessidade suprema de conciliar dois poderes distintos – o poder do governo local, que já vinha sendo exercido pelos 13 estados semi-independentes, e o poder de um governo central. Eles adotaram o princípio de que as funções e competências do governo nacional, pelo fato de serem novas, gerais e abrangentes, teriam de ser cuidadosamente definidas e explicitadas, enquanto que as demais atribuições permaneceriam implicitamente nas mãos dos estados. Mas, cientes, de que o governo central tinha de ter um poder real, os delegados também aceitaram o fato de que esse governo deveria ser autorizado a, entre outras coisas, emitir moeda, regulamentar o comércio, declarar guerra e assinar tratados de paz.

DEBATE E CONCESSÕES

Os estadistas do século XVIII que se reuniram na cidade de Filadélfia seguiam os preceitos de Montesquieu sobre o equilíbrio de poderes na política. Este princípio estava apoiado na experiência colonial e fortalecido pelos escritos de John Locke, já conhecido da maioria dos delegados. Essas influências levaram à convicção de que deveriam ser criados três ramos de governo, iguais e coordenados. O legislativo, o executivo e o judiciário deveriam ser de tal modo harmonicamente equilibrados, que nenhum deles predominaria. Os delegados concordaram que o poder legislativo, tal como as legislaturas coloniais e o parlamento britânico, deveria ser constituído de duas câmaras.

Havia na assembleia unanimidade em relação a esses pontos, mas as divergências eram acentuadas no que diz respeito à maneira de alcançar esses propósitos. Os representantes dos estados menores – Nova Jersey, por exemplo – opunham-se a mudanças que reduzissem sua influência no governo nacional, ao vincular o número de representantes ao tamanho da população, e não ao simples fato de ser um estado, critério este que vigia nos Artigos da confederação.

Por outro lado, os representantes de estados maiores, como a Virgínia, defendiam a representação

proporcional. Esse debate ameaçava prolongar-se indefinidamente, até que Roger Sherman apresentou argumentos em favor da representatividade proporcional à população numa das Casas do Congresso (no caso, a Câmara dos Representantes) e da representação igualitária na outra Casa (o Senado).

O alinhamento de grandes estados contra os pequenos então se dissolveu. Mas quase todas as questões levantadas suscitavam novos problemas, a serem resolvidos somente mediante novas concessões. Os representantes dos estados do Norte queriam que os escravos fossem contados quando se determinasse a participação de cada um nos impostos, mas não no cálculo do número de cadeiras do estado na Câmara dos Representantes. Nos termos de um entendimento alcançado com considerável apoio, a representação na Câmara dos Representantes seria calculada de acordo com o número de habitantes livres mais três quintos dos escravos.

Alguns delegados, como Sherman e Elbridge Gerry, sentindo ainda o impacto da Rebelião Shays, temiam que a maioria do povo carecesse de sabedoria suficiente para governar-se a si próprio, e por isso acreditavam que nenhum dos poderes do governo federal deveria ter representantes eleitos diretamente pelo povo. Outros acreditavam que o governo nacional deveria ter uma base popular a mais ampla possível. Alguns delegados queriam retirar dos territórios do Oeste a oportunidade de se tornarem estados; outros defendiam a igualdade de princípios, conforme expressa na Ordenação do Noroeste de 1787.

Não havia divergências significativas no que diz respeito a questões económicas, como a emissão de papel moeda, leis a respeito de obrigações contratuais ou o papel das mulheres, excluídas da política. Mas havia a necessidade de conciliar interesses económicos menos abrangentes; de chegar a um consenso quanto aos poderes, o mandato e o processo de escolha do chefe do executivo; de resolver problemas ligados à atuação dos juízes e o tipo de tribunal a ser criado.

A Convenção trabalhou arduamente durante todo o quente verão da Filadélfia e finalmente chegou a uma minuta que incorporava, em um singelo documento, uma descrição do governo mais complexo até então imaginado – um governo que seria supremo dentro de uma esfera claramente delimitada. Ao conceder esses poderes, a Convenção atribuiu ao governo federal competência para cobrar impostos, tomar dinheiro emprestado, emitir moeda, normatizar pesos e medidas, conceder patentes e direitos autorais, montar escritórios de correios e construir estradas para esse serviço. O governo nacional tinha também poderes para manter um exército e uma marinha, bem como regular o comércio interestadual. Seria igualmente responsável pela administração de assuntos indígenas, política exterior e declaração de guerra. Promulgaria leis

sobre a naturalização de estrangeiros e o controlo de terras públicas, e poderia aceitar o ingresso de novos estados na base de igualdade total com os estados existentes. Essa capacidade de aprovar as leis necessárias e apropriadas para implementar tais poderes bem delimitados permitiu ao governo federal estar sempre habilitado a atender as necessidades de gerações futuras e de um corpo político muito ampliado.

O princípio da separação de poderes já havia sido experimentado na maior parte das constituições estaduais e provado seu valor. Assim sendo, a Convenção estruturou um sistema governamental com poderes separados – legislativo, executivo e judiciário –, cada qual policiado pelos outros dois. E as leis do congresso não entrariam em vigor até serem aprovadas pelo presidente. E o presidente deveria submeter suas nomeações mais importantes e todos os tratados ao crivo do Senado, para confirmação. O presidente, por sua vez, podia ser impedido e removido do cargo pelo Congresso. O judiciário apreciaria todos os casos sujeitos à legislação federal e à Constituição; na prática, os tribunais tinham poderes para interpretar tanto a legislação fundamental quanto a ordinária. Mas os membros do judiciário, nomeados pelo presidente e confirmados pelo Senado, também poderiam ser declarados impedidos pelo Congresso.

Para evitar que a Constituição fosse submetida a alterações precipitadas, o artigo V estipulava que as emendas à Constituição tinham de ser apresentadas por dois terços dos membros de ambas as Casas ou por dois terços dos estados, reunidos numa convenção. As propostas seriam ratificadas por um de dois métodos: quer pelas legislaturas de três quartos dos estados, quer por uma convenção em três quartos dos estados, o Congresso determinaria o método a ser empregado.

Por fim, a Convenção voltou-se para o maior dos problemas: como garantir o cumprimento dos poderes concedidos ao novo governo? Nos termos dos Artigos da confederação, o governo nacional detinha poderes importantes – no papel. Só que estes, na prática, não tinham eficácia, porque os estados não os reconheciam. O que fazer para salvar o novo governo do mesmo destino?

No início, a maioria dos delegados propôs uma única resposta – o uso da força. Mas logo se percebeu que tal recurso para obrigar os estados acabaria por destruir a União. Decidiu-se que o governo não atuaria em relação aos estados e sim em relação às pessoas que viviam nos estados; o governo federal deveria legislar em prol de todos os indivíduos residentes no país. A Convenção adotou, como pedra angular da Constituição, duas afirmações sucintas, mas muito significativas:

> *O Congresso terá competência... para elaborar todas as leis que forem necessárias e adequadas ao cumprimento dos... poderes investidos pela Constituição no Governo dos Estados Unidos*

… (Artigo 1, Seção 7)
Esta Constituição e as leis dos Estados Unidos, elaboradas com base nela, bem como todos os tratados já aprovados ou por aprovar no futuro sob a autoridade dos Estados Unidos, constituirão a lei suprema da terra e os juízes de cada estado estarão obrigados a cumprir essas leis, a despeito de qualquer dispositivo que possa existir em contrário na Constituição ou nas leis de qualquer estado. (Artigo VI)

As leis dos Estados Unidos, portanto, passaram, a ter cumprimento obrigatório, não só em seus próprios tribunais nacionais, graças aos seus próprios juízes e oficiais de justiça, como também nos tribunais estaduais, graças aos juízes e oficiais de justiça dos estados.

Permanece até hoje o debate sobre a motivação daqueles que redigiram a Constituição. Em 1913, Charles Beard, no livro "Uma Interpretação Económica da Constituição", argumentou que os Pais Fundadores beneficiariam economicamente da estabilidade imposta por um governo nacional com autoridade, porque eles tinham em mãos grandes quantidades de títulos governamentais desvalorizados. Contudo, James Madison, principal autor da Constituição, não tinha títulos, enquanto que alguns opositores da Constituição eram detentores de grandes volumes de títulos e ações. A evolução do debate foi com certeza influenciada por interesses económicos, mas também por interesses locais e ideológicos. Foi também muito importante o idealismo dos criadores da Constituição. Os Pais Fundadores, produto da era do iluminismo, imaginaram um governo que eles acreditavam iria promover a liberdade individual e a virtude pública. Os ideais incorporados na Constituição dos Estados Unidos constituem um elemento essencial da identidade nacional americana.

RATIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Em 17 de setembro de 1787, depois de 16 semanas de deliberação, a Constituição em sua redação final foi assinada por 39 dos 42 delegados presentes. Franklin, chamando a atenção para a imagem de um meio sol pintado de ouro no encosto da poltrona de Washington, declarou:

Muitas vezes, durante as sessões,... tenho voltado o olhar para aquela [cadeira] atrás do presidente, sem saber dizer se o sol estava a nascer ou a se pôr; mas agora, finalmente, sinto-me feliz por saber que o sol está a nascer e não a se pôr.

O trabalho da Convenção estava terminado: os membros "se retiraram para a taverna da cidade, jantaram juntos e depois se despediram cordialmente". E, no entanto, ainda estava por vir uma das partes cruciais da luta por uma união mais perfeita. Antes de o documento entrar em vigor, seria necessário obter o consentimento das convenções estaduais eleitas pela população.

A Convenção decidira que a Constituição entraria em vigor quando fosse ratificada pelas convenções de nove dos treze estados. Em junho de 1788, os nove estados exigidos para a ratificação já haviam dado a sua aprovação, mas os importantes estados de Virgínia e Nova Iorque ainda não o haviam feito. A maior parte das pessoas acreditava que, sem o apoio desses dois estados, a Constituição nunca seria de fato respeitada. Para muitos, o documento trazia em seu bojo muitos perigos: como saber se o governo central forte por ele criado não iria tiranizá-los, oprimi-los com impostos muito altos e guerras indesejáveis?

As divergências de opinião sobre essas questões levaram à criação de dois partidos, os Federalistas, a favor de um governo central forte, e os Antifederalistas, que preferiam uma associação mais frouxa de estados separados. Os argumentos apaixonados de ambos os lados eram propagados na imprensa, nas legislaturas e nas convenções estaduais.

Na Virgínia, os Antifederalistas atacavam o novo governo proposto, desafiando-o com a frase inicial da Constituição: "Nós, o povo dos Estados Unidos" Os delegados argumentavam que, se não fosse citado na Constituição o nome individual de cada estado, estes não poderiam manter seus poderes ou direitos independentes. Os Antifederalistas da Virgínia eram liderados por Patrick Henry, o principal porta-voz dos agricultores do interior, que tanto temiam os poderes do novo governo central. Os delegados indecisos foram persuadidos por uma proposta de que a convenção da Virgínia recomendasse uma declaração de direitos e os Antifederalistas se juntaram aos Federalistas para ratificarem a Constituição, no dia 25 de junho.

Em Nova Iorque, Alexander Hamilton, John Jay e James Madison defenderam a ratificação da Constituição numa série de ensaios conhecidos como os Papéis Federalistas. Esses ensaios, publicados nos jornais de Nova Iorque, apresentavam o hoje clássico argumento de defesa de um governo federal central, com os poderes executivo, legislativo e judiciário mantidos separados e que se controlavam mutuamente. Os delegados de Nova Iorque foram influenciados pelos *Federalist Papers*, e a Constituição foi ratificada no dia 26 de julho.

A antipatia em relação a um governo central forte era apenas uma das preocupações daqueles que se opunham à Constituição. Outra grande preocupação de muitos era a de que a Constituição não iria proteger adequadamente os direitos e as liberdades individuais. George Mason, da Virgínia, autor da Declaração de Direitos da Virgínia de 1776, foi um dos três delegados à Convenção Constitucional que se recusaram a assinar o documento final, porque não enumerava os direitos individuais. Juntamente com Patrick Henry, ele fez uma forte campanha contra a ratificação da Constituição pelo Estado da Virgínia.

Aliás, cinco estados, inclusive Massachusetts, ratificaram a Constituição com a condição de que emendas nesse sentido fossem acrescentadas imediatamente.

Quando o primeiro Congresso se reuniu na cidade de Nova Iorque, em setembro de 1789, eram virtualmente unânimes os pedidos de emendas em defesa dos direitos individuais. O Congresso rapidamente aprovou 12 emendas desse tipo. Em dezembro de 1791, já havia número suficiente de estados que aprovaram dez das emendas, para que elas fossem incorporadas à Constituição. Coletivamente, são conhecidas como a Declaração de Direitos. Entre outras coisas, asseguram a liberdade de expressão, imprensa, religião e o direito de se reunir pacificamente, de protestar e de exigir mudanças (Primeira Emenda); proteção contra buscas, confiscação de propriedade e prisão injustificadas (Quarta Emenda); cumprimento dos procedimentos legais em todos os casos criminais (Quinta Emenda); direito a um julgamento justo e rápido (Sexta Emenda); proteção contra penas cruéis e incomuns (Oitava Emenda); e dispositivos assegurando que as pessoas reteriam direitos adicionais não enumerados na Constituição (Nona Emenda).

Desde a aprovação da Declaração de Direitos, apenas 16 outras emendas foram acrescentadas à Constituição. Embora várias emendas subsequentes tenham alterado a estrutura e a operação do governo federal, a maioria delas seguiu o precedente estabelecido pela Declaração de Direitos e expandiu os direitos e as liberdades individuais.

PRESIDENTE WASHINGTON

Um dos últimos atos do Congresso da Confederação consistiu em preparar a primeira eleição presidencial, marcando-a para o dia 4 de março de 1789, dia em que o novo governo iniciaria sua existência. Para o cargo de novo chefe de estado, um nome vinha à mente de todos – George Washington – e, em 30 de abril de 1789, ele foi escolhido presidente por unanimidade. Em palavras repetidas por todos os presidentes que o sucederam, Washington comprometeu-se a executar as tarefas da presidência de forma fiel e da melhor maneira possível, para "preservar, proteger e defender a Constituição dos Estados Unidos".

Quando Washington tomou posse, a nova Constituição não tinha o prestígio da tradição e nem o pleno apoio da opinião pública organizada. O novo governo tinha de criar sua própria máquina e legislar um sistema de impostos que a apoiasse. Até que fosse montado um judiciário, as leis não poderiam entrar em vigor. O Exército era pequeno. A Marinha tinha deixado de existir.

O Congresso rapidamente criou os Departamentos de Estado e do Tesouro, com Thomas Jefferson e Alexander Hamilton como seus respectivos secretários. Também foram criados os Departamentos de

Guerra e Justiça. Já que Washington preferia tomar decisões apenas depois de consultar os homens em cujo julgamento confiava, surgiu também o Gabinete presidencial americano, integrado pelos chefes dos departamentos que o Congresso viesse a criar. Ao mesmo tempo, o Congresso estabeleceu o judiciário federal, criando não apenas um Supremo Tribunal, com um presidente e cinco ministros adjuntos, mas também três tribunais de comarca e 13 tribunais distritais.

Enquanto isso, o país continuava crescendo e a imigração da Europa aumentando. Os americanos continuavam a avançar para o Oeste: os colonos da Nova Inglaterra e da Pensilvânia foram para o Ohio; os da Virgínia e das Carolinas foram para o Kentucky e para o Tennessee. Era possível adquirir uma boa fazenda por um preço baixo; havia uma grande demanda por mão-de-obra. Os ricos vales da parte norte de Nova Iorque, Pensilvânia e Virgínia logo se transformaram em importantes áreas de cultivo de trigo.

Embora muitos produtos fossem ainda fabricados em casa, a Revolução Industrial estava chegando à América. Massachusetts e Rhode Island estavam a lançar os fundamentos de importantes indústrias têxteis; Connecticut começava a produzir relógios e artigos de folha-de-flandres; Nova Iorque, Nova Jersey e Pensilvânia já estavam produzindo papel, vidro e ferro. A navegação se expandira tanto, que a frota dos Estados Unidos só era menor do que a da Grã-Bretanha. Mesmo antes de 1790, os navios americanos já escalavam na China para vender peles e trazer chá, especiarias e seda.

Neste momento crucial da expansão do país, a liderança sábia de Washington foi de vital importância. Ele organizou um governo nacional, elaborou políticas voltadas para a colonização de territórios antes pertencentes à Grã-Bretanha e Espanha, estabilizou a fronteira do noroeste e supervisionou a entrada de três novos estados: Vermont (1791), Kentucky (1792) e Tennessee (1796). Por fim, em seu discurso de despedida, Washington alertou a nação para que "evitasse alianças permanentes com qualquer país estrangeiro". Esse conselho influenciou, por muitas gerações futuras, a atitude dos americanos em relação ao resto do mundo.

HAMILTON VERSUS JEFFERSON

Começou a delinear-se um conflito na década de 1790 entre os principais partidos políticos da América. Os Federalistas, liderados por Alexander Hamilton, e os Republicanos (também chamados Republicanos Democratas), liderados por Thomas Jefferson, eram os primeiros partidos políticos no mundo ocidental. Contrariamente a agrupamentos políticos soltos na Câmara dos Comuns na Grã-Bretanha ou nas colónias americanas antes da Revolução, ambos tinham programas razoavelmente coerentes

e com princípios, seguidores populares razoavelmente estáveis e organizações permanentes.

Os Federalistas representavam sobretudo os interesses do comércio e da indústria, que consideravam como motores do progresso no mundo. Acreditavam que estes podiam avançar apenas com um governo central forte, capaz de estabelecer crédito público sólido e uma moeda estável. Declaradamente desconfiados do radicalismo latente das massas, podiam, no entanto, lançar um apelo credível a operários e artesãos. O seu bastião político eram os estados da Nova Inglaterra. Considerando a Inglaterra em muitos aspectos como um exemplo que os Estados Unidos deviam tentar copiar, privilegiaram as boas relações com a antiga mãe pátria.

Apesar de Alexander Hamilton nunca ter sido capaz de conseguir apoio popular para se candidatar com êxito a um cargo, era de longe o principal ideólogo e formulador de políticas públicas dos Federalistas. Ele trouxe para a vida pública um apego à eficiência, à ordem e à organização. Quando a Câmara dos Representantes pediu um plano para assegurar "a necessária sustentação do crédito público", ele apresentou e defendeu princípios que promoveriam não só o setor público, mas também um governo eficaz. Hamilton sublinhou que os Estados Unidos precisavam de crédito para o desenvolvimento industrial, a atividade comercial e as operações do governo e que deviam granjear toda a confiança e o apoio da população.

Muitos queriam repudiar a dívida nacional da Confederação ou então pagar apenas uma parte da mesma. Hamilton, contudo, insistiu no pagamento integral e defendeu um plano segundo o qual o governo federal assumiria dívidas contraídas durante a Revolução e não saldadas pelos estados. Ele também obteve legislação do Congresso para um Banco dos Estados Unidos. Seguindo o modelo do Banco de Inglaterra, seria a instituição financeira central do país e teria filiais em diferentes partes do país. Hamilton patrocinou uma casa da moeda nacional e defendeu o uso de tarifas, dizendo que a proteção temporária de novas empresas podia promover o desenvolvimento de indústrias nacionais competitivas. Estas medidas – que davam ao governo federal um sistema de crédito bem fundamentado e também lhe proporcionavam as receitas necessárias – estimularam o comércio e a indústria e criaram uma falange sólida de empresários que apoiaram firmemente o governo nacional.

Os Republicanos, liderados por Thomas Jefferson, defendiam principalmente os interesses e os valores agrícolas. Desconfiavam dos banqueiros, pouco se importavam com o comércio e a indústria e acreditavam que liberdade e democracia floresciam melhor numa sociedade rural composta de agricultores autossuficientes. Sentiam pouca necessidade de um governo central forte; na verdade, tendiam a vê-lo como uma potencial causa de opressão. Assim, privilegiavam os direitos dos estados. Eram mais fortes no Sul.

A grande meta de Hamilton era uma organização mais eficiente, enquanto que Jefferson certa vez disse: "não sou favorável a um governo por demais ativo". Hamilton temia a anarquia e pensava em termos de ordem; Jefferson temia a tirania e pensava em termos de liberdade. Quando Hamilton via a Inglaterra como um exemplo, Jefferson, que tinha sido ministro em França na fase inicial da Revolução Francesa, considerava o derrube da monarquia francesa como uma demonstração das ideias liberais do Iluminismo. Contra o conservadorismo instintivo de Hamilton, ele projetava um radicalismo democrático eloquente.

Um dos primeiros conflitos entre esses dois homens, ocorrido pouco depois de Jefferson ter tomado posse como Secretário de Estado, levou a uma interpretação nova e muito importante da Constituição. Quando Hamilton apresentou o seu projeto de lei de criação de um banco nacional, Jefferson, falando em nome daqueles que acreditavam nos direitos dos estados, argumentou que a Constituição enumerava explicitamente todas as competências do governo federal e reservava para os estados todas as demais competências. O governo federal não tinha competência para criar um banco.

Hamilton argumentou que, devido ao grande volume de detalhes que seriam necessários, as cláusulas gerais deveriam ser interpretadas de forma a autorizar um grande número de poderes e uma destas cláusulas autorizava o Congresso a "aprovar todas as leis que se tornarem necessárias e adequadas" para pôr em prática todos os outros poderes concedidos especificamente. A Constituição autorizava o governo nacional a cobrar e arrecadar impostos, pagar dívidas e contrair empréstimos. Um banco nacional ajudaria a desempenhar de forma eficiente essas funções. O Congresso tinha, portanto, como parte das suas competências implícitas, o poder de criar esse banco. Washington e o Congresso aceitaram o ponto de vista de Hamilton – e assim criou-se um importante precedente para uma interpretação mais abrangente da autoridade do governo federal.

CIDADÃO GENET E A POLÍTICA EXTERIOR

Embora uma das primeiras tarefas do novo governo tenha sido a de fortalecer a economia interna e tornar a nação financeiramente estável, os Estados Unidos não podiam ignorar as relações exteriores. Os fundamentos da política externa de Washington consistiam em preservar a paz, dar à nação tempo para se recuperar das suas feridas e permitir a continuação da lenta tarefa de promover a integração nacional. Os acontecimentos na Europa ameaçavam essas metas. Muitos americanos acompanhavam com grande interesse

e simpatia a revolução Francesa e, em abril de 1793, chegaram notícias que transformaram esse conflito num importante tema da política americana. A França declarara guerra à Grã-Bretanha e à Espanha, e um novo enviado francês, Edmond Charles Genet – conhecido como Cidadão Genet – estava para chegar aos Estados Unidos.

Quando a revolução em França levou à execução do rei Luís XVI, em janeiro de 1793, a Grã-Bretanha, a Espanha e a Holanda entraram em guerra contra a França. Nos termos do Tratado de Aliança Franco-Americana de 1778, os Estados Unidos e a França seriam aliados perpétuos, e a América tinha a obrigação de ajudar a França a defender as Índias Ocidentais. Os Estados Unidos eram, contudo, uma nação militar e economicamente muito fraca, e não tinham condições de se envolverem em outra guerra contra uma potência europeia.

Em 22 de abril de 1793, Washington de fato revogou os termos do tratado de 1778, que tornara possível a independência americana, ao declarar que os Estados Unidos eram "amigos e imparciais em relação às potências beligerantes". Quando Genet chegou, ele foi aclamado por muitos, mas tratado com fria formalidade pelo governo. Irritado, ele violou a promessa feita de não transformar em navio corsário um barco britânico capturado. Genet ameaçou levar sua causa diretamente ao povo americano, passando por cima do governo. Pouco depois, os Estados Unidos solicitaram que ele fosse chamado de volta pelo governo francês.

O incidente Genet constrangiu as relações dos Estados Unidos com a França, justamente num momento em que as relações com a Grã-Bretanha estavam longe de ser satisfatórias. Tropas britânicas ainda ocupavam fortes no Oeste, bens levados por soldados britânicos durante a revolução ainda não haviam sido devolvidos ou ressarcidos, e a marinha britânica estava a apreender barcos americanos que destinavam-se a portos franceses. Para resolver essas questões, Washington enviou a Londres John Jay, primeiro presidente do Supremo Tribunal, na condição de enviado especial. Lá, ele negociou um tratado assegurando a retirada dos soldados britânicos de fortes no Oeste e a promessa de Londres de pagar uma indemnização pelos prejuízos causados pela apreensão de barcos e cargas em 1793 e 1794. Dada a própria fraqueza da posição dos Estados Unidos, o tratado impôs sérias limitações ao comércio americano com as Índias Ocidentais e não fez referência à eventual apreensão de navios americanos no futuro ou à tática do impressment – recrutamento forçado de marinheiros americanos para a marinha britânica. Jay também aceitou a posição britânica de que provisões navais e material bélico eram contrabando e não podiam ser transportados para portos inimigos em barcos neutros.

O diplomata americano Charles Pinckney foi mais bem sucedido

ao lidar com a Espanha. Em 1795, ele negociou um tratado importante que resolvia a questão da fronteira da Flórida com base nos termos americanos e dava acesso aos americanos ao porto de Nova Orleans. Da mesma forma, o Tratado de Jay com os britânicos refletia uma contínua fraqueza americana vis- à-vis uma superpotência mundial. Profundamente impopular, foi verbalmente apoiado apenas por Federalistas que valorizavam os laços culturais e económicos com a Grã- Bretanha. Washington apoiou-o como o melhor acordo disponível e, após um acalorado debate, o Senado aprovou.

As artimanhas do cidadão Genet e o Tratado de Jay demonstraram tanto as dificuldades enfrentadas por uma nação pequena e fraca presa entre duas grandes potências como o grande fosso entre a perspectiva dos Federalistas e a dos Republicanos. Para os Federalistas, os defensores Republicanos da Revolução Francesa cada vez mais violenta e radical eram radicais perigosos ("jacobinos"); para os Republicanos, os defensores da amizade com a Inglaterra eram monárquicos que iriam subverter os direitos naturais dos americanos. Os Federalistas conectavam a virtude e o desenvolvimento nacional com o comércio; os Republicanos viam o destino dos Estados Unidos como o de uma grande república agrária. A política das suas posições contraditórias tornou-se cada vez mais veemente.

ADAMS E JEFFERSON

Washington aposentou-se em 1797 e recusou firmemente servir como presidente por mais de oito anos. Thomas Jefferson da Virgínia (Republicano) e John Adams (Federalista) competiram para lhe suceder. Adams obteve uma vitória estreita nas eleições. Contudo, desde o início, ele esteve à frente de um partido e de uma administração divididos entre os seus apoiantes e os do seu rival Hamilton.

Adams enfrentou graves dificuldades internas. A França, irritada com o recente tratado assinado por Jay com a Grã-Bretanha, adotou a sua definição de contrabando e começou a apreender navios americanos com destino à Grã-Bretanha. Em 1797, a França já havia apreendido 300 barcos americanos e rompido relações diplomáticas com os Estados Unidos. Quando Adams enviou três outros comissários a Paris para negociar, agentes do Ministro das Relações Exteriores, Charles Maurice de Talleyrand (que Adams chamou de X, Y e Z no seu relatório para o Congresso), informaram os americanos de que as negociações só poderiam começar se os Estados Unidos emprestassem US$ 12 milhões para a França e subornassem autoridades do governo francês. Com isso, exacerbou-se a hostilidade dos americanos em relação aos franceses. O chamado Caso XYZ levou à convocação de tropas e ao fortalecimento da ainda incipiente marinha americana.

Em 1799, após uma série de batalhas navais com a França, a guerra parecia inevitável. Nesta crise, Adams pôs de lado a orientação de Hamilton, que queria a guerra, e enviou três novos comissários à França. Napoleão, que acabara de assumir o poder, os recebeu com cordialidade, e a ameaça de guerra abrandou graças à negociação da Convenção de 1800, que formalmente liberou os Estados Unidos da aliança de defesa que havia assinado com a França em 1778. Entretanto, devido à posição de inferioridade dos Estados Unidos, a França se recusou a pagar US$ 20 milhões de indemnização pelos barcos americanos apreendidos pela marinha francesa.

A hostilidade em relação à França levou o Congresso a aprovar a Lei de Estrangeiros e de Sedição, de forte repercussão nas liberdades civis americanas. A Lei de Naturalização, que elevou de cinco para catorze anos o prazo mínimo de exigência para cidadania, tinha como alvo os imigrantes irlandeses e franceses, suspeitos de apoiarem os republicanos. A Lei de Estrangeiros, que só vigorou por dois anos, dava ao presidente o poder de expulsar ou encarcerar estrangeiros em tempos de guerra. A Lei de Sedição proibia qualquer material escrito, falado ou publicado sobre o presidente ou o Congresso e que fosse de "natureza falsa, escandalosa ou maliciosa". As poucas condenações obtidas com a aplicação da Lei de Sedição só serviram para criar mártires para a causa das liberdades civis e aumentar o apoio dado aos Republicanos.

Essas leis enfrentaram séria resistência. Jefferson e Madison patrocinaram a aprovação, pelas respectivas legislaturas estaduais, das resoluções de Kentucky e Virgínia, em novembro e dezembro de 1798. De acordo com as mencionadas Resoluções, os estados poderiam "interpor" seus pontos de vista sobre as iniciativas federais e "anulá-las". A doutrina de nulificação seria usada mais tarde pelos estados do Sul para defender seus próprios interesses em face dos estados do Norte, na questão das tarifas e, o que era ainda mais ameaçador, na questão da escravatura.

Em 1800, o povo americano estava pronto para mudar. Nas administrações de Washington e Adams, os Federalistas haviam criado um governo forte, mas ao deixarem por vezes de respeitar o princípio de que o governo americano tinha de ser sensível à vontade do povo, haviam adotado políticas que acabaram alienando grandes setores da população. Por exemplo, em 1798, haviam criado um imposto que incidia sobre casas, terras e escravos, e que afetava todo dono de propriedade no país.

Jefferson havia aos poucos reunido grande número de seguidores entre os pequenos agricultores, pequenos comerciantes e outros trabalhadores, os quais se fizeram sentir nas eleições de 1800. Jefferson teve uma enorme aceitação, porque

apelava para o idealismo americano. Em seu discurso de posse, o primeiro proferido na nova capital em Washington, D.C., ele prometeu "um governo sábio e frugal", que preservaria a ordem entre a população, mas que "deixaria as pessoas livres para determinarem como regular seus empreendimentos e como melhorar suas vidas".

A simples presença de Jefferson na Casa Branca já estimulava procedimentos mais democráticos. Ele ensinou seus subordinados a se considerarem apenas como curadores do povo. Ele estimulou a agricultura e a expansão para o Oeste. Por acreditar que a América deveria ser um refúgio para os oprimidos, defendeu uma lei de naturalização mais liberal. Ao final do seu segundo mandato, seu previdente Secretário do Tesouro, albert Gallatin, havia reduzido a dívida nacional para menos de US$ 560 milhões. Espalhou-se pelo país uma onda de fervor jeffersoniano, que levou os estados, um após o outro, a abolir as exigências de propriedade para alcançar o direito de voto e a aprovar leis mais humanitárias para devedores e criminosos.

LUISIANA E GRÃ-BRETANHA

Uma das iniciativas de Jefferson dobrou de tamanho o território do país. Ao final da Guerra dos Sete Anos, a França cedera para a Espanha o território a oeste do Rio Mississippi, incluindo o porto de Nova Orleans próximo à sua foz – porto indispensável para o escoamento dos produtos provenientes dos vales do Ohio e do Mississippi. Pouco depois da posse de Jefferson, Napoleão forçou o governo enfraquecido da Espanha a ceder de volta para a França o grande território chamado Luisiana. Esse passo encheu os americanos de apreensão e indignação. Os planos de Napoleão de criar um enorme império colonial a oeste dos Estados Unidos ameaçavam os direitos comerciais e a segurança de todas as povoações americanas no interior. Jefferson afirmou que, se a França tomasse posse da Luisiana, "daquele momento em diante, teremos de unir-nos à marinha e à nação britânica".

Napoleão, cônscio de que era iminente uma nova guerra com a Grã-Bretanha, resolveu encher os seus cofres e colocar a Luisiana fora do alcance dos britânicos, vendendo o território para os Estados Unidos. Essa situação colocou Jefferson num dilema constitucional: a Constituição não outorgava a qualquer dos poderes o direito de adquirir território. Inicialmente, Jefferson pensou em emendar a Constituição, mas seus assessores o dissuadiram, alegando que a demora poderia levar Napoleão a mudar de ideia e que o poder para comprar território era inerente ao poder de assinar tratados. Jefferson acabou cedendo, dizendo que "o bom senso do nosso país irá corrigir os males de uma construção frouxa, quando ela gerar efeitos negativos".

Os Estados Unidos adquiriram, por US$ 15 milhões, em 1803, o "Território da Luisiana". Tinha mais de 2.600.000 quilómetros quadrados e incluía o porto de Nova Orleans. A nação ganhava uma vastidão de planícies férteis, montanhas, florestas e sistemas fluviais que, dentro de 80 anos, se tornaria o coração da nação – e um dos maiores celeiros do mundo.

Ao iniciar seu segundo mandato em 1805, Jefferson declarou a neutralidade dos Estados Unidos no conflito entre Grã-Bretanha e França. Embora ambos os lados procurassem restringir a navegação neutra do outro, o maior domínio dos britânicos no mar tornou sua interdição e suas apreensões muito mais ameaçadoras que quaisquer ações tomadas pela França de Napoleão. Os comandantes navais britânicos revistavam regularmente navios americanos, apreendiam navios e cargas e retiravam marinheiros que julgavam ser cidadãos britânicos. Também pressionavam frequentemente os marinheiros americanos a alistarem-se no seu serviço.

Quando Jefferson fez uma proclamação exigindo que navios de guerra britânicos deixassem as águas territoriais dos Estados Unidos, os britânicos reagiram, forçando mais marinheiros americanos a passarem para o serviço deles. Jefferson decidiu usar pressões económicas para forçar o recuo dos britânicos. Em dezembro de 1807, o Congresso aprovou a Lei de Embargo, proibindo todo comércio internacional. É irônico que os republicanos, que defendiam um governo limitado, haviam aprovado uma legislação que ampliava enormemente os poderes do governo nacional. Em um só ano, as exportações americanas caíram para um quinto do seu volume anterior. Os setores ligados à navegação foram quase arruinados e houve enorme descontentamento na Nova Inglaterra e em Nova Iorque. Os setores agrícolas descobriram que também estavam sendo muito prejudicados, pois os preços caíram vertiginosamente quando os agricultores do Sul e o Oeste não puderam mais exportar seus excedentes de grãos, algodão, carne e tabaco.

Não se concretizou a esperança de que o embargo levasse a Grã-Bretanha à inanição e a uma mudança de política. Devido ao crescente descontentamento em seu próprio país, Jefferson resolveu adotar uma medida mais branda, que fazia concessões aos interesses dos setores de navegação no país. No início de 1809, ele assinou a Lei de Interrupção de Comércio, que permitia o comércio com todos os países, com exceção da Grã-Bretanha, a França e suas colónias.

Em 1809, James Madison sucedeu Jefferson como Presidente. As relações com a Grã-Bretanha se deterioraram, e os dois países rapidamente chegaram à beira de uma guerra. O presidente apresentou ao Congresso um relatório detalhado, indicando vários milhares de exemplos em que os britânicos haviam

recrutado à força cidadãos americanos. Além disso, colonos do noroeste estavam sendo atacados por índios que eles acreditavam terem sido insuflados por agentes britânicos no Canadá. Isso levou muitos americanos a defender a conquista do Canadá. Se tal empreitada fosse bem sucedida, significaria a eliminação da influência britânica entre os índios e também abriria novas terras para a colonização. O desejo de conquistar o Canadá, aliado a um profundo ressentimento por causa do recrutamento forçado de marinheiros americanos, moveu o povo em favor da guerra e, em 1812, os Estados Unidos declararam guerra à Grã-Bretanha.

A GUERRA DE 1812

O país se preparava para mais uma guerra com a Grã-Bretanha e via-se dilacerado por divisões internas. Enquanto o Sul e o Oeste eram a favor da guerra, Nova Iorque e a Nova Inglaterra eram contrários porque ela prejudicaria seu comércio. Quando foi declarada a guerra, o país ainda se encontrava militarmente despreparado. Havia menos de 7.000 soldados alistados, distribuídos em guarnições espalhadas ao longo do litoral, perto da fronteira com o Canadá e nas áreas mais remotas do interior. Esses soldados seriam apoiados por milícias estaduais não treinadas.

As hostilidades entre os dois países começaram com a invasão do Canadá, a qual, se tivesse sido corretamente executada, e no momento certo, teria resultado numa ação unida contra Montreal. Mas toda operação deu errado e terminou com a ocupação de Detroit pelos britânicos. A marinha americana, contudo, obteve uma série de vitórias e conseguiu restabelecer a confiança. Além disso, corsários americanos, que infestavam o Atlântico, capturaram 500 barcos britânicos durante os meses do outono e do inverno de 1812 e 1813.

A ofensiva de 1813 centrou-se no Lago Erie. O General William Henry Harrison – que mais tarde viria a ser presidente – liderou um exército de milicianos, voluntários e soldados regulares, vindos de Kentucky com o propósito de reconquistar Detroit. Em 12 de setembro, enquanto estavam ainda no alto Ohio, ele recebeu notícias de que o Comodoro Oliver Hazard Perry havia destruído a frota britânica no Lago Erie. Harrison ocupou Detroit, avançou para o Canadá e derrotou os britânicos que fugiam com os seus aliados indígenas no Rio Thames. Agora, toda a região estava sob o controlo dos americanos.

Um ano depois, o Comodoro Thomas Macdonough ganhou um duelo de artilharia com a flotilha britânica no Lago Champlain, no norte de Nova Iorque. Sem apoio naval, uma força britânica de invasão de 10.000 homens recuou para o Canadá. Mesmo assim, a frota britânica fustigou o litoral do Leste, tendo recebido ordens de "destruir

e arrasar". Na noite de 24 de agosto de 1814, uma força expedicionária marchou em direção a Washington, D.C. e a deixou em chamas. O Presidente James Madison fugiu para a Virgínia.

Com a continuação da guerra, os negociadores britânicos e americanos passaram a exigir concessões mútuas. Os enviados britânicos, contudo, resolveram ceder quando souberam da vitória de Macdonough no Lago Champlain. Pressionados pelo Duque de Wellington a chegar a um acordo, e sabendo que os cofres britânicos estavam quase vazios, em grande medida por causa dos altos custos das Guerras Napoleônicas, os negociadores da Grã-Bretanha resolveram aceitar os termos do Tratado de Gand, em dezembro de 1814. O Tratado previa o fim das hostilidades, a restituição dos territórios conquistados durante o conflito e a criação de uma comissão para resolver disputas de fronteira. Por desconhecerem que um tratado de paz já havia sido assinado, os dois lados continuaram lutando em Nova Orleans, Estado de Luisiana. Liderados pelo General Andrew Jackson, os americanos obtiveram sua maior vitória terrestre naquela guerra.

Enquanto britânicos e americanos negociavam um acordo, os delegados federalistas escolhidos pelas legislaturas de Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Vermont e New Hampshire encontravam-se em Hartford, Estado de Connecticut, para opor-se "à guerra do Sr. Madison". A Nova Inglaterra havia conseguido manter seu comércio com o inimigo durante todo o conflito, e algumas áreas chegaram a prosperar graças a esse intercâmbio. Os federalistas alegavam, contudo, que a guerra estava arruinando a economia. Com a possibilidade eminente de secessão da União, a convenção propôs uma série de emendas constitucionais que protegeriam os interesses da Nova Inglaterra. Em vez disso, o fim da guerra, em que houve uma vitória esmagadora em Nova Orleans, marcou os federalistas com um estigma de deslealdade, do qual jamais se refizeram. ◇

O SEGUNDO GRANDE DESPERTAR

Ao final do século XVIII, muitos americanos educados já não professavam mais as tradicionais crenças cristãs. Como uma reação ao secularismo da era, espalhou-se em direção ao Oeste um reavivamento religioso na primeira metade do século XIX.

Esse segundo grande reavivamento religioso na história americana foi constituído de diversos tipos de atividades, que variavam de local e de forma de expressão do compromisso religioso. Na Nova Inglaterra, o interesse renovado pela religião gerou uma onda de ativismo social. Na parte oeste de Nova Iorque, o espírito de reavivamento encorajou o surgimento de novas denominações. Nos estados de Kentucky e Tennessee, na região dos Apalaches, o reavivamento serviu para fortalecer os metodistas e batistas e gerou uma nova forma de expressão religiosa – a reunião no campo.

Diferentemente do que ocorrera no Grande Despertar da década de 1730, esse reavivamento no Leste notabilizou-se pela ausência de histeria e emocionalismo. Os incrédulos se impressionavam com o "silêncio respeitoso" daqueles que testemunhavam sua fé. O entusiasmo evangélico na Nova Inglaterra deu origem a sociedades missionárias interdenominacionais, criadas para evangelizar o Oeste. Membros dessas sociedades não apenas agiam como apóstolos da fé, mas também como educadores, líderes cívicos e expoentes da cultura urbana do Leste. A educação cristã foz levada adiante por editoras e sociedades voltadas para a educação: a mais notável destas foi a Sociedade Bíblica Americana jundada em 1816. O ativismo social inspirado pelo reavivamento fez surgir grupos abolicionistas e a Sociedade para a Promoção da Temperança, bem como outras iniciativas voltadas para a reforma das prisões e do tratamento de deficientes e doentes mentais.

A parte oeste de Nova Iorque, do Lago Ontário até as Montanhas Adirondack, já havia visto tantos reavivamentos religiosos no passado, que passou a ser conhecida como o "Distrito Consumido pelo Fogo". Aqui, a figura dominante era Charles Grandison Finney, um advogado que experimentou uma epifania religiosa e saiu para pregar o evangelho. Os seus reavivamentos eram caracterizados por um planeamento cuidadoso, pelo domínio de cena, e publicidade. Finney pregou nesse Distrito Consumido pelo Fogo durante toda a década de 1820 e a primeira parte dos anos 1830, antes de se dirigir para Ohio, em 1835, para ser professor de teologia na faculdade de Oberlin College, da qual veio a ser presidente mais tarde.

Duas outras denominações religiosas importantes na América – os Mórmons e os Adventistas do Sétimo Dia – também surgiram no Distrito Consumido pelo Fogo.

Na região dos apalaches, o reavivamento assemelhou-se ao grande despertar do século anterior. Só que, neste caso, o centro do reavivamento era a reunião campal – definida como "um culto religioso com vários dias de

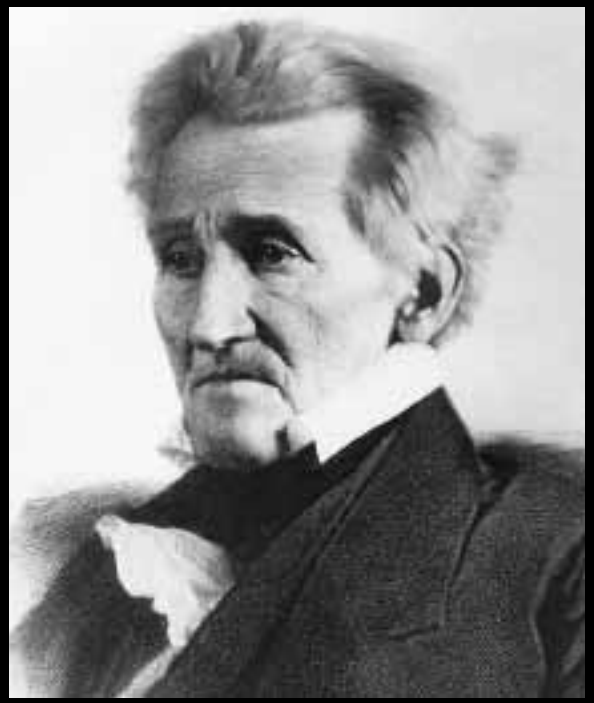
duração, para um grupo de pessoas que tinham de buscar abrigo onde estavam por causa da distância de casa". Os pioneiros nas áreas esparsamente populadas viam a reunião campal como um refrigério em meio à solidão da fronteira. Só a alegria de participar de um reavivamento religioso, com centenas e talvez milhares de pessoas, já inspirava os participantes a dançar, gritar e cantar nesses momentos. Provavelmente a maior reunião campal foi realizada em Cane Ridge, no Estado de Kentucky, em agosto de 1801; participaram entre 10.000 e 25.000 pessoas.

O grande reavivamento rapidamente se espalhou pelos estados de Kentucky, Tennessee e o Sul de Ohio, e os metodistas e os batistas foram os que mais se beneficiaram. Cada denominação contava com trunfos que lhe permitiam florescer nas regiões de fronteira. Os metodistas tinham uma organização muito eficiente que dependia dos pastores – conhecidos como cavaleiros itinerantes – que iam em busca das pessoas em lugares remotos da fronteira. Esses cavaleiros itinerantes vinham do povo, o que os ajudava a criar um vínculo com as famílias de fronteira que eles esperavam converter.

Os batistas não dispunham de uma organização eclesiástica formal. Seus agricultores – pastores eram pessoas que recebiam "o chamado" de Deus, estudavam a Bíblia e fundavam uma igreja, que depois os ordenava. Outros candidatos para o ministério surgiram dessas igrejas e eles ajudaram a igreja batista a fortalecer sua presença nas áreas mais remotas. Com esses métodos, os batistas se tornaram presença dominante nos estados de fronteira e na maior parte do Sul.

O Segundo Grande Despertar teve um impacto profundo na história americana. A força numérica dos batistas e metodistas aumentou em relação às denominações que tinham sido dominantes no período colonial – os anglicanos, presbiterianos e congregacionais. Entre estes últimos, a tentativa de aplicar o ensino cristão aos problemas sociais prenunciava o Evangelho Social do final do século XIX. Na primeira metade do século XIX, a América passara a ser uma nação mais diversificada, e as crescentes diferenças dentro do protestantismo americano refletiam e reforçavam essa diversidade. ◆

Andrew Jackson, presidente de 1829 a 1837. Carismático, enérgico e impulsivo, Jackson forjou uma coligação política eficaz dentro do Partido Democrata com habitantes do oeste americano, agricultores e a classe trabalhadora.



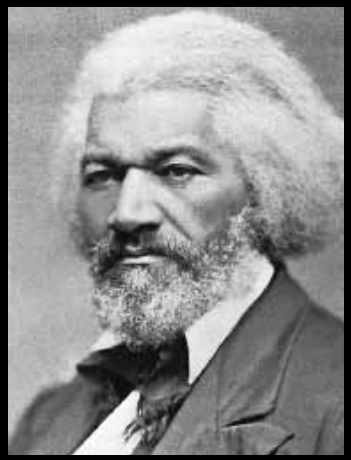
TRANSFORMANDO
UMA NAÇÃO
PERFIL DAS IMAGENS

Os Estados Unidos transformaram-se de novo no século XIX e no início do século XX. Um país rural, agrícola tornou-se uma potência industrial cuja espinha dorsal era aço e carvão, caminhos de ferro e potência de vapor. Um jovem país outrora limitado pelo rio Mississippi tinha-se expandido através do continente norte-americano e para territórios ultramarinos. Uma nação dividida pela questão da escravatura e posta à prova pelo trauma da guerra civil tinha-se tornado uma potência mundial cuja influência foi sentida pela primeira vez na Primeira Guerra Mundial.

Henry Clay de Kentucky, embora nunca tenha sido presidente, foi um dos políticos americanos mais influentes da primeira metade do século XIX. Clay tornou-se indispensável devido ao seu papel na preservação da União com o Compromisso de Missouri de 1820 e o Compromisso de 1850. Ambas as peças legislativas resolveram, durante algum tempo, os diferendos acerca da escravatura nos territórios.

As grandes defensoras dos direitos das mulheres no século XIX: Elizabeth Cady Stanton (sentada) e Susan B. Anthony. Stanton ajudou a organizar a primeira convenção em defesa dos direitos das mulheres em 1848 em Seneca Falls, Nova Iorque. Anos mais tarde, juntou-se a Anthony fundando a Associação Nacional de Sufrágio Feminino. "Eu fabriquei os raios", disse Stanton sobre a sua parceria, "e ela disparou-os".

William Lloyd Garrison, cuja denúncia veemente da escravatura e defesa eloquente dos direitos dos escravos afro-americanos apareceram no seu semanário, o Liberator, desde o seu primeiro número em 1831 a 1865, quando foi publicado o último número no fim da Guerra Civil.



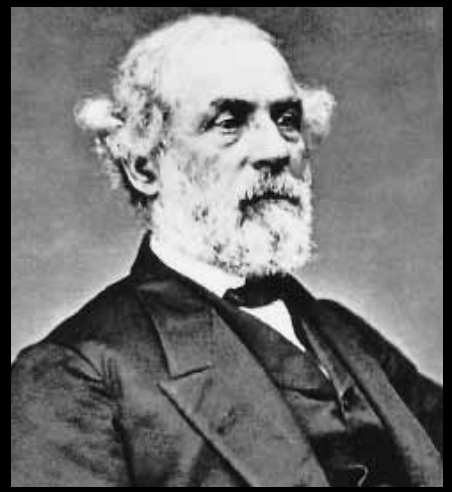
Frederick Douglass, o principal abolicionista afro-americano do país no século XIX, escapou da escravatura em 1838. O seu discurso acerca das suas provações como escravo na convenção anual da Sociedade Anti-Esclavagista de Massachusetts em Nantucket lançou a sua carreira como conferencista que falava sem rodeios, escritor e editor sobre a abolição da escravatura e sobre a igualdade racial.

Harriet Tubman, uma antiga escrava que salvou centenas da escravatura através do Caminho de Ferro Subterrâneo. O Caminho de Ferro Subterrâneo era uma vasta rede de pessoas que ajudavam os escravos fugitivos a fugirem para o Norte e para o Canadá na primeira metade do século XIX.

Confederados mortos ao longo de um muro durante a campanha de Chancellorsville, maio de 1863. Vitoriosas em Chancellorsville, as tropas sulistas avançaram para norte para a Pensilvânia, mas foram derrotadas na batalha de Gettysburg, que durou três dias, e foi um momento decisivo da Guerra Civil e a maior batalha jamais travada na América do Norte. Morreram mais americanos na Guerra Civil (1861-65) do que em qualquer outro conflito da história dos EUA.

Acampamento das tropas da União de Nova Iorque em Alexandria, Virgínia, na outra margem do rio Potomac na capital Washington.

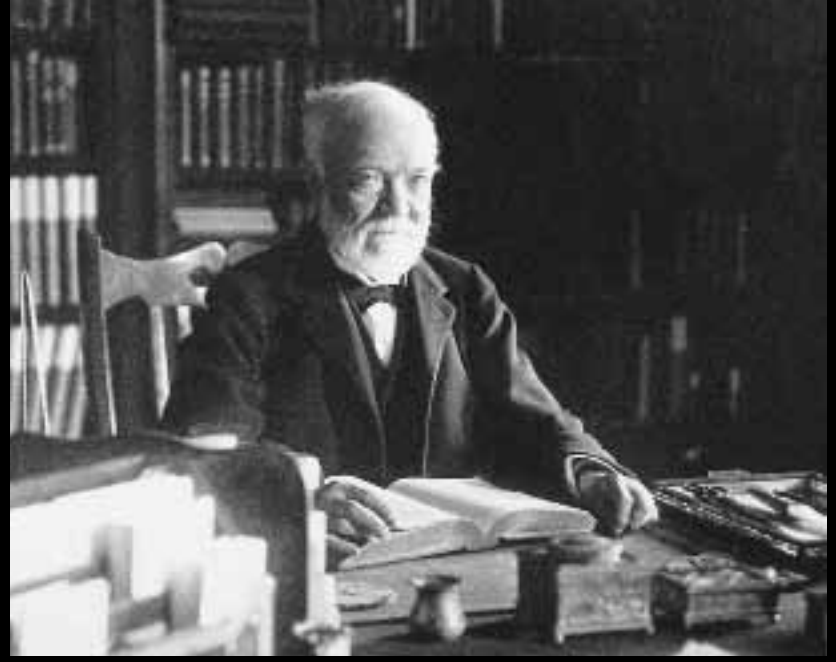
General da União Ulysses S. Grant, que conduziu as tropas da União à vitória na Guerra Civil e se tornou o 18º presidente dos Estados Unidos. Apesar de pesadas baixas em várias batalhas contra o seu adversário, o General Lee (abaixo), Grant recusou-se a retirar, o que levou o presidente Lincoln a dizer aos críticos que pediam o seu afastamento, "Não posso dispensar este general. Ele luta".



General confederado Robert E. Lee. Até hoje os historiadores militares estudam as suas táticas e as de Grant em batalhas como as de Vicksburg, Chancellorsville e Wilderness.

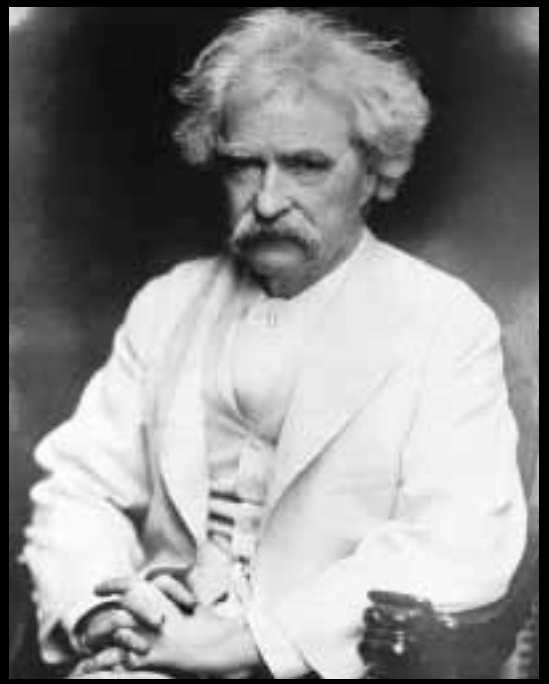
Gravura dos primeiros afro-americanos membros eleitos para o Congresso dos EUA durante a Era da Reconstrução, depois da Guerra Civil. Sentado à esquerda está H.R. Revels, senador pelo Mississippi. Os outros eram membros da Câmara dos Representantes dos estados de Alabama, Florida, Carolina do Sul e Geórgia.

Embora praticamente desconhecida em vida, Emily Dickinson (1830-1886) é agora considerada uma das mais brilhantes e originais poetisas que a América jamais produziu.



Andrew Carnegie, magnata e filantropo. Nascido na Escócia numa família pobre, Carnegie emigrou para os Estados Unidos e fez a sua fortuna construindo a maior fábrica de ferro e aço. Acreditando que os ricos tinham a obrigação de recompensar a sociedade, ele fundou bibliotecas públicas por todo o país.

Samuel Langhorne Clemens (1835-1910), mais conhecido por Mark Twain, o seu pseudónimo como escritor, é talvez o escritor e humorista americano mais lido e apreciado. Em Aventuras de Huckleberry Finn e noutras obras, Twain desenvolveu uma linguagem americana vigorosa, realista e coloquial.



Touro Sentado, chefe Sioux que travou a maior batalha dos índios da Planície contra o exército americano, quando os seus guerreiros derrotaram as tropas sob o comando do General Custer na Batalha de Little Big Horn em 1876.

O exército de Custer em marcha antes de Little Big Horn. Os Índios da Planície que derrotaram o seu exército estavam a resistir à entrada dos brancos nas suas terras sagradas e às tentativas do governo dos EUA para os obrigar a recuar para a Grande Reserva Sioux no Dakota do Sul.

Acima, Oklahoma City em 1889, quatro semanas antes do Território de Oklahoma ser aberto ao povoamento. Os colonos delimitaram com estacas, armaram tendas e rapidamente começaram a erguer cabanas e casas – um modelo que se repetiu por todo o Oeste.

À esquerda, um navio nas comportas de Gatun do Canal do Panamá. Os Estados Unidos adquiriram o direito de construir o canal em 1903 num tratado com o Panamá, que tinha acabado de se revoltar e separar da Colômbia. Segundo os termos do tratado de 1977, o canal voltava para o controlo do Panamá a 31 de dezembro de 1999.

À esquerda na página ao lado, imigrantes chegam a Ellis Island na cidade de Nova Iorque, principal porta de entrada nos Estados Unidos em finais do século XIX e princípios do século XX. De 1890 a 1821, cerca de 19 milhões de pessoas entraram nos Estados Unidos como imigrantes.

Abaixo, crianças trabalham em Indiana Glass Works em 1908. A promulgação de leis sobre o trabalho infantil foi um dos objetivos principais do movimento Progressista nesta época.

Mulberry Street na cidade de Nova Iorque, também conhecida como "Pequena Itália", nos primeiros anos do século XX. Famílias de imigrantes recém chegadas, sobretudo da Europa de Leste e do Sul, neste período, instalaram-se muitas vezes em enclaves urbanos com grande densidade populacional. Normalmente, os seus filhos ou netos iriam dispersar-se, mudando-se para outras cidades ou para outros pontos do país.

Thomas Edison examina uma película utilizada num projetor cinematográfico que ele inventou juntamente com George Eastman. O mais célebre de centenas de inventos de Edison foi a lâmpada incandescente.

Orville Wright, que construiu e voou no primeiro aeroplano em Kitty Hawk, Carolina do Norte, em 1903, com o seu irmão Wilbur. Orville é mostrado aqui ao controlo de um modelo de aeroplano em 1909.

Alexander Graham Bell faz a primeira chamada telefónica da cidade de Nova Iorque para Chicago em 1892. Bell, um imigrante da Escócia que se estabeleceu em Bóston, tinha inventado o telefone 16 anos antes, 1876.

Forças de infantaria em 1918, disparando espingardas de 37 mm, avançam contra posições alemãs na Primeira Guerra Mundial.

Os "Quatro Grandes" na Conferência de Paz de Paris em 1919, depois do fim da Primeira Guerra Mundial. Da esquerda para a direita estão sentados o Primeiro-Ministro Vittorio Orlando de Itália, o Primeiro-Ministro David Lloyd George da Grã Bretanha, o Primeiro-Ministro George Clemenceau de França e o Presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos. Apesar de esforços enérgicos, Wilson não conseguiu convencer o Senado dos Estados Unidos a concordar com a participação americana na nova Liga das Nações, criada no período depois da guerra.

Para os instruídos e ricos, os anos 20 foram o período da "Geração Perdida", simbolizada por escritores como Ernest Hemingway, que partiu dos Estados Unidos para um exílio voluntário em Paris. Foi também a "flapper era" de frivolidade e excesso, em que os jovens podiam rejeitar os limites e as tradições dos mais velhos. Ao cimo, jovens posam para uma fotografia numa festa dos anos 20. Acima, Henry Ford e o filho de pé ao lado de um dos seus primeiros automóveis, o 10º milionésimo Ford Modelo-T. O Modelo-T foi o primeiro carro cujo preço e disponibilidade fizeram com que um grande número de pessoas pudesse comprá-lo.

CAPÍTULO

5

A EXPANSÃO PARA OESTE E DIFERENÇAS REGIONAIS

Debulhadora puxada por cavalos a colher trigo no Midwest, século XIX.

"Vá para o Oeste, meu jovem, e cresça junto com o país".

Diretor de jornal **Horace Greeley**, 1851

CONSTRUINDO A UNIDADE

A guerra de 1812 foi, num certo sentido, uma segunda guerra de independência, pois, até então, os Estados Unidos não haviam sido colocados em pé de igualdade com as demais nações. Ao final da guerra, simplesmente desapareceram muitas das graves dificuldades enfrentadas pela jovem república desde a revolução. O sentimento de união nacional sob a Constituição trouxe um equilíbrio entre liberdade e ordem. Com uma dívida externa baixa e um continente que aguardava sua exploração, pareciam abrir-se diante da nação boas perspectivas de paz, prosperidade e progresso social.

O comércio estava a cimentar a unidade nacional. As privações da guerra convenceram muitos da importância de se proteger as indústrias da América, até que estivessem em condições de se defenderem sozinhas da concorrência internacional. Muitos argumentavam que a independência económica era tão essencial quanto a independência política. Para promover a autossuficiência, líderes no Congresso, como Henry Clay, de Kentucky, e John C. Calhoun, da Carolina do Sul, insistiam numa política de protecionismo – imposição de restrições às importações, para estimular o desenvolvimento da indústria americana.

O momento era propício para a elevação das tarifas aduaneiras. Os pastores dos estados de Vermont e de Ohio queriam proteção contra a entrada de lã inglesa. Em Kentucky, uma nova indústria baseada na tecelagem de cânhamo local para a produção de aniagem de algodão

estava sendo ameaçada pela indústria escocesa de aniagem. A cidade de Pittsburgh, no Estado da Pensilvânia, que já se tornara um próspero centro de fundição de ferro, estava ansiosa por desafiar os fornecedores britânicos e suecos do metal. A pauta alfandegária aprovada em 1816 cobrava tarifas suficientemente altas para proteger de fato os industriais.

Além disso, os cidadãos que viviam no Oeste defendiam a necessidade de estradas e canais para ligá-los às cidades e portos do Leste e a abertura de mais terras de fronteira para povoação. Não conseguiram, contudo, levar adiante o pleito da participação do governo federal nas melhorias internas. Havia muita oposição dos estados da Nova Inglaterra e do Sul. A construção de estradas e canais permaneceu competência dos estados até a aprovação, em 1916, da Lei Federal de Estradas.

A posição do governo federal foi bastante fortalecida nesta época por diversas decisões da Suprema Corte. John Marshall, da Virgínia, federalista convicto, tornou-se presidente da Corte em 1801 e permaneceu no cargo até sua morte em 1835. A Corte – que tivera pouca força antes da sua gestão – foi transformada em um poderoso tribunal e passou a ocupar uma posição tão importante quanto a do Congresso e a do presidente. Numa série de decisões históricas, Marshall estabeleceu o poder do Supremo Tribunal e fortaleceu o governo nacional.

Marshall foi o primeiro de uma longa série de presidentes da corte cujas decisões moldaram o significado e a aplicação da Constituição. Quando ele completou seu longo serviço, a Corte havia tomado decisões importantes em quase cinquenta casos que claramente envolviam princípios constitucionais. Em um do seus mais conhecidos pareceres – Marbury versus Madison (1803) – ele firmou decisivamente o direito da Suprema Corte de julgar da constitucionalidade de qualquer lei oriunda do Congresso ou de uma assembleia estadual. No caso McCulloch versus Maryland (1809), que envolvia a velha questão da interpretação de texto constitucional sobre os poderes implícitos do governo, ele defendeu corajosamente a teoria de Hamilton, segundo a qual a Constituição atribui implicitamente ao governo competências que ultrapassam aquelas explicitamente enumeradas.

A EXTENSÃO DA ESCRAVATURA

A escravatura, que até então havia recebido muito pouca atenção do público, começou a assumir uma importância muito maior na agenda nacional. Nos primeiros anos da república, quando os estados do Norte estavam a preparar-se para a emancipação imediata ou gradual dos escravos, muitos líderes presumiam que a escravatura desapareceria com o correr do tempo. Em 1786, George Washington manifestou sole-

nemente o desejo de que se chegasse a um plano que levasse à "abolição da escravatura de forma lenta, segura e imperceptível". Jefferson, Madison e Monroe, todos da Virgínia, bem como outros estadistas do Sul, fizeram declarações semelhantes.

A Ordenação do Noroeste, feita em 1787, havia banido a escravatura em todo o território do Noroeste. Em 1808, quando foi abolido o tráfico internacional de escravos, ainda havia muitos sulistas convictos de que a escravatura logo acabaria. Essa expectativa não se concretizou e, durante a geração seguinte, o Sul se uniu de forma maciça a favor da escravatura. Novos fatores económicos haviam tornado a escravatura mais rentável do que fora antes de 1790.

O principal desses fatores foi o grande desenvolvimento da indústria algodoeira no Sul, estimulada pela introdução de novos tipos do produto, bem como do descaroçador de algodão, inventado por Eli Whitneyem 1793, que separava as sementes. Enquanto isso, a Revolução Industrial, que transformou a produção de têxteis numa operação em grande escala, rapidamente aumentou a demanda por algodão cru. E a abertura de novas terras no Oeste, depois de 1812, aumentou as áreas disponíveis para aquela cultura, que rapidamente extrapolou os estados litorâneos na costa Leste e se estendeu para boa parte da região mais baixa do Sul, atingindo a região do delta do Mississippi e o Texas.

A cana de açúcar, outro produto que requer o uso intensivo de mão-de-obra, também contribuiu para a expansão da escravatura no Sul. As terras ricas e quentes da região sudeste da Luisiana revelaram-se ideais para o cultivo rentável da cana. Em 1830, o Estado estava abastecendo quase metade da demanda nacional por açúcar. Por fim, os produtores de tabaco foram mais para o Oeste, levando consigo a escravatura.

À medida que a sociedade livre do Norte e a sociedade esclavagista do Sul se estendiam para oeste, pareceu politicamente conveniente manter uma certa igualdade entre os novos estados que seriam criados a partir dos territórios do Oeste. Em 1818, quando Illinois foi admitido para a União, dez estados aceitavam a escravatura e onze a proibiam. Mas o equilíbrio foi restaurado quando Alabama ingressou na União como estado esclavagista. A população estava crescendo mais rapidamente no Norte, o que lhes permitia deter uma fácil maioria na Câmara dos Representantes. No Senado, contudo, mantinha-se a igualdade entre o Norte e o Sul.

Em 1819, o Estado de Missouri, que tinha 10.000 escravos, solicitou ingresso na União. Os estados do Norte uniram-se para se opor à sua entrada, a não ser como estado livre. Uma onda de protestos varreu o país. Durante algum tempo, o Congresso viu-se diante de um impasse, até que Henry Clay propôs o Compromisso de Missouri: Missouri foi

admitido como estado esclavagista, ao mesmo tempo em que Maine era aceito como estado livre. Além disso, o Congresso baniu a escravatura em todo o território adquirido com a Compra de Luisiana, ao norte da fronteira sul de Missouri. Na época, isso pareceu representar uma vitória para os estados do Sul, porque se imaginava que esse "Grande Deserto Americano" dificilmente viria a ser assentado. A controvérsia ficou temporariamente resolvida, mas Thomas Jefferson, numa carta a um amigo, escreveu que "essa questão momentosa me fez acordar aterrorizado, como se fosse um alarme de incêndio no meio da noite. Considerei-a imediatamente como o dobre fúnebre da União".

A AMÉRICA LATINA E A DOUTRINA MONROE

Durante as primeiras décadas do século XIX, a América Central e do Sul foram marcadas pela revolução. A ideia de liberdade havia contagiado os povos da América Latina desde o momento em que as colónias inglesas obtiveram sua independência. A conquista da Espanha por Napoleão em 1808 serviu de sinal para que os latino-americanos se revoltassem. Até 1822, habilmente, liderados por Simon Bolívar, Francisco Miranda, José de San Martin e Miguel de Hidalgo, toda a América hispânica – da Argentina e o Chile ao Sul, até o México e a Califórnia ao norte – tinham se tornado independentes da pátria-mãe.

O povo dos Estados Unidos se interessava profundamente pelo que parecia ser a repetição da sua própria experiência de ruptura com o domínio europeu. Os movimentos de independência da Amenca Latina confirmaram sua própria crença no autogoverno. Em 1822, o Presidente James Monroe, sob poderosa pressão pública, recebeu autorização para reconhecer os novos países da América Latina – inclusive o Brasil, ex-colónia de Portugal – e logo houve uma troca de ministros com esses países. Esse reconhecimento confirmou seu status como países genuinamente mdependentes, totalmente desvinculados das potências europeias.

Nesta ocasião, Rússia, Prússia e Áustria formaram uma associação chamada de Santa Aliança para protegerem-se de revoluções. Ao intervir em países onde movimentos populares ameacavam monarquias, a Aliança – assistida por vezes pela França – esperava evitar o alastramento da revolução em seus próprios territórios. Essa política representava a antítese do princípio americano de autodeterminação.

Enquanto restringiu suas atividades ao Velho Mundo, a Santa Aliança não despertou ansiedade nos Estados Unidos. Contudo, quando ela anunciou sua intenção de devolver à Espanha suas, antigas colónias, os americanos ficaram muito preocupados. A Grã-Bretanha resolveu evitar que a Espanha retomasse seu império, porque o comércio com a América latina era dema-

siado importante para os interesses comerciais britânicos. Londres insistiu em estender as garantias anglo-americanas à América Latina, mas o Secretário de Estado, John Quincy Adams, convenceu Monroe a agir unilateralmente: "Seria mais sincero, e também mais digno, anunciarmos nossos princípios abertamente para a Rússia e a França, ao invés de chegar como um escaler no rasto um navio de guerra britânico".

Em dezembro de 1823, ao saber que a marinha britânica se propunha defender a América Latina contra a Santa Aliança e a França, o Presidente Monroe aproveitou a oportunidade da sua mensagem anual ao Congresso para anunciar o que seria conhecido como a Doutrina Monroe – a recusa em tolerar qualquer nova extensão do domínio europeu às Américas:

> *Os continentes americanos.... de agora em diante não poderão mais ser considerados objetos de futura colonização pelas potências europeias.*
> *Devemos considerar qualquer tentativa por parte deles de ampliar seus sistema [político] para abarcar qualquer parte deste hemisfério como perigosa à nossa paz e segurança.*
> *Não temos interferido e não interferiremos com as atuais colónias ou dependências de qualquer potência europeia. Mas, em relação aos governos que declararam sua independência e a mantiveram, e cuja independência tivermos ... reconhecido, não poderemos interpretar qualquer interferência com o propósito de oprimi-los, ou de controlar seu destino, seja de que forma for, por qualquer potência europeia, de outra forma senão como a manifestação de uma inclinação hostil em relação aos Estados Unidos.*

A Doutrina Monroe expressava um espírito de solidariedade com as recém-independentes repúblicas da América Latina. Essas nações, por sua vez, reconheceram uma afinidade política com os Estados Unidos, baseando suas novas constituições, em muitos casos, no modelo norte-americano.

O PARTIDARISMO E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Internamente, a presidência de Monroe (1817-1825) ficou conhecida como "a era de boa vontade". A expressão reconhecia o triunfo político do Partido Republicano sobre o Partido Federalista, que entrou em colapso como força nacional. De qualquer forma, esse foi um período de vigoroso conflito regional e entre facções.

O fim dos Federalistas levou a um breve período de política de facções e desorganizou o sistema de escolha de candidatos presidenciais por bancadas partidárias do Congresso. Naquele tempo, as legislaturas estaduais podiam indicar candidatos. Em 1824, os estados de Tennessee e Pensilvânia escolheram Andrew Jackson, tendo o Senador

John C. Calhoun, da Carolina do Sul, como seu vice-presidente. O de Kentucky selecionou Henry Clay, o então Presidente da Câmara; Massachusetts escolheu o Secretário de Estado John Quincy Adams; e uma reunião da bancada do Congresso escolheu o Secretário do Tesouro, William Crawford.

As personalidades e as lealdades regionais desempenharam um papel muito importante na determinação do resultado da eleição. Adams ganhou os votos eleitorais da Nova Inglaterra e da maior parte de Nova Iorque; Clay ganhou Kentucky, Ohio e Missouri; Jackson ganhou o Sudeste, Illinois, Indiana, as Carolinas, Pensilvânia, Maryland e New Jersey; e Crawford ganhou a Virgínia, Geórgia e Delaware. Nenhum candidato obteve a maioria do colégio eleitoral, de modo que, em obediência à Constituição, a eleição foi transferida para a Câmara dos Representantes, onde Clay era a figura mais influente. Ele deu seu apoio a Adams, que então conquistou a presidência.

Durante a administração de Adams, surgiram novos alinhamentos partidários. Os seguidores de Adams adotaram a denominação "Republicanos Nacionais", que mais tarde viria a ser mudada para "Whigs". Embora tenha governado de forma honesta e eficiente, Adams não foi um presidente popular e sua administração foi caracterizada por diversas frustrações. Adams não conseguiu instituir um sistema nacional de estradas e canais. Seus anos no governo mais pareciam uma longa campanha em prol da reeleição, e seu temperamento frio e intelectual não lhe granjeou muitos amigos. Jackson, ao contrário, era muito popular, especialmente entre seus seguidores no recentemente rebatizado Partido Democrático, surgido a partir do Partido Republicano, e cujas raízes estavam associadas aos presidentes Jefferson, Madison e Monroe. Na eleição de 1828, Jackson derrotou Adams por uma esmagadora maioria.

Jackson – político do Tennessee, que lutou contra os índios na fronteira Sul e foi herói da Batalha de Nova Orleans durante a guerra de 1812 – era apoiado pelo "cidadão comum". Acedeu à presidência numa onda de entusiasmo pela democracia popular. A eleição de 1828 foi um marco importante na tendência para uma votação mais ampla. Nessa altura a maior parte dos estados tinha promulgado ou o sufrágio universal do eleitor branco ou reduzido as exigências relativas a bens. Em 1824 os membros do Colégio Eleitoral em seis estados ainda eram eleitos pelas legislaturas estaduais. Até 1828 os eleitores presidenciais eram escolhidos por voto popular em todos os estados com exceção de Delaware e Carolina do Sul. Estes acontecimentos foram o resultado de um sentimento generalizado de que o povo devia governar e de que o governo por elites tradicionais tinha chegado ao fim.

A CRISE DE NULIFICAÇÃO

Quando estava próximo do final do seu primeiro mandato, Jackson foi forçado a enfrentar o Estado da Carolina do Sul, o mais importante estado produtor de algodão do Sul Profundo, na questão da tarifa protecionista. Interesses empresariais e agrícolas no estado esperavam que Jackson usasse seu poder presidencial para mudar a legislação tarifária de 1828 que designavam por Tarifa de Abominações. Na sua opinião, todos os benefícios do protecionismo estavam a ser usufruídos pelos industriais do Norte deixando o setor agrícola da Carolina do Sul mais pobre. Em 1828, o principal político do estado – e vice-presidente de Jackson até à sua demissão em 1832 – John C. Calhoun tinha declarado em "*South Carolina Exposition and Protest*" que os estados tinham o direito de invalidar legislação nacional opressiva.

Em 1832, o Congresso aprovou e Jackson promulgou um projeto de lei que revia em baixa a tarifa de 1828, mas não foi o suficiente para satisfazer a maior parte dos habitantes da Carolina do Sul. O estado adotou uma Ordenação de Nulificação, que declarava nulas e inválidas dentro das fronteiras estaduais as tarifas de 1828 e 1832. A legislatura também aprovou leis para fazer cumprir a ordenação, inclusive autorizando a mobilização de uma força militar e dotações para armamento. A nulificação era há muito um tema de protesto contra os chamados excessos do governo federal. Jefferson e Madison tinham-na proposto nas resoluções de Kentucky e Virgínia, datadas de 1798 para protestar contra as Leis sobre Estrangeiros e Sedição. A Convenção de Hartford de 1814 tinha-a invocado para protestar contra a guerra de 1812. Contudo, nunca antes um estado tinha tentado verdadeiramente a nulificação. O jovem país enfrentava a sua maior crise até então.

Em resposta à ameaça da Carolina do Sul, Jackson enviou sete pequenos navios e um navio de guerra para Charleston, em novembro de 1832. No dia 10 de dezembro, ele emitiu uma retumbante proclamação contra os defensores da nulificação. O presidente declarou que a Carolina do Sul estava "à beira da insurreição e traição" e apelou ao povo do estado para que reafirmasse a sua lealdade para com a União. Ele também deixou saber que, se necessário, chefiaria pessoalmente o exército para fazer cumprir a lei.

Quando a questão das tarifas foi reapresentada ao Congresso, o adversário político de Jackson, o Senador Henry Clay, grande defensor da proteção mas também defensor da União, promoveu uma solução de compromisso. O projeto de lei de Clay sobre tarifas, rapidamente aprovado em 1833, especificava que todas as tarifas superiores a 20% do valor dos produtos importados deveriam ser reduzidas anualmente, até que, em 1842, todas retornassem ao nível moderado das

tarifas de 1816. Ao mesmo tempo, o Congresso aprovou uma Lei da Força, autorizando o presidente a utilizar o poder militar para fazer cumprir as leis.

A Carolina do Sul tinha contado com o apoio dos outros estados do Sul, mas ficou isolada. (O seu aliado mais provável, o governo estadual da Geórgia, quis e conseguiu que os militares americanos retirassem as tribos índias do estado). Eventualmente a Carolina do Sul desistiu. Ambos os lados, contudo, consideraram-se vitoriosos. Mas a Carolina do Sul, com a sua resistência, tinha conseguido impor muitas das suas exigências e demonstrar que um único estado podia fazer valer sua vontade perante o Congresso.

A BATALHA DO BANCO

Apesar da crise de nulificação possuir as sementes da guerra civil, não foi uma questão política tão fundamental como a luta encarniçada acerca da existência contínua do banco central do país, o segundo Banco dos Estados Unidos. O primeiro banco, fundado em 1791, sob a orientação de Alexander Hamilton, tinha recebido um alvará de funcionamento por 20 anos. Embora o governo detivesse algumas das suas ações, o banco, como o Banco de Inglaterra e outros bancos centrais dessa época, era uma corporação privada sendo os lucros distribuídos pelos acionistas. As suas funções públicas consistiam em atuar como depositário das receitas do governo, conceder empréstimos a curto prazo ao governo e, acima de tudo, estabelecer uma moeda sólida recusando-se a aceitar o valor nominal das notas (papel moeda) emitidas por bancos com alvará estadual superior à sua capacidade de resgate.

Para as empresas financeiras e comerciais do Nordeste, o banco central era um elemento necessário para obrigar a cumprir uma política monetária prudente, mas desde o início foi mal aceite por pelos habitantes do Sul e do Oeste que acreditavam que a sua prosperidade e o seu desenvolvimento regional dependiam de muito dinheiro e crédito. O Partido Republicano de Jefferson e Madison duvidava da sua constitucionalidade. Quando o seu alvará expirou em 1811 não foi renovado.

Durante os anos seguintes, o setor bancário ficou nas mãos de bancos com alvarás de alcance estadual, que emitiam moeda em excesso e, por isso, geravam muita confusão e alimentavam a inflação. Ficou cada vez mais claro que os bancos estaduais não podiam oferecer à nação uma moeda de confiança. Em 1816, foi concedido um alvará de funcionamento por 20 anos para um segundo Banco dos Estados Unidos, muito semelhante ao primeiro. O segundo banco foi desde o início impopular nos estados e territórios mais recentes, em especial a nível dos banqueiros estaduais e locais que não aceitaram bem o seu monopólio virtual

do crédito e da moeda do país, mas também a nível de pessoas menos abastadas em toda a parte, que julgavam que representava os interesses de alguns ricos.

De um modo geral, o banco foi bem administrado e prestou um serviço muito valioso; mas Jackson, há muito partilhava da desconfiança Republicana em relação ao estabelecimento financeiro. Eleito defensor do povo, pressentiu que o gestor aristocrático do banco, Nicholas Biddle, era um alvo fácil. Quando os apoiantes do banco no Congresso tentaram forçar a aceitação da renovação precoce do seu alvará, Jackson reagiu com um veto da sessão que denunciava o monopólio e o privilégio especial. A tentativa de anular o veto falhou.

Na campanha presidencial seguinte, a questão do banco revelou uma cisão fundamental. Comerciantes, industriais e interesses financeiros favoreciam o dinheiro seguro. Os banqueiros e empresários regionais, que procuravam apenas o lucro, queriam uma maior massa monetária e taxas de juro mais baixas. Outras classes devedoras, em especial os agricultores, partilhavam estes mesmos sentimentos. Jackson e os seus apoiantes chamaram "monstro" ao banco central e conseguiram uma vitória fácil sobre Henry Clay.

O presidente interpretou o seu triunfo como um mandato popular para esmagar de vez o banco. Em setembro de 1833, ele ordenou que terminassem os depósitos de recursos do governo no banco e que fossem levantados gradualmente os fundos já em seu poder. O governo depositou os seus fundos em bancos estaduais selecionados, caracterizados como "pet banks" pela oposição.

Durante a geração seguinte, os Estados Unidos operariam com um sistema bancário estadual relativamente pouco regulado, que ajudou a sustentar a expansão para o Oeste, graças ao crédito barato, mas manteve o país vulnerável a crises periódicas de pânico. Durante a Guerra Civil, os Estados Unidos iniciaram um sistema de alvarás nacionais para bancos locais e regionais, mas o país voltou ao sistema de banco central com a criação do sistema da Reserva Federal em 1913.

OS WHIGS, OS DEMOCRATAS E OS "NÃO-SABEM-NADA"

Os adversários políticos de Jackson, unidos por pouco mais que uma oposição comum a ele, eventualmente reuniram-se num único partido chamado Whigs, um termo britânico que significava a oposição ao "governo monárquico" de Jackson. Embora se tivessem organizado pouco depois da campanha de 1832, precisaram de mais de uma década para harmonizarem as suas diferenças e poderem defender uma plataforma única. Principalmente devido ao magnetismo de Henry Clay e Daniel Webster, os estadistas mais brilhantes dos Whigs, o partido consolidou os seus membros. Contudo, nas eleições de 1836 os Whigs ainda se encontravam demasiado divididos para se unirem em torno de um único homem. A presidência foi ganha por Martin Van Buren, de Nova Iorque, o vice-presidente de Jackson.

Uma depressão económica e a personalidade dominadora do seu predecessor obscureceram os méritos de Van Buren. Os seus atos públicos não despertavam entusiasmo, porque ele não tinha o dom da liderança e o instinto dramático inerentes a cada passo dado por Jackson. As eleições de 1840 encontraram o país numa situação difícil e de salários baixos e os Democratas na defensiva.

O candidato presidencial dos Whigs era William Henry Harrison, de Ohio, muito popular por ter sido não só um herói das lutas contra os índios como também da guerra de 1812. À semelhança de Jackson, ele era visto como um representante do Oeste democrático. O seu candidato a vice-presidente era John Tyler, um homem da Virgínia cujas opiniões sobre os direitos dos estados e tarifas baixas muito agradavam os eleitores do Sul. Harrison teve uma vitória estrondosa.

Contudo, um mês após a sua posse, Harrison, então com 68 anos, faleceu e Tyler tornou-se presidente. As ideias de Tyler divergiam muito das de Clay e de Webster, ainda os homens mais influentes no Congresso. O resultado foi uma rutura clara entre o novo presidente e o partido que o elegera. A presidência de Tyler pouco mais fez do que estabelecer definitivamente que, se um presidente falecer, o vice-presidente assumiria as funções com plenos poderes para o restante do seu mandato.

Os americanos encontravam-se divididos de uma forma mais complexa. O grande número de imigrantes católicos na primeira metade do século XIX, sobretudo de irlandeses e alemães, desencadeou uma forte reação entre os americanos protestantes nascidos no país. Os imigrantes traziam para os Estados Unidos novos costumes e práticas religiosas estranhas. Eles competiam com os nativos pelos empregos nas cidades ao longo da costa leste. O sufrágio universal do homem branco, surgido nas décadas de 1820 e 1830, aumentou a sua influência política. Políticos aristocratas substituídos culpavam os imigrantes pela sua perda de poder. O facto da Igreja Católica não ter apoiado o movimento de temperança esteve na origem de acusações de que Roma estava a tentar subverter os Estados Unidos através do consumo de álcool.

A mais importante organização nativista surgida neste período foi uma sociedade secreta, a Ordem da Bandeira Estrelada fundada em 1849. Quando seus membros se recusaram a identificar-se, foram logo rotulados de "Não-Sabem-Nada" (Know-Nothings). Em poucos anos tornaram-se uma organização nacional com um poder político considerável.

Os "Não-Sabem-Nada" defenderam o prolongamento do período necessário para obtenção da cidadania por naturalização de cinco para 21 anos. Procuravam excluir os católicos nascidos no estrangeiro de cargos públicos. Em 1855 obtiveram o controlo das legislaturas de Nova Iorque e Massachusetts; nessa altura, cerca de 90 congressistas americanos estavam ligados ao partido. Este foi o seu ponto alto. Pouco depois, a crise terrível entre o Norte e o Sul sobre a extensão da escravatura dividiu irremediavelmente o partido, desgastando-o juntamente com os antigos debates entre Whigs e Democratas que dominaram a política americana no segundo trimestre do século XIX.

MOVIMENTOS EM PROL DE REFORMAS

A convulsão democrática na política, exemplificada pela eleição de Jackson, foi apenas uma das etapas na longa busca dos americanos por maiores direitos e oportunidades para todos os cidadãos. Uma outra etapa começou com o surgimento das organizações trabalhistas. Em 1835, forças trabalhistas na cidade de Filadélfia, Estado da Pensilvânia, conseguiram a redução da antiga jornada de trabalho (conhecido como "do amanhecer ao anoitecer") para 10 horas de trabalho. New Hampshire, Rhode Island, Ohio e o novo Estado da Califórnia, que entrou para a União em 1850, adotaram reformas semelhantes.

A ampliação do sufrágio já havia levado a um novo conceito de educação, pois os estadistas de visão em todos os estados haviam percebido que a meta do sufrágio universal poderia ser ameaçada por um eleitorado analfabeto e deseducado. Esses homens – DeWitt Clinton em Nova Iorque, Abraham Lincoln em Illinois e Horace Mann em Massachusetts – eram agora apoiados por grupos trabalhistas, cujos líderes exigiam escolas gratuitas, financiadas por impostos, e abertas a todas as crianças. Aos poucos, num estado após o outro, foi aprovada legislação para implementar essa educação gratuita. O sistema de escolas públicas se difundiu por toda a parte no norte do país. Mas em outras partes do país a luta pela educação pública ainda se arrastou por muitos anos.

Outro movimento social de grande importância surgido nesse período foi a oposição ao uso e à venda de álcool, ou seja, a luta pela temperança, fruto de uma série de preocupações e motivações: crenças religiosas, o impacto do álcool sobre a força de trabalho e a violência e o sofrimento infligidos a mulheres e crianças pelos que se excediam na bebida. Em 1826, alguns pastores de Boston organizaram a Sociedade em Prol da Temperança. Sete anos mais tarde, na Filadélfia, a Sociedade organizou uma Convenção Nacional, que deu origem à União Americana de Temperança. Esta propôs o fim de todas as bebidas alcóolicas e pressionou as legislaturas estaduais para que proibissem sua produção e venda.

Em 1855, 13 estados já o haviam feito, embora a legislação tenha sido depois questionada nos tribunais. A legislação só sobreviveu no norte da Nova Inglaterra, mas, entre 1830 e 1860, o movimento de temperança conseguiu reduzir o consumo per capita de álcool no país.

Outros reformadores voltaram-se para o problema das prisões e os cuidados com os doentes mentais. Procurou-se transformar as prisões, onde a ênfase era dada à punição, em penitenciárias, onde os culpados poderiam ser submetidos a programas de reabilitação. Em Massachusetts, Dorothea Dix liderou a luta pela melhoria das condições de vida dos doentes mentais, que eram então confinados em deploráveis asilos de caridade e prisões. Depois de conseguir algumas melhorias em Massachusetts, ela levou sua campanha para o Sul, onde nove estados criaram hospitais para os doentes mentais entre 1845 e 1852.

DIREITOS DAS MULHERES

Tais reformas sociais levaram muitas mulheres a se darem conta da sua própria posição desigual na sociedade. Desde os tempos coloniais, as mulheres não casadas haviam desfrutado de muitos dos mesmos direitos legais que os homens, embora os costumes da época as obrigassem a casar-se cedo. Com o matrimónio, as mulheres praticamente perdiam sua identidade própria aos olhos da lei. As mulheres não tinham o direito de votar e, nos séculos XVII e XVIII, sua educação costumava restringir-se à leitura, escrita, música, dança e costura.

O despertar das mulheres começou coma visita à América de Francis Wright, conferencista e jornalista escocesa, que defendeu publicamente os direitos das mulheres nos Estados Unidos durante a década de 1820. Numa época em que as mulheres eram frequentemente proibidas de falar em público, Wright não apenas se expressava com franqueza, mas também chocava suas plateias ao defender o direito das mulheres de buscarem informações sobre controlo da natalidade e divórcio. Na década de 1840, surgiu um movimento em defesa dos direitos das mulheres americanas. A sua líder principal foi Elizabeth Cady Stanton.

Em 1848, Cady Stanton e a sua colega Lucretia Mott organizaram uma convenção dos direitos da mulher – a primeira na história do mundo – em Seneca Falls, Nova Iorque. As delegadas redigiram uma "Declaração de Sentimentos" exigindo igualdade com os homens perante a lei, o direito ao voto e igualdade de oportunidades na educação e no mercado de trabalho. As resoluções foram aprovadas por unanimidade, com exceção da resolução sobre o sufrágio das mulheres, que só obteve uma maioria após um discurso inflamado de Frederick Douglass, o abolicionista negro.

Em Seneca Falls, Cady Stanton obteve reconhecimento nacional como escritora e oradora eloquente

em defesa dos direitos das mulheres. Ela cedo compreendeu que sem o direito de voto as mulheres nunca seriam iguais aos homens. Tomando como modelo o abolicionista William Lloyd Garrison, ela viu que a chave para o sucesso residia na mudança da opinião pública e não em ação partidária. Seneca Falls tornou-se o catalisador de mudança futura. Dentro de pouco tempo foram realizadas outras convenções em defesa dos direitos das mulheres e outras mulheres viriam a estar na vanguarda do movimento pela sua igualdade política e social.

Também em 1848, Ernestine Rose, uma imigrante polaca, teve um papel preponderante na aprovação de uma lei no estado de Nova Iorque que permitia às mulheres casadas manterem as suas propriedades em seus próprios nomes. A Lei de Propriedade de Mulheres Casadas, uma das primeiras deste tipo em todo o país, incentivou outras legislaturas estaduais a aprovar leis semelhantes.

Em 1869 Elizabeth Cady Stanton e outra importante ativista dos direitos das mulheres, Susan B. Anthony, fundaram a Associação Nacional pelo Sufrágio das Mulheres (NWSA), a fim de promover uma emenda constitucional destinada a dar às mulheres o direito de voto. As duas se tornariam as mais ardorosas defensoras do movimento das mulheres. Ao descrever sua parceria, Cady Stanton costumava dizer: "Eu preparei os trovões e ela os disparou".

RUMO AO OESTE

A fronteira exerceu um impacto muito grande na formação da vida americana. As condições prevalecentes em toda a costa do Atlântico estimulavam a migração para as regiões mais novas. Da Nova Inglaterra, onde o solo era impróprio para boas colheitas de grãos, veio um fluxo contínuo de homens e mulheres que deixaram para trás suas fazendas e suas aldeias no litoral para usufruir das ricas terras que existiam no interior do continente. Nos povoações no interior das Carolinas e da Virgínia, também se dirigiram para o Oeste as pessoas que se viam prejudicadas pela falta de estradas e canais que dessem acesso aos mercados do litoral, e que ficavam sujeitas ao domínio político dos grandes agricultores com terras no litoral. Por volta de 1800, os vales dos rios Mississippi e Ohio estavam a transformar-se numa região de fronteira. "Hi-o, lá vamos nós, descendo o rio O-hi-o", tornou-se o refrão de milhares de migrantes.

O fluxo de pessoas dirigindo-se para o Oeste no início do século XIX levou à divisão de antigos territórios e à fixação de novas fronteiras. À medida que novos estados iam sendo aceitos na União, estabilizava-se o mapa político Leste do Rio Mississippi. De 1816 a 1821, foram criados seis estados – Indiana, Illinois e Maine (que eram estados livres) e Mississippi, Alabama e Missouri (estados escla-

vagistas). A primeira área de fronteira tinha estado muito associada com a Europa, a segunda com as povoações litorâneas, mas o vale do Mississippi era independente e lá as pessoas voltavam seus olhos para o Oeste, e não mais para o Leste.

Os colonos das fronteiras formavam um grupo bem diversificado. Um viajante inglês descreveu-os certa vez como "uma raça ousada e valente de homens que vivem em cabanas miseráveis. São incultos mas hospitaleiros, gentis com os forasteiros, honestos, confiáveis. Cultivam um pouco de milho dos índios, abóboras, criam porcos e às vezes têm uma ou duas vacas ... Mas a espingarda é sua a principal fonte de sustento". Habilidosos com o machado, as armadilhas e o anzol, esses homens desbravaram as trilhas, construíram as primeiras cabanas de madeira e enfrentaram as tribos norte-americanas, cuja terra ocuparam.

À medida que um número crescente de colonos penetravam nas áreas remotas, muitos se tornaram agricultores e também caçadores. Casas confortáveis de madeira, com janelas de vidro, chaminé e cômodos divididos, foram substituindo as cabanas; o poço tomou o lugar da fonte. Colonos diligentes rapidamente limpavam sua área: queimavam a madeira para obter carvão e deixavam apodrecer os tocos das árvores. Cultivavam seus próprios grãos cereais, verduras e frutas; corriam as florestas à caça de veados, perus selvagens e mel; pescavam nos córregos próximos, cuidavam de gado e porcos. Especuladores imobiliários compravam barato enormes extensões de terra e, quando a propriedade se valorizava, vendiam-na e avançavam mais para oeste, dando lugar para outros.

Médicos, advogados, comerciantes, editores, pregadores, mecânicos e políticos logo seguiram nos passos dos agricultores. Os agricultores, contudo, eram a base da povoação. Quando eles se detinham, é porque tinham a intenção de assentar a área e a esperança de que seus filhos lá permanecessem depois deles. Ergueram grandes celeiros e casas de tijolo ou de madeira. Traziam consigo gado de raças aprimoradas, aravam a terra com habilidade e plantavam sementes produtivas. Alguns construíram moinhos de farinha, serrarias e destilarias. Projetaram boas estradas, igrejas e escolas. Foram capazes de efetuar transformações incríveis em apenas alguns poucos anos. Em 1830, por exemplo, a futura cidade de Chicago, no Estado de Illinois, não passava de uma aldeia de comerciantes dotada de um forte. Contudo, bem antes de alguns dos seus primeiros colonos morrerem, o lugar já havia se transformado numa das maiores e mais ricas cidades do país.

Era fácil comprar uma fazenda. A partir de 1820, as terras do governo podiam ser adquiridas por cerca de US$ 1,25 o meio hectare. Depois da Lei da Propriedade Rural (Homestead Law), de 1852, bastava tomar posse da terra e nela fazer benfeitorias. Além disso, as ferramen-

tas para trabalhar a terra eram facilmente acessíveis. Era uma época em que, numa expressão de John Soule e popularizada pelo jornalista Horace Greeley, os jovens podiam "ir para o Oeste e crescer com o país".

Excetuada a migração que se dirigiu para o Texas, então sob a jurisdição do México, o avanço ocidental da fronteira agrícola só passou além do Missouri depois de 1840. Excetuada a migração que se dirigiu para o Texas, então sob a jurisdição do México, o avanço ocidental da fronteira agrícola só passou além do Missouri para o vasto território ocidental adquirido na Compra de Luisiana depois de 1840. Em 1819, como retribuição por ter assumido as reivindicações de cidadãos americanos, no valor de US$ 5 milhões, os Estados Unidos receberam da Espanha não só a Flórida como os direitos da Espanha sobre o território de Oregon, no extremo Oeste. Nesse meio tempo, essa região do extremo Oeste se havia transformado num campo de grande atividade no comércio depeles e viria a assumir uma importância muito superior ao valor das peles. Como ocorrera nos primeiros dias da exploração francesa no vale do Mississippi, o comerciante era como que um desbravador para os colonos que se estabeleciam além daquele rio. Foram os caçadores de peles, franceses e escoceses-irlandeses que, ao explorarem os grandes rios e seus tributários e descobrirem as passagens nas Montanhas Rochosas e Sierra, que tornaram possível a migração terrestre da década de 1840 e a posterior colonização do interior do país.

No geral, o crescimento da nação foi enorme: a população passou de 7,25 milhões para 23 milhões entre os anos 1812 e 1852; a área disponível para colonização aumentou em algo quase igual ao tamanho da Europa – de 4,4 milhões para 7,8 milhões de quilómetros quadrados. Contudo, permaneciam sem resolução os conflitos básicos que tinham suas raízes nas divergências de cunho mais localizado e que, na década de 1860, desembocariam numa guerra civil. Era inevitável também que essa expansão para o Oeste agravasse o confronto entre os colonos e os primeiros habitantes da terra, os índios.

Na primeira metade do século XIX, a figura mais proeminente associada a esses conflitos foi Andrew Jackson, o primeiro ocupante da Casa Branca a proceder do "Oeste". No meio da guerra de 1812, Jackson, então responsável pela milícia do Tennessee, foi enviado para o Sul do Alabama, onde sufocou impiedosamente uma insurreição dos índios Creek. Estes logo cederam dois terços do seu território para os Estados Unidos. Jackson mais tarde expulsou bandos de índios Seminole dos seus santuários na Flórida ainda espanhola.

Na década de 1820, o Secretário de Guerra do Presidente Monroe, John C. Calhoun, seguiu uma

política de transferência das tribos remanescentes no velho Sudoeste para áreas além do Mississippi. Jackson, como Presidente, continuou com a mesma política. Em 1830, o Congresso aprovou a Lei de Transferência de Índios, que reservava recursos para transportar as tribos do Leste para áreas além do Mississippi. Em 1834, foi criado um território especial para os indígenas, no que é hoje o Oklahoma. Ao todo, as tribos assinaram 94 tratados durante os dois mandatos de Jackson, cedendo milhões de hectares para o governo federal e transferindo dezenas de tribos de suas terras ancestrais.

Talvez o capítulo mais chocante em toda essa história infeliz seja o que diz respeito aos Cherokees, cujas terras na parte ocidental da Carolina do Norte e na Geórgia haviam sido garantidas por tratado desde 1791. Dentre as tribos mais progressivas que existiam no Leste, os Cherokees assim mesmo iriam certamente ser deslocados quando se encontrou ouro em suas terras, em 1829. terras, em 1829. Forçada a empreender uma longa e cruel marcha até Oklahoma em 1838, a tribo perdeu muitos dos seus como resultado de doenças e privações no que veio a ser conhecido como a "Trilha das Lágrimas".

A FRONTEIRA, "O OESTE" E A EXPERIÊNCIA AMERICANA

A fronteira – o ponto no qual o território povoado se encontrava com terras inabitadas – começou em Jamestown e Plymouth Rock. Avançou para oeste durante cerca de 300 anos, através de florestas imensas e planícies áridas até que o censo decenal de 1890 revelou que finalmente os Estados Unidos já não tinham uma linha nítida de povoamento.

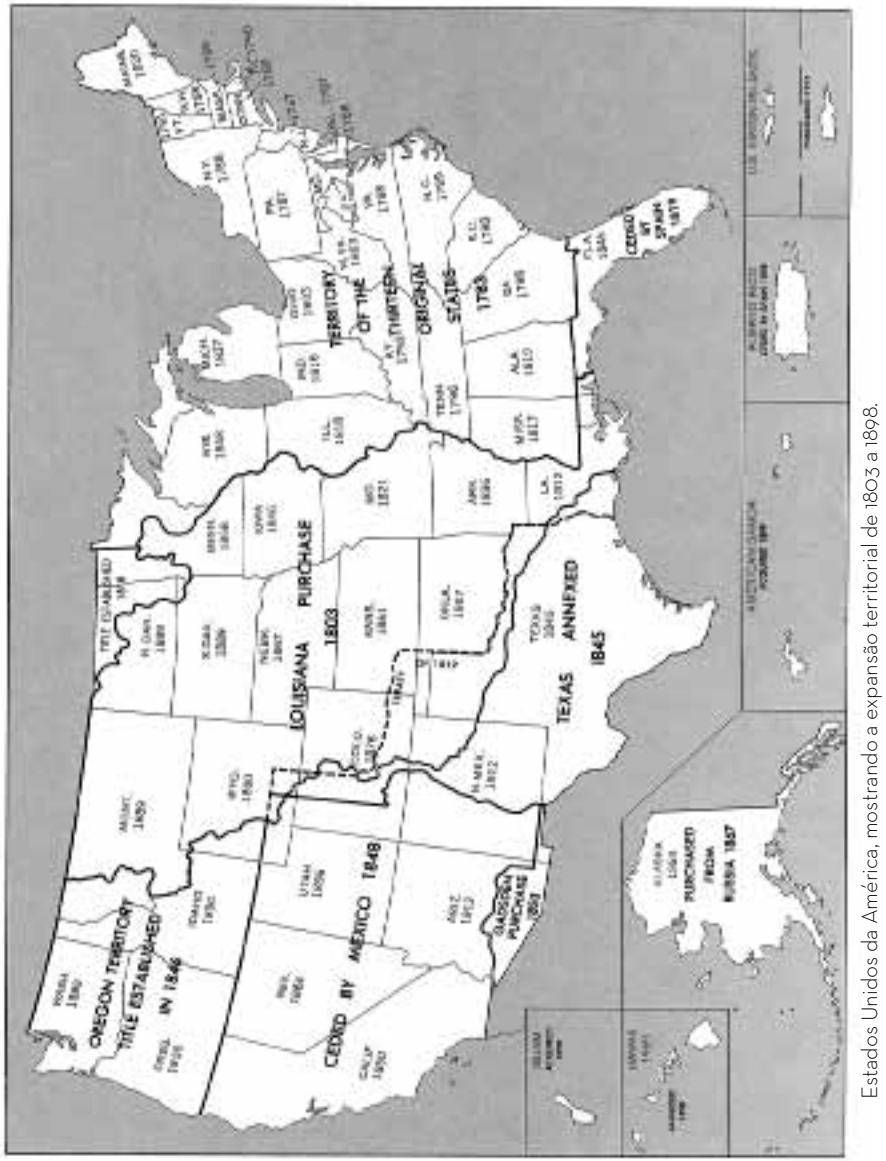
Na altura, pareceu a muitas pessoas que um longo período tinha chegado ao fim, um período no qual o país tinha passado de alguns postos avançados da civilização inglesa, que lutavam com dificuldades, a um enorme país independente com uma identidade própria. Era fácil acreditar que a experiência do povoamento e do desenvolvimento pós-povoamento, constantemente repetida à medida que as pessoas conquistavam um continente, tinha sido o fator preponderante no desenvolvimento do país.

Em 1893, o historiador Frederick Jackson Turner, exprimindo um sentimento muito comum, declarou que a fronteira tinha feito dos Estados Unidos mais do que um prolongamento da Europa. Tinha criado um país com uma cultura que era talvez mais rude do que a europeia, mas também mais pragmática, enérgica, individualista e democrática. A existência de grandes extensões de "terras livres" tinha criado uma nação de latifundiários e tinha proporcionado uma "válvula de escape" aos descontentes nas cidades e nas zonas mais populosas. Esta análise dava a entender que uma América sem uma fronteira penderia de forma preocupante para o que era considerado na Europa como os males de sistemas sociais estratificados, conflitos de classes e oportunidade reduzida.

Depois de mais de cem anos, os eruditos ainda debatem o significado da fronteira na história americana. Poucos acreditam que foi tão importante como Turner sugeriu; a sua ausência não parece ter tido consequências terríveis. Alguns vão mais longe, rejeitando o argumento de Turner como uma glorificação romântica de um processo sangrento, brutal, marcado por uma guerra de conquista contra o México, por um tratamento que se aproxima do genocídio das tribos nativas americanas e pela degradação do ambiente. A experiência comum da fronteira, defendem eles, foi de dificuldades e fracassos.

Contudo, continua a ser difícil acreditar que três séculos de movimento para oeste não tenham tido impacto no caráter nacional e é sugestivo que observadores estrangeiros inteligentes, como o intelectual francês, Alexis de Tocqueville, tivessem ficado fascinados pelo Oeste americano. Na verdade, a última zona de povoamento na fronteira, a vasta área que se estende do Texas à fronteira com o Canadá, a que hoje os americanos chamam "oeste", ainda parece caracterizar-se por ideais de individualismo, democracia e oportunidade, que são mais palpáveis do que no resto do país. Talvez seja também revelador o facto de muitas pessoas noutras terras, ao ouvirem a palavra "americano" a identificarem tantas vezes com um símbolo dessa última fronteira o "cowboy". ◆

Principais Aquisições de Território pelos Estados Unidos e Datas de Admissão dos Estados



Estados Unidos da América, mostrando a expansão territorial de 1803 a 1898.

Departamento do Comércio dos EUA
1-6 RESUMO DOS ESTADOS UNIDOS

Escritório de Recenseamento
NÚMERO DE HABITANTES

CAPÍTULO

6

CONFLITO SECCIONAL

Família de escravos a apanhar algodão perto de Savannah, Geórgia, no início dos anos 60 do século XVIII.

> "Uma casa dividida contra si própria não pode ficar de pé. Creio que este governo não perdurará de forma permanente metade escravo e metade livre".
>
> Candidato a senador **Abraham Lincoln**, 1858

DUAS AMÉRICAS

Nenhum visitante deixou um registro mais duradouro das suas viagens e observações que o francês Alexis de Tocqueville, escritor e teórico da política, cuja obra "Democracia na América", publicada pela primeira vez em 1835, permanece até hoje como uma das análises mais incisivas e penetrantes das práticas sociais e políticas da América. Tocqueville era um observador demasiado perspicaz para não tecer comentários críticos aos Estados Unidos, mas seu veredicto foi fundamentalmente positivo. "O governo da democracia traz a noção de direitos políticos até o nível dos cidadãos mais humildes", escreveu ele, "da mesma forma como a disseminação da riqueza traz a noção de propriedade para o alcance de todos os membros da comunidade". Ainda assim, Tocqueville foi apenas um dos primeiros dentre uma série de pensadores a questionar se essa igualdade não qualificada poderia sobreviver em face da expansão de um sistema de fábricas que ameaçava criar divisões entre os trabalhadores industriais e uma nova elite empresarial.

Outros viajantes maravilhavam-se com o crescimento e vitalidade do país, onde podiam ver "em toda parte, evidência inequívoca de prosperidade e rápidos progressos na agricultura, comércio e grandes obras públicas". Mas essas opiniões otimistas sobre a experiência americana não eram universais. Um dos céticos foi o romancista inglês Charles Dickens, que visitou os Estados Unidos pela primeira vez em 1841-42. "Esta não é a república que eu vim ver", escreveu ele numa carta. "Esta não é a República da minha imaginação... Quanto mais penso em sua juventude e força, mais pobre e mais frívola ela me parece em mil outros aspectos. Em tudo de que se tem vangloriado – com exceção da educação do seu povo e o cuidado com crianças pobres – mergulha muito abaixo do pedestal em que eu a havia colocado".

Dickens não estava sozinho. A América no século XIX, como no decorrer de toda a sua história, gerou expectativas e paixões que frequentemente não correspondiam a uma realidade muitas vezes mais mundana e complexa. O próprio tamanho e diversificação da jovem nação já dificultavam qualquer generalização apressada e constituíam um convite à contradição: a América era, ao mesmo tempo, uma nação amante da liberdade e uma sociedade esclavagista, uma nação com fronteiras primitivas e em expansão, e com cidades marcadas pelo comércio e pela industrialização em expansão.

TERRAS DE PROMESSA

Em 1850, o território nacional estendia-se por florestas, planícies e montanhas. Dentro desses vastos limites, viviam 23 milhões de pessoas numa união de 31 estados. No Leste, a indústria desenvolvia-se a bom ritmo. No Meio-Oeste e no Sul a agricultura prosperava. A partir de 1849, as minas de ouro da Califórnia despejaram um caudal dourado nos canais do comércio.

A Nova Inglaterra e os estados atlânticos centrais constituiam os principais centros de indústria, comércio e finanças. Os principais produtos nessa área eram os têxteis, madeira, roupa, máquinas, artigos de couro e de lã. Ao mesmo tempo, a navegação atingia o auge da sua prosperidade, e navios de bandeira americana atravessavam os oceanos, distribuindo os produtos do mundo inteiro.

O Sul, do Atlântico até o Rio Mississippi e além, era uma unidade política relativamente compacta cuja economia estava centrada na agricultura. O tabaco era importante nas economia da Virgínia, Maryland e Carolina do Norte. Na Carolina do Sul, arroz era abundante, e o solo e o clima da Luisiana serviam de estímulo ao cultivo do açúcar. Mas, aos poucos, o algodão se tornou o produto dominante e aquele com o qual o Sul ficou associado. Em 1850, o Sul dos Estados Unidos era responsável por mais de 80% do algodão de todo o mundo. Os escravos eram empregados para cultlvar todos esses produtos, mas sobretudo o algodão.

O Meio-Oeste prosperava, com suas vastas pradarias e população em rápida expansão. A Europa e as regiões mais antigas da América

consumiam seu trigo e produtos de carne. A introdução de implementos poupadores de mão-de-obra – em particular a segadeira mecânica McCormick – permitiu uma expansão sem paralelo na produção agrícola. As colheitas nacionais de trigo aumentaram de 35 milhões de hectolitros em 1850 para 61 milhões em 1860, sendo que mais de metade da colheita se originava no Meio-Oeste.

Um estímulo importante para a prosperidade do país foi a grande melhoria nas instalações de transporte; de 1850 a 1857, a barreira representada pelas Montanhas Apalaches foi rompida pelas cinco grandes ferrovias que ligavam o Meio-Oeste ao Leste. Essa ligação fortaleceu os interesses económicos que sustentaram a aliança política da União entre 1861 e 1865. O Sul teve uma participação menor na expansão inicial das ferrovias. A ferrovia que atravessava as montanhas e ligava a parte sul do Rio Mississippi ao litoral atlântico dos estados do Sul só foi concluída em finais da década de 1850.

ESCRAVATURA E REGIONALISMOS

Uma questão primordial exacerbou as diferenças regionais e económicas entre o Norte e o Sul: a escravatura. Desgostosos com os enormes lucros auferidos pelos empresários do Norte com a comercialização da colheita do algodão, muitos sulistas atribuíam o atraso da sua região ao engrandecimento do Norte. Muitos habitantes do Norte, por outro lado, declaravam que a escravatura – a "instituição peculiar" que o Sul considerava essencial para a sua economia – era a maior responsável pelo relativo atraso financeiro e industrial da região.

Desde o Compromisso de Missouri em 1819 as divergências regionais vinham a agravar-se gradualmente acerca da questão da escravatura. No Norte, a ideia de abolição total foi-se tornando cada vez mais forte. Os sulistas em geral sentiam pouca culpa em relação à escravatura e defendiam-na veementemente. Em algumas áreas do litoral, a escravatura em 1850 já completara mais de 200 anos; era parte integrante da economia básica da região.

Apesar do censo de 1860 ter mostrado que havia cerca de quatro milhões de escravos numa população total de 12.3 milhões nos 15 estados esclavagistas, apenas uma minoria de sulistas brancos possuía escravos. Havia cerca de .000 donos de escravos em 1,5 milhões de famílias brancas. Cinquenta porcento destes donos de escravos não possuíam mais de cinco escravos. Doze porcento tinha 20 ou mais escravos, número que transformava um agricultor em grande fazendeiro. Três quartos das famílias brancas do Sul, incluindo os "brancos pobres", os que se encontravam no estrato mais baixo da sociedade sulista, não tinham escravos.

É fácil entender o interesse dos grandes fazendeiros na escravatura.

Mas os pequenos proprietários e brancos pobres também apoiavam a escravatura como instituição. Temiam que, postos em liberdade, os negros competissem com eles economicamente e disputassem a sua posição social mais elevada. Os brancos sulistas defendiam a escravatura não só por necessidade económica mas também devido a uma dedicação visceral à supremacia branca.

Nos seus confrontos com a opinião pública do Norte, os líderes políticos do Sul, as classes profissionais e a maior parte do clero deixaram de se desculpar pela escravatura e passaram a defendê-la. Jornalistas do Sul, por exemplo, insistiam que a relação entre o capital e o trabalho era mais humana no sistema esclavagista do que no sistema remunerado do Norte.

Até 1830 o antigo sistema patriarcal de administração das fazendas, com a supervisão dos escravos feita pessoalmente pelos donos ou patrões, ainda era comum. Aos poucos, contudo, com a introdução da cultura do algodão em larga escala na parte baixa do Sul, o patrão deixou de supervisionar de perto os seus escravos e contratou capatazes profissionais encarregues de extrair dos escravos uma quantidade máxima de trabalho. Nessas circunstâncias, a escravatura podia tornar-se um sistema brutal e coercivo no qual eram comuns os espancamentos e a separação de famílias por causa da venda de indivíduos. Todavia, noutras circunstâncias podia ser muito mais suave.

Contudo, no fim de contas, a crítica mais contundente à escravatura não se baseava no comportamento de cada senhor ou capataz. Tratar sistematicamente os trabalhadores afro-americanos como se fossem animais domésticos, sublinhavam os abolicionistas, violava o direito inalienável de todo o ser humano de ser livre.

OS ABOLICIONISTAS

Na política nacional os sulistas preocupavam-se sobretudo em assegurar a proteção e o favorecimento dos interesses associados ao sistema esclavagista-algodoeiro. Desejavam a expansão territorial porque o desperdício de cultivar uma única cultura, o algodão, causava a rápida exaustão do solo, aumentando a necessidade de terrenos férteis. Além disso, o novo território serviria de base para mais estados esclavagistas de modo a contrabalançar a admissão de novos estados livres. Os nortistas antiesclavagistas consideravam essa visão sulista como uma conspiração a favor da expansão da escravatura. Na década de 1830 essa oposição tornou-se feroz.

Um movimento antiesclavagista anterior, resultante da Revolução Americana, tinha conseguido a sua última vitória em 1808 quando o Congresso aboliu o tráfico de escravos com a África. Dali em diante, a oposição foi feita sobretudo pelos quacres, que mantiveram um protesto moderado mas ineficaz. Entretanto, a descasca do algo-

dão e a expansão para o Oeste, em direção à região do delta do Mississippi criaram uma demanda crescente de escravos.

O movimento abolicionista que surgiu no início da década de 1830 era combativo, intransigente e insistia no fim imediato da escravatura. O movimento encontrou um líder em William Lloyd Garrison, um jovem de Massachusetts, que combinava o heroísmo de um mártir com o zelo ardente de um demagogo. No dia 1 de janeiro de 1831, Garrison lançou a primeira edição do seu jornal, *The Liberator*, que trazia a declaração: "Lutarei arduamente pela emancipação imediata da nossa população escrava… Sobre este tema, não desejo pensar, falar ou escrever com moderação… Estou resoluto – não me equivocarei – não desculparei – não recuarei uma polegada sequer – E SEREI OUVIDO".

Os métodos sensacionalistas de Garrison despertaram os nortistas para os males de uma instituição que muitos tinham acabado por considerar imutável. Ele procurou trazer ao conhecimento do público os aspectos mais repulsivos da escravatura e criticar severamente os donos de escravos como torturadores e traficantes de vida humana. Ele não reconheceu aos senhores quaisquer direitos, não aceitou qualquer compromisso, não tolerou qualquer adiamento. Outros abolicionistas não dispostos a adotar as suas táticas de desafio à lei, argumentavam que a reforma devia ser obtida por meios legais e pacíficos. Garrison teve o apoio de outra voz poderosa, a de Frederick Douglass, um escravo fugitivo que galvanizou as plateias do Norte. Theodore Dwight Weld e muitos outros abolicionistas bateram-se contra a escravatura nos estados do antigo Território do Noroeste com zelo evangélico.

Uma das atividades do movimento consistia em ajudar os escravos a fugirem para refúgios seguros no Norte ou além fronteiras no Canadá. O "Caminho de Ferro Subterrâneo", uma rede complexa de rotas secretas, estava firmemente estabelecido na década de 1830 em todas as áreas do Norte. Só no Ohio, de 1830 a 1860, mais de 40.000 escravos fugitivos foram auxiliados a alcançar a liberdade. O número de sociedades locais antiesclavagistas aumentou tão rapidamente que em 1838 havia cerca de 1.350 com talvez 250.000 membros.

Todavia, a maior parte dos nortistas manteve-se alheia ao movimento abolicionista ou opunha-se ativamente ao mesmo. Em 1837, por exemplo, uma multidão atacou a matou o editor antiesclavagista Elijah P. Lovejoy em Alton, Illinois. Contudo, a repressão sulista da liberdade de expressão permitiu aos abolicionistas relacionar a questão da escravatura com a causa das liberdades civis para brancos. Em 1835, uma multidão furiosa destruiu exemplares de literatura abolicionista numa estação dos correios em Charleston, Carolina do Sul. Quando o encarregado da estação dos correios afirmou que não obrigaria a entregar o material abolicionista, travaram-se debates acirrados no Congresso. Os abolicionistas inundaram o Congresso com petições apelando a medidas contra a escravatura. Em 1836, a Câmara dos Representantes votou a apresentação automática dessas petições, o que na realidade lhes retirava toda a eficácia. O antigo presidente John Quincy Adams, eleito para a Câmara dos Representantes em 1830, lutou contra a chamada lei do silêncio como uma violação à Primeira Emenda, acabando por obter a sua revogação em 1844.

TEXAS E GUERRA COM O MÉXICO

Durante a década de 1820, os americanos foram povoando o vasto território do Texas, muitas vezes com concessões de terra do próprio governo mexicano. Contudo, o seu número em breve alarmou as autoridades, que proibiram mais emigração em 1830. Em 1834, o General Antonio López de Santa Anna impôs uma ditadura no México e no ano seguinte os texanos revoltaram-se. Santa Anna derrotou os rebeldes americanos no célebre cerco de Álamo no início de 1836, mas os texanos liderados por Sam Houston destruíram o exército mexicano e capturaram Santa Anna um mês depois, na batalha de San Jacinto, garantindo a independência do Texas.

Durante quase uma década, o Texas permaneceu uma república independente, sobretudo porque a sua anexação como um novo grande estado esclavagista prejudicaria o equilíbrio cada vez mais precário do poder político nos Estados Unidos. Em 1845, o Presidente James K. Polk, eleito por uma maioria estreita com um programa de expansão para Oeste, integrou a República do Texas na União. A ação de Polk foi o primeiro peão num plano mais vasto. O Texas alegava que a sua fronteira com o México era o Rio Grande; o México argumentava que a fronteira estava bem mais a norte, seguindo o Rio Nueces. Enquanto isso, novos colonos inundavam os territórios do Novo México e da Califórnia. Muitos americanos afirmavam que os Estados Unidos tinham um "destino manifesto" de se expandir para Oeste em direção ao Oceano Pacífico.

As tentativas dos Estados Unidos para comprar ao México os territórios do Novo México e da Califórnia falharam. Em 1846, depois de um confronto entre tropas mexicanas e americanas ao longo do Rio Grande, os Estados Unidos declararam guerra. As tropas americanas ocuparam o território pouco povoado do Novo México, depois apoiaram uma revolta de colonos da Califórnia. Tropas americanas, comandadas por Zachary Taylor invadiram o México obtendo vitórias em Monterrey e Buena Vista, mas não conseguiram trazer os mexicanos para a mesa de negociações. Em março de 1847, um exército dos EUA comandado por Winfield Scott, desembarcou perto de Veracruz na costa leste do México e lutou até conseguir entrar na

Cidade do México. Os Estados Unidos negociaram o Tratado de Guadalupe Hidalgo no qual o México cedia o que se viria a tornar a região sudoeste americana e a Califórnia por US$ 15 milhões.

A guerra foi um campo de treino para os oficiais americanos que viriam a combater em ambos os lados da Guerra Civil. Também acentuou divisões políticas. Polk, num confronto simultâneo com a Grã Bretanha, tinha conseguido o reconhecimento pelos britânicos da soberania americana no Noroeste do Pacífico até ao paralelo 49. Contudo, as forças antiesclavagistas, sobretudo entre os Whigs, atacaram a expansão de Polk como uma conspiração a favor da escravatura.

Com o fim da Guerra com o México, os Estados Unidos ganharam um vasto novo território de 1,36 milhões de quilómetros quadrados abarcando os atuais estados de Novo México, Nevada, Califórnia, Utah, a maior parte do Arizona e parte do Colorado e de Wyoming. O país também enfrentou o reaparecimento da questão mais explosiva na política americana nessa época: os novos territórios seriam esclavagistas ou livres?

O COMPROMISSO DE 1850

Até 1845, parecia que a escravatura se restringiria às áreas onde já existia. Tinha sido contida pelo Compromisso de Missouri em 1820 e não podia ultrapassar os limites estabelecidos. Os novos territórios tornaram bastante provável uma nova expansão da escravatura.

Muitos dos que viviam no Norte acreditavam que, se impedida de se alastrar, a escravatura acabaria por definhar e desaparecer. Para justificar a sua oposição à entrada de novos estados esclavagistas, chamaram a atenção para as declarações de Washington e Jefferson e para a Ordenação de 1787 que proibia a extensão da escravatura para o Noroeste. O Texas, que já permitia a escravatura, naturalmente ingressou na União como estado esclavagista. Mas os territórios da Califórnia, do Novo México e do Utah não tinham escravatura. Houve desde o início fortes opiniões contraditórias sobre se deviam ter.

Os sulistas insistiam que todas as terras adquiridas ao México fossem abertas aos donos de escravos. Os antiesclavagistas do Norte exigiam que todas as novas regiões fossem vedadas à escravatura. Um grupo de moderados sugeriu que a linha prevista no Compromisso de Missouri fosse estendida até ao Pacífico, com os estados livres ao norte da linha e os estados esclavagistas a sul. Um outro grupo propôs que a questão fosse deixada ao critério da "soberania popular". O governo devia permitir que os colonos entrassem no novo território com ou sem escravos, como quisessem. Quando chegasse o momento de organizar a região em estados, o próprio povo poderia decidir.

Apesar da vitalidade do movimento abolicionista, a maior parte

dos nortistas não estavam dispostos a contestar a existência de escravatura no Sul. Muitos, contudo, eram contra a sua expansão. Em 1848, cerca de 300.000 homens votaram nos candidatos do novo Partido do Solo Livre, segundo o qual a melhor política consistia em "limitar, localizar e desencorajar a escravatura". No rescaldo imediato da guerra com o México, a soberania popular exercia uma atração considerável.

Em janeiro de 1848, a descoberta de ouro na Califórnia precipitou uma corrida de mais de 80.000 colonos só no ano de 1849. O Congresso tinha que definir rapidamente a situação desta nova região para estabelecer um governo organizado. O venerável Senador Henry Clay, do Kentucky, que já tinha por duas vezes em tempo de crise apresentado soluções de compromisso, avançou com a apresentação dum plano complicado e cuidadosamente equilibrado. O seu antigo rival do Massachusetts, Daniel Webster, apoiou-o. O Senador Democrata do Illinois, Stephen A. Douglas, o principal defensor da soberania popular, fez a maior parte do trabalho, orientando-o no Congresso.

O Compromisso de 1850 continha as seguintes disposições: (1) a Califórnia seria admitida na União como um estado livre; (2) o restante da anexação mexicana seria dividido nos dois territórios de Novo México e Utah e organizado sem menção à escravatura; (3) a reivindicação feita pelo Texas de uma parte do território do Novo México seria atendida mediante o pagamento de US$ 10 milhões; (4) seria aprovada nova legislação (a Lei do Escravo Fugitivo) para capturar escravos fugitivos e devolvê-los aos seus patrões; e (5) a compra e venda de escravos (mas não a escravatura) seriam abolidas no Distrito de Columbia.

O país respirou de alívio. Durante os três anos seguintes, o acordo pareceu resolver quase todas as divergências. Contudo, a nova Lei do Escravo Fugitivo foi uma causa imediata de tensão. Ofendeu profundamente muitos residentes no Norte, que se recusaram a ter qualquer participação na captura de escravos. Alguns impediram o seu cumprimento de forma ativa e violenta. Os Caminhos de Ferro Subterrâneos tornaram-se mais eficazes e ousados do que nunca.

UMA NAÇÃO DIVIDIDA

Durante a década de 1850, a questão da escravatura amputou os laços políticos que uniam os Estados Unidos. Desgastou os dois grandes partidos políticos, os Whigs e os Democratas, destruindo o primeiro e dividindo irremediavelmente o segundo. Produziu presidentes fracos cuja indecisão refletia a dos seus partidos. Eventualmente acabou por desacreditar o Supremo Tribunal.

O fervor moral do sentimento abolicionista cresceu firmemente. Em 1852, Harriet Beecher Stowe publicou "A Cabana do Pai Tomás", um romance motivado pela aprovação da Lei do Escravo Fugitivo.

Foram vendidos mais de 300.000 exemplares no primeiro ano. As máquinas de impressão trabalharam dia e noite para satisfazer a procura. Apesar de sentimental e cheio de estereótipos, "A Cabana do Pai Tomás" retratava com uma força inegável a crueldade imposta pela escravatura e o conflito fundamental entre sociedades livres e esclavagistas. O livro inspirou grande entusiasmo pela causa antiesclavagista, pois apelava para as emoções humanas mais profundas – indignação perante a injustiça e pena de indivíduos indefesos sujeitos a uma exploração implacável.

Em 1854 a questão da escravatura nos territórios veio novamente à tona e a disputa tornou-se mais acrimoniosa. A região que agora compreende o Kansas e o Nebraska estava a ser povoada rapidamente, aumentando a pressão pelo estabelecimento de governos territoriais e, eventualmente, estaduais.

Nos termos do Compromisso de Missouri de 1820, a escravatura era proibida em toda a região. Interesses esclavagistas dominantes no Missouri opunham-se a deixar o Kansas tornar-se um território livre porque o seu estado teria então três vizinhos de "solo livre" (Illinois, Iowa e Kansas) e podia ser forçado a tornar-se também um estado livre. A sua delegação no Congresso, apoiada por sulistas, bloqueou os esforços para organizar a região.

Nessa altura, Stephen A. Douglas irritou todos os apoiantes do "solo livre". Douglas argumentava que o Compromisso de 1850, tendo deixado o Utah e o Novo México livres para resolverem internamente a questão da escravatura, substituía o Compromisso de Missouri. O seu plano propunha a criação de dois territórios, Kansas e Nebraska. Permitia aos colonos levar escravos lá e, eventualmente, determinar se deviam entrar para a União como estados livres ou esclavagistas.

Os adversários de Douglas acusavam-no de adular o Sul para conseguir a presidência em 1856. O movimento do "solo livre", que parecera estar em declínio, ressurgiu com maior dinâmica do que nunca. Contudo, em maio de 1854, o plano de Douglas, sob a forma de Lei Kansas-Nebraska, foi aprovado no Congresso para ser promulgado pelo Presidente Franklin Pierce. Sulistas entusiasmados celebraram com salvas de canhão. Mas quando Douglas mais tarde visitou Chicago para se defender, os navios no porto hastearam as bandeiras a meia haste, os sinos das igrejas dobraram por uma hora e uma multidão de 10.000 pessoas vaiou-o tão alto, que não conseguiu fazer-se ouvir.

Foram tremendos os resultados imediatos dessa medida desastrada. O Partido Whig, que não tinha tomado uma posição firme em relação à questão da expansão da escravatura, deu o último suspiro e no seu lugar surgiu uma nova organização poderosa, o Partido Republicano, cuja principal exigência consistia em eliminar a escravatura em todos os territórios. Em 1856, o partido

indicou como candidato John Fremont, que se tinha tornado conhecido pelas suas expedições ao Oeste longínquo. Fremont perdeu as eleições, mas o novo partido ganhou grande parte do Norte. Líderes do "solo livre" como Salmon P. Chase e William Seward exerceram uma influência maior do que nunca. Surgiu com eles um advogado de Illinois, alto, um tanto desajeitado, chamado Abraham Lincoln.

Entretanto, a chegada ao Kansas de famílias esclavagistas sulistas e de famílias antiesclavagistas levou a um conflito armado. Em pouco tempo o território passou a ser designado por "Kansas sangrento". O Supremo Tribunal tornou as coisas piores com a infame decisão em 1857 envolvendo Dred Scott.

Scott era um escravo do Missouri que, 20 anos antes fora levado pelo seu patrão para o Illinois e para o território de Wisconsin; em ambos os lugares tinha sido proibida a escravatura. Tendo voltado ao Missouri e estando descontente com a sua vida lá, Scott abriu um processo para requerer a libertação, justificando o pedido com o facto de ter residido num estado de "solo livre". A maioria do Supremo Tribunal – dominada por sulistas – decidiu que Scott não podia apresentar-se no tribunal porque não era um cidadão; que as leis de um estado livre (Illinois) não tinham qualquer efeito na sua condição porque ele era residente de um estado esclavagista (Missouri) e que os donos de escravos tinham o direito de levar a sua "propriedade" para onde bem entendessem nos territórios federais. Assim, o Congresso não podia restringir a expansão da escravatura. Esta última afirmação invalidava compromissos anteriores sobre a escravatura e tornava os novos impossíveis de elaborar.

A decisão no caso Dred Scott despertou um enorme ressentimento em todo o Norte. Nunca antes tinha sido o Tribunal tão amargamente condenado. Para os Democratas do Sul, a decisão foi uma grande vitória uma vez que deu sanção judicial às suas justificações para a expansão da escravatura a todos os territórios.

LINCOLN, DOUGLAS E BROWN

Abraham Lincoln há muito que considerava a escravatura como um mal. Em 1854, num discurso amplamente divulgado, ele declarou que toda a legislação nacional devia ser concebida com base no princípio de que a escravatura tinha que ser limitada e eventualmente abolida. Ele também sustentava que o princípio de soberania popular era falso porque a escravatura nos territórios do Oeste não era uma preocupação apenas dos habitantes locais, mas de todos os Estados Unidos.

Em 1858 candidatou-se em oposição a Stephen A. Douglas à eleição para o Senado pelo estado de Illinois. No primeiro parágrafo do seu primeiro discurso de campanha, a 17 de junho, Lincoln tocou naquele que seria o ponto central da história

americana nos sete anos seguintes:

> *Uma casa dividida contra si própria não pode ficar de pé. Creio que este governo não permanecerá para sempre metade escravo e metade livre. Não prevejo que a União seja desfeita – não espero que a casa caia – mas confio que ela deixará de estar dividida.*

Lincoln e Douglas participaram numa série de sete debates nos meses que se seguiram em 1858. O Senador Douglas, conhecido como "Pequeno Gigante" tinha uma reputação invejável como orador mas encontrou em Lincoln um adversário à sua altura, que questionou eloquentemente o conceito de soberania popular de Douglas. No final, Douglas conseguiu ganhar a eleição por uma pequena margem, mas Lincoln alcançou a envergadura de uma figura nacional.

Até então os acontecimentos estavam fora do controlo. Na noite de 16 de outubro de 1859, John Brown, um fanático antiesclavagista, que, três anos antes capturara e matara cinco colonos no Kansas favoráveis à escravatura, liderou um grupo de simpatizantes num ataque ao arsenal federal em Harper's Ferry, (no atual Estado de West Virgínia). O objetivo de Brown era usar as armas apreendidas para liderar uma revolta de escravos. Depois de dois dias de luta, Brown e alguns dos seus seguidores sobreviventes foram feitos prisioneiros por uma tropa de fuzileiros comandada pelo Coronel Robert E. Lee.

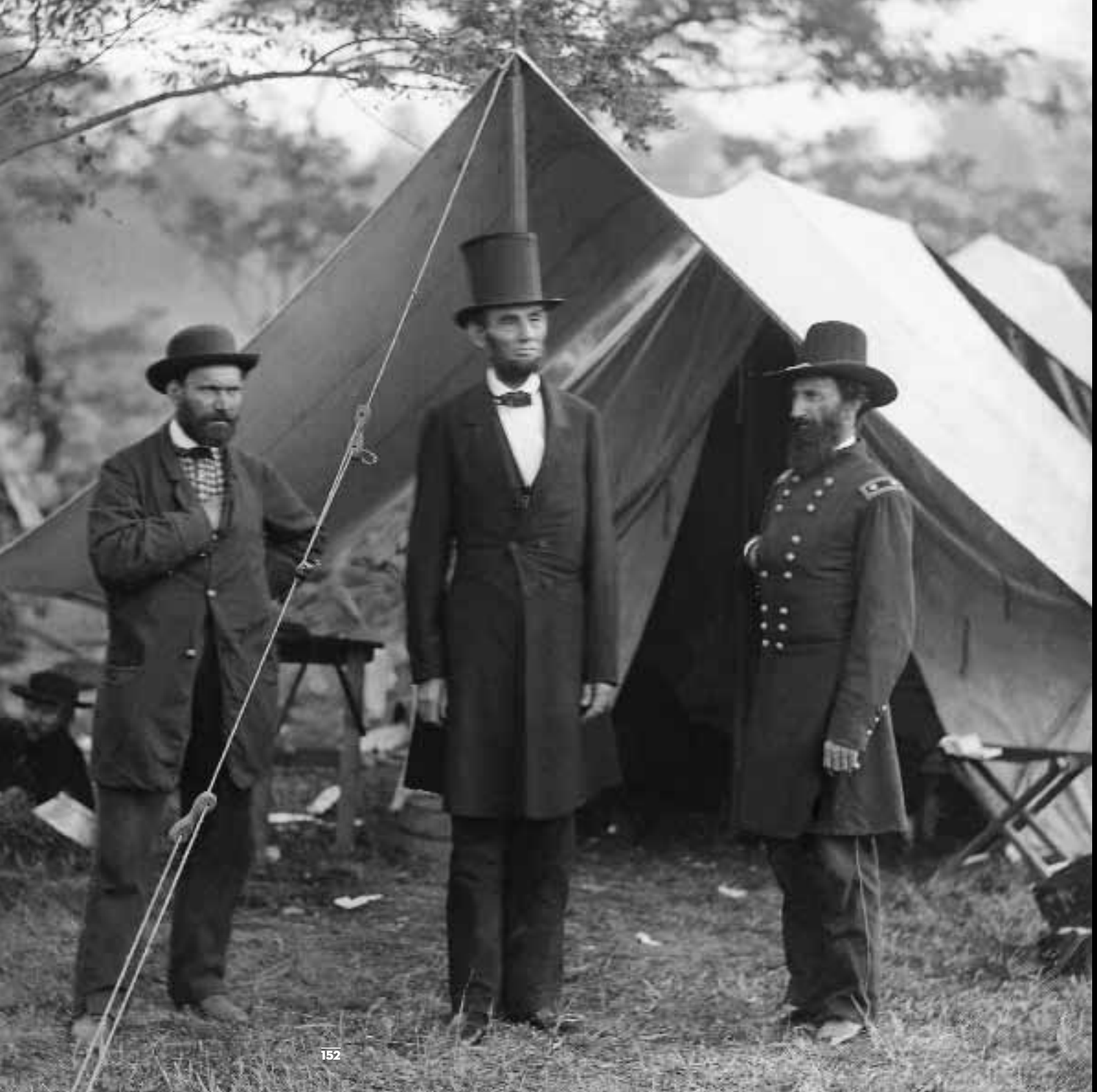
A tentativa de Brown confirmou os piores receios de muitos sulistas. Ativistas antiesclavagistas, por outro lado, aclamaram Brown como mártir de uma grande causa. O Estado de Virgínia levou Brown a julgamento por conspiração, traição e homicídio. No dia 2 de dezembro de 1859 foi enforcado. Apesar de muitos nortistas o terem condenado inicialmente, um número cada vez maior passou a aceitar a sua opinião de que tinha sido um instrumento nas mãos de Deus.

AS ELEIÇÕES DE 1860

Em 1860 o Partido Republicano designou Abraham Lincoln como seu candidato à presidência. O programa republicano declarou que a escravatura não podia continuar a propagar-se, prometeu uma tarifa para a proteção da indústria e prometeu a promulgação de uma lei que concederia herdades gratuitamente aos colonos que ajudassem a desbravar o Oeste. Os Democratas do Sul, na sequência do caso Dred Scott, não se mostraram dispostos a aceitar a soberania popular de Douglas, separaram-se do partido e nomearam o vice-presidente John C. Breckenridge de Kentucky para a presidência. Stephen A. Douglas era o candidato dos Democratas do Norte. "Diehard Whigs" dos estados fronteiriços, organizados no Partido da União Constitucional, designaram John C. Bell do Tennessee.

Lincoln e Douglas defrontaram-se a Norte, Breckenridge e Bell a

Sul. Lincoln ganhou apenas 39% dos votos populares, mas obteve uma maioria clara de 180 votos do colégio eleitoral, vencendo nos 18 estados livres. Bell ganhou em Tennessee, Kentucky e Virgínia; Breckenridge ficou com os outros estados esclavagistas com exceção de Missouri em que ganhou Douglas. Apesar deste mau resultado, Douglas ficou logo a seguir a Lincoln na votação popular.



CAPÍTULO

7

A GUERRA CIVIL E A RECONSTRUÇÃO

Presidente Abraham Lincoln (ao centro), num acampamento do Exército da União em outubro de 1862, depois da batalha de Antietam.

> "Que a liberdade renasça neste país com a graça de Deus".
>
> Presidente **Abraham Lincoln**, 19 de novembro de 1863

A SECESSÃO E A GUERRA CIVIL

A vitória de Lincoln nas eleições presidenciais de novembro de 1860 tornou inevitável a secessão da Carolina do Sul da União a 20 de dezembro. Este estado há muito que aguardava por um evento que unisse o Sul contra as forças antiesclavagistas. A 1 de fevereiro de 1861, separaram-se mais cinco estados do Sul. A 8 de fevereiro, os seis estados assinaram uma Constituição provisória para os Estados Confederados da América. Os restantes estados do Sul tinham até então permanecido na União, apesar do Texas ter iniciado a sua secessão.

Menos de um mês depois, no dia 4 de março de 1861, Abraham Lincoln tomou posse como presidente dos Estados Unidos. No seu discurso de tomada de posse, ele se recusou a reconhecer a secessão, considerando-a um ato "legalmente nulo". O seu discurso terminou com um apelo em favor da restauração dos laços da União, mas o Sul recusou-se a ouvir. A 12 de abril, armas confederadas abriram fogo contra uma guarnição federal em Fort Sumter no porto de Charleston, Carolina do Sul. Começou uma guerra na qual viriam a morrer mais americanos do que em qualquer conflito antes ou desde então.

Nos sete estados que optaram pela secessão, a população reagiu positivamente à ação confederada e à liderança do Presidente Confederado Jefferson Davis. Ambos os lados aguardavam com ansiedade pela reação dos estados esclavagistas, que até então haviam permanecido leais. A Virgínia aderiu à secessão, em 17 de abril, no que foi rapidamente seguida por Arkansas, Tennessee e Carolina do Norte.

Nenhum outro estado hesitou mais em abandonar a União do que a Virgínia. Os seus estadistas haviam desempenhado um papel preponderante na vitória da Revolução e na elaboração da Constituição, e o estado tinha dado à nação cinco dos seus presidentes. Com a saída da Virgínia, saiu também o Coronel Robert E. Lee, que recusou o comando do Exército da União por lealdade ao seu estado.

Entre a confederação agora alargada e os estados de "solo livre" do Norte, havia os estados esclavagistas fronteiriços de Delaware, Maryland, Kentucky e Missouri, os quais, apesar de simpatizarem em parte com o Sul, resolverem permanecer leais à União.

Os dois lados entraram na guerra com a esperança de uma vitória rápida. Em termos de recursos materiais, o Norte tinha uma vantagem nítida. Vinte e três estados com uma população de 22 milhões de habitantes estavam mobilizados contra 11 estados com nove milhões de habitantes, incluindo escravos. A superioridade industrial do Norte ultrapassava até a sua preponderância populacional, facultando-lhe inúmeras instalações para o fabrico de armas e munições, vestuário e outros artigos. A rede de ferrovias no Norte também melhorava as perspectivas militares das tropas federais.

Mas o Sul também tinha suas vantagens. A mais importante era a geografia; o Sul estava a travar uma guerra defensiva no seu próprio território. Podia alcançar a sua independência repelindo simplesmente os exércitos do Norte. O Sul também possuía uma forte tradição militar e os chefes militares mais experientes.

AVANÇO NO OESTE E IMPASSE NO LESTE

A primeira grande batalha da guerra, em Bull Run, no Estado da Virgínia (também conhecida como First Manassas), perto de Washington, fez desmoronar qualquer ilusão de que a vitória seria rápida ou fácil. Também criou um padrão, pelo menos no Leste dos Estados Unidos, de vitórias sulistas que, apesar de sangrentas nunca se traduziram numa vantagem militar decisiva. Durante os primeiros anos, o Sul frequentemente ganharia a batalha mas não a guerra.

Em contraste com seus fracassos militares no Leste, as tropas da União obtiveram, no Oeste e no mar, vitórias no campo de batalha e um progressivo avanço estratégico. A maior parte da Marinha, no início da guerra, estava nas mãos da União, embora dispersa e fraca. Gideon Welles, Secretário da Marinha, agiu rapidamente para fortalecê-la. Lincoln então decretou um bloqueio do litoral Sul. Embora o impacto do bloqueio tenha sido inicialmente insignificante, no ano de 1863, já havia quase que totalmente impedido o embarque de algodão para a Europa e a importação de munições, roupas e medicamentos de que o Sul tanto precisava.

Um brilhante comandante naval da União, David Farragut, dirigiu duas operações notáveis. Em abril de 1862, ele levou uma frota até à foz do Rio Mississippi e forçou a rendição da maior cidade do Sul, Nova Orleans, no Estado de Luisiana. Em agosto de 1864, com o grito: "Danem-se os torpedos! Avançar a toda velocidade!", ele liderou uma força através da entrada fortificada da Baía de Mobile, no Estado do Alabama, capturou um navio da Confederação e fechou o porto.

No vale do Rio Mississippi, as tropas da União obtiveram uma série quase ininterrupta de vitórias. Começaram por romper uma longa linha Confederada no Tennessee, tornando possível a ocupação de quase toda a parte ocidental do estado. Quando foi tomado o importante Rio Mississippi, as forças da União penetraram cerca de 320 quilómetros dentro do coração da Confederação. Com o tenaz General Ulysses S. Grant ao comando, resistiram a um repentino contra-ataque dos Confederados em Shiloh, nos penhascos sobranceiros ao Rio Tennessee. Os mortos e feridos em Shiloh foram superiores a 10.000 em cada lado, um número de baixas que os americanos nunca tinham sofrido antes. Mas isso era só o começo da carnificina.

Enquanto isso, na Virgínia, as tropas da União continuavam sofrendo uma derrota após a outra. As tropas da União foram repelidas numa série de tentativas sangrentas de capturar Richmond, a capital da Confederação. Os Confederados tinham duas grandes vantagens: uma boa defesa, graças à existência de vários riachos que cortavam a estrada entre Washington e Richmond; e dois generais, Robert E. Lee e Thomas J. (Stonewall [Muro de Pedra]) Jackson, ambos de muito maior capacidade que os primeiros comandante da União. Em 1862, o comandante da União, o General George McClellan, fez uma tentativa lenta e excessivamente cautelosa de tomar Richmond. Mas nas Batalhas dos Sete Dias, entre 25 de junho e 10 de julho, as tropas da União foram progressivamente rechaçadas, tendo ambos os lados sofrido enormes perdas.

Após outra vitória dos Confederados, na Segunda Batalha de Bull Run (ou Second Manassas), Lee atravessou o Rio Potomac e invadiu Maryland. McClellan mais uma vez reagiu timidamente, apesar de ter recebido informações de que Lee havia dividido seu exército e padecia de grande desvantagem numérica. Os exércitos da União e da Confederação enfrentaram-se em Antietam Creek, perto de Sharpsburg, Estado de Maryland, no dia 17 de setembro de 1862, o dia mais sangrento de toda a guerra: Mais de 4.000 morreram de cada lado e 18.000 foram feridos. Apesar da sua vantagem numérica, McClellan não conseguiu romper as linhas de Lee ou avançar no ataque, e Lee pôde recuar e atravessar o Potomac, com seu exército intacto. Como resultado dessa derrota, Lincoln demitiu McClellan.

Embora o resultado em Antietam tenha sido inconclusivo, em termos militares, a batalha teve consequências muito importantes. A Grã-Bretanha e a França, que estavam prestes a reconhecer a Confederação, resolveram adiar a decisão, e o Sul nunca recebeu o reconhecimento diplomático e a ajuda económica europeia que tanto buscava.

Antietam também deu a Lincoln a brecha de que ele precisava para lançar a versão preliminar da Proclamação de Emancipação, que declarava livres, a partir de 10 de janeiro de 1863, todos os escravos vivendo em estados rebelados contra a União. Em termos práticos, a proclamação teve pouco impacto imediato: libertou os escravos nos estados Confederados, mas a escravatura permaneceu intacta nos estados fronteiriços. Mas, politicamente, isso significava que o esforço de guerra da União tinha o objetivo declarado de não apenas preservar a União, como também o de abolir a escravatura.

A versão final da Proclamação, decretada em 1 de janeiro de 1863, também autorizou o recrutamento de negros no exército da União, algo que líderes abolicionistas, como Frederick Douglass, vinham reclamando desde o início do conflito armado. Na realidade, tropas da União já vinham dando cobertura a escravos fugitivos como "contrabando de guerra", mas, após a proclamação de Emancipação, o Exército da União passou a recrutar e treinar regimentos de soldados negros que lutaram bravamente em batalhas desde a Virgínia até o Mississippi. Cerca de 178.000 afro-americanos serviram nas Tropas Negras dos Estados Unidos e cerca de 29.500 negros serviram na Marinha da União.

Apesar das vantagens políticas da proclamação de Emancipação, as perspectivas militares do Norte, no Leste, continuavam desanimadoras, pois o Exército da Virgínia do Norte, comandado por Lee, continuava castigando o Exército da União do Potomac, primeiro em Fredericksburg, Virgínia, em dezembro de 1862, e depois em Chancellorsville, em maio de 1863. Mas Chancellorsville, apesar de ter sido uma das mais brilhantes vitórias militares de Lee, também foi uma das mais onerosas, pois custou seu mais valoroso coadjuvante, o General Stonewall Jackson, acidentalmente alvejado por um dos seus próprios homens.

DE GETTYSBURG ATÉ APPOMATTOX

Porém, nenhuma das vitórias confederadas foi decisiva. O governo federal simplesmente reunia mais soldados e tentava novamente. Acreditando que a derrota arrasadora do Norte em Chancellorsville lhe dava uma oportunidade especial, Lee avançou para o norte, rumo à Pensilvânia, quase alcançando a capital estadual de Harrisburg, em julho de 1863. Forças da União bem preparadas interromperam o avanço de Lee em Gettysburg. Numa batalha gigantesca de três dias – a maior de

toda a Guerra Civil – os Confederados fizeram uma tentativa corajosa de romper as linhas da União. Fracassaram, e os veteranos de Lee, que sofreram baixas irreparáveis, recuaram para o Potomac.

Mais de 3.000 soldados do Norte e quase 4.000 do Sul morreram em Gettysburg: o número de feridos e desaparecidos chegou a mais de 20.000 em ambos os lados. No dia 19 de novembro de 1863, Lincoln consagrou um novo cemitério nacional em Gettysburg, dirigindo-se aos presentes com o discurso que é provavelmente o mais famoso de toda a história dos Estados Unidos. Ele concluiu seu breve discurso com estas palavras:

> *..... nós hoje tomamos aqui a firme resolução de que estes mortos não terão perecido em vão – que esta nação, com a ajuda de Deus, nascerá novamente para a liberdade – e que o governo do povo, pelo povo, e para o povo, não desaparecerá da face da Terra.*

No Mississippi, o controlo da União foi contido em Vicksburg, onde os Confederados se fortificado em ribanceiras altas demais para serem atacadas por forças navais. No início de 1863, Grant começou a posicionar-se abaixo e em volta de Vicksburg, sujeitando os Confederados a um sítio de seis semanas. No dia 4 de julho, ele tomou a cidade, inclusive o Exército Confederado mais forte do Oeste. Agora, o rio estava totalmente nas mãos da União. A Confederação foi partida em dois, e passou a ser quase impossível trazer abastecimentos do Texas e de Arkansas.

As vitórias do Norte em Vicksburg e Gettysburg, em julho de 1863, marcaram o ponto de inflexão na guerra, embora a carnificina tenha continuado implacável por mais de um ano e meio.

Lincoln trouxe Grant para o Leste e fez dele o comandante-em-chefe de todas as forças da União. Em maio de 1864, Grant conseguiu avançar muito no território da Virgínia, e lá enfrentou por três dias, na Batalha de Wilderness, o Exército Confederado de Lee. Ambos os lados sofreram fortes baixas, mas, diferentemente de outros comandantes da União, Grant recusou-se a recuar. Ao contrário, atingiu Lee pelos flancos, estirando as linhas Confederadas e atacando-as com artilharia e infantaria. "Pretendo lutar até o fim e romper essa linha, mesmo que tome todo o verão", disse o comandante da União em Spotsylvania, durante os cinco dias de sangrentas lutas de trincheira, o tipo de combate que caracterizou os confrontos na fronte Leste por quase um ano.

No Oeste, as forças da União conseguiram o controlo do Tennessee no outono de 1863, com vitórias em Chattanooga e na vizinha Lookout Mountain, abrindo caminho para a invasão da Geórgia pelo General William T. Sherman. Este desvencilhou-se de vários exércitos confederados menores, ocupou a capital estadual de Atlanta, e depois marchou rumo à costa Atlântica.

No caminho, foi destruindo sistematicamente ferrovias, fábricas, armazéns e outras instalações. Seus homens, privados de acesso às linhas normais de abastecimento, pilharam tudo à sua volta, em busca de comida. Partindo da costa, ele marchou para o norte e, em fevereiro de 1865, tomou Charleston, Estado de Carolina do Sul, onde haviam sido disparados os primeiros tiros da Guerra, Civil. Sherman, mais do que qualquer outro general da União, compreendia que arrasar a vontade e o moral do Sul era tão importante quanto derrotar seus exércitos.

Enquanto isso, Grant manteve por nove meses um cerco a Petersburg, Estado da Virgínia. Em março de 1865, Lee abandonou não só Petersburg como também a capital confederada de Richmond, numa tentativa de recuar para o Sul. Mas era tarde demais. No dia 9 de abril de 1865, cercado por enormes exércitos da União, Lee rendeu-se ao General Grant, no fórum de Appomattox. Embora tenham ocorrido ainda alguns combates em outras áreas, durante alguns meses, a Guerra Civil chegara ao fim.

Os termos da rendição em Appomattox foram magnânimos e, ao voltar do seu encontro com Lee, Grant pediu aos seus soldados que contivessem as demonstrações barulhentas e lembrou-lhes: "Os rebeldes voltaram a ser nossos compatriotas". A guerra pela independência do Sul havia se tornado uma "causa perdida", cujo herói, Robert E. Lee, granjeou ampla admiração, graças à sua brilhante liderança e grandeza na hora da derrota.

SEM RANCOR

Para o Norte, a guerra produziu um herói ainda maior, Abraham Lincoln – homem ansioso, acima de tudo, por unir a União novamente, não pela força ou repressão, mas pela cordialidade e generosidade. Ele havia sido eleito em 1864 para um segundo mandato, derrotando seu oponente democrático, George McClellan, o general que Lincoln havia demitido depois de Antietam. O segundo discurso de posse de Lincoln encerrou com estas palavras:

> *.... sem guardar rancor de ninguém, com caridade para com todos, com firmeza no caminho certo, da forma como Deus nos faz ver o que é certo, sigamos para concluir o trabalho em que estamos empenhados; atar as feridas da nação; cuidar daquele que tiver lutado na batalha, da sua viúva e órfão ... fazer todo o possível para alcançar e nutrir uma paz justa e duradoura entre nós mesmos e com todas as nações.*

Três semanas mais tarde, dois dias após a rendição de Lee, Lincoln proferiu seu último discurso público, em que ele deu a conhecer uma generosa política de reconstrução.

No dia 14 de abril, Lincoln presidiu o que viria a ser sua última reunião do gabinete. Naquela noite – juntamente com sua esposa e um

jovem casal que eles haviam convidado – assistiu a uma peça no Teatro Ford. Lá, no camarote presidencial, foi assassinado por John Wilkes Booth, um ator da Virgínia que se sentia amargurado com a derrota do Sul. Booth foi morto num tiroteio alguns dias depois, num celeiro na área rural da Virgínia. Seus cúmplices foram capturados e mais tarde executados.

Lincoln morreu num quarto do andar térreo de uma casa situada em frente ao teatro, na manhã do dia 15 de abril. O poeta James Russell Lowell escreveu:

> *Nunca, antes daquela sobressaltada manhã de abril, uma multidão tão numerosa de homens e mulheres de ramara tantas lágrimas pela morte de alguém que nunca tinham visto, como se com sua partida tivesse desaparecido também uma presença amiga, deixando suas vidas mais frias e mais sombrias. Nunca um panegírico fúnebre foi mais eloquente do que aqueles olhares de comiseração trocados por estranhos ao se encontrarem naquele dia. A humanidade havia perdido alguém muito próximo.*

A primeira grande tarefa diante do Norte vitorioso – agora sob a liderança do vice-presidente de Lincoln, Andrew Johnson, sulista que havia permanecido leal à União – era a de determinar o status dos estados que haviam escolhido o caminho da secessão. Lincoln já deixara o cenário montado. Na sua visão, as populações dos estados do Sul nunca haviam legalmente efetuado a secessão; eles haviam sido desencaminhados por alguns cidadãos desleais e levados a desafiar as autoridades federais. E como a guerra era um ato de indivíduos, o governo federal teria de lidar com esses indivíduos e não com os estados. Em 1863, Lincoln havia decretado que se, em qualquer estado, 10% dos seus eleitores, conforme inscritos na eleição de 1860, se dispusessem a formar um governo leal à Constituição dos Estados Unidos, e prestar obediência às leis do Congresso e às proclamações do presidente, ele reconheceria este governo, assim constituído, como o governo legítimo do estado.

O Congresso rejeitou esse plano e questionou o direito de Lincoln de tratar dessa questão sem consulta ao Congresso. Alguns membros propuseram penalidades severas para todos os estados que haviam escolhido a secessão. Mas, mesmo antes de a guerra ter terminado de vez, novos governos já tinham sido constituídos em Virgínia, Tennessee, Arkansas e Luisiana.

Para lidar com uma das áreas de maior preocupação – a situação de ex-escravos – o Congresso, em março de 1865, criou a Agência dos Libertos (Freedmen's Bureau), para atuar como guardia dos americanos de origem africana e orientá-los sobre como se sustentarem. E em dezembro daquele ano, o Congresso ratificou a 13ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, que aboliu a escravatura.

Durante todo o verão de 1865, Johnson deu continuidade ao programa de reconstrução deixado por Lincoln, fazendo apenas pequenas alterações. Usou de proclamações presidenciais para nomear governadores para cada um dos antigos estados confederados e liberalmente restaurou os direitos políticos de um grande número de cidadãos sulistas, usando da sua prerrogativa do perdão presidencial.

No tempo devido, realizaram-se convenções, em cada um dos antigos estados confederados, que revogaram as Ordenações de secessão, repudiaram as dívidas de guerra e elaboraram novas constituições estaduais. Mais tarde, cada estado ganhou um governador nativo do estado, mas que havia preservado sua lealdade à União, com poderes para convocar uma convenção de eleitores leais. Johnson pediu a cada convenção que invalidasse a secessão, abolisse a escravatura, repudiasse todas as dívidas que foram contraídas para apoiar a Confederação, e ratificasse a 13ª Emenda à Constituição Federal. Ao final de 1865, este processo estava praticamente concluído.

RECONSTRUÇÃO RADICAL

Tanto Lincoln quanto Johnson haviam previsto que o Congresso teria o direito de negar aos legisladores sulistas seus assentos no Senado dos Estados Unidos ou na Câmara dos Representantes, em virtude de uma cláusula da Constituição que dizia: "Cada Casa julgará ... as qualificações dos seus próprios membros". Isso tornou-se realidade quando, sob a liderança de Thaddeus Stevens, os congressistas (chamados de "Republicanos Radicais") que queriam punir o Sul recusaram-se a dar posse aos seus senadores e representantes eleitos. No decorrer dos meses seguintes, o Congresso desenvolveu um plano para a reconstrução do Sul, bastante diferente daquele que Lincoln havia iniciado e que Johnson tentara manter.

Cresceu o apoio público para com os membros do Congresso que acreditavam que os negros deveriam receber cidadania plena. Em 1866, o Congresso havia conseguido aprovar uma lei de direitos civis e montar a Agência dos Libertos – ambos procuravam evitar a discriminação racial por parte das legislaturas sulistas. Em seguida, o Congresso aprovou a 14ª Emenda à Constituição, segundo a qual "Todos os nascidos nos Estados Unidos ou naturalizados, e sujeitos à jurisdição do país, são cidadãos dos Estados Unidos e dos Estados em que residem", e portanto repudiou a decisão Dred Scott que negava aos escravos os direitos de cidadania.

Todas as legislaturas estaduais do Sul, com exceção do Tennessee, recusaram-se a ratificar a Emenda, e algumas obtiveram votação contrária unânime. Além disso, depois da guerra, as legislaturas estaduais do Sul aprovaram legislação contra os negros, que procuravam reescravizar os homens livres. Os termos

da legislação variavam de estado para estado, mas havia certos dispositivos em comum. Os negros eram obrigados a firmar contratos de trabalho anuais, com penalidades em caso de não cumprimento; crianças dependentes eram forçadas à situação compulsória de aprendiz e sujeitas a castigos corporais infligidos pelos patrões; e os desocupados podiam ser vendidos para prestação de serviço particular, se não tivessem como pagar multas severas.

Muitos nortistas interpretaram a resposta sulista como uma tentativa de restabelecer a escravatura e repudiar a vitória conquistada com muito esforço pela União na Guerra Civil. Não ajudou o facto de Johnson, apesar de ser um Unionista, ser um democrata sulista com uma inclinação pela retórica inflamada e uma aversão ao compromisso político. Os Republicanos arrasaram nas eleições de 1866. Firmemente no poder, os Radicais impuseram a sua própria visão da Reconstrução.

Na Lei de Reconstrução de março de 1867, o Congresso, ignorando os governos que tinham sido estabelecidos nos estados sulistas, dividiu o Sul em cinco distritos militares, cada um administrado por um general da União. A possibilidade de escapar a um governo militar permanente existia para os estados que estabelecessem governos civis, ratificassem a 14ª Emenda e adotassem o sufrágio afro-americano. Apoiantes da Confederação que não tivessem jurado lealdade aos Estados Unidos, em geral, não podiam votar. A 14ª Emenda foi ratificada em 1868. A 15ª Emenda, aprovada pelo Congresso no ano seguinte e ratificada em 1870 pelas legislaturas estaduais, estabelecia que "O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não deve ser negado ou limitado pelos Estados Unidos ou por qualquer outro estado devido a raça, cor ou situação anterior de servidão.

Os Republicanos Radicais no Congresso ficaram furiosos com os vetos (apesar de terem sido anulados) à legislação protegendo os afro-americanos recém-libertos e punindo os antigos líderes confederados, destituindo-os do direito de exercer um cargo público. A antipatia do Congresso em relação a Johnson era tão grande que, pela primeira vez na história americana, foi iniciado um processo de destituição (impeachment) para o afastar do cargo.

O principal delito de Johnson era a sua oposição às políticas punitivas do Congresso e a linguagem violenta que usava ao criticá-las. A mais importante acusação legal que os seus inimigos lhe podiam fazer era que, apesar da Lei sobre a Ocupação de Cargos (que exigia a aprovação do Senado para a destituição de qualquer titular de cargo público que o Senado tivesse confirmado anteriormente), ele tinha demitido do seu Gabinete o Secretário de Guerra, firme defensor do Congresso. Quando foi realizado o julgamento de destituição no Senado, ficou provado que Johnson tecnicamente tinha o direito de demitir um membro do Gabinete. E, mais importante ainda, ficou claro que se abriria um precedente perigoso se o Congresso pudesse destituir um presidente por este ter discordado da maioria dos seus membros. A votação final ficou aquém dos dois terços necessários para a condenação.

Johnson continuou a ocupar o seu cargo até ao fim do seu mandato em 1869, mas o Congresso tinha estabelecido uma ascendência que perduraria pelo resto do século. O vencedor Republicano na eleição presidencial de 1868, o antigo general da União, Ulysses S. Grant, viria a fazer cumprir as políticas de Reconstrução iniciadas pelos Radicais.

Até junho de 1868, o Congresso tinha readmitido a maior parte dos antigos estados da Confederação na União. Em muitos destes estados reconstruídos, a maioria dos governadores, representantes e senadores eram homens vindos do Norte – os chamados aventureiros políticos – que tinham ido para o Sul depois da guerra para fazerem carreira política, muitas vezes fazendo alianças com afro-americanos recém-libertos. Nas legislaturas de Luisiana e Carolina do Sul, os afro-americanos na verdade obtiveram a maioria dos assentos parlamentares.

Muitos brancos do Sul, vendo ameaçado o seu domínio político e social, recorreram a meios ilegais para evitar que os afro-americanos alcançassem a igualdade. A violência contra os afro-americanos por organizações criminosas como o Ku Klux Klan, tornou-se cada vez mais frequente. A escalada dos tumultos levou à aprovação das Leis de Execução Obrigatória de 1870 e 1871 punindo severamente aqueles que tentassem privar homens livres afro-americanos dos seus direitos civis.

O FINAL DA RECONSTRUÇÃO

Com o passar do tempo, foi ficando cada vez mais patente que os problemas do Sul não estavam sendo resolvidos por leis severas e um continuado rancor contra antigos confederados. Em maio de 1872, o Congresso aprovou uma Lei de Amnistia Geral, que restaurou os direitos políticos de todos, com a exceção de cerca de 500 simpatizantes da causa confederada.

Aos poucos, os estados do Sul começaram a eleger membros do Partido Democrático, expulsando os chamados governos carpetbaggers, e adotando medidas de intimidação destinadas a evitar que negros votassem ou assumissem cargos públicos. Em 1876, o Partido Republicano só controlava o governo em apenas três estados do Sul. Como parte da negociação que solucionou a disputa presidencial daquele ano, em favor de Rutherford B. Hayes, os Republicanos prometerem acabar com a Reconstrução Radical, o que significou deixar nas mãos do Partido Democrático a maior parte do

Sul. Em 1877, Hayes retirou as últimas tropas do governo, tacitamente abandonando a responsabilidade federal de fazer valer os direitos civis dos negros.

O Sul ainda era uma região devastada pela guerra, sobrecarregada por uma dívida causada por má administração, e desmoralizada após uma década de guerra racial. Infelizmente, o pêndulo da política racial nacional passou de um extremo para outro. Enquanto, no passado, defendia-se a imposição de penalidades severas contra líderes brancos sulistas, agora toleravam-se formas novas e humilhantes de discriminação contra negros. O último quarto do século XIX viu a proliferação no Sul de leis chamadas de "Jim Crow", que impunham a segregação em escolas públicas, limitavam ou proibiam o acesso de negros a muitas instalações públicas – como parques, restaurantes e hotéis –, e negavam à maioria dos negros o direito ao voto, mediante a imposição de taxas eleitorais e testes arbitrários para verificar a capacidade de leitura. "Jim Crow" é um termo extraído de uma canção num espetáculo de comediantes em que um homem branco atuava primeiro com "uma cara pintada de negro".

Os historiadores mostraram tendência a julgar com severidade a Reconstrução como um período sombrio de conflito político, corrupção e retrocesso, que não conseguiu realizar os seus nobres objetivos iniciais e caiu num buraco de racismo virulento. Foi concedida liberdade aos escravos, mas o Norte fracassou completamente na satisfação das suas necessidades económicas. A Agência dos Libertos não conseguiu proporcionar a antigos escravos oportunidades políticas e económicas. Os ocupantes militares da União muitas vezes nem sequer conseguiam protegê-los da violência e da intimidação. Na verdade, os militares do exército federal e os funcionários da Agência dos Libertos muitas vezes eram, eles próprios, racistas. Sem recursos económicos próprios, muitos afro-americanos sulistas foram forçados a tornarem-se meeiros nas propriedades dos seus antigos senhores, presos num ciclo de pobreza que se prolongaria por uma boa parte do século XX.

Os governos da era da Reconstrução obtiveram efetivamente progressos na reconstrução dos estados do Sul, devastados pela guerra. Expandiram os serviços públicos; em particular, criaram escolas públicas gratuitas, financiadas por impostos, e abertas a brancos e negros. Contudo, sulistas recalcitrantes aproveitaram-se de casos de corrupção (algo bastante comum no Sul, naquela época) para derrubar regimes radicais. O fracasso da Reconstrução significou que a luta dos afro-americanos por igualdade e liberdade foi postergada até o século XX – quando passou a ser uma questão nacional, e não mais apenas sulista. ◇

A GUERRA CIVIL E NOVOS MODELOS DE POLÍTICA AMERICANA

As controvérsias de meados do século XVIII tinham destruído o Partido Whig, criado o Partido Republicano e dividido o Partido Democrata segundo linhas regionais. A Guerra Civil demonstrou que os Whigs tinham partido para não voltar e os Republicanos tinham vindo para ficar. Também lançou as bases para um Partido Democrata reconciliado.

Os Republicanos podiam substituir facilmente os Whigs em todo o Norte e Oeste porque eram mais do que uma força a favor da liberdade e antiesclavagista. A maioria dos seus líderes tinha começado como Whig e continuou com os interesses Whig no desenvolvimento nacional apoiado federalmente. A necessidade de gerir uma guerra não os impediu de promulgar uma tarifa protecionista (1861) a fim de promover a indústria americana, a Lei Morrill (1862) para criar escolas agrícolas e técnicas em terras concedidas e uma série de Leis dos Caminhos de Ferro do Pacífico (1862-64) para garantir uma linha ferroviária transcontinental. Estas medidas granjearam o apoio de grupos da União para os quais a escravatura era uma questão secundária e garantiram a continuação do partido como a manifestação mais recente de uma convicção política que tinha sido apresentada por Alexander Hamilton e Henry Clay.

A guerra também lançou as bases da reunificação Democrata porque a oposição do Norte à mesma centrou-se no Partido Democrata. Como se podia esperar do partido de "soberania popular", alguns Democratas acreditavam que uma guerra total para restaurar a União era desnecessária. Este grupo passou a ser conhecido por Democratas pela Paz. Os seus elementos mais extremistas eram chamados "Copperheads".

Além disso, poucos Democratas quer da fação a favor da "guerra" quer a favor da "paz" acreditavam que valia a pena verter sangue do Norte pela emancipação dos escravos. A oposição à emancipação há muito que era uma política do partido. Em 1862, por exemplo, praticamente todos os Democratas no Congresso votaram contra a eliminação da escravatura no Distrito de Columbia, proibindo-a nos seus territórios.

Grande parte desta oposição veio dos pobres trabalhadores, em particular imigrantes católicos irlandeses e alemães, que receavam uma migração em massa de afro-americanos recém alforriados para o Norte. Também estavam descontentes com o estabelecimento de um recrutamento militar (março de 1863) que os afetava desproporcionalmente. Surgiram tumultos racistas em várias cidades do Norte. O pior ocorreu em Nova Iorque de 13 a 16 de julho de 1863, precipitado pela condenação do recrutamento militar pelo Governador Democrata Horatio Seymour. Tropas federais, que uns dias antes tinham estado a combater em Gettysburg, foram enviadas para restaurar a ordem.

Os Republicanos continuaram a guerra com pouco respeito pelas liberdades civis. Em setembro de 1862, Lincoln suspendeu a ordem de habeas corpus e im-

pôs a lei marcial aos que interferissem no recrutamento ou ajudassem ou consolassem os rebeldes. Esta falha no direito civil, embora justificada constitucionalmente em tempos de crise, proporcionou aos Democratas mais uma oportunidade de criticarem Lincoln. O Secretário de Guerra Edwin Stanton obrigou firmemente a cumprir a lei marcial e muitos milhares foram presos, sendo a maioria simpatizantes sulistas ou Democratas,

Apesar das vitórias da União em Vicksburg e Gettysburg em 1863, os candidatos Democratas a favor da paz continuaram a aproveitar as desgraças e sensibilidades raciais do país. Na verdade, o estado de espírito do Norte era tal que Lincoln estava convencido de que iria perder a sua reeleição em novembro de 1864. Sobretudo por essa razão, o Partido Republicano nomeou-se a si mesmo Partido da União e escolheu o Democrata do Tennessee, Andrew Johnson para ser o companheiro de candidatura de Lincoln. As vitórias de Sherman no Sul garantiam-lhes a eleição.

O assassinato de Lincoln, a ascensão do Republicanismo Radical e a liderança disparatada de Johnson contribuíram para um modelo de política do pós-guerra no qual o Partido Republicano sofreu por exagerar nos seus esforços para reconstruir o Sul, enquanto que os Democratas, através das suas críticas à Reconstrução se uniram à maioria branca sulista neo-confederada. O estatuto de Ulysses S. Grant como herói nacional deu a vitória aos Republicanos em duas eleições presidenciais, mas o país encontrava-se quase que igualmente dividido entre os dois partidos.

Os Republicanos seriam predominantes no nordeste industrial até 1930 e fortes na maior parte do resto do país com exceção do Sul. Contudo, a sua perceção como um partido de governo forte e desenvolvimento nacional passou a ser entendida cada vez mais como a de um partido de alianças com grandes negócios e finanças.

Quando o Presidente Hayes terminou a Reconstrução, esperava que fosse possível desenvolver o Partido Republicano no Sul recorrendo aos antigos Whigs como base e ao apelo do desenvolvimento regional como tema principal. Contudo, nessa altura o republicanismo, tal como entendido pela maioria branca do Sul, identificava-se com a odiada supremacia afro-americana. Nos três quartos de século seguintes, o Sul seria solidamente democrata. Durante grande parte desse período o Partido Democrata nacional teria grande deferência pelos direitos estaduais, ignorando os direitos civis. O grupo que viria a sofrer mais como um legado da Reconstrução seria o dos afro-americanos. ◆

CAPÍTULO

8

CRESCIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

Construindo o caminho de ferro transcontinental, 1868.

> "A própria existência da civilização depende da santidade da propriedade".
>
> Industrial e filantropo **Andrew Carnegie**, 1889

No período entre as duas grandes guerras – a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial – os Estados Unidos da América atingiram a sua maioridade. Em menos de 50 anos, o país passou de uma república rural para um estado urbano. Desapareceu o território de fronteira. O país passou a ser caracterizado por grandes fábricas e siderúrgicas, ferrovias transcontinentais, cidades que se desabrochavam e grandes propriedades agrícolas. A expansão económica e a prosperidade trouxeram seus problemas. Em todo o país, poucas empresas passaram a dominar indústrias inteiras, quer independentemente ou em combinação com outras. As condições de trabalho eram frequentemente insatisfatórias. As cidades cresceram tão rápido, que não podiam abrigar nem administrar adequadamente suas populações em expansão.

TECNOLOGIA E MUDANÇA

A "Guerra Civil", disse um autor, "provocou um enorme corte na história dos Estados Unidos: dramatizou, de um só golpe, as mudanças que se haviam iniciado nos 20 ou 30 anos anteriores". O esforço de guerra havia estimulado enormemente a industrialização, acelerando um processo económico baseado na exploração de ferro, vapor e eletricidade, bem como nos avanços científicos e nas invenções. Até 1860, 36.000 patentes haviam sido registradas; nos 30 anos seguintes, 440.000 patentes foram registradas; no primeiro quarto do século XX, foram quase um milhão de patentes.

Em 1844, Samuel F. B. Morse aperfeiçoou o telégrafo elétrico, e, em pouco tempo, partes distantes do continente foram interligadas por uma rede de postes e fios. Em 1876, Alexander Graham Bell apresentou seu instrumento telefônico e, em menos de meio século, 16 milhões de telefones já aceleravam a vida económica e social do país. O crescimento empresarial foi acelerado pela invenção da máquina de escrever, em 1867; da máquina calculadora, em 1888; e da caixa registradora, em 1897. A máquina de composição em linotipo, inventada em 1886, e a prensa rotativa e os equipamentos para dobrar papéis tornaram possível a impressão de 240.000 exemplares de jornais de oito páginas em apenas uma hora. A lâmpada incandescente de Thomas Edison veio a iluminar milhões de lares. A vitrola, ou fonógrafo, foi também aperfeiçoada por Édison, que, juntamente com George Eastman, também ajudou a desenvolver o filme. Essas e muitas outras aplicações da ciência e da engenhosidade resultaram num novo nível de produtividade em quase todas as áreas.

Nessa mesma época, a indústria básica do país – ferro e aço – estavam também a desenvolver-se, protegida por tarifas altas. A indústria siderúrgica, que antes estivera concentrada nos estados do Leste, expandiu-se para o Oeste, à medida que geólogos iam descobrindo novas jazidas de minério, sobretudo na grande cadeia de ferro de Mesabi, perto do Lago Superior, que veio a tornar-se uma das maiores produtoras de minério do mundo. O minério estava na superfície e sua extração era fácil e barata. Além disso, por ser praticamente livre de impurezas químicas, o minério podia ser usado para produção de aço de qualidade superior para um custo cerca de um décimo do valor corrente anterior.

CARNEGIE E A ERA DO AÇO

Andrew Carnegie foi um dos grandes responsáveis pelos grandes avanços obtidos na siderurgia. Carnegie, que veio da Escócia para a América aos 12 anos de idade, começou cuidando dos carretéis numa fábrica de algodão, depois conseguiu emprego num centro de telégrafos, até ser admitido na Ferrovia da Pensilvânia. Antes de completar 30 anos, já tinha feito investimentos astutos e perspicazes que, em 1865, estavam concentrados em ferro. Dentro de poucos anos, ele já havia organizado ou possuía ações em empresas que construíam pontes de ferro, trilhos e locomotivas. Dez anos mais tarde, as usinas siderúrgicas por ele construídas no Rio Monongaheia, na Pensilvânia, eram as maiores do país.

Carnegie adquiriu o controlo acionário não só de novas usinas, mas também de empresas de coque, carvão e minério de ferro do Lago Superior, uma frota de barcos a vapor que navegavam nos grandes lagos, uma cidade portuária no Lago Erie e uma ferrovia de ligação. Seus negócios, associados a uma dúzia de outros, podia obter condições mais favoráveis junto a ferrovias e linhas de navegação. Em toda a história da América, nunca se vira crescimento industrial comparável.

Embora Carnegie tenha dominado a indústria por muito tempo, nunca obteve o monopólio completo dos recursos naturais, transporte e usinas industriais que produziam aço. Na década de 1890, novas empresas desafiaram sua situação preeminente. Inicialmente, movido por essa concorrência, Carnegie ameaçou erigir um complexo empresarial ainda mais poderoso. Mas ele já era então um homem velho e cansado, e foi persuadido a fundir suas propriedades com as de uma organização que iria abarcar quase toda a produção de ferro e aço no país.

CORPORAÇÕES E CIDADES

A Empresa de Aço dos Estados Unidos (United States Steel Corporation), que resultou dessa fusão em 1901, serve para ilustrar um processo que operava há 30 anos: a reunião de empresas industriais independentes em companhias federadas ou centralizadas. Iniciada durante a Guerra Civil, a tendência ganhou impulso depois de 1870, numa época em que os empresários passaram a temer que a superprodução levasse a uma queda de preços e de lucros. Eles perceberam que, se pudessem controlar tanto a produção quanto os mercados, poderiam trazer empresas concorrentes para dentro de uma organização única. A "corporação" e o "consórcio" foram desenvolvidos para atingir esses alvos.

As corporações, que tornavam disponível um grande reservatório de capital e davam às empresas uma vida permanente e uma continuidade de controlo, atraíam os investidores não só por causa dos lucros esperados como pela segurança da responsabilidade limitada, em caso de falência. Por sua vez, os consórcios eram na realidade combinações de corporações, em que os acionistas de cada empresa colocavam ações nas mãos dos administradores (trustees). Esses consórcios permitiram combinações em grande escala, controlo e administração centralizados, e o compartilhamento de patentes. Como dispunham de capitais mais volumosos, tinham capacidade para expandir-se, para competir com organizações empresariais estrangeiras, e obter concessões das entidades trabalhistas, que estavam então a organizarem-se de forma efetiva. Podiam também extrair condições privilegiadas de ferrovias e exercer influência na política.

A Standard Oil Company, fundada por John D. Rockefeller, foi uma das primeiras e mais poderosas corporações e teve seu exemplo seguido em outros setores – em óleo de algodão, chumbo, açúcar, tabaco e borracha. Logo, empresários de temperamento agressivo começaram a reservar áreas industriais para si. Quatro grandes produtores de carne industrializada, dentre os quais Philip Armour e Gustavus Swift, criaram um consórcio de carne. Cyrus McCormick alcançou preeminência com as segadoras mecânicas. Uma pesquisa de 1904 mostrou que mais de 5.000 empresas anteriormente independentes haviam

sido objeto de consolidação, tendo passado a formar cerca de 300 consórcios industriais.

A tendência à fusão manifestou-se em outros setores, notadamente transportes e comunicação. No rastro da Western Union, a primeira das grandes corporações de comunicações, vieram a Bell Telephone System e depois a Companhia Americana de Telefones e Telégrafos (AT&T). Na década de 1860, Cornelius Vanderbilt promoveu a consolidação de cerca de 13 ferrovias independentes numa linha única, ligando a cidade de Nova Iorque a Buffalo, a uma distância de 800 quilómetros. Na década seguinte, ele adquiriu ferrovias que iam até Chicago, Illinois e Detroit, Michigan – e assim surgiu o Sistema Ferroviário Central de Nova Iorque. Outras consolidações estavam sendo promovidas; em breve, as principais ferrovias do país passaram a ser organizadas em linhas-troncos e sistemas controlados por um punhado de homens.

Nesta nova ordem industrial, a cidade representava o centro nervoso, pois concentrava todas as forças económicas dinâmicas da nação: Enormes acumulações de capital, instituições empresariais e financeiras, centros ferroviários em crescimento, fábricas enfumaçadas e exércitos de operários e empregados de escritório. Pequenas aldeias, que passaram a atrair pessoas da área rural e de outros países, transformaram-se em cidades e as cidades viraram metrópoles quase da noite para o dia. Em 1830, apenas uma em quinze pessoas vivia em comunidades com 8.000 habitantes ou mais; em 1860, a proporção já era de quase um para seis; e em 1890, a proporção passou de 3 para cada 10. Em 1860, nenhuma cidade atingira 1 milhão de habitantes; 30 anos mais tarde, Nova Iorque tinha um milhão e meio, e Chicago, Estado de Illinois e Filadélfia, na Pensilvânia, tinham cada uma mais de um milhão de habitantes. Nessas três décadas, Filadélfia e Baltimore, Estado de Maryland, dobraram de população; Kansas City, Estado de Missouri e Detroit, em Michigan, quadruplicaram; Cleveland, em Ohio, cresceu seis vezes; Chicago, dez vezes. Minneapolis, Estado de Minnesota e Omaha, Estado de Nebraska, além de muitas comunidades como estas – apenas pequenas vilas, no início da Guerra Civil – tiveram aumentos populacionais de 50 ou mais vezes.

FERROVIAS, REGULAMENTAÇÃO E TARIFAS

As ferrovias tornaram-se cada vez mais importantes para este país em expansão e havia uma profusão de práticas ferroviárias injustas. As empresas ferroviárias concediam descontos para fregueses que operavam grandes cargas e portanto prejudicavam transportadores menores. As tarifas de carga eram frequentemente desproporcionais à distância percorrida; a concorrência muitas vezes reduzia as tarifas de carga

entre cidades com várias ligações ferroviárias. As tarifas tendiam a ser altas entre pontos ligados por apenas uma linha férrea. Ficava, portanto, mais barato transportar uma carga de Chicago para Nova Iorque, numa distância de 1.280 quilómetros, do que para cidades distantes apenas algumas centenas de quilómetros de Chicago. Além do mais, para contornar a concorrência as empresas concorrentes às vezes compartilhavam ("pooled") o mercado de cargas de acordo com um entendimento prévio que canalizava os rendimentos totais para um fundo comum para distribuição.

O ressentimento da população contra tais práticas estimulou os esforços estaduais de regulamentação, mas o problema era de caráter nacional. Os expedidores exigiram ação do Congresso. Em 1887, o Presidente Grover Cleveland assinou a Lei de Comércio Interestadual, que proibia cobranças excessivas, acordos entre empresas concorrentes para a fixação de preços, descontos e discriminação de tarifas. Criou também uma Comissão de Comércio Interestadual (ICC) para fiscalizar a lei, mas deu-lhe pouco poder de fiscalização. Nas suas primeiras décadas de existência, quase todas as tentativas da ICC de regulamentação e redução de tarifas não foram aprovadas pela revisão judicial.

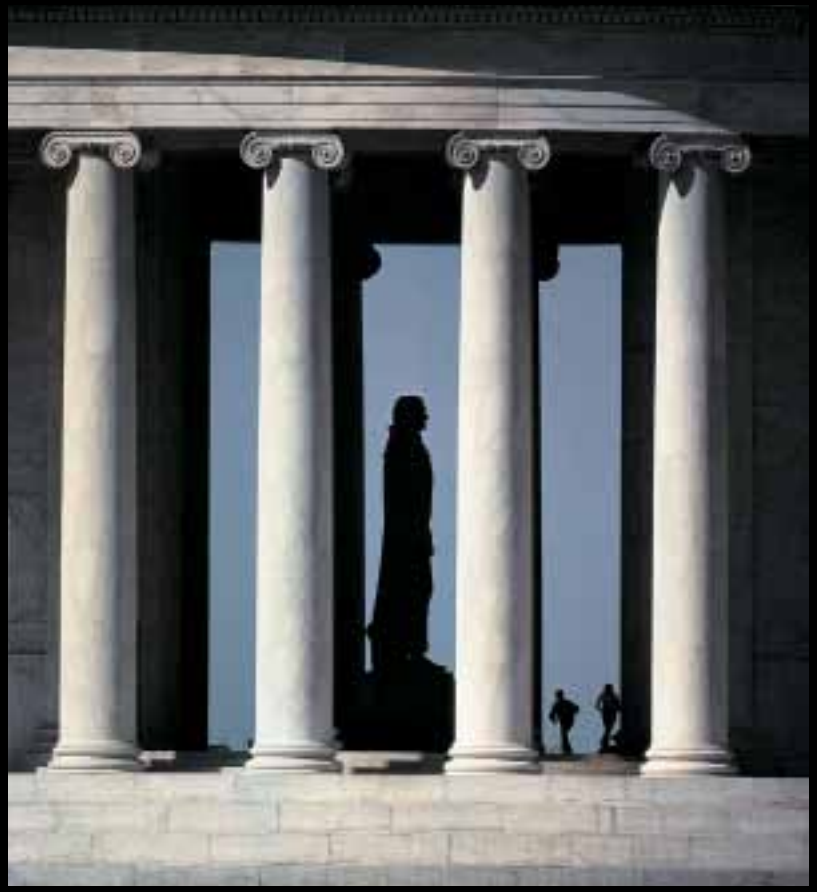
O Presidente Cleveland também se opôs a tarifas protecionistas sobre as mercadorias estrangeiras, que passaram a ser aceites como uma política nacional permanente nas administrações dos presidentes Republicanos que dominavam a política na época. Cleveland, um Democrata conservador, considerava a proteção tarifária como um subsídio indevido para grandes empresas, dando aos consórcios o poder de fixar preços em detrimento dos americanos comuns. Refletindo os interesses da sua base sulista, os Democratas tinham voltado à sua oposição anterior à Guerra Civil à proteção e defesa de uma "tarifa apenas para gerar receitas".

Cleveland, que obteve uma vitória estreita em 1884, não teve sucesso em conseguir a reforma tarifária durante seu primeiro mandato. Ele fez dessa questão o principal tema da sua campanha para a reeleição, mas candidato Republicano, Benjamin Harrison, defensor do protecionismo, venceu numa disputa acirrada. A administração de Harrison, em cumprimento das suas promessas eleitorais, conseguiu em 1890 aprovação da Lei Tarifária McKinley, que elevou as tarifas já altas. Considerado o culpado pela alta dos preços retalhistas, as tarifas de McKinley desencadearam insatisfação generalizada, levaram a perdas Republicanas nas eleições de 1890, e abriram caminho para o retorno de Cleveland à presidência na eleição de 1892.

Durante esse período, cresceu a antipatia popular em relação aos consórcios. As gigantescas corporações do país foram severamente atacadas durante toda a década de 1880 por reformadores como Henry George e Edward Bellamy. A Lei Anticonsórcio

(Continua na página 191).

A silhueta de um dos Pais Fundadores mais venerados, Thomas Jefferson, ergue-se no santuário dedicado à sua memória. "Jurei perante o altar de Deus, hostilidade eterna contra todas as formas de tirania sobre o espírito do homem".



MONUMENTOS E MEMORIAIS

PERFIL DAS IMAGENS

Os monumentos da história americana abarcam um continente em distância e séculos no tempo. Vão desde um monte compacto com a forma de serpente criada por uma cultura índia americana há muito desaparecida, a memoriais nas contemporâneas Washington, D.C., e Nova Iorque.

O cemitério de Old Granary coberto de neve em Boston, Massachusetts, é onde estão enterrados entre outros patriotas americanos proeminentes, vítimas do Massacre de Boston, três signatários da Declaração da Independência e seis governadores de Massachusetts. Inicialmente fundado por dissidentes religiosos da Inglaterra, conhecidos como Puritanos, Massachusetts foi um líder na luta pela independência da Inglaterra. Foi o cenário da Festa do Chá de Boston (Boston Tea Party) e das primeiras batalhas da Revolução Americana, em Lexington e Concord.

A histórica sala em Salão da Independência, Filadélfia, onde os delegados redigiram a Constituição dos Estados Unidos no verão de 1787. A Constituição é a lei suprema à face da terra. Determina a forma e o poder do governo federal e garante as liberdades e os direitos dos cidadãos do país através da Carta dos Direitos.

Estátuas guardam a fachada majestosa do Supremo Tribunal dos Estados Unidos, o mais alto tribunal na terra. As palavras gravadas no lintel sobre as colunas gregas contêm um dos princípios fundadores da América: "Justiça Igual nos Termos da Lei".

A Estátua da Liberdade, um dos monumentos mais amados dos Estados Unidos, ergue-se a 151 pés (46 m) de altura à entrada do porto de Nova Iorque. Um presente amigo do povo de França ao dos Estados Unidos, pretendia ser um símbolo impressionante da liberdade humana. Foi certamente isso para milhares de imigrantes que vieram para os Estados Unidos no século XIX e início do século XX, em busca de liberdade e de uma vida melhor.

Vista aérea do Monte da Grande Serpente em Adams County, Ohio. Testes de carbono à efígie revelaram que os autores deste monumento com 1.330 pés (m) eram membros da Cultura Fort Ancient de índios americanos (1000-1550 d.C.).

O Sino da Liberdade em Filadélfia, Pensilvânia, um símbolo perene da liberdade americana. Soou pela primeira vez a 8 e julho de 1776 para celebrar a adoção da Declaração da Independência, rachou-se em 1836 durante o funeral de John Marshall, Presidente do Supremo Tribunal dos Estados Unidos.

Dois monumentos ao papel fundamental que a Espanha desempenhou na exploração daquilo que é agora os Estados Unidos. Ao cimo, o Castelo de São Marcos, construído em 1672-1695 para defender St. Augustine, Florida, a primeira colónia permanente europeu nos Estados Unidos continentais. Acima, ruínas da fonte e da missão de San Juan Capistrano, Califórnia, uma das missões fundadas por missionários franciscanos espanhóis chefiados por Frei Junípero Serra em 1770. Serra dirigiu a colonização espanhola do que é hoje o Estado da Califórnia.

Os rostos de quatro dos presidentes americanos mais admirados foram esculpidos por Gutzon Borglum na encosta sudeste do Monte Rushmore no Dakota do Sul, tendo começado em 1927. Da esquerda para a direita: George Washington, comandante do Exército Revolucionário e primeiro presidente do jovem país; Thomas Jefferson, autor da Declaração da Independência; Theodore Roosevelt, que conduziu o país para reformas progressivas e uma política externa forte; e Abraham Lincoln, que dirigiu o país durante a Guerra Civil e libertou os escravos.

A casa amada de George Washington, Mount Vernon, à beira do rio Potomac em Virgínia, onde ele morreu a 14 de dezembro de 1799, e está enterrado juntamente com a esposa Martha. Entre outros artigos valiosos pertencentes ao primeiro presidente expostos aqui, os visitantes podem ver uma das chaves da Bastilha, uma prenda dada a Washington pelo Marquês de Lafayette.

Mary Zheng, de seis anos, endireita uma flor colocada no Memorial aos Veteranos do Vietname em Washington, D.C., a 30 de abril de 2000. Os nomes de mais de 58.000 soldados que pereceram na guerra ou continuam desaparecidos estão gravados a água-forte na parte do memorial que é um muro, aqui retratado. Esta parte do monumento foi desenhada por Maya Lin, uma aluna da Universidade de Yale.

Uma vista outonal do Cemitério de Arlington, Virgínia, o maior e mais conhecido cemitério da América. Mais de 260.000 pessoas se encontram enterradas no Cemitério de Arlington, incluindo veteranos de todas as guerras do país.

Mãe e filha vêem documentos na Sala de Exposições do Arquivo Nacional. A Constituição dos Estados Unidos, a Declaração da Independência e a Carta dos Direitos estão expostos neste edifício em Washington D.C.

Fogos de artificio celebrando a chegada do milénio iluminam dois documentos importantes em Washington D.C., Lincoln Memorial à esquerda e Washington Monument ao centro. As câmaras nos lados norte e sul do Washington Monument contêm inscrições gravadas do discurso da sua segunda tomada de posse e do seu discurso de Gettysburg. Estrutura mais alta na capital do país, o Washington Monument foi inaugurado a 21 de fevereiro de 1885.

Ao cimo o Memorial da Segunda Grande Guerra, aberto em 2004, é um dos acréscimos mais recente aos muitos monumentos nacionais em Washington, D.C. Honra os 16 milhões que serviram nas forças armadas dos Estados Unidos, os mais de .000 que faleceram e todos os que apoiaram o esforço de guerra no país. Acima, o projeto para o Memorial do World Trade Center na cidade de Nova Iorque é retratado nesta fotografia de uma maquete mostrada em finais de 2004. "Refletindo a Ausência" preservará não só a memória dos que morreram no ataque terrorista de 11 de setembro de 2011, mas também as ruínas visíveis dos edifícios destruídos nessa manhã.

Sherman, aprovada em 1890, proibiu todos os entendimentos destinados a restringir o comércio interestadual e deter-minou várias formas de execução, sujeitas a penalidades severas. Redigida em termos vagos, a lei em si teve pouco impacto imediatamente após a sua aprovação. Contudo, uma década mais tarde, o Presidente Theodore Roosevelt viria a utilizá-la vigorosamente.

REVOLUÇÃO NA AGRICULTURA

Apesar dos grandes ganhos obtidos na indústria, a agricultura continuava sendo a principal ocupação económica do país. A revolução nesse setor – seguindo os passos da revolução ocorrida na indústria, depois da Guerra Civil – significou um deslocamento do trabalho manual para a lavoura mecanizada, e de uma agricultura de subsistência para uma de natureza comercial. Entre 1860 e 1910, triplicou o número de propriedades agrícolas nos Estados Unidos, que passaram de 2 para 6 milhões. No mesmo período, a área cultivada mais do que quadruplicou, elevando-se de 160 para 352 milhões de hectares.

Entre 1860 e 1890, a produção de culturas básicas, como trigo, milho e algodão, superou em muito as colheitas anteriores. Nesse mesmo período, a população do país mais do que duplicou, sendo que o crescimento maior se verificou nas cidades. Mas o agricultor norte-americano tinha uma produção de grãos e de algodão, de carne de gado e de porco, e de lã que era suficiente não só para abastecer os trabalhadores americanos e suas famílias, mas também para gerar superávites cada vez maiores.

Esse feito pode ser atribuído a vários fatores. Um foi a expansão para o Oeste. Outro foi o uso de maquinaria na agricultura. O agricultor de 1800, com uma foice na mão, só podia esperar colher 20% de um hectare de trigo por dia. Trinta anos depois, com uma ceifeira de armação, já podia colher 80% de um hectare por dia. Em 1840, Cyrus McCormick operou um milagre, ao colher de dois a dois hectares e meio num dia com sua segadeira, máquina que ele vinha desenvolvendo há quase dez anos. Calculando que haveria uma enorme demanda por sua máquina, ele foi para o Oeste e instalou uma fábrica em Chicago, então uma pequena cidadezinha na campina. E até 1860, vendeu 250.000 das suas segadeiras.

Outros equipamentos agrícolas foram desenvolvidos logo a seguir: o enfardador a arame, a debulhadora e a colheitadeira-debulhadora, ou combinada. Surgiram as plantadoras mecânicas, cortadoras, e descascadoras, além de separadoras de creme, espalhadoras de estrume, plantadoras de batatas, secadoras de feno, incubadoras de galinha e centenas de outras invenções.

Quase tão importante quanto o maquinaria na revolução agrícola foi a utilização da ciência. Em 1862, a Lei Morrill de Doação de Terras para Faculdades destinou terras públicas em cada estado para a criação

de faculdades agrícolas e industriais. Essas faculdades deveriam servir de instituições de ensino e de centros de pesquisa para a agricultura científica. Mais tarde, o Congresso alocou recursos para a criação de estações agrícolas experimentais em todo o país, bem como destinou recursos diretamente para o Departamento de Agricultura, a serem usados na pesquisa. No início do novo século, cientistas em todos os Estados Unidos estavam a trabalhar numa grande variedade de projetos agrícolas. É uma ironia que a política federal que permitiu aos agricultores aumentar sua produtividade culminou com a entrada no mercado de vastos produtos que fizeram cair os preços de mercado – e desanimaram os agricultores.

Um desses cientistas, Mark Carleton, viajou para a Rússia a serviço do Departamento de Agricultura. Lá ele encontrou e exportou para sua terra natal uma variedade de trigo de inverno resistente a ferrugem e seca. Essa variedade hoje em dia é responsável por mais da metade da colheita de trigo dos Estados Unidos. Outro cientista, Marion Dorset, venceu a temida cólera suína, enquanto outro, George Mohler, ajudou a evitar a febre aftosa. Um dos pesquisadores trouxe do Norte da África o milho Kaffir, outro trouxe do Turquestão uma alfafa com floração amarela. Luther Burbank, na Califórnia, produziu dezenas de novas frutas e verduras. Em Wisconsin, Stephen Babcock criou um teste para avaliar o teor de gordura do leite; no Instituto Tuskegee, no Alabama, o cientista afro-americano, George Washington Carver, descobriu centenas de novos usos para o amendoim, a batata doce e a soja.

Em graus variados, a explosão no campo da ciência e da tecnologia agrícolas afetou os agricultores em todo o mundo, aumentando a produtividade, expulsando os pequenos produtores e provocando a migração para as cidades industriais. Além disso, os caminhos de ferro e os navios a vapor começaram a conduzir os mercados regionais para um grande mercado mundial com preços imediatamente comunicados pelo cabo transatlântico, bem como por cabos terrestres. Apesar de ser uma boa notícia para os consumidores urbanos, a queda dos preços agrícolas ameaçava a sobrevivência de muitos agricultores americanos e desencadeou uma onda de descontentamento agrário.

O SUL DIVIDIDO

Após a Reconstrução, líderes sulistas esforçaram-se muito para atrair a indústria. Muitos estados ofereceram grandes incentivos e mão de obra barata aos investidores para desenvolver a siderurgia, a exploração da madeira, [a indústria do] tabaco e as indústrias têxteis. No entanto, em 1900, a participação do Sul na base industrial do país permanecera praticamente a mesma que em 1860. Além disso, o custo desse ímpeto de industrialização fora alto: proliferavam as doenças e o trabalho infantil nas cidades industrializadas do Sul. Trinta anos depois da Guerra

Civil, o Sul continuava pobre, predominantemente agrário e economicamente dependente. Ademais, suas relações raciais refletiam não só o legado da escravatura, mas também o que estava a surgir como tema central da sua história – uma determinação de reafirmar a supremacia branca a qualquer custo.

Os sulistas brancos intransigentes encontraram formas de fazer valer o controle do Estado para manter o domínio branco. As decisões do Supremo Tribunal também reforçaram os seus esforços ao defenderem pontos de vista tradicionais do Sul sobre o equilíbrio adequado entre o poder do governo nacional e o do Estado.

Em 1873, o Supremo Tribunal decidiu que a 14ª Emenda (segundo a qual os direitos de cidadania não podem reduzidos) não concedia aos americanos de origem africana qualquer novo privilégio ou imunidade em relação ao poder do estado: Além disso, em 1883, a Corte decidiu que a referida Emenda não impedia indivíduos, contrariamente aos estados, de praticar a discriminação. E, no caso Plessy versus Ferguson (1896), a Corte julgou que acomodações públicas "separadas mas iguais" para afro-americanos, como as usadas em trens e restaurantes, não constituíam uma violação dos seus direitos.

Logo, o princípio da segregação por motivo de raça disseminou-se em todos os setores da vida no Sul, desde ferrovias a restaurantes, hotéis, hospitais e escolas. Além disso, em qualquer aspecto da vida onde não houvesse segregação por força de lei, havia a segregação baseada no costume e na prática. Seguiram-se mais restrições do direito de voto. Linchamentos periódicos por multidões ressaltaram a determinação da região de subjugar a população afro-americana.

Perante discriminação generalizada, muitos afro-americanos seguiram Booker T. Washington, que os aconselhou a concentrarem-se em metas económicas modestas e a aceitarem a discriminação social temporária. Outros, liderados pelo intelectual afro-americano W.E.B. DuBois, queriam contestar a segregação por meio de ação política. Mas com os dois maiores partidos desinteressados da questão e com a teoria científica da época aceitando geralmente a inferioridade negra, as demandas por justiça racial atraiu pouco apoio.

A ÚLTIMA FRONTEIRA

Em 1865, a linha de fronteira acompanhava de modo geral os confins ocidentais dos estados limítrofes com o Rio Mississippi, projetando-se numa protuberância para incluir a parte oriental de Kansas e Nebraska. Além dessa orla estreita, formada por propriedades rurais de pioneiros, havia as pradarias e as terras cobertas de artemísia, que se estendiam até os contrafortes das montanhas Rochosas. Depois, por quase 1.600 quilómetros, agigantava-se a parte principal das montanhas, muitas das quais ricas em prata, ouro

e outros metais. Do outro lado das montanhas, planícies e desertos estendiam-se até as encostas a arborizadas do litoral do Pacífico. Com exceção de alguns distritos já assentados na Califórnia e alguns postos avançados, aqui e ali, a vasta região do interior era habitada por americanos nativos: dentre eles, as tribos das Grandes Planícies – Sioux e Blackfoot, Pawnee e Cheyenne – e as culturas indígenas do Sudoeste, incluindo os Apache, Navajo e Hopi.

Apenas 25 anos depois, quase toda essa região já havia sido dividida em estados e territórios. Mineiros haviam vasculhado todo o território montanhoso, escavando a terra, formando pequenas comunidades em Nevada, Montana e Colorado. Criadores de gado, aproveitando-se das vastas pastagens, apropriaram-se de áreas enormes, desde o Texas até o alto Rio Missouri. Pastores de ovelhas haviam chegado aos vales e colinas. Agricultores levaram seus arados até as planícies e vales, fechando a lacuna entre o Leste e o Oeste. Em 1890, já não havia mais a "fronteira".

A ocupação foi acelerada pela Lei da Propriedade Rural (Homestead) de 1862, que concedia gratuitamente terrenos rurais de 64 hectares aos cidadãos que ocupassem e explorassem a terra. Lamentavelmente, para os promitentes agricultores, o solo era mais propício para a pecuária do que para a agricultura. Em 1880, quase 22. .000 hectares dessa terra "gratuita" estava nas mãos de pecuaristas ou das ferrovias.

Em 1862, o Congresso também autorizou o funcionamento da Ferrovia Union Pacific, que estendeu seus trilhos para oeste, a partir de Council Bluffs, no Estado de Iowa, empregando como mão-de-obra sobretudo ex-soldados e imigrantes irlandeses. Na mesma época, a Ferrovia Central Pacific começou a construir uma linha a partir de Sacramento, Califórnia, rumo ao Leste, e empregando principalmente imigrantes chineses. Toda a nação empolgou-se com a aproximação progressiva das duas linhas, que se encontraram finalmente no dia 10 de maio de 1869, em Promontory Point, no Utah. A viagem penosa, que antes demandava meses para se chegar de um oceano ao outro, agora podia ser feita em cerca de seis dias. A malha ferroviária continental ampliou-se continuamente e, em 1884, quatro grandes linhas ligavam o vale central do Mississippi ao Pacífico.

A primeira grande migração para o Oeste deu-se em direção às regiões montanhosas, onde o ouro havia sido encontrado na Califórnia, em 1848; no Colorado e em Nevada, dez anos depois; em Montana e Wyoming, na década de 1860; e nos Black Hills do Dakota, na década de 1870. Os mineiros abriram o país, criaram comunidades e abriram o caminho para povoações mais permanentes. Mas, mesmo escavando as colinas, alguns colonos perceberam o potencial da região para a agricultura e a pecuária. Com o passar do tempo, embora algumas Comunidades tenham continuado a dedicar-se quase que exclusivamente à mineração, a verdadeira riqueza de Montana, Colorado, Wyoming, Idaho e Califórnia provou ser suas pastagens e seu solo.

A pecuária, uma atividade importante no Texas, floresceu depois da Guerra Civil, quando homens empreendedores começaram a levar para o norte o gado texano de chifre comprido (longhorn), pelos descampados de terras públicas. Pastando pelo caminho, o gado chegava aos pontos de embarque das ferrovias, no Kansas, mais pesado e gordo do que quando saíra. A transumância anual tornou-se um evento regular; por centenas de quilómetros, trilhas foram pontilhadas por gado movendo-se para norte.

Em seguida, imensos ranchos apareceram nos estados do Colorado, Wyoming, Kansas, Nebraska e no território de Dakota. As cidades do Oeste floresciam como centros de abate e processamento de carne. O boom do gado atingiu o seu máximo em meados da década de 1880. Até então, logo atrás do criador de gado, surgia o rangido das carroças cobertas dos agricultores, trazendo as suas famílias, os seus cavalos de carga, vacas e porcos. Amparados pela Lei da Propriedade Rural (homestead), eles ocuparam as terras e as cercaram com um novo invento, o arame farpado. Os criadores de gado foram expulsos das terras que eles vinham palmilhando sem uma base legal.

A pecuária e as movimentações do gado deram à mitologia americana seu último ícone da cultura da fronteira — o cowboy. A realidade da vida do cowboy era muito dura. Conforme descrito por escritores como Zane Grey e atores de cinema, tais como John Wayne, o cowboy era uma figura mitológica poderosa, um homem de ação corajoso e virtuoso. Só em finais do século XX houve uma reação. Tanto historiadores como cineastas começaram a retratar o "Velho Oeste" (Wild West) como um lugar sórdido, povoado por personagens mais aptas para refletir o pior, ao invés do melhor, da natureza humana.

AS ATRIBULAÇÕES DOS ÍNDIOS

Como no Leste, a expansão de mineiros, rancheiros e colonos rumo às planícies e montanhas desencadeou uma escalada de conflitos com os índios que viviam no Oeste. Muitas tribos de americanos nativos – desde os Ute, do Great Basin, até os Nez Percés, de Idaho – tiveram, em algum momento, de lutar contra os brancos. Mas os Sioux, das Planícies do Norte, e os Apache, do Sudoeste, foram os mais ferrenhos opositores ao avanço da fronteira. Liderados por chefes engenhosos, como Nuvem Vermelha e Cavalo Doido, os Sioux eram particularmente talentosos no combate à cavalo, em alta velocidade. Os Apache eram igualmente competentes e muito ardilosos, ao lutarem em seu próprio território dominado por desertos e desfiladeiros (canyons).

Os conflitos com os índios das planícies começaram quando os Sioux massacraram um grupo de brancos em 1862. Os conflitos continuaram durante a Guerra Civil. Em 1876, começou a última das grandes guerras com os Sioux, quando a corrida ao ouro alcançou os Black Hills. O Exército deveria impedir a entrada dos mineiros nas áreas de caça dos Sioux, mas pouco se fez para proteger as terras indígenas. E, no entanto, quando recebeu ordens para agir contra bandos de Sioux que caçavam em conformidade com o tratado firmado, o Exército agiu com vigor.

Em 1876, depois de vários embates inconclusivos, o General George Custer encontrou o principal acampamento dos Sioux e seus aliados, no Rio Little Big Horn. Custer e seus homens – que estavam separados do seu destacamento principal – foram completamente aniquilados. Mais tarde, em 1890, uma dança ritual de espíritos na Reserva Norte dos Sioux, em Wounded Knee, Dakota do Sul, levou a uma revolta e ao último trágico embate, que resultou na morte de centenas de homens, mulheres e crianças Sioux.

Muito antes disso, contudo, o modo de vida dos índios das planícies havia sido destruído pela matança dos búfalos, que foram quase exterminados na década de 1870, em virtude da caça indiscriminada.

As guerras Apache no Sudoeste arrastou-se até Geronimo, o último chefe importante, ser capturado em 1886.

A partir da administração Monroe, a política governamental sempre consistira em transferir os índios para fora do alcance dos brancos. Mas, inevitavelmente, as reservas se tornaram cada vez menores e mais abarrotadas, motivo por que muitas pessoas começaram a protestar contra o tratamento dado pelo governo aos americanos nativos. Helen Hunt Jackson, por exemplo, mulher do Leste que vivia no Oeste, escreveu um livro intitulado "Um Século de Desonra" (1881), que dramatizava as dificuldades vividas pelos índios e, desse modo, conseguiu despertar a consciência da nação. A maior parte dos reformadores acreditava que os índios deveriam ser assimilados pela cultura dominante. O governo federal até criou uma escola em Carlisle, Pensilvânia, numa tentativa de impor os valores e as crenças dos brancos nos índios jovens. (Foi nessa escola que se tornou conhecido, no início do século XX, o americano nativo, Jim Thorpe, frequentemente considerado o melhor atleta já produzido pelos Estados Unidos).

Em 1887 as Lei Dawes (Loteamento Geral) reverteu a política dos EUA relativa aos índios, permitindo que o presidente dividisse as terras tribais e desse 65 hectares de terreno a cada chefe de família. Esses terrenos ficariam inicialmente sob a custódia do governo. Passados 25 anos, o proprietário receberia o título de propriedade plena e de cidadania. As terras não distribuídas desse modo foram oferecidas para venda

aos colonos. Essa política, embora bem-intencionada, revelou-se um desastre, pois só fez permitir uma expoliação ainda maior das terras indígenas. Além disso, ao provocar a ruptura da organização comunitária das tribos, trouxe ainda maior desintegração da sua cultura tradicional. Em 1934, a política dos Estados Unidos foi novamente revertida pela Lei de Reorganização Indígena, que procurou proteger a vida tribal e comunitária nas reservas.

IMPÉRIO AMBIVALENTE

As últimas décadas do século XIX foram para os Estados Unidos um período de expansão imperial. O país alargou sua influência e, por vezes, o seu domínio, sobre áreas espalhadas ao longo dos oceanos Atlântico e Pacífico, e até na América central. Os Estados Unidos, contudo, adotaram um caminho diferente dos seus rivais europeus, posto que tinham sua própria história de luta contra as potências europeias e haviam desenvolvido uma estrutura democrática única.

Foram bastante variadas as fontes do expansionismo americano no final do século XIX. Internacionalmente, foi um período de frenesim imperialista, enquanto as potências europeias se apressavam a ficar com partes da África e competiam, juntamente com o Japão, por influência e comércio na Ásia. Muitos americanos, inclusive figuras influentes como Theodore Roosevelt, Henry Cabot Lodge e Elihu Root, acreditavam que, para resguardar seus próprios interesses, os Estados Unidos tinham também de conquistar suas próprias áreas de influência económica. Esse ponto de vista era apoiado por um poderoso lobby naval, que pedia uma frota e uma rede de portos no exterior mais amplos, como sendo requisitos essenciais para a segurança económica e política do país. De uma maneira geral, a doutrina do "destino manifesto", usada pela primeira vez para justificar a expansão continental americana, foi ressuscitada para afirmar que os Estados Unidos tinham o direito e o dever de estender sua influência e sua civilização no Hemisfério ocidental e nas Caraíbas, bem como além do Pacífico.

Nessa mesma época, permaneceu forte e constante o coro antiimperialista, formado por diversas coligações de Democratas do Norte e Republicanos de inclinação reformista. Consequentemente, a aquisição do império americano deu-se por etapas e teve caráter ambivalente. As administrações coloniais normalmente se preocupavam mais com questões comerciais e económicas do que com controlo político.

A primeira empreitada dos Estados Unidos além das suas fronteiras continentais foi a compra do Alasca – região esparsamente populada por Inuit e outros povos nativos – das mãos da Rússia, em 1867. A maioria dos americanos ficou indiferente ou indignada contra essa iniciativa do Secretário de Estado William Seward, e o Alasca era frequentemente tachado de "a loucura de

Seward" e "geladeira de Seward". Mas, trinta anos mais tarde, quando foi descoberto ouro no Rio Klondike, milhares de americanos dirigiram-se para o norte, e muitos lá permaneceram. Quando o Alasca se tornou o 49° estado, em 1958, tomou o lugar de Texas como o maior estado da União.

A Guerra Hispano-Americana, em 1898, representou uma mudança de curso na história norte-americana. Poucos anos depois do fim da guerra, os Estados Unidos estavam a exercer controlo ou influência sobre ilhas no Mar das Caraíbas, no meio do Pacífico, e próximo ao continente asiático.

Na década de 1890, Cuba e Porto Rico representavam os últimos vestígios do vasto império que a Espanha tivera no Novo Mundo, enquanto que as Filipinas constituíam o núcleo do poder espanhol no Pacífico. A guerra eclodiu por três principais razões: havia uma hostilidade popular contra o domínio autocrático espanhol; os americanos simpatizavam com os pedidos de independência; e um novo espírito nacional mais agressivo, estimulado em parte pela imprensa "jingoista" ou nacionalista e sensacionalista.

Em 1895, a ira crescente de Cuba contra a tirania da pátria-mãe deu origem a uma guerra de independência. Os Estados Unidos assistiam o curso da revolta com crescente preocupação. A maioria dos americanos simpatizava com os cubanos, mas o Presidente Cleveland estava determinado a manter a neutralidade. Três anos mais tarde, contudo, durante o governo McKinley, o navio de guerra americano Maine foi destruído quando ancorado no porto de Havana, em circunstâncias ainda não esclarecidas. Mais de 250 homens morreram, e houve em todo o país uma explosão de indignação, intensificada pela cobertura sensacionalista da imprensa. Embora McKinley tenha tentado preservar a paz, depois de alguns meses, julgou inútil esperar, e recomendou a intervenção militar.

A guerra contra a Espanha foi rápida e incisiva. Durante seus quatro anos de duração, não houve um único revés americano significativo. Uma semana depois de declarada a guerra, o comodoro George Dewey, então posicionado em Hong Kong, veio com o seu esquadrão de seis navios para as Filipinas. Ele recebeu ordens para impedir que a frota espanhola lá fundeada operasse em águas americanas. Ele surpreendeu toda a frota espanhola ancorada no porto e a destruiu sem perder uma única vida americana.

Enquanto isso, em Cuba, tropas desembarcaram perto de Santiago, onde, após uma série de rápidas vitórias, atacaram o porto. Quatro cruzadores espanhóis escaparam da Baía de Santiago e, poucas horas depois, foram reduzidos a destroços.

De Boston a São Francisco, apitos e bandeiras marcaram a queda de Santiago. Os jornais despacharam correspondentes para Cuba e as Filipinas, que trombetearam a fama dos heróis nacionais. Os principais deles eram George Dewey, famoso

em Manila, e Theodore Roosevelt, que pedira demissão do cargo de Secretário Assistente da Marinha para liderar os "Cavaleiros Durões", regimento de voluntários por ele recrutados para servir em Cuba. A Espanha foi rápida a procurar a paz e, pelo tratado assinado em 10 de dezembro de 1898, transferiu para os Estados Unidos o direito de ocupar Cuba temporariamente, antes da independência da ilha. Além disso, a Espanha cedeu Porto Rico e Guam, a título de indemnização de guerra, bem como vendeu as Filipinas por US$ 20 milhões.

Oficialmente, a política americana incentivou os novos territórios a caminharem em direção ao autogoverno democrático, um sistema político do qual nenhum deles tinha tido experiência anterior. Na verdade, os Estados Unidos viram-se num papel colonialista. Mantiveram um controlo administrativo formal em Porto Rico e Guam, deram a Cuba somente uma independência nominal e reprimiram duramente um movimento armado pela independência nas Filipinas. (As Filipinas obtiveram o direito de eleger ambas as câmaras da sua legislatura em 1916. Em 1936, foi criada uma Comunidade (Commonwealth) filipina, dotada de considerável grau de autonomia. Em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, as ilhas finalmente obtiveram a independência total.)

O envolvimento americano na área do Pacífico não se limitou às Filipinas. No ano da Guerra Hispano-Americana, iniciou-se um novo relacionamento com o Havai. Os contatos iniciais com as ilhas tinham sido travados sobretudo por missionários e comerciantes. Depois de 1865, contudo, investidores americanos começaram a desenvolver os recursos das ilhas – sobretudo cana de açúcar e ananás.

Quando o governo da Rainha Liliuokalani anunciou, em 1893, a sua intenção de acabar com a influência estrangeira, empresários americanos uniram-se a havaianos influentes para destituí-la. Apoiado pelo embaixador americano no Havai e as tropas americanas ali estacionadas, o novo governo depois pediu então a sua anexação aos Estados Unidos. O Presidente Cleveland, logo no início do seu segundo mandato, rejeitou a anexação, deixando o Havai nominalmente independente até à Guerra Hispano-Americana, quando, com o apoio do Presidente McKinley, o Congresso ratificou um tratado de anexação. Em 1959 o Havai tornar-se-ia o 50º estado da União.

Até certo ponto, especialmente no Havai, os interesses económicos tiveram um papel importante na expansão americana, mas para decisores políticos influentes, como Roosevelt, o Senador Henry Cabot Lodge e o Secretário de Estado John Hay, e para estrategas influentes como o almirante Alfred Thayer Mahan, o impulso principal foi geoestratégico. Para essas pessoas, o dividendo maior de adquirir o Havai era Pearl Harbor, que se tornaria a principal base naval americana no Pacífico Central. As Filipinas e Guam complementa-

ram outras bases do Pacífico — as Ilhas Wake, as Ilhas Midway e Samoa Americana. Porto Rico era um ponto de apoio importante numa área das Caraíbas, que estava se estava a tornar cada vez mais importante uma vez que os Estados Unidos consideravam a possibilidade de um canal na América Central.

A política colonial americana tendia para autogoverno democrático. Como já havia feito com as Filipinas, em 1917 o Congresso americano deu aos porto-riquenhos o direito de elegerem todos os seus legisladores. A mesma lei também tornou a ilha oficialmente um território americano e deu ao seu povo a cidadania americana. Em 1950, o Congresso concedeu a Porto Rico liberdade total para decidir seu futuro. Em 1952, os cidadãos votaram rejeitando a soberania ou a independência total e escolheram o status de commonwealth que resistiu, apesar dos esforços de um movimento separatista claro. Um grande número de porto-riquenhos estabeleceram-se no continente, onde têm acesso livre e podem desfrutar de todos os direitos civis e políticos de qualquer outro cidadão dos Estados Unidos.

O CANAL E AS AMÉRICAS

A guerra com a Espanha reavivou o interesse dos americanos na construção de um canal que atravessasse o istmo do Panamá, unindo os dois grandes oceanos. A importância de um canal como este para o comércio marítimo havia sido há muito reconhecido pelas principais nações comerciais do mundo. Com efeito, os franceses haviam começado a escavar um canal como esse no final do século XIX, mas tiveram de abandonar a empreitada por causa de uma série de dificuldades. Uma vez que se tornaram uma potência tanto no Mar das Caraíbas quanto no Oceano Pacífico, os Estados Unidos viram a necessidade militar de um canal que permitisse a transferência rápida de navios de guerra de um oceano para o outro.

Na virada do século, o Panamá de hoje era então uma província no norte da Colômbia. Quando, em 1903, a legislatura colombiana se recusou a ratificar uma minuta de tratado que dava aos Estados Unidos o direito de construir e administrar o canal, um grupo de panamenhos impacientes, contando com o apoio de fuzileiros americanos, rebelou-se e declarou a independência do Panamá. Esse novo país foi imediatamente reconhecido pelo Presidente Theodore Roosevelt. Nos termos do tratado assinado em novembro daquele ano, o Panamá cedeu aos Estados Unidos, em arrendamento perpétuo, uma faixa de terra de 16 quilómetros de largura entre o Atlântico e o Pacífico, mediante o pagamento de US$ 10 milhões e uma taxa anual de US$ 250.000. Mais tarde, a Colômbia recebeu US$ 25 milhões, a titulo de compensação parcial. Setenta e cinco anos depois, o Panamá e os Estados Unidos negociaram um novo tratado. Previa a soberania panamenha na Zona do Canal e a transferência do canal para o Panamá a 31 de dezembro de 1999.

A conclusão do canal em 1914 constituiu uma enorme vitória da engenharia, sob o comando do Coronel George W. Goethals, ao mesmo tempo em que a vitória sobre a malária e a febre-amarela, na selva tropical, provou ser um marco da medicina preventiva.

Em outras partes da América Latina, os Estados Unidos seguiram um padrão de intervenções intermitentes. Entre 1900 e 1920, por exemplo, os Estados Unidos intervieram em seis nações do hemisfério ocidental, estabelecendo protetorados no Haiti e na República Dominicana, e enviando periodicamente fuzileiros para a Nicarágua. Em 1867, os Estados Unidos pressionaram a França a retirar as tropas que apoiavam o imperador Maximiliano no México. Meio século depois, entretanto, como parte de uma malfadada tentativa de influenciar a revolução mexicana, os Estados Unidos enviaram um exército de 11.000 soldados para a parte norte do país, numa tentativa infrutífera de capturar o ardiloso rebelde e bandido Francisco "Pancho" Villa.

Exercendo seu papel de país mais poderoso — e mais liberal — dos países do Hemisfério Ocidental, os Estados Unidos também trabalharam para estabelecer uma base institucional para a cooperação entre os países das Américas. Em 1889, o Secretário de Estado James G. Blaine propôs que os 21 países independentes do Hemisfério Ocidental se reunissem numa organização dedicada à resolução pacífica de diferendo e ao estreitamento dos vínculos económicos. O resultado foi a União Pan-Americana, fundada em 1890 e conhecida hoje como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

As administrações posteriores de Herbert Hoover (1929-33) e de Franklin D. Roosevelt (1933-45) repudiaram o direito dos EUA de intervir na América Latina. Em particular, a Política de Boa Vizinhança de Roosevelt, na década de 1930, embora não tenha eliminado as tensões entre os Estados Unidos e a América Latina, ajudou a atenuar muita da má vontade resultante das intervenções anteriores e iniciativas unilaterais dos Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS E ÁSIA

Recém-estabelecidos nas Filipinas e firmemente enraizados no Havai, os Estados Unidos, na virada do século, tinham esperanca de poder desenvolver um comércio vigoroso com a China. Mas, no período que se seguiu a derrota da China pelo Japão (1894-1895), várias nações europeias adquiriram bases navais, arrendaram territórios e estabeleceram suas esferas de influência. Obtiveram também o monopólio de direitos comerciais e concessões exclusivas para investir na construção de ferrovias e projetos de mineração.

O idealismo na política externa americana existiu paralelamente ao desejo de competir com as potências imperiais europeias no Extremo

Oriente. Assim, o governo americano insistia, por uma questão de princípios, na igualdade de privilégios comerciais para todas as nações. Em setembro de 1899, o Secretário de Estado John Hay defendeu a doutrina de "Portas Abertas" para todos os países na China – isto é, igualdade de oportunidades comerciais (incluindo igualdade de tarifas aduaneiras, de taxas portuárias e de taxas ferroviárias) nas áreas que os europeus controlassem. Apesar da sua componente idealista, a doutrina de "Portas Abertas" não passava, em essência, de uma manobra diplomática para obter vantagens do colonialismo, enquanto evitava o estigma da sua prática aberta. Teve sucesso limitado.

Com a Revolução dos Boxers, em 1900, os chineses passaram a agredir os estrangeiros. Em junho, rebeldes tomaram Pequim (Beijing) e atacaram as delegações estrangeiras na cidade. Hay anunciou imediatamente às potências europeias e ao Japão que os Estados Unidos se oporiam a qualquer interferência com os direitos territoriais ou administrativos chineses, e reiteraram a doutrina de Portas Abertas. Reprimida a rebelião, Hay precisou usar de toda a sua capacidade para implementar o programa americano e proteger a China de indemnizações esmagadoras. Em outubro, contudo, a Grã-Bretanha e a Alemanha mais uma vez indicaram sua adesão à política de Portas Abertas e à independência chinesa, ainda que sob o domínio estrangeiro. Logo, outras nações seguiriam seu exemplo. Uma vez sufocada a rebelião, Hay protegeu a China de enormes indemnizações. Principalmente, em consideração à boa vontade americana, a Grã Bretanha, a Alemanha e outras potências coloniais menores declararam oficialmente a política de Portas Abertas e a independência chinesa. Na prática consolidaram as suas posições privilegiadas no país.

Alguns anos depois, o Presidente Theodore Roosevelt mediou o impasse da Guerra Russo-Japonesa de 1904-05, que foi em muitos aspectos uma luta por poder e influência na província setentrional chinesa da Manchúria. Roosevelt esperava que o acordo oferecesse oportunidades no âmbito da política de Portas Abertas para as empresas americanas, mas os antigos inimigos e outras potências imperiais conseguiram impedir que os americanos entrassem. Aqui como noutros lugares, os Estados Unidos não se mostraram dispostos a colocar forças militares ao serviço do imperialismo económico. O presidente pôde pelo menos contentar-se com a obtenção do Prémio Nobel da Paz (1906). Apesar dos benefícios para o Japão, as relações americanas com o novo país insular orgulhoso e recentemente autoconfiante seriam intermitentemente difíceis nas primeiras décadas do século XX. ◇

J.P. MORGAN E CAPITALISMO FINANCEIRO

A ascensão da indústria exigia mais do que grandes industriais. Grandes indústrias precisam de grandes montantes de capital; subitamente o crescimento económico exigia investidores estrangeiros. John Pierpont (J.P.) Morgan foi o mais importante dos financeiros americanos que satisfazia ambos os requisitos.

Durante finais do século XIX princípios do século XX, Morgan dirigiu o maior banco de investimento do país. Negociou títulos americanos com elites ricas no país e no estrangeiro. Uma vez que os estrangeiros precisavam de garantias de que os seus investimentos se encontravam numa moeda estável, Morgan tinha um grande interesse em manter o dólar ligado ao seu valor legal em ouro. Na ausência de um banco central dos EUA ele tornou-se o verdadeiro gestor desta tarefa.

Dos anos 80 do século XIX ao início do século XX, Morgan and Company não só geriu os títulos que garantiram muitas consolidações importantes de empresas, como na realidade esteve na origem de algumas. A mais surpreendente destas foi a U.S. Steel Corporation, que combinou Carnegie Steel com várias outras empresas. Os títulos e as obrigações das empresas foram vendidos a investidores por um valor sem precedentes de US$ 1.4 biliões.

Morgan esteve na origem e obteve grandes lucros de muitas outras fusões. Atuando como banqueiro principal de inúmeros caminhos de ferro, ele moderou sobretudo a concorrência entre os mesmos. Os seus esforços organizacionais trouxeram estabilidade à indústria americana, acabando com guerras de preços em prejuízo de agricultores e pequenos industriais, que o viam como um opressor. Em 1901, quando criou a Northern Securities Company para controlar um grupo de importantes empresas de caminhos de ferro, o Presidente Theodore Roosevelt autorizou o processo bem sucedido da Sherman Antitrust Act para acabar com a fusão.

Agindo como um banco central não oficial, Morgan tomou a dianteira no apoio ao dólar durante a depressão económica de meados dos anos 90 do século XVIII comercializando uma grande emissão de obrigações do governo que angariou fundos para reconstituir os recursos em ouro do Tesouro. Ao mesmo tempo, a sua firma fez o seguro a curto prazo das reservas em ouro do país. Em 1907, tomou a dianteira organizando a comunidade financeira nova-iorquina para evitar uma sucessão eventualmente ruinosa de bancarrotas. Nesse processo, a sua própria firma adquiriu uma grande companhia de aço independente, que estava unida à U.S. Steel. O Presidente Roosevelt aprovou essa medida a fim de evitar uma depressão grave.

Nessa altura, o poder de Morgan era tão grande que a maior parte dos americanos instintivamente desconfiava dele ou não gostava dele. Com algum

exagero, os reformistas descreviam-no como o diretor de um "trust financeiro" que controlava a América. Na altura da sua morte em 1913, o país encontrava-se na fase final da criação de um banco central, o Sistema de Reserva Federal, que viria a assumir grande parte da responsabilidade que ele tinha assumido informalmente. ◆

CAPÍTULO

9

DESCONTENTAMENTO E REFORMA

Sufragistas desfilam em Pennsylvania Avenue, Washington, D.C., 3 de março de 1913.

> "Uma grande democracia não será grande nem uma democracia se não for progressista".
>
> Antigo Presidente Theodore Roosevelt, por volta de 1910

DIFICULDADES DO SETOR AGRÍCOLA E ASCENSÃO DO POPULISMO

Apesar dos seus progressos notáveis, os agricultores de finais do século XIX enfrentaram períodos frequentes de dificuldades. As melhorias na mecanização aumentaram muito a produção por hectare. A quantidade de terras cultivadas cresceu rapidamente durante a segunda metade do século, pois os caminhos de ferro e a deslocação gradual dos Índios das Planícies abriram novas áreas ao povoamento no Oeste. Uma expansão semelhante da agricultura em países como Canadá, Argentina e Austrália agravaram estes problemas no mercado internacional onde grande parte da produção agrícola americana era agora vendida. Por toda a parte, a grande oferta fez baixar os preços dos produtos agrícolas.

Os agricultores do Midwest mostravam-se cada vez mais inquietos com o que consideravam custos excessivos do frete ferroviário para levarem os seus produtos para o mercado. Acreditavam que a tarifa protecionista, um subsídio aos grandes negócios, fez subir o preço do seu equipamento tornando-o cada vez mais caro. Comprimidos entre os baixos preços do mercado e as despesas elevadas, ressentiam-se das dívidas cada vez maiores e dos bancos que detinham as suas hipotecas. Até o tempo se mostrava hostil. Durante finais de 1880 as secas devastaram a parte ocidental das Grandes Planícies e causaram a bancarrota de milhares de colonos.

No sul, o fim da escravatura provocou mudanças importantes. Grande parte das terras agrícolas era agora cultivada por meeiros, que davam metade das suas colheitas ao proprietário como pagamento de renda, sementes e produtos essenciais. Calcula-se que cerca de 80% dos agricultores afro-americanos e 40% dos agricultores brancos do Sul viviam sob este sistema insuportável. A maioria encontrava- se presa num ciclo de dívidas, do qual a única esperança de escapar era plantar mais. Isto levou a um excesso de produção de algodão e tabaco e assim aos preços mais baixos e ao empobrecimento do solo.

O primeiro esforço organizado para resolver os problemas gerais da agricultura foi dos Patronos da Pecuária, um grupo de agricultores conhecidos popularmente por Movimento Grange. Lançado em 1867 por funcionários do Departamento de Agricultura dos EUA, os seus membros (Granges) concentraram-se inicialmente em atividades sociais como forma de amenizar o isolamento da maior parte das famílias de agricultores. A participação das mulheres foi ativamente encorajada. Estimulado pelo Pânico de 1873, o Movimento Grange passou a ter em breve 20.000 delegações e um milhão e meio de membros.

Os membros do movimento criaram os seus próprios sistemas de comercialização, fábricas de processamento, fábricas e cooperativas, mas, em última análise, fracassaram. O movimento também obteve algum sucesso político. Durante os anos 70 do século XIX, alguns estados aprovaram "leis Granger", limitando as taxas ferroviárias e de armazenagem.

Por volta de 1880 o Movimento Grange entrou em declínio e foi aos poucos substituído por Alianças de Agricultores, que eram semelhantes em muitos aspectos mas mais abertamente políticas. Até 1890 as alianças, inicialmente organizações estaduais autónomas, tinham 1,5 milhões de membros de Nova Iorque à Califórnia. Um grupo afro- americano semelhante, a Aliança Nacional dos Agricultores de Cor, dizia ter mais de um milhão de membros. Federadas em dois grandes blocos do Norte e do Sul, as alianças promoveram programas económicos complexos para "unir os agricultores da América para sua proteção contra legislação de classe e da ingerência do capital concentrado".

Até 1890 o nível de dificuldades do setor agrário, alimentado por anos de dificuldades e hostilidade contra a tarifa McKinley, tinha atingido o seu ponto máximo. Trabalhando com Democratas simpatizantes no Sul ou pequenos partidos a Oeste, as Alianças de Agricultores tentaram alcançar o poder político. Surgiu um terceiro partido político local, o Partido do Povo (ou Populista). Nunca tinha havido antes na política americana algo como o fervor Populista que varreu as pradarias e os campos de algodão. As eleições de 1890 colocaram o novo partido no poder numa dúzia de estados do

Sul e do Oeste e colocaram uma vintena de senadores e representantes populistas no Congresso.

A primeira convenção Populista realizou-se em 1892. Delegados da agricultura, dos trabalhadores e de organizações reformistas reuniram-se em Omaha, Nebraska, determinados a derrubar o sistema político dos EUA que consideravam como irremediavelmente corrompido por consórcios industriais e financeiros. O seu programa declarava:

> *Estamos reunidos no meio de uma nação à beira da ruína moral, política e material. A corrupção domina as urnas, as legislaturas, o Congresso e chega a tocar o arminho das togas [tribunais] … Do mesmo ventre prolífico da injustiça governamental geramos duas grandes classes – mendigos e milionários.*

A parte pragmática do seu programa apelava à nacionalização dos caminhos de ferro, uma tarifa baixa, empréstimos garantidos por culturas não perecíveis, guardadas em armazéns pertencentes ao governo e, mais intensamente, a inflação da moeda através da compra pelo Tesouro e cunhagem ilimitada de moedas de prata ao rácio tradicional de 16 onças de prata para uma onça de ouro.

Os Populistas demonstravam uma pujança impressionante no Oeste e no Sul e o seu candidato a presidente conseguiu mais de um milhão de votos. Mas a questão da moeda em breve eclipsou todas as outras questões. Representantes da agricultura, convencidos de que os seus problemas resultavam da falta de dinheiro em circulação, argumentavam que aumentar o volume de dinheiro aumentaria indiretamente os preços dos produtos agrícolas e os salários industriais, permitindo assim que as dívidas fossem saldadas com uma moeda inflacionada. Os grupos conservadores e as classes financeiras, por outro lado, responderam que o rácio do preço de 16:1 era quase duas vezes o preço de mercado para a prata. Uma política de compra ilimitada despojaria o Tesouro dos EUA de todas as suas posses em ouro, desvalorizaria muito o dólar e destruiria o poder de compra da classe operária e da classe média. Diziam que apenas o padrão ouro oferecia estabilidade.

O Pânico Financeiro de 1893 agravou as tensões presentes neste debate. Abundava a bancarrota de bancos no Sul e no Midwest, o desemprego disparou e os preços dos produtos agrícolas caíram muito. A crise e defesa pelo Presidente Grover Cleveland do padrão ouro dividiram gravemente o Partido Democrata. Os Democratas que apoiavam a cunhagem de prata passaram para o lado dos Populistas com a aproximação das eleições presidenciais de 1896.

A convenção Democrata desse ano foi influenciada por um dos discursos mais famosos de toda a história política americana. Implorando à convenção que não "crucificasse a humanidade numa cruz de ouro", William Jennings Bryan, o grande defensor da prata, originário do Nebraska, ganhou a nomeação do partido para a eleição presidencial. Os Populistas também apoiaram Bryan.

Na competição épica que se seguiu, Bryan ganhou quase todos os estados do Sul e do Oeste, mas perdeu o Norte e o Leste mais densamente povoados e industrializados – bem como a eleição – para o candidato William McKinley.

No ano seguinte, as finanças do país começaram a melhorar, em parte devido à descoberta de ouro no Alasca e no Yukon. Isto criou as condições para uma expansão conservadora da massa monetária. Em 1898, a Guerra Hispano-Americana desviou ainda mais a atenção da nação das questões Populistas. O Populismo e a questão da cunhagem da prata morreram. Contudo, muitas das ideias reformistas do movimento, continuaram a existir.

AS LUTAS DOS TRABALHADORES

A vida de um trabalhador industrial americano do século XIX era difícil. Mesmo em épocas boas os salários eram baixos, a jornada de trabalho longa e as condições de trabalho perigosas. Pouca da riqueza gerada pelo crescimento da nação ia para os seus trabalhadores. Além disso, as mulheres e crianças constituíam uma percentagem elevada da mão de obra em algumas indústrias e muitas vezes recebiam apenas uma fração do salário que os homens podiam ganhar. Crises económicas periódicas varriam o país, deteriorando ainda mais os salários industriais e causando níveis elevados de desemprego.

Ao mesmo tempo, os melhoramentos tecnológicos, que contribuíram tanto para o aumento da produtividade do país, reduziam continuamente a necessidade de mão de obra qualificada. Contudo, a mão de obra não qualificada crescia constantemente, uma vez que entrava no país um número sem precedentes de imigrantes – 18 milhões entre 1880 e 1910 – em busca de trabalho.

Antes de 1874, quando Massachusetts aprovou a primeira legislação do país a limitar a 10 horas por dia o número de horas que mulheres e crianças podiam trabalhar nas fábricas, praticamente não existia legislação laboral no país. Só na década de 1930 é que o governo federal passaria a estar envolvido ativamente. Até então, essa questão estava entregue às autoridades locais e estaduais, poucas das quais eram tão sensíveis às pretensões dos trabalhadores como às dos industriais ricos.

O capitalismo laissez-faire, que dominou a segunda metade do século XIX e promoveu enormes concentrações de riqueza e poder, era apoiado por um judiciário que decidia sempre contra aqueles que desafiavam o sistema. Ao fazê-lo, simplesmente seguiam a filosofia predominante na época. Baseando-se numa compreensão simplificada da ciência do Darwinismo, muitos pensadores sociais acreditavam que tanto o crescimento de gran-

des empresas à custa de pequenas empresas como a riqueza de alguns ao lado da pobreza de muitos era "sobrevivência do mais forte" e um subproduto inevitável do progresso.

Os trabalhadores americanos, em particular os qualificados, parecem ter vivido pelo menos tão bem como os seus colegas na Europa industrial. Contudo, os custos sociais eram elevados. Ainda em 1900, os Estados Unidos tinham a mais alta taxa de mortalidade associada ao trabalho de qualquer país industrializado do mundo. A maior parte dos trabalhadores industriais ainda trabalhava 10 horas por dia (12 horas na indústria do aço), mas ganhava menos do que o considerado necessário para uma vida decente. O número de crianças trabalhadoras duplicou entre 1870 e 1900.

O primeiro grande esforço para organizar grupos de trabalhadores à escala nacional surgiu com a Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho em 1869. Inicialmente como uma sociedade secreta, ritualista, organizada por trabalhadores em empresas de confeções de Filadélfia e defendendo um programa cooperativo, estava aberta a todos os trabalhadores, incluindo afro-americanos, mulheres e agricultores. A Ordem cresceu lentamente até os trabalhadores ferroviários ganharem uma greve contra o grande barão dos caminhos de ferro, Jay Gould, em 1885. Em um ano conquistaram mais 500.000 trabalhadores filiados, mas por não estarem harmonizados com o sindicalismo pragmático e sendo incapazes de repetir este sucesso, os Cavaleiros do Trabalho logo entraram em declínio.

O seu lugar no movimento trabalhista foi assumido aos poucos pela Federação Americana do Trabalho (AFL). Em vez de se abrir à participação de todos, a AFL, sob a liderança do antigo membro de um sindicato de produtores de charutos, Samuel Gompers, centrou a sua atenção nos trabalhadores qualificados. Os seus objetivos eram "puros e simples" e apolíticos: aumento de salários, redução das horas de trabalho e melhores condições de trabalho. Contribuiu muito para afastar o movimento trabalhista das posições socialistas da maior parte dos movimentos trabalhistas europeus.

Ainda assim, tanto antes da fundação da AFL como depois, a história do movimento trabalhista americano foi violenta. Na Grande Greve Ferroviária de 1877, trabalhadores ferroviários de todo o país entraram em greve em resposta a um corte de 10% nos salários. Tentativas para furar a greve provocaram tumultos e destruição em grande escala em várias cidades: Baltimore, Maryland; Chicago, Illinois; Pittsburgh, Pensilvânia; Buffalo, Nova Iorque e São Francisco, Califórnia. Foi necessário enviar tropas federais para várias localidades para pôr termo à greve.

Nove anos depois, no incidente de Haymarket Square em Chicago, alguém atirou uma bomba à polícia prestes a interromper uma manifestação anarquista em apoio à greve em curso em McCormick Harvester

Company, em Chicago. Na briga que se seguiu, sete polícias e pelo menos quatro trabalhadores morreram. Cerca de 60 agentes da polícia ficaram feridos.

Em 1892, na siderúrgica Carnegie em Homestead, Pensilvânia, um grupo de 300 detetives Pinkerton, que a companhia tinha contratado para furar uma greve acirrada decretada pela Associação Amalgamada de Trabalhadores da Indústria do Ferro, Aço e Estanho, envolveram-se num tiroteio violento e derrotado com os grevistas. A Guarda Nacional foi chamada para proteger trabalhadores não sindicalizados e a greve foi furada. Não foram permitidos sindicatos de novo na fábrica até 1937.

Em 1894, os cortes salariais na Pullman Company nos arredores de Chicago levaram a uma greve que, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários Americanos, logo paralisou uma boa parte do sistema ferroviário do país. Com a deterioração da situação, o Procurador Geral dos Estados Unidos, Richard Olney, ele próprio um antigo advogado dos caminhos de ferro, negociou por 3.000 homens numa tentativa de manter os caminhos de ferro a funcionar. Seguiu-se a injunção de um tribunal federal contra a interferência dos sindicatos nos caminhos de ferro. Quando eclodiram tumultos, o Presidente Cleveland enviou tropas federais e a greve foi finalmente dominada.

O sindicato mais militante e propenso à greve era o dos Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW). Criado a partir da fusão de vários sindicatos que lutavam por melhores condições nas indústrias mineiras do Oeste, os IWW, ou "Wobblies", como eram vulgarmente conhecidos, ganharam uma notoriedade especial a partir dos conflitos nas minas do Colorado em 1903 e da forma particularmente brutal como foram reprimidos. Influenciados pelo anarquismo militante e apelando abertamente à luta de classes, os Wobblies ganharam muitos adeptos depois de terem vencido um confronto grevista difícil nas tecelagens de Lawrence, Massachusetts, em 1912. Contudo, o seu apelo à paralisação do trabalho, em plena Primeira Guerra Mundial, provocou uma repressão por parte do governo em 1917, que praticamente os destruiu.

O IMPULSO REFORMADOR

A eleição presidencial de 1900 deu ao povo Americano a oportunidade de julgar o governo Republicano do Presidente McKinley, em particular a política externa. Reunidos em Filadélfia, os Republicanos manifestaram o seu júbilo pela vitória na guerra contra a Espanha, a restauração da prosperidade e o esforço para obter novos mercados graças à política de Portas Abertas. McKinley derrotou facilmente o seu adversário, mais uma vez William Jennings Bryan. Mas o presidente não viveu o suficiente para saborear a sua vitória. Em setembro de 1901, enquanto assistia a uma exposição em Buffalo, Nova Iorque, foi bale-

ado por um assassino, sendo o terceiro presidente a ser assassinado desde a Guerra Civil.

Theodore Roosevelt, o vice-presidente de McKinley, assumiu a presidência. A tomada de posse de Roosevelt coincidiu com uma nova era na vida política e nas relações internacionais americanas. O continente estava povoado; a fronteira estava a desaparecer. Uma antiga pequena república em dificuldades transformara-se numa potência mundial. As bases políticas do país tinham resistido às vicissitudes da guerra civil, às ondas de prosperidade e de depressão. Tinham sido realizados grandes progressos na agricultura e na indústria. O ensino público grátis tinha sido praticamente concretizado e a liberdade de imprensa mantida. O ideal da liberdade religiosa tinha sido preservado. Contudo, a influência das grandes empresas estava agora mais firmemente enraizada do que nunca e os governos locais e municipais estavam frequentemente nas mãos de políticos corruptos.

Em resposta aos excessos do capitalismo e da corrupção política do século XIX, surgiu um movimento reformista chamado "progressivismo", que conferiu à política e ao pensamento americano o seu caráter especial de cerca de 1890 até à entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial em 1917. Os Progressistas tinham vários objetivos. Todavia, em geral consideravam-se envolvidos numa cruzada democrática contra os abusos dos líderes políticos urbanos e de capitalistas corruptos enriquecidos ilegalmente (robber barons). Os seus objetivos eram maior democracia e justiça social, governo honesto, regulamentação mais eficaz das empresas e o reavivamento do compromisso para com o serviço público. Acreditavam que a expansão do âmbito do governo asseguraria o progresso da sociedade americana e o bem-estar dos seus cidadãos.

Os anos compreendidos entre 1902 to 1908 marcaram a época de grande atividade reformista, pois escritores e jornalistas protestaram fortemente contra práticas e *princípios herdados da república rural do século XVIII* que se revelaram inadequados para um estado urbano do século XX. Anos antes, em 1873, o conhecido escritor Mark Twain tinha exposto a sociedade americana ao escrutínio crítico em "*The Gilded Age*" (A Idade do Ouro). Agora, artigos mordazes criticando os consórcios, as altas finanças, os alimentos impuros e práticas abusivas começaram a aparecer em jornais e revistas populares como "*McClure's*" e "*Collier's*". Os seus autores, como a jornalista Ida M. Tarbell, que lançou uma campanha contra o Standard Oil Trust, ficaram conhecidos como "muckrakers" (espalhadores de estrume).

No seu romance sensacionalista "*The Jungle*" (A Selva), Upton Sinclair expôs as condições insalubres nos grandes centros de processamento de carne em Chicago e con-

denou o domínio exercido pelo consórcio de abastecimento de carne ao país. Theodore Dreiser, nos seus romances "*The Financier*" (O Financeiro) e "*The Titan*" (O Titã) tornou fácil para o leigo entender as maquinações dos grandes empresários. "*The Octopus*" (O Polvo) de Frank Norris atacou a gestão imoral dos caminhos de ferro: em "*The Pit*" (O Fosso) retratou as manipulações secretas no mercado de cereais de Chicago. "*The Shame of the Cities*" (A Vergonha das Cidades) de Lincoln Steffens desnudou a corrupção política. Esta "literatura de exposição" levou as pessoas a agir.

O impacto de escritores intransigentes que martelavam as suas ideias e de uma opinião pública cada vez mais mobilizada forçou os líderes políticos a tomar medidas práticas. Muitos estados aprovaram leis para melhorar as condições de vida e de trabalho da população. Instados por críticos sociais de renome como Jane Addams, as leis sobre o trabalho infantil foram reforçadas e foram adotadas novas leis que aumentavam os limites de idade, diminuíam as horas de trabalho, restringiam o trabalho noturno e exigiam frequência escolar.

AS REFORMAS DE ROOSEVELT

No início do século XX, a maior parte das grandes cidades e mais de metade dos estados tinham estabelecido um dia de trabalho de oito horas em obras públicas. Igualmente importantes foram as leis sobre indemnizações trabalhistas, que tornavam o empregador legalmente responsável por ferimentos sofridos pelos empregados no local de trabalho. Também foram aprovadas novas leis de receitas fiscais, que, ao tributar heranças, receitas e propriedades ou rendimentos de corporações, procuravam fazer recair o ónus do governo nos ombros de quem tinha mais condições de pagar.

Ficou claro para muitas pessoas – particularmente para o Presidente Theodore Roosevelt e para os líderes progressistas no Congresso (como o Senador Robert La Follette, de Wisconsin) – que a maior parte dos problemas com os quais se defrontavam os reformadores só poderiam ser solucionados, se tratados à escala nacional. Roosevelt, declarou a sua determinação de dar ao povo um "Trato Justo" (Square Deal).

Durante o seu primeiro mandato, iniciou uma política de controlo crescente do governo através do cumprimento de leis anticonsórcio. Com o seu apoio, o Congresso aprovou a Lei Elkins (1903), que limitou muito a prática dos caminhos de ferro de concederem descontos a expedidores especiais. A lei exigia a publicação de tarifas e responsabilizava tanto os expedidores como os caminhos de ferro pela concessão de descontos. Entretanto, o Congresso criara um novo Departamento de Comércio e Emprego no governo, que abrangia o Escritório

de Corporações com poderes para investigar os negócios de grandes conjuntos de empresas.

Roosevelt foi aclamado como "destruidor de consórcios", mas a sua verdadeira atitude em relação às grandes empresas era complexa. Acreditava que a concentração económica era inevitável. Alguns consórcios eram "bons" outros "maus". A tarefa do governo era fazer distinções razoáveis. Quando, por exemplo o Gabinete de Corporações descobriu em 1907 que a Companhia Americana de Refinação de Açúcar tinha fugido aos impostos sobre a importação, as ações judiciais que se seguiram recuperaram mais de US$ 4 milhões e condenaram vários responsáveis da companhia. A Standard Oil Company foi indiciada por receber descontos secretos dos caminhos de ferro de Chicago e Alto, condenada e multada em US$ 29 milhões.

A personalidade marcante de Roosevelt e as suas atividades contra consórcios captaram a imaginação do cidadão comum; as suas medidas progressistas obtiveram aprovação suprapartidária. Além disso, a prosperidade abundante do país nessa época fez com que as pessoas se sentissem satisfeitas com o partido no poder. Obteve facilmente a vitória na eleição presidencial de 1904.

Encorajado pelo estrondoso triunfo nas urnas, Roosevelt exigiu maior regulamentação dos caminhos de ferro. Em junho de 1906 o Congresso aprovou a Lei Hepburn. Dava à Comissão de Comércio Interestadual verdadeira autoridade para regular as tarifas cobradas, ampliava a jurisdição da Comissão e forçava os caminhos de ferro a desistirem dos seus interesses recíprocos em empresas de navegação a vapor e em empresas de carvão.

Outras medidas do Congresso reforçaram ainda mais o princípio de controlo federal. A Lei de Alimentos e Medicamentos Puros de 1906 proibia o uso de qualquer "droga, produto químico ou preservativo" na preparação de medicamentos e alimentos. A Lei de Inspeção da Carne do mesmo ano exigia a inspeção federal de todos os estabelecimentos de acondicionamento de carne, que participassem no comércio entre estados.

A conservação dos recursos naturais do país, a gestão do desenvolvimento de espaços públicos e a recuperação de grandes extensões de terras negligenciadas foram outros importantes feitos da era de Roosevelt. Roosevelt e os seus colaboradores eram mais do que defensores da conservação, mas devido à exploração desorganizada de recursos públicos que os precedeu, a conservação ocupava um lugar de destaque na sua agenda. Enquanto que os seus predecessores tinham reservado 18.800.000 hectares de florestas para áreas protegidas e parques, Roosevelt aumentou essa área para 59.200.000 hectares. Começaram também esforços sistemáticos para evitar incêndios florestais e reflorestar áreas desarborizadas.

TAFT E WILSON

A popularidade de Roosevelt estava no seu auge ao aproximar-se a campanha eleitoral de 1908, mas ele não estava disposto a romper a tradição segundo a qual nenhum presidente exercera mais de dois mandatos. Em vez disso preferiu apoiar William Howard Taft, que durante o seu mandato foi governador das Filipinas e secretário de guerra. Taft, prometendo continuar os programas de Roosevelt, derrotou Bryan, que se candidatara pela terceira e última vez.

O novo presidente continuou com as ações penais contra os consórcios com menos discriminação que Roosevelt, fortaleceu ainda mais a Comissão de Comércio Interestadual, criou uma caixa económica postal e um sistema postal para encomendas, expandiu o funcionalismo público e patrocinou a promulgação de duas emendas à Constituição, ambas adotadas em 1913.

A 16ª Emenda, ratificada pouco antes do fim do mandato de Taft, autorizava a instituição dum imposto federal sobre os rendimentos; a 17ª Emenda, aprovada alguns meses mais tarde, instituía a eleição direta dos senadores pelo povo, em vez de pelas legislaturas estaduais. Mas em contrapartida a estas medidas progressistas, Taft aceitou uma nova tarifa mais protecionista, opôs-se à entrada do estado do Arizona na União devido à sua Constituição liberal e passou a depender mais da ala conservadora do seu partido.

Em 1910, o partido de Taft estava amargamente dividido. Os Democratas obtiveram o controlo do Congresso nas eleições intercalares. Dois anos mais tarde, Woodrow Wilson, o governador Democrata, progressista do estado de Nova Jersey fez campanha contra Taft, o candidato republicano, e também contra Roosevelt que se candidatara como candidato de um novo Partido Progressista. Wilson, numa campanha vigorosa, derrotou ambos os adversários.

Durante o seu primeiro mandato, Wilson obteve um dos programas legislativos mais notáveis da história americana. A sua primeira tarefa foi a revisão tarifária. "As tarifas têm de ser revistas", disse Wilson. "Temos de eliminar tudo o que possa parecer um privilégio". A lei Tarifária Underwood, assinada em 3 de outubro de 1913, instituiu consideráveis reduções nas taxas sobre importações de matérias primas e alimentos, algodão e produtos de lã, ferro e aço; eliminou as tarifas cobradas sobre mais de uma centena de outros produtos. Embora a lei tivesse mantido vários traços de pro-tecionismo, foi uma tentativa genuína de baixar o custo de vida. Para compensar pela perda de receitas, criou um modesto imposto sobre o rendimento.

O segundo ponto no programa Democrata foi uma reorganização profunda, há muito adiada, do decrépito sistema bancário e mone-

tário. Wilson disse que "o controlo tem de ser público e não privado, tem de ser confiado ao próprio governo, para que os bancos sejam os instrumentos e não os patrões das empresas e dos empreendimentos empresariais e individuais".

A Lei da Reserva Federal, de 23 de dezembro de 1913, foi uma das realizações legislativas mais duradouras de Wilson. Os Conservadores tinham privilegiado o estabelecimento de um banco central poderoso. A nova lei, de acordo com os sentimentos do Partido Democrata de Jefferson, dividia o país em 12 distritos, cada um com o seu Banco de Reserva Federal, todos estes supervisionados pela Direção da Reserva Federal, com autoridade limitada para fixar as taxas de juros. A lei garantia uma maior flexibilidade na massa monetária e previa a emissão de notas da reserva federal de modo a satisfazer a procura das empresas. Na década de 1930 viria a dar-se uma maior descentralização do sistema.

A próxima tarefa importante foi a regulação dos consórcios e a investigação de abusos nas corporações. O Congresso autorizou uma Comissão Federal de Comércio a emitir ordens para proibir o uso de "formas injustas de concorrência" pelas empresas envolvidas no comércio interestadual. A Lei Clayton Anticonsórcio, proibiu muitas práticas empresariais que até então haviam escapado a uma condenação específica – diretorias entrelaçadas entre si, preços diferenciados entre compradores, uso de mandados em disputas trabalhistas e a propriedade, por parte de uma empresa, de ações em empresas semelhantes.

Os agricultores e outros trabalhadores não foram esquecidos. A Lei Smith-Lever de 1914 criou um "sistema de extensionistas" para ajudarem nas práticas agrícolas por todo o país. Leis posteriores disponibilizaram crédito aos agricultores a taxas de juros baixas. A Lei do Marinheiro, de 1915, melhorou as condições de vida e de trabalho a bordo dos navios. A Lei Federal de Indemnizações Trabalhistas, de 1916, autorizou a concessão de subsídios a funcionários públicos tornados inválidos em função do trabalho e criou um modelo para o setor privado. A Lei Adamson, no mesmo ano, fixou um dia de trabalho de 8 horas para o trabalhador ferroviário.

As realizações de Wilson garantiram-lhe um lugar de destaque na história dos Estados Unidos como um dos principais reformadores políticos da nação. Contudo, sua reputação interna logo seria ofuscada pela sua atuação como presidente em tempo de guerra, que levou o seu país à vitória, mas não conseguiu manter o apoio do seu povo para a paz que se seguiu. ◇

UMA NAÇÃO DE NAÇÕES

Nenhum país teve sua história mais ligada à imigração que os Estados Unidos. Apenas durante os primeiros 15 anos do século XX, mais de 13 milhões de pessoas vieram para os Estados Unidos, muitas delas passando por Ellis Island, o centro federal de imigração instalado no porto de Nova Iorque em 1892. (Embora já não esteja a funcionar, esse centro foi reaberto em 1992, como um monumento aos milhões que atravessaram naquele ponto a fronteira dos Estados Unidos).

O primeiro censo oficial, em 1790 fixou o número de americanos em 3.929.214. Aproximadamente metade da população dos 13 estados originais era de origem inglesa; os restantes eram escoceses e irlandeses, alemães, holandeses, franceses, suecos, galeses e finlandeses. Estes europeus brancos eram na sua maioria protestantes. Um quinto da população era constituída por escravos africanos.

Desde muito cedo, os americanos encararam os imigrantes como um recurso necessário para expandir o país. Consequentemente, poucas restrições oficiais foram impostas à imigração para os Estados Unidos até à década de 1920. Mas, à medida que chegavam mais e mais imigrantes, alguns americanos passaram a recear que a sua cultura estivesse ameaçada.

Os Pais Fundadores, especialmente Thomas Jefferson, tinham sido ambivalentes em relação a se os Estados Unidos deviam ou não acolher bem pessoas vindas de todos os cantos do globo. O autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos, Jefferson, questionava se a democracia podia estar segura nas mãos de homens vindos de países onde se reverenciava a monarquia ou onde se havia substituído a monarquia pelo governo das massas. Contudo, poucos defendiam o encerramento das portas a recém-chegados, já que o país precisava desesperadamente de mão de obra.

A imigração seguiu um curso mais lento no final do século XVIII e princípio do XIX por causa das guerras que interrompiam a navegação transatlântica e porque os governos europeus restringiam a saída de rapazes em idade militar. Contudo, à medida que a população europeia aumentava, o maior número de pessoas a viver das mesmas terras restringia o tamanho das propriedades a tal ponto que as famílias mal podiam sobreviver. Além disso, as pequenas indústrias caseiras estavam a desaparecer, vítimas da Revolução Industrial, que estava a mecanizar a produção. Milhares de artesãos, que não queriam ou não conseguiam trabalhar nas fábricas, ficaram desempregados na Europa.

Em meados da década de 1840, milhões de imigrantes vieram para os Estados Unidos, na sequência de uma praga nas batatas na Irlanda e da revolução contínua em terras alemãs. Entretanto, poucos imigrantes chineses, vindos sobretudo das regiões empobrecidas do sudeste da China, começaram a chegar à costa oeste dos Estados Unidos.

Quase 19 milhões de pessoas chegaram aos Estados Unidos entre 1890 e 1921, ano em que o Congresso aprovou pela primeira vez restrições severas. A maior parte destes imigrantes vinham da Itália, Rússia, Polónia, Grécia e dos Balcãs. Chegavam também não europeus: do Japão, a oeste; do Canadá, ao norte; e do México, ao sul.

No início da década de 1920, formou-se uma aliança entre os trabalhadores organizados, preocupados com os seus salários, e os que pediam a restrição à imigração por razões de raça ou religião, como o Ku Klux Klan e a Liga para a Restrição da Imigração. A lei de Imigração Johnson-Reed, de 1924, conteve de maneira permanente a entrada de imigrantes, baseando-se em cotas calculadas por país de origem.

A Grande Depressão de 1930 abrandou dramaticamente a imigração. Como a opinião pública era geralmente contrária à imigração, mesmo de pessoas que integravam minorias europeias perseguidas, foram relativamente poucos os refugiados que conseguiram refúgio nos Estados Unidos após a ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933.

Durante as décadas do pós-guerra, os Estados Unidos continuaram a usar as cotas baseadas em nacionalidades. Defensores da Lei McCarran-Walter, de 1952, argumentavam que o abrandamento das cotas poderia levar os Estados Unidos a serem inundados por marxistas subversivos vindos da Europa de Leste.

Em 1965, o Congresso substituiu as cotas nacionais por cotas hemisféricas. Era dada preferência a parentes de cidadãos americanos e a imigrantes com qualificações profissionais escassas nos Estados Unidos. Em 1978, as cotas hemisféricas foram substituídas por um máximo mundial de 290.000, limite esse que foi reduzido para 270.000, após a aprovação da Lei de Refugiados, de 1980.

A partir de meados da década de 1970, os Estados Unidos foram alvo de uma nova onda de imigração, com pessoas originárias especialmente da Ásia e da América Latina, transformando as comunidades por todo o país. As estimativas atuais indicam a entrada anual de um total de cerca de 600.000 imigrantes legais nos Estados Unidos.

Como as cotas para imigração e entrada de refugiados ficam bastante aquém da procura, a imigração ilegal continua a ser um problema grave. Mexicanos e outros latino-americanos atravessam diariamente a fronteira no sudoeste dos Estados Unidos em busca de trabalho, salários mais altos, melhor educação e assistência médica para suas famílias. Do mesmo modo, continua grande o fluxo de imigrantes ilegais vindos de países como a China e de outros países asiáticos. As estimativas variam, mas algumas sugerem que podem estar a entrar no país cerca de 600.000 imigrantes ilegais por ano.

Grandes surtos de imigração têm criado historicamente tensões sociais bem como dividendos económicos e culturais. Contudo, está profundamente

enraizada na maior parte dos americanos a convicção de que a Estátua da Liberdade é na verdade o símbolo dos Estados Unidos ao erguer a sua tocha perante a "porta dourada", dando as boas-vindas aos que "anseiam por respirar livremente". Esta convicção e o facto de saberem que os seus antepassados foram outrora imigrantes, mantiveram os Estados Unidos uma nação de nações. ◆

CAPÍTULO

10

GUERRA, PROSPERIDADE E DEPRESSÃO

Fila para a sopa no período da depressão, anos 30.

"A ocupação mais importante do povo americano é fazer negócios".

Presidente **Calvin Coolidge**, 1925

GUERRA E DIREITOS DE NEUTRALIDADE

Para o público americano de 1914, a eclosão da guerra na Europa – com a Alemanha e a Áustria-Hungria a lutarem contra a Grã-Bretanha, a França e a Rússia – foi um choque. No início, o conflito parecia remoto, mas os seus efeitos económicos e políticos foram rápidos e profundos. Em 1915, a indústria dos EUA, que antes estava um pouco deprimida, prosperava novamente com as encomendas de munições feitas por aliados ocidentais. Ambos os lados usaram a propaganda para despertar paixões públicas nos americanos – um terço dos quais eram nascidos no exterior ou tinham um ou dois progenitores estrangeiros. Além disso, a Grã-Bretanha e a Alemanha ambas agiam contra a navegação americana em alto mar, provocando fortes protestos por parte do presidente Woodrow Wilson.

A Grã-Bretanha que controlava os mares, parava e revistava navios americanos, confiscando "contrabando" destinado à Alemanha. A Alemanha utilizava a sua arma naval mais importante, o submarino, para afundar navios com destino à Grã- Bretanha ou a França. O presidente Wilson avisou que os Estados Unidos não renunciariam ao seu direito tradicional, como nação neutra, de negociar com os países beligerantes. Wilson declarou também que a nação "responsabilizaria diretamente" a Alemanha pela perda de embarcações ou vidas americanas. A 7 de maio de 1915, um submarino alemão afundou o navio britânico Lusitânia, matando 1.198 pessoas das quais 128 americanos. Wilson, refletindo o ultraje americano, exigiu a interrupção imediata dos ataques aos transatlânticos e navios mercantes.

Ansiosos por evitar a guerra com os Estados Unidos, os alemães

concordaram em emitir um sinal de alerta para navios comerciais – mesmo que hasteassem a bandeira inimiga – antes de atacá-los. Mas depois de mais dois ataques – o afundamento do navio a vapor britânico Arabic e o ataque com torpedos ao transatlântico francês Sussex em março de 1916 – Wilson lançou um ultimato, declarando que a menos que a Alemanha abandonasse seus métodos de guerra submarina, os Estados Unidos cortariam relações. A Alemanha concordou e absteve-se de mais ataques até ao fim do ano.

Wilson foi reeleito em 1916, em parte graças ao slogan: "Ele nos manteve fora da guerra". Convencido de que tinha um mandato para agir como pacificador, num discurso perante o Senado, em janeiro de 1917, Wilson exortou os países beligerantes a aceitarem uma "paz sem vitória".

OS ESTADOS UNIDOS ENTRAM NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Contudo, no dia 31 de janeiro de 1917, o governo alemão retomou a guerra submarina irrestrita. Depois de cinco embarcações americanas terem sido afundadas, a 2 de abril de 1917, Wilson pediu ao Congresso uma declaração de guerra. O Congresso aprovou rapidamente. O governo mobilizou depressa os seus recursos militares, a indústria, a mão de obra e a agricultura. Em outubro de 1918, na véspera da vitória aliada, um exército de mais 1.750.000 soldados americanos tinha sido posicionado em França.

No verão de 1918, tropas americanas recém-chegadas, sob o comando do General John J. Pershing, tiveram um papel decisivo impedindo uma última ofensiva alemã da guerra de trincheiras. Nesse outono, os americanos tiveram uma participação importante na ofensiva Meuse-Argonne, que rompeu a alardeada Linha Hindenburg, da Alemanha.

O Presidente Wilson teve um papel decisivo na antecipação do fim da guerra, ao definir os objetivos bélicos dos americanos, insistindo que a luta não se travava contra o povo alemão, mas sim contra o seu governo autocrático. Os seus famosos Catorze Pontos, submetidos ao Senado em janeiro de 1918, pediam: o abandono de acordos internacionais secretos, a garantia da liberdade nos mares, comércio livre entre os países, redução nos armamentos nacionais, um ajuste das reivindicações coloniais, levando em conta os interesses dos habitantes, autonomia de nacionalidades europeias subjugadas e, mais importante, a formação de uma associação de nações para dar "garantias mútuas de independência política e integridade territorial para estados grandes e pequenos".

Em outubro de 1918, quando os exércitos alemães enfrentavam uma derrota certa, o governo alemão pediu a Wilson que conduzisse as negociações com base nos Catorze Pontos. Após meses de negociações que não deram aos alemães garantias firmes, foi celebrado um armistício

(tecnicamente um armistício, mas na verdade uma rendição) no dia 11 de novembro.

A LIGA DAS NAÇÕES

Wilson tinha a esperança de que o tratado final, elaborado pelos vencedores, se apresentasse como uma paz negociada, mas as paixões suscitadas pela guerra levaram os Aliados Europeus a fazer exigências severas. Convencido de que sua maior esperança de uma paz duradoura, a Liga das Nações, não se concretizaria a menos que ele fizesse concessões, Wilson desistiu das questões de autodeterminação, diplomacia aberta e outros pontos específicos. Entretanto, resistiu à exigência francesa de retirar à Alemanha toda a região do Reno e de certo modo moderou a insistência desse país de cobrar à Alemanha o custo total da guerra. Contudo, o acordo final (o Tratado de Versalhes) previa a ocupação francesa da Bacia de Saar rica em carvão e ferro e indemnizações altíssimas a pagar pela Alemanha.

No final, pouco sobrou da proposta de Wilson em prol de uma paz generosa e duradoura, a não ser a própria Liga das Nações, que ele tornou parte integrante do tratado. Contudo, por erro de julgamento, Wilson não envolveu Republicanos importantes nas negociações do tratado. Quando regressou com um documento partidário, recusou-se a fazer concessões para acalmar as preocupações Republicanas sobre a proteção da soberania americana.

Com o tratado parado num comité do Senado, Wilson iniciou uma viagem nacional de angariação de apoio. No dia 25 de setembro de 1919, devastado fisicamente por causa dos seus esforços em prol da paz e das pressões de uma presidência em tempo de guerra, ele sofreu um derrame fortíssimo. Muito doente durante semanas, nunca se recuperou plenamente. Em duas votações separadas – novembro de 1919 e março de 1920 – o Senado rejeitou mais uma vez tanto o Tratado de Versalhes como a Liga das Nações.

A Liga das Nações nunca seria capaz de manter a ordem mundial. A derrota de Wilson demonstrou que o povo americano ainda não estava preparado para desempenhar um papel de chefia na cena mundial. A sua visão utópica tinha inspirado brevemente a nação, mas a sua colisão com a realidade levou rapidamente à desilusão generalizada com as questões mundiais. A América voltou-se para o seu isolacionismo inato.

AGITAÇÃO NO PÓS-GUERRA

A transição da guerra para a paz foi tumultuosa. A prosperidade económica do pós-guerra coexistiu com aumentos rápidos nos preços no consumidor. Os sindicatos, que tinham evitado entrar em greve durante a guerra, iniciaram importantes atividades trabalhistas. Durante o verão de 1919, ocorreram vários tumultos raciais, refletindo a apreensão com o

aparecimento de um "Novo Negro" que tivesse feito o serviço militar ou ido para o Norte trabalhar na indústria de guerra.

A reação a estes eventos juntou-se ao receio nacional generalizado de um novo movimento revolucionário internacional. Em 1917 os Bolcheviques tinham tomado o poder na Rússia; depois da guerra tentaram fazer revoluções na Alemanha e na Hungria. Em 1919 parecia ter chegado à América. Entusiasmados com o exemplo Bolchevique, muitos militantes romperam com o Partido Socialista para fundar o que viria a ser o Partido Comunista dos Estados Unidos. Em abril de 1919, os serviços de correios intercetaram quase 40 bombas endereçadas a cidadãos proeminentes. Foi colocada uma bomba na residência do Procurador Geral A. Mitchell Palmer em Washington. Palmer, por seu lado, autorizou rusgas a conhecidos radicais e deportou muitos que não eram cidadãos. Muitas vezes as greves eram atribuídas a radicais e retratadas como os primeiros tiros de uma revolução.

As advertências sinistras de Palmer alimentaram um "Temor Vermelho", que desapareceu em meados da década de 1920. Até o atentado em Wall Street em setembro não conseguiu voltar a despertá-lo. Contudo, a partir de 1919, uma corrente de hostilidade em relação ao comunismo revolucionário esteve quase à superfície da vida americana.

OS PRÓSPEROS ANOS 20

Wilson, distraído pela guerra e depois prostrado pelo derrame, tinha gerido mal quase todas as questões do pós-guerra. A economia próspera começou a cair em meados da década de 1920. Os candidatos Republicanos à presidência e vice-presidência, Warren G. Harding e Calvin Coolidge, derrotaram facilmente os seus adversários Democratas, James M. Cox e Franklin D. Roosevelt.

Depois da ratificação da 19ª Emenda à Constituição, as mulheres votaram numa eleição presidencial pela primeira vez.

Os primeiros dois anos da administração Harding assistiram à continuação da recessão económica que começara com Wilson. Contudo, por volta de 1923 regressou a prosperidade. Nos seis anos que se seguiram o país teve a economia mais forte da sua história, pelo menos nas zonas urbanas. A política económica do governo durante a década de 1920 era principalmente conservadora. Baseava-se na convicção de que se o governo promovesse os empreendimentos privados, os benefícios abrangeriam a maior parte da população restante.

Assim, os Republicanos tentaram criar condições mais favoráveis para a indústria americana. A Tarifa Fordney-McCumber de 1922 e a Tarifa Hawley-Smoot de 1930 elevaram as barreiras comerciais a níveis sem precedentes, garantindo aos industriais americanos em qualquer área o

monopólio do mercado interno, mas bloqueando um comércio saudável com a Europa, que teria revigorado a economia internacional. Ocorrendo no início da Grande Depressão, a Tarifa Hawley-Smoot provocou a retaliação de outros países industrializados e contribuiu muito para um ciclo decadente do comércio mundial que intensificou as dificuldades da economia mundial.

O governo federal também iniciou um programa de redução de impostos, refletindo a crença do Secretário do Tesouro, Andrew Mellon, de que taxas altas de imposto sobre o rendimento individual e das corporações desincentivam os ricos de investir em novos empreendimentos industriais. O Congresso, numa série de leis aprovadas entre 1921 e 1929, respon-deu favoravelmente às suas propostas.

"O principal negócio do povo americano são os negócios", declarou Calvin Coolidge, o vice-presidente nascido em Vermont, que sucedeu na presidência após a morte de Harding em 1923 e que depois foi eleito, como titular, em 1924. Coolidge cortou com as políticas económicas conservadoras do Partido Republicano, mas era um administrador muito mais capaz do que o desafortunado Harding, cuja administração ficou atolada sob acusações de corrupção nos meses anteriores à sua morte.

Durante toda a década de 20, o setor privado recebeu incentivos significativos, inclusive empréstimos para construção, contratos rentáveis para transporte de correio e outros subsídios indiretos. A Lei de Transportes de 1920, por exemplo, já tinha devolvido à administração privada os caminhos de ferro do país, que tinham ficado sob controlo governamental durante a guerra. A marinha mercante, que se tornara propriedade do governo e fora por ele operada em grande medida, foi vendida a operadores privados.

Mas as políticas dos Republicanos para a agricultura estavam a ser alvo de críticas crescentes, pois os agricultores foram os que menos beneficiaram da prosperidade da década de 20. O período a partir de 1900 tinha sido de preços ascendentes. A procura de produtos agrícolas americanos, sem precedentes em tempo de guerra, tinha estimulado fortemente a expansão. Mas, em finais de 1920, com o fim abrupto da procura em tempo de guerra, a agricultura comercial de produtos básicos, como trigo e milho, declinou fortemente. Foram muitos os fatores que levaram à depressão na agricultura americana, mas o principal foi a perda de mercados externos. Isto foi em parte em reação à política tarifária americana, mas também porque o excedente da produção agrícola era um fenómeno mundial. Quando a Grande Depressão chegou na década de 1930 devastou uma economia agrícola já muito frágil.

Com exceção das dificuldades na agricultura, os anos 20 trouxeram a melhor vida de sempre à maioria dos americanos. Foi a década em que a família comum comprou o seu

primeiro automóvel, obteve frigoríficos e aspiradores, escutou a rádio como entretenimento e foi regularmente ao cinema. A prosperidade era real e amplamente distribuída. Os Republicanos aproveitaram politicamente, como consequência, atribuindo a si próprios o mérito disso.

TENSÕES EM TORNO DA IMIGRAÇÃO

Durante a década de 1920, os Estados Unidos limitaram duramente a imigração estrangeira pela primeira vez na sua história. Grandes influxos de estrangeiros há muito que tinham criado uma certa tensão social, mas a maioria era oriunda do Norte da Europa e, se não fosse assimilada rapidamente, pelo menos tinha alguns aspectos em comum com a maior parte dos americanos. Contudo, em finais do século XIX, o fluxo era predominantemente da Europa do Sul e do Leste. Segundo o censo de 1900, a população dos Estados Unidos era de pouco mais de 76 milhões de habitantes. Nos 15 anos que se seguiram, entraram no país mais de 15 milhões de imigrantes.

Cerca de dois terços desse fluxo consistia em nacionalidades e grupos étnicos "mais recentes" – judeus russos, polacos, povos eslavos, gregos e italianos do sul. Não eram protestantes, não eram "nórdicos" e muitos americanos receavam que não fossem assimiláveis. Realizavam trabalho duro, muito vezes perigoso, mal pago, mas eram acusados de fazer baixar os salários dos nascidos nos Estados Unidos. Vivendo em enclaves étnicos em áreas urbanas, os novos imigrantes pareciam manter os costumes do Velho Mundo, falavam pouco inglês e apoiavam máquinas políticas duvidosas que satisfaziam as suas necessidades. Os nativistas queriam mandá-los de volta para a Europa; os trabalhadores sociais queriam americanizá-los. Ambos concordavam que constituíam uma ameaça à identidade americana.

Interrompida pela Primeira Guerra Mundial, a imigração em massa recomeçou em 1919, mas rapidamente enfrentou a oposição de grupos tão diversificados como a Federação Americana do Trabalho e o Ku Klux Klan reorganizado. Milhões de americanos da velha guarda, que não pertenciam a qualquer organização, aceitaram ideias comuns sobre a inferioridade dos não nórdicos e apoiaram as restrições. Obviamente, também houve argumentos práticos a favor do facto de um país em crescimento colocar alguns limites a novas entradas.

Em 1921, o Congresso aprovou uma lei de imigração urgente extremamente restritiva. Foi substituída em 1924 pela Lei de Origens Nacionais Johnson-Reed, que definiu uma cota de imigração para cada nacionalidade. Essas cotas baseavam-se claramente no censo de 1890, um ano em que a imigração mais recente ainda não tinha deixado a sua marca. Amargamente ressentida por grupos étnicos da Europa do Sul e do Leste,

a nova lei reduzia a imigração a uma gota. Depois de 1929, o impacto económico da Grande Depressão reduziria essa gota a um fluxo inverso – até os refugiados do fascismo europeu começaram a pressionar para serem admitidos no país.

CHOQUE DE CULTURAS

Alguns americanos expressaram seu descontentamento com o caráter da vida moderna na década de 20, voltando-se para a família e a religião, à medida que uma sociedade cada vez mais urbana e secular entrava em conflito com as antigas tradições rurais. Pregadores fundamentalistas como Billy Sunday representavam uma válvula de escape para aqueles que ansiavam pelo regresso a um passado de maior simplicidade.

A demonstração mais dramática desse anseio talvez tenha sido a cruzada religiosa fundamentalista, que colocou em campos oposto a interpretação bíblica e a ciência darwinista de evolução biológica. Na década de 1920, algumas legislaturas estaduais no Midwest e no Sul começaram a receber para exame projetos de lei que proibiam o ensino da teoria da evolução. O líder dessa cruzada era, surpreendentemente, o já envelhecido William Jennings Bryan, que com toda habilidade conciliou o seu ativismo antievolucionista com as suas propostas económicas radicais de tempos passados, dizendo que a evolução, "ao negar a necessidade ou possibilidade de regeneração espiritual, desencoraja todas as reformas".

A questão atingiu o seu clímax em 1925, quando um jovem professor do ensino secundário, John Scopes, foi levado a julgamento por violar uma lei do Tennessee que proibia o ensino da evolução nas escolas públicas. O caso tornou-se um espetáculo nacional, atraindo uma grande cobertura da imprensa. A União Americana de Liberdades Civis manteve o conhecido advogado Clarence Darrow para defender Scopes. Bryan lutou para ser nomeado procurador especial, depois estupidamente permitiu que Darrow o designasse testemunha hostil. A defesa confusa de Bryan de passagens bíblicas como sendo verdades literais e não metáforas foi alvo de muitas críticas. Scopes, praticamente esquecido no meio da confusão, foi condenado mas a sua multa anulada devido a um detalhe técnico. Bryan morreu poucos dias após o término do julgamento. O estado sensatamente recusou julgar de novo Scopes. Pessoas sofisticadas das zonas urbanas ridicularizaram o fundamentalismo, mas este continuou a ser uma força poderosa na área rural e nas cidades pequenas dos Estados Unidos.

Outro exemplo de um grande choque de culturas – mas que teve consequências nacionais muito maiores – foi a Lei Seca (Prohibition). Em 1919, após quase um século de agitação, foi promulgada a 18ª Emenda à Constituição, proibindo a produção, venda ou transporte de bebidas alcoólicas. Com a intenção

de eliminar da sociedade americana o bar e o bêbedo, a Lei Seca na realidade serviu para criar milhares de locais clandestinos de bebida, chamados "speakeasies", pôs na moda a embriaguês e criou uma forma cada vez mais rentável de atividade criminosa – o transporte de bebidas alcoólicas chamado "bootlegging". Amplamente cumprida na América rural, abertamente transgredida na América urbana, a Lei Seca foi uma questão emocional nos prósperos anos vinte. Quando chegou a Depressão parecia cada vez mais irrelevante. A 18ª Emenda foi revogada em 1933.

O fundamentalismo e a Lei Seca foram aspectos de uma reação mais vasta a uma revolução social e intelectual da época, mais visível na mudança dos modos e da moral, que fez com que essa década fosse chamada de era do jazz, os exuberantes anos 20 ou a era da "juventude inflamada". A Primeira Guerra Mundial derrubou a ordem social e a moral vitoriana. A prosperidade das massas permitiu um estilo de vida aberto e hedonista para a jovem classe média.

Os principais intelectuais apoiavam isso. H. L. Mencken, o mais importante crítico social dessa década, denunciou impiedosamente a falsidade e a venalidade na sociedade americana. Ele geralmente encontrava estas características nas zonas rurais e entre os homens de negócios. Os seus colegas do movimento progressista tinham acreditado no "povo" e procurado alargar a democracia. Mencken, um elitista admirador de Nietzsche, chamou sem rodeios pateta (*boob*) ao homem democrata e caracterizou a classe média americana como "booboisie".

O romancista F. Scott Fitzgerald captou a energia, agitação e desilusão da década em obras como *The Beautiful and the Damned* (Os Belos e os Malditos) (1922) e *The Great Gatsby* (O Grande Gatsby) (1925). Sinclair Lewis, o primeiro americano a ganhar o Prémio Nobel da Literatura, satirizou a América convencional em *Main Street* (Rua Principal) (1920) e *Babbitt* (1922). Ernest Hemingway retratou vividamente o mal-estar causado pela guerra em *The Sun Also Rises* (O Sol Também se Levanta) (1926) e *A Farewell to Arms* (Adeus às Armas) (1929). Fitzgerald, Hemingway e muitos outros escritores dramatizaram a sua alienação dos Estados Unidos passando grande parte da década em Paris.

A cultura afro-americana floresceu. Entre 1910 e 1930, houve um grande fluxo de migração de afro-americanos do Sul para o Norte, em busca de trabalho e de liberdade pessoal. A maior parte deles fixou-se em áreas urbanas, em particular em Harlem na cidade de Nova Iorque, em Detroit e Chicago. Em 1910, W. E. B. DuBois, juntamente com outros intelectuais, fundou a Associação Nacional para o Progresso dos Povos de Cor (NAACP), que ajudou os afro-americanos a ganhar uma voz nacional que se tornaria cada vez mais importante com o passar dos anos.

Surgiu um movimento afro-americano literário e artístico, chamado de "Renascença de Harlem". Como no caso da "Geração Perdida", os seus escritores, como por exemplo Langston Hughes e Countee Cullen, rejeitaram os valores da classe média e as formas literárias convencionais, mesmo quando tratavam das realidades da vida americana. Músicos afro-americanos – Duke Ellington, King Oliver, Louis Armstrong – fizeram do jazz uma parte importante da cultura americana na década de 1920.

A GRANDE DEPRESSÃO

Em outubro de 1929 deu-se a queda da bolsa de valores, eliminando muitos investidores. O colapso não causou em si a Grande Depressão embora tenha refletido políticas excessivamente fáceis de concessão de crédito que permitiram que o mercado ficasse descontrolado. Também agravou economias frágeis na Europa que dependiam fortemente de empréstimos americanos. Nos três anos seguintes, uma recessão inicial americana tornou-se parte da depressão mundial. Casas comerciais fecharam as portas, fábricas encerraram, bancos faliram com a perda das poupanças dos depositantes. A receita agrícola caiu cerca de 50%. Até novembro de 1932, aproximadamente um em cada cinco trabalhadores americanos encontrava-se desempregado.

A campanha presidencial de 1932 consistiu basicamente num debate sobre as causas e as possíveis soluções para a Grande Depressão. Herbert Hoover, que teve a má sorte de entrar na Casa Branca apenas oito meses antes do colapso da bolsa de valores, tinha-se esforçado mais do que qualquer outro presidente que o precedeu para lidar com um período de dificuldade económica. Tentou organizar empresas, acelerou programas de obras públicas, criou a Corporação de Reconstrução das Finanças para apoiar as empresas e as instituições financeiras e conseguiu que um Congresso relutante aprovasse uma agência para subscrever hipotecas imobiliárias. No entanto, os seus esforços tiveram pouco impacto e ele era o retrato da derrota.

O seu adversário Democrata, Franklin D. Roosevelt, que já era popular como governador de Nova Iorque durante o desenrolar da crise, irradiava um otimismo contagiante. Preparado para usar a autoridade do governo federal para soluções experimentais ainda mais ousadas, obteve uma vitória esmagadora – recebendo 22.800.000 votos populares em comparação com 15.700.000 de Hoover. Os Estados Unidos estavam prestes a entrar numa nova era de mudança económica e política. ◇

CAPÍTULO

11

O "NEW DEAL" E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Os navios de guerra americanos West Virgínia e Tennessee depois do ataque japonês a Pearl Harbor, 7 de dezembro de 1941.

"Temos que ser o maior arsenal de democracia".

Presidente Franklin D. Roosevelt, 1941

ROOSEVELT E O NEW DEAL

Em 1933 o novo presidente, Franklin D. Roosevelt, trouxe um ar de confiança e otimismo que rapidamente granjeou apoiantes para o seu programa, conhecido por New Deal. "A única coisa que temos a recear é o próprio receio", declarou o presidente à nação no seu discurso de tomada de posse.

Num sentido, o New Deal introduziu simplesmente reformas sociais e económicas que muitos europeus já conheciam há mais de uma geração. Além disso, o New Deal representou o culminar de uma tendência de longo alcance para o abandono do capitalismo "laissez-faire", que datava da regulamentação dos caminhos de ferro nos anos 80 do século XIX e da inundação de legislação da reforma estadual e nacional introduzida no período Progressista de Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson.

O que constituía verdadeiramente uma inovação no New Deal era a velocidade com que realizava aquilo que anteriormente levara gerações. Muitas das suas reformas foram concebidas à pressa e mal administradas; na verdade, algumas contradiziam as outras. Além disso nunca conseguiu restaurar a prosperidade. Contudo, as suas medidas proporcionaram uma ajuda palpável a milhões de americanos, lançaram as bases para uma nova e poderosa coligação política e trouxeram a cada cidadão um interesse renovado pelo governo.

O PRIMEIRO NEW DEAL

Setor Bancário e Finanças. Quando Roosevelt prestou juramento como presidente, o sistema bancário

e de crédito do país encontrava-se num estado de paralisia. Com uma rapidez surpreendente os bancos do país foram primeiro encerrados e depois reabertos só se fossem solventes. A administração adotou uma política de inflação moderada para iniciar um movimento ascendente nos preços dos produtos e permitir alguma ajuda aos devedores. As novas agências do governo trouxeram facilidades de crédito generosas à indústria e à agricultura. A Corporação Federal de Seguros de Depósitos (FDIC) garantiu os depósitos em caixas económicas até US$ 5.000. Foram impostas regras federais à venda de títulos na bolsa de valores.

Desemprego. Roosevelt enfrentou um desemprego enorme, sem precedentes. Na altura em que assumiu a presidência, 13 milhões de americanos – mais de um quarto da população ativa – estavam desempregados. Filas para a sopa eram comuns na maior parte das cidades. Centenas de milhares deambulavam pelo país à procura de comida, trabalho e abrigo. "Irmão pode dar-me uma moedinha?" era o refrão de uma canção popular.

Uma das primeiras medidas para os desempregados surgiu sob a forma do Corpo Civil de Conservação (CCC), um programa que ajudou homens jovens entre os 18 e os 25 anos. Os recrutados pelo CCC trabalhavam em campos administrados pelo exército. Cerca de dois milhões participaram durante uma década. Participaram numa série de projetos de conservação: plantação de árvores para combater a erosão do solo e manter as florestas nacionais; eliminação da poluição em cursos de água; criação de viveiros reservas de peixe, caça e aves; e conservação de jazidas de carvão, petróleo, xisto, gás, sódio e hélio.

A Administração de Obras Públicas (PWA) deu emprego a trabalhadores da construção civil experientes numa grande variedade de projetos, sobretudo de média e grande escala. Entre as suas realizações mais notáveis encontram-se as barragens de Bonneville e Grand Coulee no Noroeste do Pacífico, um novo sistema de esgotos em Chicago, a ponte Triborough na cidade de Nova Iorque e dois porta-aviões (*Yorktown* e *Enterprise*) para a marinha de guerra americana.

A Autoridade do Vale do Tennessee (TVA), um programa de emprego e, ao mesmo tempo, um exercício de planeamento público, desenvolveu a área empobrecida do vale do rio Tennessee através de uma série de barragens construídas para controlarem as cheias e produzirem energia hidroelétrica. O fornecimento de energia barata para esta região estimulou algum progresso económico, mas granjeou a inimizade de companhias elétricas privadas. Os apoiantes do New Deal aclamaram-no como um exemplo de "democracia popular".

A Administração Federal de Ajuda de Emergência (FERA), a funcionar de 1933 a 1935, distribuiu

ajuda direta a centenas de milhares de pessoas, geralmente sob a forma de pagamentos diretos. Às vezes responsabilizou-se pelos salários de professores e de outros funcionários públicos locais. Também desenvolveu inúmeros pequenos projetos de obras públicas tal como fez a Administração de Obras Civis (CWA) de finais de 1933 à primavera de 1934. Criticada como "fábrica de trabalho", os postos de trabalho criados iam desde a escavação de valas a reparação de autoestradas e ao ensino. Roosevelt e os seus principais funcionários estavam preocupados com os custos mas continuaram a privilegiar programas de desemprego baseados na ajuda ao trabalho e não na assistência social.

Agricultura. Na primavera de 1933, o setor agrícola da economia estava em colapso. Portanto proporcionava um laboratório para a convicção dos apoiantes do New Deal de que uma maior regulação resolveria muitos dos problemas do país. Em 1933, o Congresso aprovou a Lei de Ajuste Agrícola (AAA) para prestar ajuda económica aos agricultores. A AAA propunha aumentar os preços das culturas pagando aos agricultores um subsídio para compensar por reduções voluntárias na produção. Os fundos para os pagamentos seriam gerados por um imposto cobrado às indústrias de processamento das culturas. Contudo, na altura em que a lei foi promulgada a época agrícola já tinha começado havia muito e a AAA pagou aos agricultores para enterrarem as suas colheitas abundantes. A redução das culturas e mais subsídios através da Corporação de Crédito para Produtos de Base de Base, que comprava os produtos para serem armazenados, baixou a produção e aumentou os preços na exploração agrícola.

Entre 1932 e 1935, as receitas agrícolas tinham aumentado mais de 50%, mas apenas parcialmente devido a programas federais. Durante os mesmos anos em que os agricultores estavam a ser incentivados a não cultivar as terras, deslocando rendeiros e parceiros, uma seca grave atingiu os estados da planície. Tempestades violentas de vento e poeira durante os anos 30 criaram o que veio a ser conhecido por "Dust Bowl". As culturas foram destruídas e as explorações agrícolas arruinadas.

Por volta de 1940, 2.5 milhões de pessoas tinham saído dos estados da planície, a maior migração da história americana. Dessas, 200.000 mudaram-se para a Califórnia. Os migrantes não eram apenas agricultores, mas também profissionais, retalhistas e outros cujos meios de subsistência estavam relacionados com o vigor das comunidades agrícolas. Muitos acabaram por se candidatar a empregos sazonais, colhendo produtos por salários extremamente baixos.

O governo concedeu ajuda através do Serviço de Conservação dos Solos, criado em 1935. As práticas agrícolas que prejudicavam os solos tinham intensificado o impacto da

seca. O serviço ensinou aos agricultores medidas para reduzir a erosão. Além disso, cerca de 30.000 quilómetros de árvores foram plantadas para diminuir a força do vento.

Apesar da AAA ter sido na sua maior parte bem sucedida, foi abandonada em 1936, quando o seu imposto sobre os processadores de alimentos foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal. O Congresso aprovou rapidamente uma lei de apoio à agricultura que autorizava o governo a efetuar pagamentos aos agricultores que deixassem de cultivar as suas terras para conservar os solos. Em 1938, com uma nova maioria a favor do New Deal no Supremo Tribunal, o Congresso reintroduziu a AAA.

Até 1940 cerca de seis milhões de agricultores receberam subsídios federais. Os programas do New Deal também concediam empréstimos para as culturas excedentes, seguros para o trigo e um sistema de armazenamento planeado de modo a garantir a estabilidade do fornecimento de alimentos. A estabilidade económica do agricultor foi consideravelmente conseguida, apesar de à custa do governo e com a sua extraordinária supervisão.

Indústria e Emprego. A Administração Nacional de Recuperação (NRA), criada em 1933 com a Lei Nacional de Recuperação Industrial (NIRA), tentou acabar com a concorrência desregrada definindo códigos de concorrência justa para criar mais empregos e, assim, mais poder de compra. Apesar de ter sido bem recebida inicialmente, a NRA foi rapidamente criticada por excesso de regulação e não conseguiu concretizar a recuperação industrial. Foi declarada inconstitucional em 1935.

A NIRA tinha garantido aos trabalhadores o direito à negociação coletiva através de sindicatos que representavam cada trabalhador, mas a NRA não conseguiu vencer a forte oposição das empresas ao sindicalismo independente. Após a sua extinção em 1935, o Congresso aprovou a Lei Nacional de Relações Laborais, que reintroduziu essa garantia e proibiu os patrões de interferirem injustamente nas atividades dos sindicatos. Também criou a Direção Nacional de Relações Laborais (NLRB) para supervisionar a negociação coletiva, administrar eleições e garantir aos trabalhadores o direito de escolherem a organização que devia representá-los perante os patrões.

O grande progresso realizado na organização dos trabalhadores trouxe-lhes um sentimento crescente de interesses comuns e o poder dos trabalhadores aumentou não só na indústria mas também na política. O Partido Democrata de Roosevelt beneficiou enormemente com estes acontecimentos.

O SEGUNDO NEW DEAL

Nos seus primeiros anos, o New Deal apadrinhou uma série notável de iniciativas legislativas e conseguiu

aumentos significativos na produção e nos preços, mas não acabou com a Depressão. À medida que a sensação de crise imediata diminuía, surgiam novas exigências. Os homens de negócios lamentaram o fim do "laissez-faire" e irritaram-se com a regulação da NIRA. Os ataques verbais também subiram de tom na esquerda e na direita política à medida que sonhadores, intriguistas e políticos surgiam com panaceias económicas que atraíam grandes audiências. O Dr. Francis E. Townsend defendia pensões generosas para os idosos. O padre Charles Coughlin, o "padre da rádio", apelava a políticas inflacionistas e culpava os banqueiros internacionais em discursos cada vez mais apimentados com retórica antissemita. Mais convincente, o Senador Huey P. Long de Luisiana, um porta-voz eloquente e implacável dos deslocados, defendia uma redistribuição radical da riqueza. (Se não tivesse sido assassinado em setembro de 1935, Long muito provavelmente ter-se-ia candidatado à presidência contra Franklin Roosevelt em 1936).

Perante estas pressões, o Presidente Roosevelt apoiou um novo conjunto de medidas económicas e sociais. Entre estas destacaram-se medidas para combater a pobreza, criar mais trabalho para os desempregados e proporcionar uma rede de segurança social.

A Administração de Progresso dos Trabalhos (WPA), a principal agência de ajuda do chamado segundo New Deal, foi, contudo, a maior agência de obras públicas. Realizou pequenos projetos por todo o país, construindo edifícios, estradas, aeroportos e escolas. Atores, pintores, músicos e escritores conseguiram emprego através do Projeto Federal de Teatro, do Projeto Federal de Arte e do Projeto Federal de Escritores. A Administração Nacional da Juventude deu emprego em tempo parcial a estudantes, criou programas de formação e prestou assistência a jovens desempregados. A WPA apenas incluía cerca de três milhões de desempregados de cada vez; quando foi abandonada em 1943, tinha ajudado um total de nove milhões de pessoas.

A pedra angular do New Deal, segundo Roosevelt, foi a Lei de Segurança Social de 1935. A Segurança Social criou um sistema de pagamentos da segurança social administrado pelo estado, que se dirigia aos pobres, desempregados e deficientes com base em contribuições estaduais e federais equivalentes. Também criou um sistema nacional de pensões de reforma a partir de um "trust fund" criado por contribuições da entidade patronal e do empregado. Muitos outros países industrializados já tinham decretado tais programas mas os apelos a uma iniciativa do género nos Estados Unidos tinham passado despercebidos. Atualmente a Segurança Social é o maior programa nacional administrado pelo governo dos EUA.

A estas Roosevelt acrescentou a Lei Nacional de Relações Laborais, a "Lei do Imposto para os Ricos", que aumentou os impostos para os ricos, a Lei da Companhia de Utilidade Pública para subdividir grandes grupos de fornecedores de energia elétrica e uma Lei Bancária que aumentou imenso os poderes da Direção da Reserva Federal sobre os grandes bancos privados. Também foi digno de nota o estabelecimento da Administração de Eletrificação Rural, que alargou a eletricidade às zonas rurais por todo o país.

UMA NOVA COLIGAÇÃO

Nas eleições de 1936 Roosevelt obteve uma vitória decisiva sobre o seu adversário Alf Landon do Kansas. Ele era popular pessoalmente e a economia parecia perto da recuperação. Obteve 60% dos votos e venceu em todos os estados exceto dois. Surgiu uma grande coligação alinhada ao Partido Democrata constituída por trabalhadores, a maior parte dos agricultores, a maioria dos grupos étnicos urbanos, afro-americanos e o Sul tradicionalmente Democrata. O Partido Republicano recebeu apoio do mundo dos negócios e da classe média das cidades pequenas e dos subúrbios. Esta aliança política, com algumas variações e mudanças, permaneceu intacta durante várias décadas.

O segundo mandato de Roosevelt foi um período de consolidação. O presidente cometeu dois erros políticos graves: uma tentativa mal assessorada e mal sucedida de alargar o Supremo Tribunal e um esforço falhado para "purgar" do Partido Democrata conservadores sulistas cada vez mais recalcitrantes. Quando, ainda por cima, cortou as grandes despesas do governo, deu-se o colapso da economia. Estes acontecimentos levaram ao aparecimento de uma coligação conservadora no Congresso que não se mostrava recetiva a novas iniciativas.

De 1932 a 1938 houve um debate público generalizado sobre o significado das políticas do New Deal para a vida política e económica da nação. Os americanos queriam sem dúvida que o governo assumisse maior responsabilidade pelo bem-estar do cidadão comum, por mais desconfortáveis que se sentissem com um governo grande em geral. O New Deal lançou as bases do estado-providência moderno nos Estados Unidos. Roosevelt, talvez o mais imponente dos presidentes do século XX, tinha criado um novo modelo de liderança das massas.

Nenhum outro líder americano então ou desde então utilizou a rádio tão eficazmente. Num discurso radiofónico em 1938, Roosevelt declarou: "A democracia desapareceu em várias outras grandes nações não porque o povo dessas nações não gostasse da democracia, mas porque ficou cansado do desemprego, da insegurança, de ver os seus filhos com fome enquanto se sentiam impotentes perante a confusão do governo e a fraqueza do governo devido à falta de liderança". Os americanos, concluiu ele, "queriam defender as suas liberdades a qualquer custo e compreendiam que

"a primeira linha de defesa reside na proteção da segurança económica".

GUERRA E NEUTRALIDADE DESCONFORTÁVEL

Antes do segundo mandato de Roosevelt estar bem avançado, o seu programa nacional foi ensombrado pelos desígnios de regimes totalitários no Japão, na Itália e na Alemanha. Em 1931 o Japão tinha invadido a Manchúria, esmagado a resistência chinesa e criado o estado fantoche de Manchukuo. A Itália, sob o comando de Benito Mussolini, alargou as suas fronteiras na Líbia e em 1935 conquistou a Etiópia. A Alemanha, sob a direção do líder nazi Adolf Hitler, militarizou a sua economia e ocupou de novo a Renânia (desmilitarizada pelo Tratado de Versalhes) em 1936. Em 1938, Hitler incorporou a Áustria no Reich Alemão e exigiu a separação do território dos Sudetas, de língua alemã, da Checoslováquia. Nessa altura a guerra parecia iminente.

Os Estados Unidos, desiludidos com o fracasso da cruzada pela democracia na Primeira Guerra Mundial, anunciaram que em nenhuma circunstância qualquer país envolvido no conflito podia contar com a sua ajuda. Legislação sobre neutralidade, promulgada pouco a pouco de 1935 a 1937, proibia o comércio de armas com os países beligerantes, dinheiro necessário para todos os outros produtos e proibia os navios mercantes com pavilhão americano de transportarem esses produtos. O objetivo era evitar a todo o custo o envolvimento dos Estados Unidos numa guerra estrangeira.

Com a conquista da Polónia pelos nazis em 1939 e a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a sensação de isolacionismo aumentou, embora os americanos claramente auxiliassem as vítimas da agressão de Hitler e apoiassem as democracias aliadas, Grã-Bretanha e França. Roosevelt só podia esperar que a opinião pública americana fosse modificada pelos acontecimentos.

Depois da queda de França e do começo dos ataques aéreos da Alemanha à Grã-Bretanha em meados dos anos 40, intensificou-se o debate entre os que nos Estados Unidos eram a favor de ajudar as democracias e a fação antiguerra, conhecida como os isolacionistas. Roosevelt fez o que pôde para impelir a opinião pública para a intervenção. Os Estados Unidos juntaram-se ao Canadá numa Junta de Defesa Mútua e alinharam com as repúblicas da América Latina alargando a proteção coletiva aos países no hemisfério ocidental.

O Congresso, confrontado com a crise crescente, votou montantes enormes para o rearmamento e, em setembro de 1940, aprovou a primeira lei de serviço militar obrigatório em tempo de paz jamais promulgada nos Estados Unidos. Ainda nesse mês, Roosevelt celebrou um audacioso acordo executivo com o primeiro-ministro britânico Winston Churchill. Os Estados Unidos davam à marinha de guerra britânica 50 contratorpedeiros "em excesso" em troca das bases aéreas e navais britânicas de Terra Nova e do Atlântico Norte.

A campanha para as eleições presidenciais de 1940 demonstrou que os isolacionistas, apesar de se fazerem ouvir, eram uma minoria. O adversário Republicano de Roosevelt, Wendell Wilkie, inclinava-se para a intervenção. Assim, as eleições de novembro deram outra maioria ao presidente, fazendo de Roosevelt o primeiro e último presidente americano a ser eleito para um terceiro mandato.

Em princípios de 1941, Roosevelt conseguiu que o Congresso aprovasse um Programa de Empréstimo e Arrendamento que lhe permitia transferir armas e equipamento para qualquer país (nomeadamente Grã-Bretanha, mais tarde para a União Soviética e a China), considerado vital para a defesa dos Estados Unidos. O total da ajuda de empréstimo e arrendamento no final da guerra seria superior a US$ 50.000 milhões.

Surpreendentemente, em agosto, ele encontrou-se com o primeiro-ministro Churchill ao largo da costa da Terra Nova. Os dois líderes emitiram "uma declaração conjunta dos objetivos da guerra" a que chamaram Carta Atlântica. Muito semelhante aos Catorze Pontos de Woodrow Wilson, tinha os seguintes objetivos: nenhum aumento territorial, nenhuma mudança territorial sem o consentimento do povo em causa, o direito de todos os povos de escolherem a sua própria forma de governo, a restauração da autonomia aos que estivessem privados da mesma, colaboração económica entre todos os países, todos os povos livres de guerra, medo e pobreza, liberdade dos mares e o abandono do uso da força como um mecanismo de política internacional.

A América era agora neutra apenas em teoria.

JAPÃO, PEARL HARBOR E GUERRA

Embora a maioria dos americanos seguisse com ansiedade a guerra na Europa, a tensão aumentava na Ásia. Aproveitando uma oportunidade para melhorar a sua posição estratégica, o Japão anunciou audaciosamente uma "nova ordem" na qual teria hegemonia sobre todo o Pacífico. Lutando pela sobrevivência contra a Alemanha nazi, a Grã-Bretanha não pôde resistir abandonando a sua concessão em Xangai e encerrando provisoriamente a rota de abastecimento chinesa a partir da Birmânia. No verão de 1940, o Japão obteve a autorização do fraco governo de Vichy em França para usar os aeródromos no norte da Indochina (Vietname do Norte). Em setembro desse ano os japoneses juntaram-se oficialmente ao Eixo Roma-Berlim. Os Estados Unidos reagiram com um embargo à exportação de sucata de ferro para o Japão.

Em julho de 1941 os japoneses ocuparam o sul da Indochina (Vietname do Sul), dando sinais de um provável movimento para sul rumo ao petróleo, estanho e borracha da Malásia Britânica e das Índias Orientais Holandesas. Os Estados Unidos, em resposta, congelaram bens japoneses e iniciaram um embargo sobre o produto de que os japoneses precisavam acima de tudo, o petróleo.

O general Hideki Tojo tornou-se primeiro-ministro do Japão em outubro desse ano. Em meados de novembro, mandou um enviado especial aos Estados Unidos para se encontrar com o Secretário de Estado Cordell Hull. Entre outras coisas, o Japão exigia que os Estados Unidos descongelassem os bens japoneses e acabassem com a expansão naval americana no Pacífico. Hull apresentou uma contraproposta de retirada dos japoneses de todas as suas conquistas. A rápida rejeição dos japoneses a 1 de dezembro deixou as negociações num impasse.

Na manhã do dia 7 de dezembro, aviões de porta-aviões japoneses realizaram um ataque surpresa devastador contra a Frota Americana do Pacífico em Pearl Harbor, Havai.

Vinte e um navios foram destruídos ou temporariamente danificados; 323 aviões foram destruídos ou danificados; 2. soldados, marinheiros e civis foram mortos. Contudo, os porta-aviões americanos, que viriam a desempenhar um papel fundamental na guerra naval que se seguiu no Pacífico, estavam no mar e não se encontravam ancorados em Pearl Harbor.

A opinião americana, ainda dividida acerca da guerra na Europa, uniu-se de um dia para o outro devido ao que o Presidente Roosevelt designou por "um dia que viverá na infâmia". A 8 de dezembro o Congresso declarou um estado de guerra com o Japão; três dias depois a Alemanha e a Itália declararam guerra aos Estados Unidos.

MOBILIZAÇÃO PARA GUERRA TOTAL

A nação preparou-se rapidamente para a mobilização do seu povo e de toda a sua capacidade industrial. Nos três anos e meio seguintes, a indústria da guerra alcançou metas de produção incríveis: 300.000 aviões, 5.000 cargueiros, 60.000 navios para desembarque, 86.000 tanques. Mulheres trabalhadoras, exemplificadas por "Rosie a Rebitadeira", desempenharam um papel mais importante do que nunca na produção industrial. A força total das forças armadas americanas no fim da guerra era superior a 12 milhões. Todas as atividades do país – agricultura, indústria, exploração de minas, comércio, emprego, investimento, comunicações e até educação e realizações culturais – estavam de algum modo sob controlos novos e alargados.

Como consequência de Pearl Harbor e do receio de espionagem asiática, os americanos também

cometeram o que foi mais tarde reconhecido como um ato de intolerância: o internamento de americanos de origem japonesa. Em fevereiro de 1942 cerca de 120.000 americanos de origem japonesa, residentes na Califórnia, foram retirados das suas casas e internados por trás de arame farpado em 10 campos temporários deploráveis e mais tarde transferidos para "campos de internamento" nas proximidades de cidades isoladas do Sudoeste.

Cerca de 63% destes americanos de origem japonesa eram cidadãos americanos, nascidos nos Estados Unidos. Alguns eram simpatizantes dos japoneses, mas nunca surgiu qualquer prova de espionagem. Outros ofereceram-se como voluntários para o exército americano e combateram com distinção e valor em duas unidades de infantaria na frente italiana. Alguns foram intérpretes e tradutores no Pacífico.

Em 1983, o governo americano reconheceu a injustiça do internamento com pagamentos limitados aos americanos de origem japonesa dessa época que ainda se encontravam vivos.

A GUERRA NO NORTE DE ÁFRICA E NA EUROPA

Pouco depois de os Estados Unidos terem entrado na guerra, a Grã-Bretanha e a União Soviética (em guerra com a Alemanha desde 22 de junho de 1941) decidiram que o seu esforço militar principal devia concentrar-se na Europa.

Durante 1942 forças britânicas e alemãs travaram batalhas inconclusivas de um lado para outro na Líbia e no Egito para obterem o controlo do Canal de Suez. Contudo, a 23 de outubro as forças britânicas comandadas pelo general Sir Bernard Montgomery atacaram os alemães a partir de El Alamein. Equipadas com mil tanques fabricados nos EUA, derrotaram o exército do general Erwin Rommel numa campanha destruidora de duas semanas. A 7 de novembro as forças armadas americanas e britânicas desembarcaram no Norte de África francês. Apertados entre tropas que avançavam de leste e de oeste, os alemães tiveram que recuar e, depois de uma resistência feroz, renderam-se em maio de 1943.

O ano de 1942 foi também decisivo na Frente Leste. A União Soviética, sofrendo imensas baixas, conteve a invasão nazi às portas de Leninegrado e de Moscovo. No inverno de 1942-43, o Exército Vermelho derrotou os alemães em Estalinegrado (Volgogrado) e iniciou uma longa ofensiva que tomaria Berlim em 1945.

Em julho de 1943 tropas britânicas e americanas invadiram a Sicília e num mês passaram a controlar a ilha. Durante esse período, Benito Mussolini caiu do poder na Itália. Os seus sucessores começaram as negociações com os Aliados e renderam-se imediatamente após a invasão da Itália em setembro. Contudo, o exército alemão tinha entretanto assumido o controlo da

península. O combate contra as forças nazis na Itália foi encarniçado e demorado. Roma só foi libertada a 4 de junho de 1944. À medida que os Aliados avançavam lentamente para norte, construíam aeródromos a partir dos quais faziam ataques aéreos devastadores contra caminhos de ferro, fábricas e depósitos de armas no Sul da Alemanha e na Europa Central, incluindo instalações petrolíferas em Ploesti, Roménia.

Em finais de 1943 os Aliados, depois de muito debate sobre a estratégia, decidiram abrir uma frente em França para obrigar os alemães a desviar forças muito maiores da União Soviética.

O general americano Dwight D. Eisenhower foi nomeado comandante supremo das forças aliadas na Europa. Depois de imensos preparativos, a 6 de junho de 1944, um exército invasor americano, britânico e canadiano, protegido por uma força aérea muito superior, desembarcou em cinco praias da Normandia. Com as bases estabelecidas após pesados combates, vieram mais tropas e repeliram os alemães em sucessivos combates sangrentos. A 25 de agosto Paris foi libertada.

A ofensiva aliada abrandou nesse outono e depois sofreu um revés no Leste da Bélgica nesse inverno, mas em março os americanos e os britânicos atravessaram o Reno e os russos avançaram inexoravelmente do Leste. A 7 de maio a Alemanha rendeu-se incondicionalmente.

A GUERRA NO PACÍFICO

As tropas americanas foram forçadas a render-se nas Filipinas no início de 1942, mas os americanos reorganizaram-se nos meses seguintes. O general James "Jimmy" Doolittle comandou os bombardeiros do exército americano num ataque a Tóquio em abril; teve pouca importância militar, mas deu aos americanos um grande estímulo psicológico.

Em maio, na batalha do Mar de Coral – a primeira batalha naval da história em que todo o combate foi feito por aviões de porta-aviões – uma esquadra de invasão japonesa enviada para atacar a sul da Nova Guiné e na Austrália foi repelida por forças especiais americanas numa batalha renhida. Algumas semanas depois, a batalha naval de Midway no Pacífico Central teve como resultado a primeira derrota importante da armada japonesa, que perdeu quatro porta-aviões. Midway foi decisiva para acabar com o avanço japonês no Pacífico Central.

Outras batalhas também contribuíram para o sucesso aliado. A batalha de seis meses em terra e no mar pela ilha de Guadalcanal (agosto de 1942 a fevereiro de 1943) foi a primeira vitória americana importante em terra no Pacífico. Durante a maior parte dos dois anos que se seguiram as tropas americanas e australianas avançaram para norte a partir do Pacífico Sul e para oeste a partir do Pacífico

Central, capturando as ilhas Salomão, Gilbert, Marshalls e Marianas numa série de ataques anfíbios.

AS POLÍTICAS DE GUERRA

Os esforços militares aliados foram acompanhados de uma série de reuniões internacionais importantes sobre os objetivos políticos da guerra. Em janeiro de 1943 em Casablanca, Marrocos, uma conferência anglo-americana decidiu que não seria assinada a paz com o Eixo e os seus satélites dos Balcãs exceto com base na "rendição incondicional". Este termo, em que Roosevelt insistiu, procurava assegurar às populações de todos os países beligerantes que não seriam realizadas negociações de paz separadas com representantes do fascismo e do nazismo e que os objetivos idealistas da guerra não ficariam comprometidos. Obviamente, os propagandistas do Eixo usaram essa frase para afirmar que os Aliados estavam a fazer uma guerra de extermínio.

No Cairo, em novembro de 1943, Roosevelt e Churchill reuniram-se com o líder nacionalista chinês Chiang Kai-shek para chegarem a um acordo sobre as condições para o Japão, incluindo a renúncia a conquistas de agressões anteriores. Em Teerão, pouco depois, Roosevelt, Churchill, e o líder soviético Joseph Estaline fizeram acordos básicos sobre a ocupação da Alemanha no pós-guerra e a criação de uma nova organização internacional, as Nações Unidas.

Em fevereiro de 1945, os três líderes aliados reuniram-se de novo em Yalta (agora na Ucrânia), com a vitória aparentemente garantida. Ali, a União Soviética concordou secretamente em entrar na Guerra contra o Japão três meses depois da rendição da Alemanha. Em troca, a URSS obteria o controlo efetivo da Manchúria e receberia as Ilhas Kuril japonesas bem como a metade sul da ilha Sakhalin. A fronteira leste da Polónia foi fixada aproximadamente na linha Curzon de 1919 dando assim à URSS metade do seu território antes da guerra. As discussões sobre as reparações a serem cobradas à Alemanha – pagamento exigido por Estaline ao qual Roosevelt e Churchill se opunham – não chegaram a nenhuma conclusão. Foram tomadas medidas específicas acerca da ocupação aliada da Alemanha e do julgamento e castigo dos criminosos de guerra. Também em Yalta foi acordado que as grandes potências propostas no Conselho de Segurança das Nações Unidas teriam o direito de veto em questões que afetassem a sua segurança.

Dois meses após o seu regresso de Yalta, Franklin Roosevelt faleceu de uma hemorragia cerebral enquanto gozava férias na Geórgia. Poucas figuras na história dos EUA foram tão profundamente choradas e durante algum tempo o povo americano sentiu-se paralisado por uma perda irreparável. Sucedeu-lhe o Vice-Presidente Harry Truman, antigo senador pelo Missouri.

GUERRA, VITÓRIA E A BOMBA

As últimas batalhas no Pacífico foram das mais sangrentas da guerra. Em junho de 1944, a Batalha do Mar das Filipinas destruiu eficazmente o poderio naval aéreo japonês, forçando a demissão do primeiro-ministro japonês Tojo. O general Douglas MacArthur, que tinha saído relutantemente das Filipinas para não ser capturado pelos japoneses, regressou às ilhas em outubro. A Batalha de Leyte Gulf, o maior combate naval jamais travado, foi a derrota final decisiva da marinha de guerra japonesa. Em fevereiro de 1945 as forças americanas tinham conquistado Manila.

Em seguida, os Estados Unidos fixaram a sua atenção na ilha estratégica de Iwo Jima nas ilhas Bonin, a cerca de meio caminho entre as Marianas e o Japão. Os japoneses, treinados para morrerem a lutar pelo imperador, utilizaram de forma suicida grutas naturais e terreno rochoso. As forças americanas tomaram a ilha em meados de março, mas não sem perderem antes as vidas de cerca de 6.000 fuzileiros navais. Quase todos os defensores japoneses pereceram. Nessa altura os Estados Unidos estavam a realizar ataques aéreos alargados contra portos e aeródromos japoneses e bombardeamento após bombardeamento a cidades japonesas.

Em Okinawa (1 de abril a 21 de junho de 1945), os americanos encontraram uma resistência ainda maior. Com poucos dos defensores a renderem-se, o exército e os fuzileiros navais americanos foram obrigados a travar uma guerra de aniquilação. Ondas de aviões suicidas kamikaze atacaram a frota aliada no mar alto, infligindo mais baixas do que em Leyte Gulf. O Japão perdeu 90 a 100.000 tropas e provavelmente igual número de civis de Okinawa. As baixas dos Estados Unidos foram superiores a 11.000 mortes e cerca de 34.000 feridos. A maior parte dos americanos viam o combate como uma antevisão do que enfrentariam numa invasão planeada do Japão.

Os chefes de governo americano, britânicos e soviético reuniram-se em Potsdam, um subúrbio nos arredores de Berlim, de 17 de julho a 2 de agosto de 1945, para discutirem as operações contra o Japão, o acordo de paz na Europa e uma política para o futuro da Alemanha. Talvez pressentindo o fim da aliança, não tiveram qualquer problema quanto a questões vagas de princípio ou a questões de ocupação militar, mas não chegaram a qualquer acordo em muitas questões concretas, incluindo as reparações.

No dia anterior ao começo da conferência de Potsdam, cientistas nucleares envolvidos no secreto Projeto Manhattan explodiram uma bomba atómica perto de Alamogordo, Novo México. O ensaio foi o culminar de três anos de intensa pesquisa em laboratórios nos Estados Unidos. Baseava-se na Declaração de Potsdam, emitida a 26 de julho pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, prometendo que o Japão não seria destruído nem escravizado se se rendesse. Contudo, se o Japão continuasse a guerra enfrentaria "destruição imediata e total". O Presidente Truman, calculando que uma bomba atómica podia ser utilizada para obter mais depressa a capitulação do Japão e com menos baixas do que uma invasão terrestre, ordenou que a bomba fosse usada se os japoneses não se rendessem até 3 de agosto.

Um comité de responsáveis militares e políticos americanos e de cientistas tinha analisado a questão dos alvos para a nova arma. O Secretário de Guerra Henry L. Stimson defendeu com êxito que Quioto, a antiga capital do Japão e um repositório de muitos tesouros nacionais e religiosos, não fosse considerada. Hiroshima, um centro de indústrias de guerra e de operações militares tornou-se o primeiro alvo.

A 6 de agosto, um avião americano, o *Enola Gay*, deixou cair a bomba atómica na cidade de Hiroshima. A 9 de agosto uma segunda bomba atómica foi atirada desta vez em Nagasaki. As bombas destruíram grandes áreas de ambas as cidades, com perdas enormes de vidas. A 8 de agosto, a URSS declarou guerra ao Japão e atacou as tropas japonesas na Manchúria. A 14 de agosto, o Japão concordou com os termos estabelecidos em Potsdam. A 2 de setembro de 1945, o Japão rendeu-se oficialmente. Os americanos ficaram aliviados por a bomba ter apressado o fim da guerra. A compreensão de todas as implicações da espantosa capacidade de destruição das armas nucleares viria mais tarde.

Dentro de um mês, a 24 de outubro, foram criadas as Nações Unidas depois de uma reunião de representantes de 50 países em São Francisco, Califórnia. A Constituição que elaboraram descrevia uma organização internacional na qual as divergências internacionais podiam ser discutidas pacificamente e haveria solidariedade contra a fome e a doença. Contrariamente à sua recusa de os Estados Unidos se tornarem membros da Liga das Nações depois da Primeira Guerra Mundial, o Senado americano ratificou imediatamente a Carta das NU por 89 votos a favor e 2 contra. Esta ação confirmou o fim do espírito de isolacionismo como elemento dominante na política externa americana.

Em novembro de 1945 em Nuremberga na Alemanha, realizaram-se os julgamentos de 22 líderes nazis, conforme previsto em Potsdam. Perante um grupo de juristas distintos da Grã-Bretanha, França, União Soviética e dos Estados Unidos, os nazis foram acusados não só de conspirarem e travarem uma guerra agressiva mas também de violarem as leis de guerra e humanitárias no genocídio sistemático, conhecido por Holocausto, de judeus europeus e outros povos. Os julgamentos duraram mais de 10 meses. Vinte e dois arguidos foram condenados, 12 deles com a pena de morte. Foram realizados processos semelhantes contra os chefes de guerra japoneses.

A ASCENSÃO DE SINDICATOS INDUSTRIAIS

Embora os anos 20 tivessem sido anos de relativa prosperidade nos Estados Unidos, os trabalhadores em indústrias como a do aço, automóvel, borracha e têxteis tinham menos benefícios do que os que viriam a ter mais tarde depois da Segunda Guerra Mundial. As condições de trabalho em muitas destas indústrias melhoraram. Algumas companhias nos anos 20 começaram a introduzir o "capitalismo de bem-estar" oferecendo aos trabalhadores várias pensões, participação nos lucros, opção na compra de ações e planos de saúde para garantiram a sua lealdade. Todavia, muitas vezes o ambiente dos operários era duro e autoritário.

Os anos 20 viram as indústrias de produção em massa redobrarem esforços para evitar o crescimento dos sindicatos, que sob a Federação Americana do Trabalho (AFL) tinham tido algum sucesso durante a Primeira Guerra Mundial. Fizeram isso utilizando espiões e fura-greves armados e despedindo os que eram suspeitos de simpatizar com o sindicato. Os sindicatos independentes eram acusados com frequência de serem comunistas. Ao mesmo tempo, muitas companhias formaram as suas próprias organizações obedientes de empregados, muitas vezes chamadas "sindicatos da companhia".

Tradicionalmente, as legislaturas estaduais, refletindo as opiniões da classe média americana, apoiavam a ideia de "empresa que admite trabalhadores não sindicalizados", o que evitava que um sindicato fosse o único representante de todos os trabalhadores. Isto tornou mais fácil para as companhias negar aos sindicatos o direito de negociação coletiva e bloquear a sindicalização por decisão dos tribunais.

Entre 1920 e 1929, o número de membros dos sindicatos nos Estados Unidos caiu de cerca de cinco milhões para três milhões e meio. As grandes indústrias que não exigiam mão de obra qualificada ou semiqualificada continuaram desorganizadas.

O começo da Grande Depressão levou ao desemprego generalizado. Por volta de 1933 havia mais de 12 milhões de americanos desempregados. Na indústria automóvel, por exemplo, o número de trabalhadores foi reduzido para metade entre 1929 e 1933. Ao mesmo tempo, os salários diminuíram dois terços.

Contudo, a eleição de Franklin Roosevelt ia mudar as condições do trabalhador industrial americano para sempre. O primeiro sinal de que Roosevelt estava interessado no bem-estar dos trabalhadores foi a nomeação de Frances Perkins, uma conhecida ativista da assistência social, para ser sua secretária do emprego. (Perkins foi também a primeira mulher a tornar-se membro do governo). A Lei de Recuperação Industrial Nacional, de longo alcance, procurou aumentar os salários industriais, limitar as horas numa semana de trabalho e eliminar o trabalho infantil. Ainda mais importante, a lei reconhecia o direito dos empregados de "se organizarem e negociarem coletivamente através de representantes por eles escolhidos".

John L. Lewis, o chefe enérgico e eloquente de Trabalhadores das Minas Unidos (UMW), compreendeu melhor do que qualquer outro líder sindical o que o New Deal significava para os trabalhadores. Sublinhando o apoio de Roosevelt, Lewis concebeu uma campanha importante de sindicalização, reconstituindo o número decrescente de membros de UMW de 150.000 para mais de 500.000 no período de um ano.

Lewis estava desejoso de que a AFL, de que era membro do Conselho Executivo, lançasse um movimento semelhante nas indústrias de produção em massa. Mas a AFL, que historicamente se concentrava no trabalhador qualificado, não estava disposta a fazer isso. Após uma disputa interna encarniçada, Lewis e alguns outros separaram-se da AFL e criaram o Comité para a Organização Industrial (CIO), mais tarde Congresso de Organizações Industriais. A aprovação da Lei Nacional sobre Relações Laborais (NLRA) em 1935 e a atitude amigável da Direção Nacional de Relações Laborais colocaram o poder e a autoridade do governo federal por detrás do CIO.

Os seus primeiros alvos foram a indústria automóvel e a do aço claramente contra os sindicatos. Em finais de 1936 uma série de greves de braços cruzados, orquestradas pelo incipiente sindicato dos Trabalhadores Unidos da Indústria Automóvel sob a direção de Walter Reuther, irromperam nas fábricas da General Motors em Cleveland, Ohio, e Flint, Michigan. Em breve 135.000 trabalhadores estavam envolvidos e a produção da GM parada.

Com o compreensivo governador do Michigan a recusar-se a expulsar os grevistas, chegou-se a um acordo no início de 1937. Em setembro desse ano os Trabalhadores Unidos da Indústria Automóvel tinham contratos com companhias envolvidas na indústria automóvel, garantindo aos trabalhadores um salário mínimo de 75 cêntimos por hora e uma semana de trabalho de 40 horas.

Nos primeiros seis meses da sua existência, o Comité Organizador dos Trabalhadores do Aço (SWOC), chefiado pelo adjunto de Lewis, Philip Murray, conseguiu 125.000 membros. A maior companhia de aço americana, U.S. Steel, compreendendo que os tempos tinham mudado, também chegou a um acordo em 1937. Nesse mesmo ano, o Supremo Tribunal defendeu a constitucionalidade do NLRA. Depois, companhias mais pequenas, tradicionalmente ainda mais contra os sindicatos do que as grandes companhias, desistiram. Uma a uma, outras indústrias – borracha, petróleo, eletrónica e têxteis – também fizeram o mesmo.

A ascensão de grandes sindicatos teve dois impactos principais a longo prazo. Tornaram-se o centro organizacional do Partido Democrata e obtiveram vantagens materiais para os seus membros que acabaram com a distinção económica entre classe trabalhadora e classe média nos EUA. ◆

No auge da Grande Depressão, em março de 1933, depositantes ansiosos fazem fila do lado de fora de um banco em Nova Iorque. O novo presidente, Franklin D. Roosevelt, tinha fechado temporariamente os bancos do país para acabar com o esgotamento das reservas dos bancos. Só os bancos que ainda eram solventes estavam autorizados a reabrir depois de quatro dias de "feriado bancário".

AGITAÇÃO E MUDANÇA

PERFIL DAS IMAGENS 5

Para os Estados Unidos, o século XX foi um período de agitação e mudança extraordinárias. Nestas décadas, o país tinha enfrentado a pior depressão económica da sua história; saiu triunfante, com os Aliados, na Segunda Guerra Mundial; assumiu um papel de liderança mundial no conflito na penumbra conhecido como Guerra Fria; e passou por uma notável transição social, económica e política em casa. Enquanto que outrora os Estados Unidos levaram séculos a transformar-se, agora pareciam reinventar-se em décadas.

Homens e mulheres grevistas dançam para passar o tempo a 11 de março de 1937, durante uma greve em Chevrolet Fisher Body Plants em St. Louis, Missouri. Greves como estas conseguiram obter o reconhecimento dos sindicatos para trabalhadores industriais por todo o país, nos anos 30.

O Presidente Franklin D. Roosevelt assina a legislação talvez de maior alcance do New Deal: a Lei de Segurança Social de 1935. Atualmente, a Segurança Social, um dos maiores programas do governo americano, garante pensões de reforma e invalidez a milhões de americanos.

A Segunda Guerra Mundial no Pacífico caracterizou-se por grandes batalhas navais e aéreas. Aqui um avião japonês cai em chamas durante um ataque a uma frota de porta-aviões americanos nas Ilhas Marianas, em junho de 1944. A campanha "de ilha em ilha" do exército e da marinha dos EUA começou em Guadalcanal em agosto de 1942 e terminou com o ataque a Okinawa em abril de 1945.

Ao cimo, o General Dwight Eisenhower, Comandante Supremo na Europa, conversa com para-quedistas pouco antes da invasão da Normandia, a 6 de junho de 1944. Em cima, o General Douglas MacArthur (ao centro) tinha declarado, "hei de voltar", quando fugiu de tropas avançadas japonesas nas Filipinas em 1942. Dois anos mais tarde, cumpriu a sua promessa e desembarcou em Leyte, quando as forças americanas começaram a libertação das Filipinas.

Linha de montagem de aviões de combate P-38 Lightning durante a Segunda Guerra Mundial. Com esta grande produção de material bélico, os Estados Unidos tornaram-se, nas palavras do Presidente Roosevelt, "o arsenal da democracia".

Japoneses americanos aguardam a recolocação em campos de internamento no que foi a pior violação dos direitos humanos ocorrida dentro dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

Encontro do Primeiro-Ministro Britânico Winston Churchill, do Presidente Roosevelt e do líder soviético Joseph Estaline em Yalta em fevereiro de 1945. O desacordo sobre o futuro da Europa precipitou a divisão do continente europeu, que foi uma característica da Guerra Fria.

Tropas americanas assistem a um ensaio nuclear no deserto de Nevada em 1951. A ameaça de armas nucleares foi uma constante e um facto sinistro da vida durante o período da Guerra Fria.

Na talvez mais famosa fotografia da história política americana, o Presidente Harry Truman levanta um jornal que anuncia erradamente a sua derrota pelo candidato republicano Thomas Dewey na eleição presidencial de 1948. A vitória extraordinária de Truman surpreendeu todos os analistas políticos dessa época.

Infantaria americana dispara contra forças norte-coreanas a invadir a Coreia do Sul em 1951, num conflito que durou três anos difíceis.

Numa audição no Congresso em 1954, o Senador Joseph McCarthy aponta para um mapa supostamente mostrando a influência do Partido Comunista nos Estados Unidos em 1950. O seu principal antagonista na audição, o jurista Joseph Welch, está sentado à esquerda. Welch conseguiu desacreditar McCarthy nestas audições, que foram as primeiras a ser exibidas pela televisão para todo o país.

Retrato do Presidente Dwight Eisenhower, cuja personalidade genial e tranquilizadora dominou os anos 50.

Jackie Robinson, a deslizar para casa num jogo de basebol em 1948. Robinson quebrou a barreira da cor contra jogadores negros profissionais de basebol quando entrou para o Brooklyn Dodgers e se tornou uma das estrelas do jogo.

A primeira estrela americana de rock and roll, Elvis Presley, atuando na televisão no show Ed Sullivan, a 9 de setembro de 1956. Atualmente, anos após a sua morte, ele ainda é venerado por legiões de fãs como "O Rei".

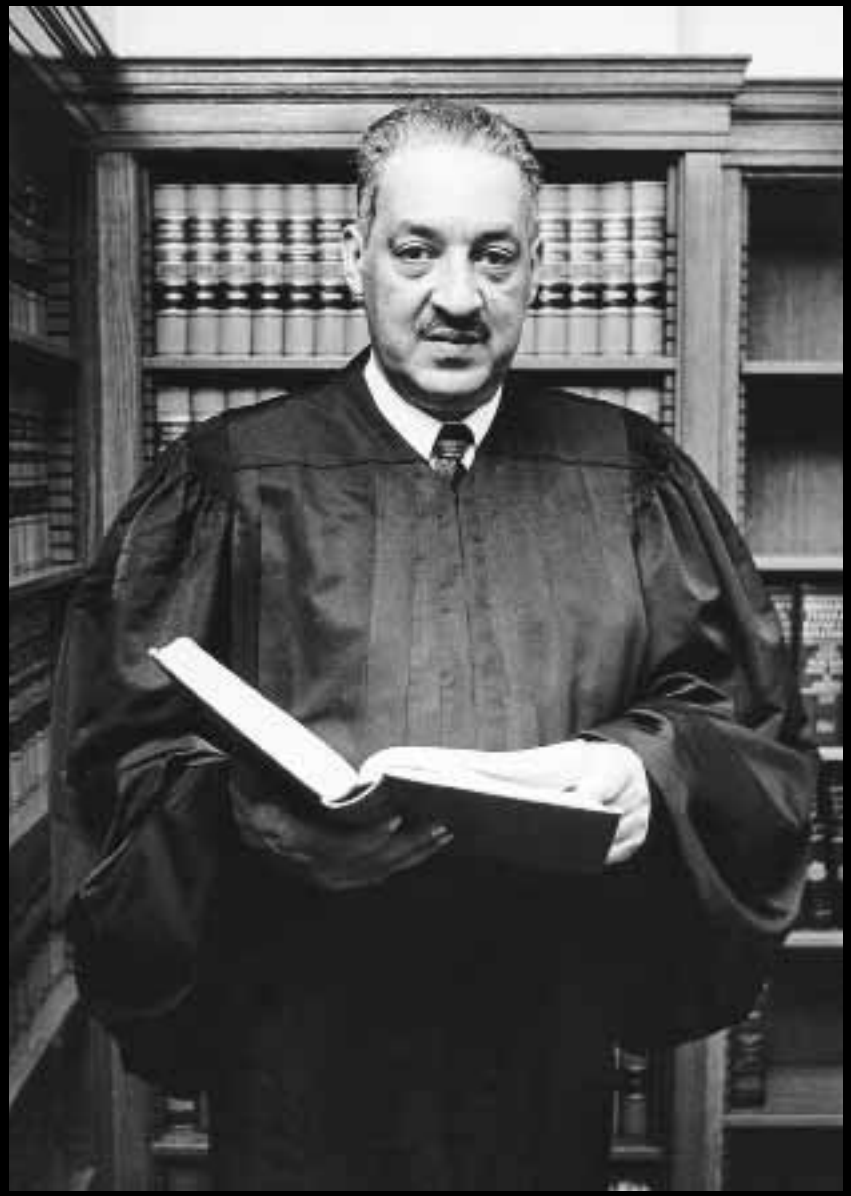
Lucille Ball (segunda a contar da esquerda) com o seu elenco de apoio, incluindo o marido Desi Arnaz (de pé), numa das comédias mais populares da televisão dos anos 50 I love Lucy. O show definiu muitas das técnicas e convenções comuns a centenas de "comédias de situação" televisivas que se seguiram.

Acima, Rosa Parks sentada numa das cadeiras da frente dum autocarro após o sucesso do boicote ao sistema de autocarros públicos em 1955-56 feito por cidadãos afro-americanos de Montgomery, Alabama. O boicote foi organizado para protestar contra a segregação que obrigava os afro-americanos a sentarem-se na parte de trás dos autocarros. O Supremo Tribunal concordou que esta prática era uma violação constitucional, um ano depois do boicote ter começado. O maior líder do movimento dos direitos civis na América, Martin Luther King Jr., tornou-se conhecido a nível nacional através do boicote aos autocarros de Montgomery.

Na página ao lado, à direita, Martin Luther King Jr. acompanha crianças a uma escola pública anteriormente só para brancos em Grenada, Mississippi, em 1966. Embora a segregação nas escolas tivesse sido declarada ilegal na sentença de Brown v. Board of Education pelo Supremo Tribunal em 1954, foram necessárias décadas de protesto, pressão política e mais sentenças dos tribunais para fazer cumprir a dessegregação nas escolas por todo o país.

O Presidente John F. Kennedy dirige-se a cerca de um quarto de milhão de alemães em Berlim Ocidental em junho de 1963. Honrando a coragem dos que viviam num dos pontos quentes da Guerra Fria, disse, "Todos os homens livres, onde quer que se encontrem, são cidadãos de Berlim, e portanto, como um homem livre, eu orgulho-me da frase 'Ich bin ein Berliner' (Sou um berlinense)".

Documento de ratificação do Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares, um dos primeiros acordos de controlo de armamento entre o Ocidente e o bloco soviético, que pôs fim aos ensaios nucleares na atmosfera.



Thurgood Marshall, um dos defensores da igualdade de direitos para todos os americanos. Como conselheiro da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP), Marshall defendeu com sucesso o caso Brown v. Board of Education no Supremo Tribunal, que declarou ilegal a segregação nas escolas públicas. Mais tarde veio a ter uma carreira distinta como juiz do Supremo Tribunal.

O Presidente Lyndon B. Johnson, nascido no Texas, foi líder da maioria no Senado nos anos Eisenhower e vice-presidente de John F. Kennedy antes de se tornar presidente. Uma das personalidades mais poderosas em Washington, Johnson concebeu a mais ambiciosa agenda legislativa nacional através do Congresso, desde o New Deal de Roosevelt. Contudo, a Guerra do Vietname pôs termo à sua presidência pois dividiu o país.

Uma unidade do exército americano procura atiradores isolados numa patrulha no Vietname do Sul em 1965. De 60.000 soldados em 1965, as tropas americanas passaram para mais de 540.000 homens até 1969, num conflito que dividiu o país mais amargamente do que qualquer outro no século XX. Os últimos combatentes partiram do Vietname em 1973.

Manifestantes contra a guerra e polícia entram em choque na Convenção Nacional Democrata em Chicago, Illinois, em 1968. Candidatos à convenção, que eram contra a guerra, perderam a nomeação presidencial a favor do vice-presidente de Lyndon Johnson, Hubert Humphrey.

Duas das líderes do movimento feminista nos anos 60: Kate Millett (à esquerda) autora de um livro controverso da época, Sexual Politics, e a jornalista e ativista Gloria Steinem.

Ponto alto da onda de contracultura nos Estados Unidos: o concerto e encontro rock ao ar livre, que durou três dias em 1969, conhecido por Woodstock.

O sindicalista mexicano americano César Chávez (ao centro) conversa com trabalhadores que colhem uvas no campo em 1968. Chefe de United Farm Workers Union na Califórnia, Chávez foi uma vez que se fez ouvir em defesa dos direitos dos trabalhadores agrícolas migrantes, chamando a atenção nacional para as suas condições de trabalho terríveis.

O Presidente Richard M. Nixon, com a esposa Pat Nixon e o Secretário de Estado William Rogers (no extremo à direita), caminha por uma parte da Grande Muralha da China. A abertura de Nixon à República Popular da China em 1972 foi um importante triunfo diplomático numa altura em que as tropas americanas se retiravam lentamente do Vietname do Sul.

Participante numa manifestação de índios americanos em Washington, D.C., em 1978. Eles também procuraram fazer valer os seus direitos e a sua identidade em décadas recentes.

O líder dos direitos civis e ativista político Jesse Jackson num comício em 1984. Durante mais de quatro décadas, Jackson continuou a ser um dos representantes mais proeminente, politicamente ativo e eloquente do que ele designou "Coligação Arco-íris" de pobres, afro-americanos e outras minorias.

Petróleo arde por trás de um tanque iraquiano destruído no fim da Guerra do Golfo em fevereiro de 1991. Os Estados Unidos chefiaram uma coligação de mais de 30 países numa campanha aérea e terrestre chamada Tempestade no Deserto, que acabou com a ocupação do Kuwait pelo Iraque.

Lançamento de um vaivém espacial, o primeiro veículo espacial reutilizável. O versátil vaivém, que tinha sido usado para colocar satélites em órbita e realizar experiências vastas, é indispensável para a montagem (iniciada em junho de 1998) e o funcionamento da Estação Espacial Internacional.

Presidente George H.W. Bush com Lech Walesa da Polónia (ao centro) e a primeira-dama Bárbara Bush em Varsóvia, em julho de 1989. Esse ano notável viu o fim da Guerra Fria bem como o fim de 40 anos de divisão da Europa em dois blocos antagónicos, bloco ocidental e bloco de leste.

Presidente William (Bill) J. Clinton, proferindo o seu discurso de tomada de posse perante o país, a 21 de janeiro de 1993. Durante a sua administração, os Estados Unidos desfrutaram de mais paz e bem-estar económico do que em qualquer outra época da sua história. Foi o segundo presidente americano a ser impugnado e considerado não culpado.

CAPÍTULO

12

A AMÉRICA DO PÓS-GUERRA

Dia de mudança numa comunidade suburbana recém criada, 1953.

"Devemos construir um novo mundo, um mundo muito melhor — no qual a dignidade eterna do homem seja respeitada".

Presidente **Harry S. Truman**, 1945

CONSENSO E MUDANÇA

Os Estados Unidos dominaram a cena mundial nos anos imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial. Vitoriosa nessa grande luta, a sua pátria preservada da destruição da guerra, a nação estava confiante na sua missão no país e no estrangeiro. Os dirigentes americanos queriam manter a estrutura democrática que tinham defendido com grande custo e partilhar os benefícios da prosperidade o máximo possível. Para eles, tal como para o editor Henry Luce da revista *Time*, este era o "Século Americano".

Durante 20 anos a maior parte dos americanos tiveram a certeza desta abordagem confiante. Aceitaram a necessidade de uma posição forte contra a União Soviética e a Guerra Fria que se desenrolou depois de 1945. Aprovaram o aumento da autoridade do governo e aceitaram a perspetiva de um estado-providência rudimentar, formulada pela primeira vez durante o New Deal. Desfrutaram de uma prosperidade após a guerra que criou novos níveis de riqueza.

Mas gradualmente alguns começaram a questionar as teorias dominantes. Dificuldades em várias frentes acabaram com o consenso. Nos anos 50, os afro-americanos lançaram uma cruzada, à qual se juntaram mais tarde outros grupos

minoritários e as mulheres, visando uma parte maior do sonho americano. Nos anos 60, estudantes politicamente ativos protestaram contra o papel do país no estrangeiro, em particular na corrosiva guerra do Vietname. Surgiu uma contracultura de jovens a desafiar o status quo. Americanos de todas as classes procuraram estabelecer um novo equilíbrio social e político.

OBJETIVOS DA GUERRA FRIA

A Guerra Fria foi a questão política e diplomática mais importante no início do período pós-guerra. Resultou de divergências de longa data entre a União Soviética e os Estados Unidos que se desenvolveram depois da Revolução Russa de 1917. O Partido Comunista Soviético, sob a liderança de V. I. Lenine, considerava-se o líder de um movimento internacional que substituiria as ordens políticas existentes no Ocidente e, na verdade, no mundo inteiro. Em 1918 tropas americanas participaram na intervenção aliada na Rússia em nome das forças antibolcheviques. O reconhecimento diplomático americano da União Soviética só se concretizou em 1933. Mesmo nessa altura, persistiram suspeitas. Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial, os dois países aliaram-se e minimizaram as suas diferenças para combaterem a ameaça nazi.

No fim da guerra, os antagonismos voltaram à tona. Os Estados Unidos esperavam partilhar com os outros países a sua conceção de liberdade, igualdade e democracia. Procuravam também aprender com os erros do período após a Primeira Guerra Mundial, em que se julgava que o desengajamento político americano e o protecionismo económico tinham contribuído para o aparecimento de ditaduras na Europa e noutros lugares. Confrontada de novo com um mundo pós-guerra de guerras civis e impérios a desintegrar-se, a nação esperava proporcionar estabilidade para tornar possível a reconstrução pacífica. Recordando-se do espectro da Grande Depressão (1929-40), os EUA defendiam agora o comércio livre por duas razões: para criar mercados para os produtos agrícolas e industriais americanos e para garantir a capacidade dos países da Europa Ocidental de exportarem como forma de reconstruírem as suas economias. Os decisores americanos acreditavam que barreiras comerciais reduzidas promoveriam o crescimento económico no país e no estrangeiro, aumentando nesse processo os amigos e aliados dos EUA.

A União Soviética tinha a sua própria agenda. A tradição histórica russa de um governo centralizado, autocrático, contrastava com a ênfase americana na democracia. A ideologia marxista-leninista tinha sido minimizada durante a guerra mas continuava a guiar a política soviética. Devastada pela guerra na qual 20 milhões de cidadãos soviéticos tinham morrido, a União Soviética estava decidida a reconstruir e a proteger-se de outro conflito ter-

rível. Os soviéticos estavam particularmente preocupados com outra invasão do seu território a partir do ocidente. Tendo repelido o ataque de Hitler, estavam determinados a evitar qualquer outro ataque semelhante. Exigiram fronteiras "defensivas" e regimes "amigáveis" na Europa de Leste e aparentemente associaram ambos à propagação do comunismo, independentemente da vontade das populações locais. Contudo, os Estados Unidos tinham declarado que um dos seus objetivos da guerra era a restauração da independência e da autonomia da Polónia, Checoslováquia e de outros países da Europa Central e de Leste.

A LIDERANÇA DE HARRY TRUMAN

O novo presidente do país, Harry S. Truman, sucedeu a Franklin D. Roosevelt na presidência antes do fim da guerra. Um homem simples que tinha sido anteriormente senador democrata do Missouri, depois vice-presidente, Truman inicialmente sentiu-se mal preparado para governar. Roosevelt não tinha discutido questões complexas do pós-guerra com ele e ele tinha pouca experiência de assuntos internacionais. "Não sou suficientemente grande para esta tarefa" confidenciou a um antigo colega.

No entanto, Truman reagiu rapidamente a novos desafios. Algumas vezes impulsivo em assuntos de pouca importância, demonstrou ser capaz de tomar decisões difíceis e cuidadosamente analisadas em relação a grandes questões. Um pequeno letreiro na sua secretária na Casa Branca declarava "A Responsabilidade Acaba Aqui". As suas decisões sobre como responder à União Soviética acabaram, em última análise, por moldar o princípio da Guerra Fria.

ORIGENS DA GUERRA FRIA

A Guerra Fria desenvolveu-se quando as divergências sobre a forma do mundo do pós-guerra criaram suspeitas e desconfiança entre os Estados Unidos e a União Soviética. O primeiro teste e o mais difícil foi o caso da Polónia, a metade oriental que tinha sido invadida e ocupada pela URSS em 1939. Moscovo exigia um governo sujeito à influência soviética; Washington queria um governo mais independente e representativo, segundo o modelo ocidental. A Conferência de Yalta de fevereiro de 1945 tinha produzido um acordo sobre a Europa de Leste suscetível de diversas interpretações. Incluía uma promessa de eleições "livres e sem restrições".

Reunindo-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Vyacheslav Molotov, menos de duas semanas depois de se ter tornado presidente, Truman manteve-se firme acerca da autodeterminação polaca, dando um sermão ao diplomata soviético sobre a necessidade de se implementar os acordos de Yalta. Quando Molotov protestou, "nunca na minha vida tinham falado

assim comigo", Truman respondeu: "Cumpra os seus acordos e ninguém falará consigo assim". As relações deterioraram-se a partir desse ponto.

Durante os últimos meses da Segunda Guerra Mundial, as tropas soviéticas ocuparam toda a Europa Central e de Leste. Moscovo usou o seu poderio militar para apoiar os esforços dos partidos comunistas na Europa de Leste e esmagar os partidos democratas. Os comunistas tomaram um país após o outro. O processo terminou com um golpe de estado chocante na Checoslováquia em 1948.

Declarações públicas definiram o começo da Guerra Fria. Em 1946 Estaline declarou que a paz internacional era impossível "sob o atual desenvolvimento capitalista da economia mundial". O antigo primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, proferiu um discurso dramático em Fulton, Missouri, estando Truman sentado na plataforma. "Desde Stettin no Báltico a Trieste no Adriático", disse Churchill, "uma cortina de ferro desceu sobre o continente". A Grã-Bretanha e os Estados Unidos, declarou ele, tinham que trabalhar conjuntamente para combater a ameaça soviética.

CONTENÇÃO

A contenção da União Soviética tornou-se a política americana nos anos que se seguiram à guerra. George Kennan, um alto funcionário da Embaixada Americana em Moscovo, definiu a nova abordagem no longo telegrama que enviou ao Departamento de Estado em 1946. Ele alargou a sua análise num artigo assinado "X" no prestigioso jornal *Foreign Affairs*. Sublinhando o sentimento tradicional de insegurança da Rússia, Kennan argumentava que a União Soviética não iria moderar a sua posição em nenhuma circunstância. Moscovo, escreveu ele, estava "fanaticamente empenhada na convicção de que nos Estados Unidos não pode haver um *modus vivendi* permanente, que é desejável e necessário que a harmonia interna da nossa sociedade seja perturbada. A pressão de Moscovo para expandir o seu poder tinha que ser parada através da "contenção firme e vigilante das tendências expansionistas da Rússia"….

A primeira aplicação significativa da doutrina de contenção aconteceu no Médio Oriente e no Mediterrâneo Oriental. Em princípios de 1946, os Estados Unidos pediram e obtiveram a retirada total soviética do Irão, cuja metade norte tinha ocupado durante a guerra. Nesse verão os Estados Unidos apoiaram claramente a Turquia contra os pedidos soviéticos de controlo dos estreitos turcos entre o Mar Negro e o Mediterrâneo. No começo de 1947, a política americana cristalizou-se quando os britânicos disseram aos Estados Unidos que não podiam continuar a apoiar o governo da Grécia contra uma forte revolta comunista.

Num discurso forte no Congresso, Truman declarou, "Acredito que a política dos Estados Unidos deve ser

apoiar povos livres que estão a resistir a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas". Os jornalistas rapidamente apelidaram esta declaração de "Doutrina Truman". O presidente pediu ao Congresso que concedesse US$ milhões para ajuda económica e militar, sobretudo à Grécia mas também à Turquia. Após um debate emotivo parecido com o debate entre intervencionistas e isolacionistas antes da Segunda Guerra Mundial, os fundos foram atribuídos.

Críticos da esquerda mais tarde afirmaram que para suscitar o apoio americano à política de contenção, Truman exagerou a ameaça soviética aos Estados Unidos. Por sua vez, as suas declarações inspiraram uma onda de histeria anticomunista por todo o país. Talvez tenha sido assim. Outros, contudo, contrapunham que este argumento ignorava a reação que provavelmente teria havido se a Grécia, a Turquia e outros países tivessem caído na órbita da União Soviética sem qualquer oposição dos Estados Unidos.

A contenção também exigia ampla ajuda económica para a recuperação da Europa Ocidental destruída pela guerra. Com muitos dos países da região económica e politicamente instáveis, os Estados Unidos receavam que os partidos comunistas locais, instruídos por Moscovo, aproveitassem a sua resistência aos nazis durante a guerra para assumirem o poder. "O doente morre enquanto os médicos deliberam", declarou o Secretário de Estado George C. Marshall. Em meados de 1947 Marshall pediu aos países europeus em dificuldades que elaborassem um programa "não contra qualquer país ou doutrina mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos".

Os soviéticos participaram na primeira reunião de planeamento, depois partiram para não partilharem dados económicos e submeterem a controlos ocidentais as despesas da ajuda. Os restantes 16 países elaboraram um pedido que finalmente chegou a US$ 17.000 milhões para um período de quatro anos. No princípio de 1948 o Congresso votou o financiamento do "Plano Marshall", que ajudou a garantir o ressurgimento da Europa Ocidental. É geralmente considerado como uma das mais bem sucedidas iniciativas de política externa na história dos EUA.

A Alemanha do pós-guerra era um problema especial. Tinha sido dividida em zonas de ocupação americana, soviética, britânica e francesa, sendo a antiga capital alemã Berlim divida em quatro zonas, perto do centro da zona soviética. Quando as potências ocidentais anunciaram a sua intenção de criar um estado federal consolidado nas suas zonas, Estaline respondeu. A 24 de junho de 1948, as forças soviéticas bloquearam Berlim, cortando todos os acessos rodoviários e ferroviários a partir do ocidente.

Os líderes americanos receavam que perder Berlim fosse o prelúdio da perda da Alemanha e de toda a Europa depois. Portanto,

numa demonstração bem sucedida da determinação ocidental conhecida como "Ponte Aérea de Ajuda a Berlim", as forças aliadas levaram provisões por via aérea para Berlim. Aviões americanos, franceses e britânicos entregaram cerca de 2.250.000 toneladas de produtos, incluindo alimentos e carvão. Estaline levantou o bloqueio depois de 231 dias e 277.264 voos.

Nessa altura, o domínio soviético da Europa de Leste e, em particular o golpe checo, tinham alarmado os europeus ocidentais. O resultado, iniciado pelos europeus, foi uma aliança militar para complementar os esforços económicos de contenção. O historiador norueguês Geir Lundestad chamou a isso "império por convite". Em 1949 os Estados Unidos e outros 11 países fundaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Um ataque contra um devia ser considerado como um ataque a todos a ser repelido por uma força apropriada. A NATO foi a primeira "aliança envolvente" com potências fora do hemisfério ocidental na história americana.

No ano seguinte os Estados Unidos definiram claramente os seus objetivos de defesa. O Conselho de Segurança Nacional (NSC) – o fórum em que o presidente, membros do governo e outros membros do poder executivo consideram questões de segurança nacional e política externa – procedeu a uma revisão completa da política externa e de defesa americana. O documento que daí resultou, conhecido como NSC-68, indicou uma nova direção na política de segurança americana. Com base na suposição de que "a União Soviética estava empenhada num esforço fanático para controlar todos os governos onde possível", o documento comprometia os Estados Unidos a ajudar os países aliados em qualquer parte do mundo que parecesse ameaçada pela agressão soviética. Depois do começo da Guerra da Coreia, um Truman relutante aprovou o documento. Os Estados Unidos começaram a aumentar significativamente as despesas com a defesa.

A GUERRA FRIA NA ÁSIA E NO MÉDIO ORIENTE

Enquanto procuravam impedir que a ideologia comunista ganhasse mais adeptos na Europa, os Estados Unidos também respondiam a desafios noutros lugares. Na China, os americanos preocupavam-se com os avanços de Mao Tsé-Tung e do seu Partido Comunista. Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo nacionalista de Chiang Kai-shek e as forças comunistas travaram uma guerra civil mesmo quando combatiam os japoneses. Chiang Kai-shek tinha sido um aliado durante a guerra, mas o seu governo era totalmente ineficaz e corrupto. Os decisores americanos tinham pouca esperança de salvar o seu regime e consideraram a Europa muito mais importante. Com a maior parte da ajuda americana a atravessar o Atlântico, as forças de Mao tomaram o

poder em 1949. O governo de Chiang Kai-shek fugiu para a ilha de Taiwan. Quando o novo governante da China anunciou que apoiava a União Soviética contra os "imperialistas" Estados Unidos, pareceu que o comunismo estava a propagar-se descontroladamente, pelo menos na Ásia.

A Guerra da Coreia provocou um conflito armado entre os Estados Unidos e a China. Os Estados Unidos e a União Soviética tinham dividido a Coreia ao longo do paralelo 38 depois de a libertarem do Japão no fim da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente uma questão de conveniência militar, a linha divisória tornou-se mais rígida quando as duas principais potências criaram governos nas suas respetivas zonas de ocupação e continuaram a apoiá-los mesmo depois de partirem.

Em junho de 1950 depois de ter consultado e obtido o consentimento da União Soviética, o líder norte-coreano Kim Il-sung mandou o seu exército abastecido pelos soviéticos atravessar o paralelo 38 e atacar a sul, invadindo Seul. Truman, percebendo que os norte-coreanos eram peões dos soviéticos na luta mundial, prepararam as tropas americanas e mandaram o herói da Segunda Guerra Mundial, o general Douglas MacArthur para a Coreia. Entretanto os Estados Unidos conseguiram uma resolução das Nações Unidas designando a Coreia do Norte como agressora. (A União Soviética que podia ter vetado qualquer ação se estivesse a ocupar o seu lugar no Conselho de Segurança, estava a boicotar as Nações Unidas para protestar contra uma decisão de não admitir o novo regime chinês de Mao).

A guerra tinha altos e baixos. As forças americanas e coreanas foram inicialmente empurradas para um enclave no Sul perto da cidade de Pusan. Um desembarque audacioso em Inchon, o porto da cidade de Seul, fez recuar os norte-coreanos e ameaçou ocupar toda a península. Em novembro, a China começou uma nova guerra enviando um grande número de tropas através do rio Yalu. As forças das NU, constituídas sobretudo por americanos, retrocederam de novo num combate encarniçado. Comandadas pelo general Matthew B. Ridgway detiveram os numerosos chineses e lentamente conseguiram abrir caminho até ao paralelo 38. Entretanto, MacArthur desafiou a autoridade de Truman ao tentar orquestrar apoio público para o bombardeamento da China e para ajudar as forças de Chiang Kai-shek a invadir o continente. Em abril de 1951, Truman demitiu-o das suas funções e substituiu-o por Ridgway.

Estava muito em jogo na Guerra Fria. Consciente da prioridade europeia, o governo americano optou por não mandar mais tropas para a Coreia e estava pronto a aceitar o status quo anterior à guerra. O resultado foi frustração entre muitos americanos que não conseguiam compreender a necessidade de moderação. A popularidade de Truman caiu para uma taxa de aprovação de 24%, a mais baixa para qualquer presidente

desde que se começou a fazer sondagens sobre a popularidade presidencial. As negociações do armistício começaram em julho de 1951. Os dois lados finalmente chegaram a um acordo em julho de 1953, durante o primeiro mandato do sucessor de Truman, Dwight Eisenhower.

Havia também lutas no âmbito da Guerra Fria no Médio Oriente. A importância estratégica da região como fornecedora de petróleo tinha sido uma das razões para empurrar os soviéticos para fora do Irão em 1946. Mas dois anos mais tarde, os Estados Unidos reconheceram oficialmente o novo estado de Israel, 15 minutos depois de ter sido proclamado – uma decisão que Truman tomou apesar de grande resistência de Marshall e do Departamento de Estado. O resultado foi um dilema permanente: como manter laços com Israel e ao mesmo tempo ter boas relações com os estados árabes (ricos em petróleo) implacavelmente contra Israel.

EISENHOWER E A GUERRA FRIA

Em 1953, Dwight D. Eisenhower tornou-se o primeiro presidente republicano em 20 anos. Herói de guerra e não um político de carreira, ele tinha um dom natural, comum, que o tornava muito popular. "Gosto de Ike" era o slogan da campanha. Depois de desempenhar as funções de Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa Ocidental durante a Segunda Guerra Mundial, Eisenhower tinha sido chefe de estado maior do exército, presidente da Universidade de Columbia e chefe militar da NATO antes de se candidatar à nomeação como candidato presidencial Republicano. Com a capacidade de fazer com que as pessoas trabalhem em equipa, ele foi um forte porta-voz público e um dirigente algo afastado da elaboração de políticas detalhadas.

Apesar de divergências quanto aos pormenores, ele partilhava da visão básica de Truman acerca da política externa. Ele também considerava o comunismo como uma força monolítica lutando pela supremacia mundial. No seu primeiro discurso de tomada de posse declarou "Forças do bem e do mal estão reunidas e armadas e em lados opostos como raramente aconteceu antes na história. A liberdade compete com a escravatura, a luz com a escuridão".

O novo presidente e o seu Secretário de Estado, John Foster Dulles, tinham argumentado que a contenção não tinha feito o suficiente para parar a expansão soviética. Em vez disso, era necessária uma política mais agressiva de libertação para libertar os subjugados pelo comunismo. Mas quando rebentou uma revolução democrática na Hungria em 1956, os Estados Unidos recuaram quando as forças soviéticas a reprimiram.

O compromisso básico de Eisenhower de conter o comunismo continuou e para isso ele aumentou a dependência dum escudo nuclear. Os Estados Unidos criaram as pri-

meiras bombas atómicas. Em 1950 Truman tinha autorizado o desenvolvimento de uma nova bomba de hidrogénio mais potente. Eisenhower, com receio de que as despesas com a defesa ficassem descontroladas, revogou a política NSC-68 de um grande crescimento militar convencional. Contando com aquilo a que Dulles chamava "retaliação massiva", a administração indicou que utilizaria armas nucleares se o país ou os seus interesses vitais fossem atacados.

Contudo, na prática, a opção nuclear podia ser implementada apenas contra ataques extremamente graves. As verdadeiras ameaças comunistas eram em geral menores. Eisenhower não aceitou o emprego de armas nucleares na Indochina quando os franceses foram expulsos pelas forças comunistas vietnamitas em 1954. Em 1956, tropas britânicas e francesas atacaram o Egito na sequência da nacionalização do Canal de Suez pelo Egito e Israel invadiu o Sinai egípcio. O presidente exerceu uma forte pressão sobre os três países para que se retirassem. Todavia, a ameaça nuclear deve ter sido levada a sério pela China comunista, que não só se absteve de atacar Taiwan, mas também de ocupar ilhotas pertencentes a chineses nacionalistas ao largo do continente. Pode ter também desencorajado a ocupação soviética de Berlim, que ressurgiu como um problema purulento durante os dois últimos anos do mandato de Eisenhower.

A GUERRA FRIA NO ÂMBITO NACIONAL

A Guerra Fria não só influenciou a política externa americana como teve um efeito profundo nas questões internas. Os americanos há muito que receavam a subversão radical. Estes receios podiam às vezes ser exagerados e utilizados para justificar restrições políticas de outra forma inaceitáveis, mas também era verdade que os indivíduos sob a disciplina do Partido Comunista e muitos "companheiros de viagem" parasitas não se aliaram politicamente aos Estados Unidos mas ao movimento comunista internacional, ou, praticamente, a Moscovo. Durante o Medo Vermelho de 1919-1920, o governo tinha tentado eliminar supostas ameaças da sociedade americana. Depois da Segunda Guerra Mundial, realizou grandes esforços contra o comunismo dentro dos Estados Unidos. Eventos estrangeiros, escândalos de espionagem e política criaram uma histeria anticomunista.

Quando os Republicanos saíram vitoriosos nas eleições intermédias de 1946 para o Congresso e se mostraram prontos a investigar atividades subversivas, o Presidente Truman criou o Programa de Lealdade do Funcionário Federal. Teve pouco impacto nas vidas da maior parte dos funcionários públicos, mas algumas centenas foram despedidos, alguns injustamente.

Em 1947 o Comité da Câmara dos Representantes para Atividades

Antiamericanas investigou a indústria cinematográfica para determinar se estavam a ser refletidas ideias comunistas em filmes populares. Quando alguns escritores (que por acaso eram membros secretos do Partido Comunista) se recusaram a testemunhar, foram intimados por desacato à autoridade do tribunal e enviados para a prisão. Depois disso, as empresas cinematográficas recusaram-se a contratar qualquer pessoa com um passado minimamente questionável.

Em 1948, Alger Hiss, que tinha sido Secretário de Estado assistente e conselheiro de Roosevelt em Yalta, foi acusado publicamente de ser um espião comunista por Whittaker Chambers, um antigo agente soviético. Hiss negou a acusação, mas em 1950 foi condenado por perjúrio. Provas subsequentes indicam que na verdade ele era culpado.

Em 1949, a União Soviética chocou os americanos ao testar a sua própria bomba atómica. Em 1950, o governo descobriu uma rede de espiões britânica-americana que transferia para a União Soviética materiais sobre o desenvolvimento da bomba atómica. Dois dos seus operacionais, Julius Rosenberg e a sua esposa Ethel, foram condenados à morte. O Procurador Geral J. Howard McGrath declarou que havia muitos comunistas americanos, cada um trazendo "o germe da morte para a sociedade".

O mais vigoroso guerreiro anticomunista foi o Senador Joseph R. McCarthy, um Republicano de Wisconsin. Ele chamou a atenção nacional em 1950 ao declarar que possuía uma lista de 205 comunistas conhecidos no Departamento de Estado. Apesar de McCarthy ter depois alterado este número várias vezes e de não ter conseguido provar nenhuma das suas acusações, ele atingiu uma corda sensível do público.

McCarthy ganhou poder quando o Partido Republicano obteve o controlo do Senado em 1952. Como presidente de um comité, ele tinha agora um fórum para a sua cruzada. Contando com uma ampla cobertura da imprensa e da televisão, continuou a procurar traidores entre altos funcionários da administração Eisenhower. Apreciando o papel de um tipo duro a fazer o trabalho sujo, perseguiu com vigor presumíveis comunistas.

McCarthy ultrapassou os limites ao desafiar o exército dos Estados Unidos quando um dos seus assistentes foi recrutado. A televisão levou as audições a milhões de lares. Muitos americanos viram pela primeira vez as táticas cruéis de McCarthy e o apoio do público começou a diminuir. O Partido Republicano, que tinha considerado McCarthy útil para se opor à administração Democrática quando Truman era presidente, começou a considerá-lo um estorvo. Finalmente o Senado condenou-o pela sua conduta.

McCarthy representou de muitas formas os piores excesso nacionais da Guerra Fria. Como os americanos o repudiaram tornou-se natural para muitos supor que a ameaça comunista no âmbito nacional e no

estrangeiro tinha sido muito exagerada. Quando o país entrou nos anos 60, o anticomunismo tornou-se cada vez mais suspeito, sobretudo entre os intelectuais e líderes de opinião.

A ECONOMIA DO PÓS-GUERRA: 1945-1960

Na década e meia que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tiveram um crescimento económico fenomenal e consolidaram a sua posição como país mais rico do mundo. O produto nacional bruto (PNB), uma medida de todos bens e produtos produzidos nos Estados Unidos, saltou de cerca de US$ 200.000 milhões em 1940 para US$ 300.000 milhões em 1950 e para mais de US$ 500.000 milhões em 1960. Cada vez mais americanos se consideravam agora parte da classe média.

O crescimento teve várias origens. O estímulo económico dado pela despesa pública em grande escala durante a Segunda Guerra Mundial ajudou-o a arrancar. Duas necessidades básicas da classe média contribuíram muito para o manter. O número de automóveis produzidos anualmente quadruplicou entre 1946 e 1955. Um boom de habitações, estimulado em parte por hipotecas de pagamento acessível para os militares regressados, alimentou a expansão. O aumento nas despesas com a defesa à media que havia uma escalada da Guerra Fria também desempenhou um papel.

Depois de 1945 as principais companhias nos Estados Unidos tornaram-se ainda maiores. Tinha havido uma onda de fusões nos anos 90 do século XIX e nos anos 20; nos anos 50 deu-se uma nova onda. Operações de franchising como as dos restaurantes de *fast-food* McDonald's permitiram a pequenos empresários fazer parte de grandes empresas eficientes. Grandes companhias americanas também desenvolveram *holdings* no estrangeiro, onde os custos da mão de obra eram muitas vezes mais baixos.

A vida dos trabalhadores alterou-se com a mudança da América industrial. Menos trabalhadores produziam bens; mais prestavam serviços. Logo em 1956, a maior parte dos empregados tinham cargos administrativos, trabalhando como gerentes, professores, vendedores e funcionários de escritório. Algumas firmas garantiam um salário anual, contratos de trabalho a longo prazo e outras regalias. Com essas mudanças o sindicalismo foi prejudicado e começaram a esbater-se algumas diferenças de classe.

Os agricultores – pelo menos os pequenos agricultores – enfrentaram tempos difíceis. Os ganhos na produtividade levaram à consolidação agrícola e a agricultura tornou-se um grande negócio. Cada vez mais famílias de agricultores abandonavam as terras.

Outros americanos também se mudaram. O Oeste e o Sudoeste cresceram com muita rapidez, uma tendência que continuaria até ao fim do século. Cidades do "Sun Belt" como

Houston no Texas, Miami na Flórida, Albuquerque no Novo México e Phoenix no Arizona, expandiram-se rapidamente. Los Angeles na Califórnia ultrapassou Filadélfia na Pensilvânia como a terceira maior cidade americana e depois ultrapassou Chicago, metrópole do Midwest. O censo de 1970 mostrou que a Califórnia tinha suplantado Nova Iorque como o maior estado do país. Até 2000 o Texas tinha passado à frente de Nova Iorque, ocupando o segundo lugar.

Uma forma ainda mais importante de deslocação levou os americanos dos centros das cidades para novos subúrbios onde esperavam encontrar alojamento a um preço acessível para famílias maiores resultantes do "baby boom" do pós- guerra. Promotores imobiliários como William J. Levitt construíram novas comunidades, com casas que se pareciam umas com as outras, utilizando técnicas de produção em grande escala. As casas de Levitt eram pré-fabricadas, parcialmente montadas na fábrica e não na sua localização final e modestas, mas os métodos de Levitt reduziam os custos e permitiam aos novos proprietários possuir uma parte do sonho americano.

À medida que os subúrbios cresciam, as empresas mudavam-se para novas zonas. Grandes centros comerciais contendo uma grande variedade de lojas mudaram os padrões de consumo. O número destes centros passou de oito no fim da Segunda Guerra Mundial para 3.840 em 1960. Com facilidades de estacionamento e um horário conveniente à noite, os clientes podiam evitar completamente as compras na cidade. Um subproduto lamentável foi o "esvaziamento" de centros urbanos outrora movimentados.

Novas autoestradas criaram melhor acesso aos subúrbios e às suas lojas. A Lei das Autoestradas de 1956 concedia US$ 26.000 milhões, a maior despesa em obras públicas na história dos Estados Unidos, para a construção de mais de 64.000 quilómetros de autoestradas estaduais de acesso limitado a fim de ligar todo o país.

A televisão também teve um grande impacto nos modelos económicos e sociais. Desenvolvida nos anos 30, só foi amplamente comercializada depois da guerra. Em 1946, o país tinha menos de 17.000 aparelhos de televisão. Três anos mais tarde os consumidores estavam a comprar 250.000 aparelhos por mês e em 1960 três quartos de todas as famílias tinham pelo menos um televisor. Em meados da década, uma família média via televisão quatro a cinco horas por dia. Programas populares para crianças incluíam *Howdy Doody Time* e Clube do Mickey; espectadores mais velhos preferiam comédias de costumes como *I Love Lucy* e *Father Knows Best*. Americanos de todas as idades ficaram expostos a publicidade cada vez mais sofisticada de produtos que se dizia serem necessários para uma vida confortável.

O FAIR DEAL

Fair Deal foi o nome dado ao programa nacional do Presidente Harry Truman. Baseando-se no New Deal de Roosevelt, Truman acreditava que o governo federal devia garantir oportunidades económicas e estabilidade social. Ele esforçou-se por atingir esses fins apesar da oposição feroz de legisladores determinados a reduzirem o papel do governo.

A principal prioridade de Truman no período logo a seguir à guerra era fazer a transição para uma economia de período de paz. Os militares queriam regressar depressa a casa, mas quando chegavam encontravam concorrência na obtenção de alojamento e emprego. O Projeto de Lei G.I., aprovado antes do fim da guerra, ajudou a facilitar a integração dos militares na vida civil concedendo-lhes benefícios como crédito para a compra de casa e financiamento para formação industrial e educação universitária.

Mais preocupante era a agitação no âmbito dos trabalhadores. Quando terminou a produção para a guerra, muitos trabalhadores ficaram sem emprego. Outros queriam aumentos nos salários que consideravam que lhes eram devidos há muito tempo. Em 1946, 4.6 milhões de trabalhadores entraram em greve, mais do que nunca na história americana. Desafiaram as indústrias automóvel, do aço e elétrica. Quando isto se estendeu aos caminhos de ferro e às minas de carvão gordo, Truman interveio para acabar com os excessos dos sindicatos, mas ao fazê-lo afastou muitos trabalhadores.

Ao mesmo tempo que resolvia questões prementes, Truman também formulou uma ampla agenda de ação. Menos de uma semana antes do fim da guerra, ele apresentou ao Congresso um programa de 21 pontos, que previa proteção contra práticas injustas no emprego, um salário mínimo mais elevado, maior subsídio de desemprego e assistência para a habitação. Nos meses seguintes, ele acrescentou propostas de seguro de saúde e legislação sobre energia atómica. Mas esta abordagem dispersa muitas vezes deixou pouco claro quais as prioridades de Truman.

Os Republicanos atacaram rapidamente. Nas eleições para o Congresso em 1946, perguntaram "Já basta?" e os eleitores responderam que sim. Os Republicanos com maioria em ambas as câmaras do Congresso pela primeira vez desde 1928, estavam decididos a inverter o rumo liberal dos anos Roosevelt.

Truman lutou com o Congresso pois este cortou as despesas e reduziu os impostos. Em 1948, candidatou-se à reeleição apesar das sondagens indicarem que tinha poucas possibilidades. Depois de uma campanha vigorosa Truman foi protagonista de uma das maiores reviravoltas na política americana, derrotando o candidato Republicano, Thomas Dewey, governador de Nova Iorque. Fazendo reviver a antiga coligação do New Deal, Truman contou com os votos de operários, agricultores e afro-americanos.

Quando finalmente Truman terminou o seu mandato em 1953, o seu Fair Deal teve resultados díspares. Em julho de 1948 proibiu a discriminação racial nas práticas de recrutamento do governo federal e ordenou o fim da segregação nas forças armadas. O salário mínimo tinha sido aumentado e os programas de segurança social tinham-se expandido. Um programa no domínio da habitação tinha trazido alguns benefícios, mas não satisfez muitas necessidades. Seguro nacional de saúde, medidas de apoio à educação, reforma de subsídios para a agricultura e a sua agenda legislativa dos direitos civis nunca conseguiram passar no Congresso. A continuação da Guerra Fria pelo presidente, em última análise o seu objetivo mais importante, tornou particularmente difícil conseguir apoio para a reforma social perante intensa oposição.

A ABORDAGEM DE EISENHOWER

Quando Dwight Eisenhower sucedeu a Truman como presidente, aceitou o quadro básico de responsabilidade do governo estabelecido pelo New Deal, mas procurou manter programas e despesas. Ele designou a sua abordagem por "conservadorismo dinâmico" ou "republicanismo moderno" que significava, segundo explicou, "conservador quando se trata de dinheiro, liberal quando se trata de seres humanos". Um crítico contrapôs que Eisenhower parecia argumentar que "recomendaria veementemente a construção de muitas grandes escolas… mas não daria o dinheiro".

A primeira prioridade de Eisenhower foi equilibrar o orçamento após anos de défices. Queria cortar as despesas e os impostos para manter o valor do dólar. Os Republicanos estavam dispostos a correr o risco de desemprego para controlarem a inflação. Relutantes em estimular demasiado a economia, viram o país sofrer três recessões económicas nos oito anos de presidência de Eisenhower, mas nenhuma foi muito grave.

Noutras áreas, a administração transferiu o controlo de campos petrolíferos *offshore* do governo federal para o estadual. Também promoveu o desenvolvimento privado de energia elétrica em vez da abordagem pública que os Democratas tinham iniciado. Em geral a sua orientação foi a favor do empresariado.

Em comparação com Truman, Eisenhower tinha um programa nacional modesto. Quando estava a promover um projeto de lei parecia ajustar um pouco o legado do New Deal tal como nos subsídios à agricultura ou nas restrições ligeiras aos sindicatos. A sua falta de inclinação para pressionar por mudanças fundamentais em qualquer sentido estava em conformidade com o espírito dos prósperos anos 50. Foi um dos poucos presidentes que terminou o seu mandato tão popular como quando começou.

A CULTURA DOS ANOS 50

Durante os anos 50, muitos comentadores culturais sublinharam que um sentimento de uniformidade impregnava a sociedade americana. A conformidade, afirmaram, era comum. Embora homens e mulheres tivessem sido forçados a ter novos modelos de emprego durante a Segunda Guerra Mundial, quando a guerra terminou, os papéis tradicionais foram reafirmados. Esperava-se que os homens fossem o sustento da família; as mulheres, mesmo quando trabalhavam, assumiam que o seu lugar apropriado era em casa. No seu livro influente, *The Lonely Crowd*, o sociólogo David Riesman chamou a esta sociedade "dirigida pelo outro", caracterizada pela conformidade mas também pela estabilidade. A televisão, ainda muito limitada quanto às escolhas que dava aos seus espectadores, contribuía para a tendência cultural homogénea proporcionando a jovens e velhos uma experiência comum, refletindo modelos sociais aceites.

Contudo, por baixo desta superfície aparentemente calma, segmentos importantes da sociedade americana fervilhavam de rebelião. Vários escritores, coletivamente conhecidos por "Geração Beat", fizeram tudo para desafiar os padrões de respeitabilidade e chocar o resto da cultura. Realçando a espontaneidade e a espiritualidade, preferiam a intuição à razão, o misticismo oriental à religião.

A obra literária dos "beats" demonstrava a sua sensação de alienação e busca de autorrealização. Jack Kerouac datilografou o seu romance mais vendido *On the Road* em 75 metros de rolo de papel. Sem a pontuação tradicional e estrutura de parágrafo, o livro exaltava as possibilidades da vida livre. O poeta Allen Ginsberg obteve idêntica notoriedade com o seu poema "Howl", uma crítica contundente à civilização moderna, mecanizada. Quando a polícia o acusou de ser obsceno e apreendeu a versão publicada, Ginsberg contestou a decisão com êxito no tribunal.

Músicos e artistas também se rebelaram. O cantor do Tennessee, Elvis Presley, foi o mais bem sucedido de vários artistas brancos que popularizaram um estilo sensual e vibrante de música afro-americana, que começou por ser chamada "rock and roll". Ao princípio escandalizou os americanos da classe média com o seu corte de cabelo à rabo de pato e com as suas ancas ondulantes. Mas dentro de poucos anos os seus espetáculos pareceriam relativamente inofensivos ao lado das extravagâncias de artistas que surgiram depois como os britânicos Rolling Stones. De igual modo, foi nos anos 50 que pintores como Jackson Pollock puseram de lado cavaletes e estenderam enormes telas no chão, depois aplicaram tinta, areia e outros materiais em manchas desenfreadas de cor. Todos estes artistas e escritores, independentemente do meio, forneceram modelos para a revolução mais vasta e profundamente sentida dos anos 60.

ORIGENS DO MOVIMENTO DOS DIREITOS CIVIS

Os afro-americanos tornaram-se cada vez mais agitados nos anos que se seguiram à guerra. Durante a guerra tinham contestado a discriminação no serviço militar e no trabalho e tinham obtido ganhos limitados. Milhões de afro-americanos tinham trocado quintas no Sul por cidades no Norte onde esperavam encontrar empregos melhores. Em vez disso encontraram bairros de lata densamente povoados. Ora, os soldados afro-americanos regressaram a casa, muitos com a intenção de rejeitarem uma cidadania de segunda classe.

Jackie Robinson dramatizou a questão racial em 1947 quando quebrou a barreira da cor no basebol e começou a jogar nas principais ligas. Membro dos Brooklyn Dodgers, enfrentou muitas vezes problemas com os adversários e colegas de equipa também. Mas uma primeira época extraordinária levou à sua aceitação e abriu caminho para outros jogadores afro-americanos, que deixaram as ligas negras onde tinham estado confinados.

Altos responsáveis do governo e muitos outros americanos descobriram a ligação entre os problemas raciais e a política da Guerra Fria. Como líder de um mundo livre os Estados Unidos procuraram o apoio da África e da Ásia. A discriminação no país prejudicava o esforço de conseguir amigos noutras partes do mundo.

Harry Truman apoiou o primeiro movimento dos direitos civis. Ele acreditava pessoalmente na igualdade política apesar de não acreditar na igualdade social e reconheceu a importância crescente do voto urbano afro-americano. Quando informado em 1946 sobre uma série de linchamentos e violência contra os negros no Sul, nomeou um comité de direitos civis para investigar a discriminação. O seu relatório, "*Para Garantir estes Direitos*", publicado no ano seguinte, documentou a condição de cidadãos de segunda classe dos afro-americanos e recomendou inúmeras medidas federais para proteger estes direitos garantidos a todos os cidadãos.

Truman reagiu enviando um programa de direitos civis com 10 pontos ao Congresso. Os Democratas sulistas no Congresso conseguiram bloquear a promulgação. Alguns dos mais furiosos, chefiados pelo Governador Strom Thurmond da Carolina do Sul, formaram um Partido dos Direitos dos Estados para se opor ao presidente em 1948. Em consequência disso Truman emitiu um despacho proibindo a discriminação no emprego federal, ordenou tratamento igual nas forças armadas e nomeou um comité para trabalhar no sentido de pôr termo à segregação militar, que tinha praticamente terminado durante a Guerra da Coreia.

Os afro-americanos no Sul nos anos 50 ainda tinham poucos direitos civis e políticos, se tivessem. Em geral, não podiam votar. Os que

tentaram recensear-se enfrentaram a possibilidade de espancamentos, perda de emprego, perda de crédito ou expulsão das suas terras. Ainda ocorriam linchamentos ocasionais. As leis de Jim Crow obrigavam à segregação de raças nos transportes públicos, comboios, hotéis, restaurantes, hospitais, estruturas recreativas e no emprego.

DESSEGREGAÇÃO

A Associação Nacional para o Progresso dos Povos de Cor (NAACP) comandou os esforços para derrubar a doutrina judicial, estabelecida no caso *Plessy v. Ferguson* no Supremo Tribunal em 1896, de que a segregação entre estudantes afro-americanos e brancos era constitucional se as suas instalações fossem "separadas mas iguais". Essa sentença tinha sido usada durante décadas para justificar a separação rígida em todos os aspectos da vida no Sul, onde as instalações raramente ou nunca eram iguais.

Os afro-americanos atingiram o seu objetivo de derrotar *Plessy* em 1954 quando o Supremo Tribunal – presidido pelo Juiz Earl Warren designado por Truman – proferiu a sua sentença *Brown v. Board of Education*. O tribunal declarou por unanimidade que "instalações separadas são desiguais em si" e decretou que a doutrina "separadas mas iguais" já não podia ser empregue nas escolas públicas. Um ano mais tarde, o Supremo Tribunal exigiu que as direções das escolas locais avançassem "rapidamente" na implementação da decisão.

Eisenhower, embora sensível às necessidades do Sul que enfrentava uma transição importante, agiu de modo a ver se a lei era mantida perante uma grande resistência da maior parte do Sul. Enfrentou uma crise importante em Little Rock, Arkansas, em 1957, quando o Governador Orval Faubus tentou bloquear um plano de dessegregação para a admissão de nove estudantes negros na Escola Secundária Central da cidade, previamente uma escola de brancos. Depois de negociações inúteis, o presidente enviou tropas federais para Little Rock para fazerem cumprir o plano.

O Governador Faubus respondeu ordenando às escolas de Little Rock que ficassem fechadas durante o ano letivo 1958-59. Contudo, um tribunal federal ordenou a sua reabertura no ano seguinte. Fizeram isso numa atmosfera tensa com um pequeno número de alunos afro-americanos. Assim, a dessegregação nas escolas prosseguiu a um ritmo lento e incerto em grande parte do Sul.

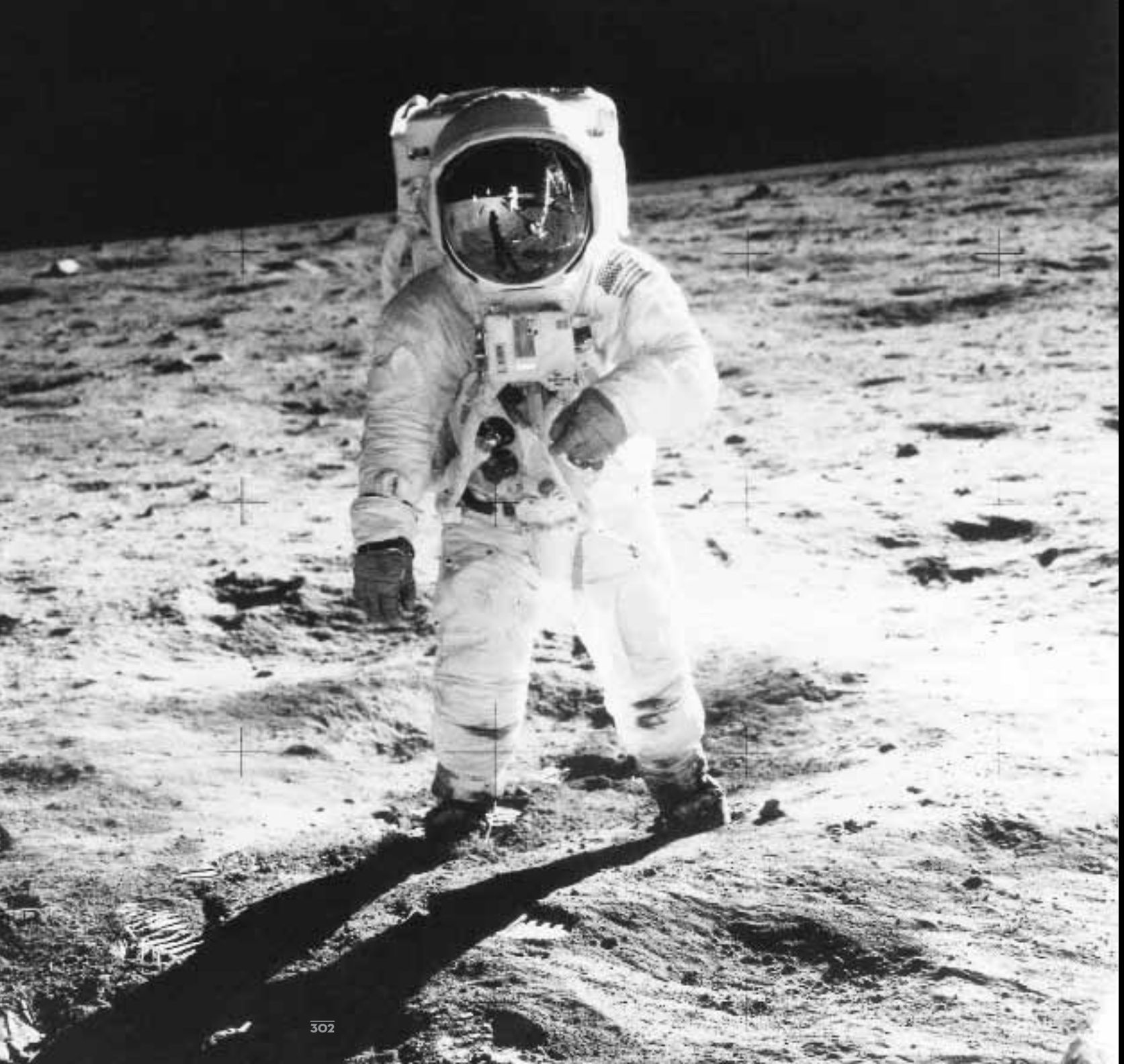
Outro marco no movimento dos direitos civis ocorreu em 1955 em Montgomery, Alabama. Rosa Parks, uma costureira afro-americana de 42 anos que também era secretária da dependência estadual do NAACP, sentou-se na parte da frente dum autocarro, numa secção reservada pela lei e pelos costumes para os brancos. Mandada mudar-se para a parte de trás, ela recusou. A polícia veio e prendeu-a por violar

as normas da segregação. Os líderes afro-americanos, que tinham estado à espera de um caso destes, organizaram um boicote aos autocarros.

Martin Luther King Jr., um jovem pastor da igreja Batista onde se reuniam os afro-americanos, tornou-se porta-voz do protesto. "Virá um dia", disse ele, "em que as pessoas ficarão cansadas… de serem chutadas pelos pés brutais da opressão". King foi preso, tal como seria vezes sem conta; uma bomba danificou a fachada da sua casa. Mas os afro-americanos em Montgomery mantiveram o boicote. Cerca de um ano depois, o Supremo Tribunal afirmou que a segregação nos autocarros, tal como a segregação nas escolas, era inconstitucional. O boicote terminou. O movimento dos direitos civis tinha alcançado uma importante vitória e descoberto o seu líder mais influente, sério e eloquente em Martin Luther King Jr.

Os afro-americanos também procuraram garantir os seus direitos de voto. Apesar da 15ª Emenda à Constituição dos EUA garantir o direito de voto, muitos estados tinham encontrado formas de contornar a lei. Os estados impunham uma taxa de voto ("cabeça") ou teste de literacia, normalmente muito mais rigoroso para os afro-americanos, para evitar que os afro-americanos pobres e com pouca instrução votassem. Eisenhower, a trabalhar com o líder da maioria no Senado, Lyndon B. Johnson, deu o seu apoio ao esforço do Congresso para garantir o voto. A Lei dos Direitos Civis de 1957, a primeira medida do género em 82 anos, deu um passo em frente, pois autorizava uma intervenção federal nos casos em que não fosse permitido votar aos afro-americanos. Contudo permaneceram lacunas e por isso os ativistas insistiram com êxito na Lei dos Direitos Civis de 1960 que previa penas mais duras por interferência na votação, mas que não autorizava os funcionários federais a recensear afro-americanos.

Contando com os esforços dos próprios afro-americanos, o movimento dos direitos civis ganhou dinâmica nos anos que se seguiram à guerra. Trabalhando através do Supremo Tribunal e do Congresso, os ativistas dos direitos civis tinham criado as condições para uma revolução dramática mas pacífica nas relações raciais americanas nos anos 60.



CAPÍTULO

13

DÉCADAS DE MUDANÇA: 1960-1980

Piloto do módulo, Edwin Aldrin Jr., na lua, 20 de julho de 1969.

"Eu tenho um sonho de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, filhos de ex-escravos e filhos dos seus antigos senhores poderão sentar-se juntos à mesa da fraternidade".

Martin Luther King Jr., 1963

Nos anos 60, os Estados Unidos estavam à beira de uma importante mudança social. A sociedade americana tinha sido sempre mais aberta e fluida do que a dos outros países na maior parte do resto do mundo. Contudo, tinha sido dominada principalmente por homens brancos, de famílias antigas. Durante os anos 60, grupos que tinham estado dominados ou subordinados começaram a fazer valer os seus direitos vigorosamente e com sucesso: afro-americanos, índios americanos, mulheres, descendentes étnicos brancos da "nova imigração" e latinos. Grande parte do apoio que receberam veio de uma população jovem maior do que nunca, que frequentava o ensino superior e que aumentava a um ritmo nunca visto. Optando com frequência por estilos de vida "contracultura" e políticas radicais, muitos dos descendentes da geração da Segunda Guerra Mundial surgiram como defensores de uma nova América, caracterizada por um pluralismo cultural e étnico, que os seus pais muitas vezes encaravam com constrangimento.

O MOVIMENTO DE DIREITOS CIVIS 1960-1980

A luta dos americanos negros pela igualdade atingiu seu ponto culminante em meados da década de 1960. Após seguidas vitórias nos anos 50, os negros ficaram ainda mais determinados a manter uma ação direta não violenta. Grupos como a Conferência da Liderança Cristã do Sul (SCLC), integrada pelo clero negro, e a Comissão de Coordenação dos Movimentos Estudantis Não Violentos (SNCC), integrado por ativistas jovens, buscavam a reforma usando métodos de confronto pacífico.

Em 1960, universitários afro-americanos sentaram-se num balcão segregacionista das lojas Woolworth, na Carolina do Norte e recusaram-se a sair. Seu protesto chamou a atenção da mídia e provocou manifestações semilares em todo o Sul. No ano seguinte, defensores dos direitos civis organizaram "viagens da liberdade", em que brancos e afro-americanos seguiam de autocarro para terminais rodoviários segregados no Sul, para que eventuais confrontos pudessem galvanizar a atenção da imprensa e provocar mudanças.

Também organizaram comícios, o maior dos quais foi a "Marcha para Washington" em 1963. Mais de 200.000 pessoas se reuniram na capital do país para demonstrar seu compromisso com a igualdade para todos. O clímax de um dia de cânticos e discursos veio com o discurso de Martin Luther King Jr., que emergeu como o principal porta-voz dos defensores dos direitos civis. "Tenho um sonho de que um dia, nas colinas vermelhas da Geórgia, filhos de ex-escravos e filhos dos seus antigos senhores poderão sentar-se juntos à mesa da fraternidade" proclamou. Cada vez que ele repetia o refrão "Eu tenho um sonho", a multidão exultava.

O nível de progressos alcançados inicialmente não estava de acordo com a retórica do movimento de defesa dos direitos civis. Ao princípio o Presidente Kennedy mostrou-se relutante em pressionar os sulistas brancos para apoiarem a campanha dos direitos civis porque precisava dos seus votos para outras questões. Os eventos, causados pelos próprios americanos, forçaram-no a agir. Quando foi recusada a James Meredith a sua admissão na Universidade de Mississípi em 1962 por causa da sua raça, Kennedy enviou tropas federais para que a lei fosse cumprida. Depois de os protestos em prol da dessegregação em Birmingham, Alabama, terem provocado uma reação violenta da polícia, ele enviou ao Congresso um novo projeto de lei tornando obrigatória a integração de lugares públicos. Contudo, nem mesmo a marcha sobre Washington conseguiu que a proposta fosse aprovada por um comité do Congresso aonde se encontrava ainda na gaveta quando Kennedy foi assassinado em 1963.

O Presidente Lyndon B. Johnson teve mais êxito. Recorrendo às suas capacidades de negociação que tinha utilizado com tanta frequên-

cia, durante anos, como líder da maioria no Senado, Johnson convenceu o Senado a limitar as táticas dilatórias para evitar uma votação final sobre a extensa Lei dos Direitos Civis de 1964, que declarava ilegal a discriminação em todos os espaços públicos. No ano seguinte, a Lei do Direito de Voto de 1965 autorizou o governo federal a recensear eleitores onde os funcionários locais tinham impedido os afro-americanos de o fazer. Em 1968 um milhão de afro-americanos tinham sido recenseados no Sul profundo. Por todo o país o número de eleitos afro-americanos aumentou substancialmente. Em 1968, o Congresso aprovou legislação proibindo a discriminação na habitação.

Contudo, uma vez lançada, a revolução dos direitos civis produziu líderes impacientes tanto com o ritmo da mudança como com o objetivo de direcionar os afro-americanos principalmente para a sociedade branca. Malcolm X, um ativista eloquente, foi a figura mais proeminente em defesa da separação dos afro-americanos da raça branca. Stokely Carmichael, um líder estudantil, ficou também desiludido com as ideias de não violência e de cooperação inter-racial. Ele tornou popular o slogan "black power" (poder para os negros) a ser obtido por "todos os meios necessários", nas palavras de Malcolm X.

A violência acompanhou os apelos militantes de reforma. Rebentaram tumultos em várias grandes cidades em 1966 e 1967. Na primavera de 1968, Martin Luther King Jr. foi morto por uma bala assassina. Vários meses depois, o Senador Robert Kennedy, defensor dos desfavorecidos, opositor à guerra do Vietname e irmão do presidente assassinado, teve o mesmo destino. Para muitos, estes dois assassinatos assinalaram o fim de uma era de inocência e idealismo. A militância crescente da esquerda, juntamente com a reação inevitável do conservadorismo, criou uma fissura no espírito da nação que levou anos a sarar.

Contudo, nessa altura, o movimento dos direitos civis apoiado por decisões do tribunal, leis do Congresso e normas administrativas federais tinha-se entrançado de forma irreversível no tecido da vida americana. As questões mais importantes diziam respeito à implementação da igualdade e do acesso e não à legalidade da segregação ou à privação dos direitos civis. Os argumentos dos anos 70 e seguintes referiam-se a questões tais como levar as crianças para fora dos seus bairros de modo a conseguir um equilíbrio racial nas escolas metropolitanas ou o emprego de "ação afirmativa". Estas políticas e estes programas foram considerados por alguns como medidas ativas para garantir oportunidades iguais, tanto na educação como no emprego, e por outros como discriminação inversa.

Os tribunais procuraram encontrar soluções para esses problemas com decisões que eram muitas vezes contraditórias. Entretanto, a marcha firme dos afro-americanos para as fileiras da classe média e para os

subúrbios, outrora maioritariamente brancos, refletiu serenamente uma profunda mudança demográfica.

O MOVIMENTO DAS MULHERES

Durante os anos 50 e 60, verificou-se o ingresso de um número crescente de mulheres casadas na força de trabalho. Mas, em 1963 uma trabalhadora ganhava, em média, apenas 63% do salário de um homem. Naquele ano, a autora Betty Friedan publicou "A Mística Feminina", crítica contundente dos padrões da classe média que, segundo Friedan, articulou uma sensação difusa de descontentamento nas mulheres. Mostrando que as mulheres não tinham muitas vezes outro canal de expressão senão o de encontrar um marido e criar filhos", o livro estimulou suas leitoras a buscar novas identidades pessoais e profissionais, ao invés de deixar que as mesmas fossem definidas externamente por uma sociedade dominada pelo homem.

O movimento feminista dos anos 60 e 70 inspirou-se no movimento dos direitos civis. Era constituído sobretudo por membros da classe média e assim partilhava do espírito rebelde que afetou muitos jovens da classe média nos anos 60.

A legislação da reforma também criou as condições para a mudança. Durante os debates em 1964 sobre o projeto de lei dos direitos civis, os opositores contavam derrotar totalmente essa medida propondo uma emenda que tornava ilegal a discriminação com base no género e na raça. Primeiro a emenda e depois o próprio projeto de lei foram aprovados dando às mulheres um mecanismo jurídico valioso.

Em 1966, 28 mulheres profissionais, incluindo Friedan, criaram a Organização Nacional das Mulheres (NOW) "para tomar medidas de modo a fazer com que as mulheres americanas participem plenamente nos aspectos principais da sociedade americana agora". Embora a NOW e organizações feministas semelhantes se gabem de um número elevado de membros atualmente, possivelmente atingiram a sua maior influência no início dos anos 70, uma altura em que a jornalista Gloria Steinem e várias outras mulheres fundaram a revista *Ms*. Também estimularam a formação de grupos antifeministas, muitas vezes chefiados por mulheres, incluindo nomeadamente a ativista política Phyllis Schlafly. Esses grupos normalmente defendiam papéis mais "tradicionais" e opunham-se à emenda constitucional proposta "Direitos Iguais".

Aprovada pelo congresso em 1972, a emenda declarava em parte que "A igualdade de direitos nos termos da lei não deve ser recusada ou limitada pelos Estados Unidos ou por qualquer estado devido ao sexo". Nos anos seguintes, 35 dos 38 estados necessários ratificaram-na. Os tribunais também tomaram medidas para alargar os direitos das mulheres. Em 1973, o Supremo Tribunal no caso *Roe v. Wade* confirmou o

direito das mulheres de fazerem um aborto durante os primeiros meses da gravidez, o que foi considerado como uma vitória importante para o movimento feminista, mas *Roe* também promoveu o crescimento de um movimento contra o aborto.

Na segunda metade da década de 1970, contudo, o movimento das mulheres estagnou-se. Não conseguiu estender seu apelo para além da classe média. Surgiram divergências entre feministas moderadas e radicais. Grupos conservadores montaram uma campanha contra a Emenda dos Direitos Iguais, que morreu em 1982, sem ter conseguido a aprovação dos 38 estados necessários à ratificação.

O MOVIMENTO LATINO

Na América pós-II Guerra Mundial, grupos de fala espanhola também tiveram de enfrentar a discriminação. Vindos de Cuba, Porto Rico, México e América Central, empregavam-se frequentemente como trabalhadores sem qualificação, e não falavam inglês. Alguns eram trabalhadores agrícolas e, às vezes, sofriam cruel exploração durante a colheita; outros gravitaram para as cidades onde, como os imigrantes que os antecederam, enfrentavam sérias dificuldades para conseguir melhorar de vida.

Os chicanos, ou americanos de origem mexicana, mobilizaram-se em organizações como a radical Associação Nacional México-Americana, a qual só passou, contudo, a adotar uma atitude de confronto no decorrer da década de 1960. Esperançoso de que o programa antipobreza de Lyndon Johnson fosse aumentar as suas oportunidades, acabaram descobrindo que a burocracia era pouco sensível a grupos menos aguerridos. A experiência dos ativistas negros, em especial, mostrou aos hispânicos a importância das pressões políticas numa sociedade pluralista.

A Lei Nacional de Relações de Trabalho, de 1935, havia negado aos trabalhadores agrícolas a garantia do direito de organizar-se e negociar em grupo. Mas César Chávez, fundador da União Hispânica dos Trabalhadores na Agricultura, predominantemente latina, demonstrou a eficácia da ação direta para obter o reconhecimento do seu sindicato. Os cultivadores de uvas da Califórnia concordaram em negociar com o sindicato após Chávez liderar um boicote nacional feito pelos consumidores. Boicotes semelhantes, como o da alface e outros produtos, também foram bem sucedidos. Embora os interesses empresariais agrícolas tenham continuado a criar obstáculos para a organização de Chávez, a esta altura já estava garantido a fundação legal para que esses trabalhadores pudessem organizar-se e lutar por melhores salários e condições de trabalho.

Os hispânicos também se tornaram politicamente ativos. Em 1961, Henry B. González foi eleito deputado pelo Texas. Três anos mais tarde, Elizo ("Kika") de la Garza, outro texano, seguiu seus passos, e Joseph Montoya, do Novo México, foi eleito para o Senado. Tanto Gonzalez quanto de la Garza assumiram depois cargos poderosos como presidentes de comissões na Câmara dos Representantes. Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma aceleração no ritmo de envolvimento político dos hispânicos. Vários hispânicos proemimentes já trabalharam nos gabinetes de Bill Clinton e George W. Bush.

O MOVIMENTO DOS AMERICANOS NATIVOS

Nos anos 1950, os americanos nativos foram submetidos a uma política governamental que os transferia das reservas para as cidades, a fim de que pudessem assimilar-se no conjunto da sociedade americana. Eles não perderam somente suas terras; muitos dos índios desenraizados tiveram dificuldade em ajustar-se à vida urbana. Em 1961, quando essa política foi suspensa, a Comissão dos Estados Unidos para os Direitos Civis constatou que, para os índios, "era comum a situação de pobreza e privação".

Nas décadas de 1960 e 1970, ao verificarem o fortalecimento do sentido nacionalista no Terceiro Mundo e os avanços feitos pelo movimento de direitos civis, os americanos nativos se tornaram mais agressivos na luta pelos seus próprios direitos. Toda uma nova geração de líderes se dispôs a recorrer aos tribunais para proteger o que restava das terras tribais ou para recuperar o que lhes havia sido tomado anteriormente, muitas vezes de forma ilegal. Num estado após outro, esses líderes impugnaram as violações aos tratados e, em 1967, obtiveram a primeira de uma série de vitórias que lhes garantiriam os direitos, há muito negados, sobre a terra e a água. O Movimento do Índio Americano (AIM), fundado em 1968, ajudou a canalizar recursos públicos para organizações indígenas, bem como prestou assistência aos índios que viviam nas cidades.

Os confrontos se tornaram comuns. Em 1969, 78 americanos nativos tomaram a Ilha de Alcatraz, na Baía de São Francisco, e lá permaneceram até serem retirados em 1971, por policiais federais. Em 1973 AIM ocupou a aldeia de Wounded Knee no Dakota do Sul, onde soldados em finais do século XIX tinham massacrado um acampamento Sioux. Os militantes esperavam dramatizar a pobreza e o alcoolismo na reserva à volta da vila. O episódio terminou depois de um índio ter sido morto e outro ferido, com um acordo do governo de analisar de novo os direitos no âmbito do tratado.

Ainda assim, o ativismo dos indígenas produziu seus resultados. Outros americanos tomaram consciência das necessidades dos povos nativos. Funcionários em todas as áreas do governo tiveram de responder à pressão por um tratamento igualitário, direito devido há muito tempo. O primeiro representante

dos americanos nativos no Senado, Ben Nighthorse Campbell, do Estado do Colorado, foi eleito em 1992.

A CONTRACULTURA

A agitação em torno da igualdade de oportunidades provocou outras formas de convulsão. Os jovens, em particular, rejeitavam os padrões estáveis de classe média criados por seus pais no pós-guerra. Alguns mergulharam na atuação política radical; a maioria adotou novos estilos de vestir e de comportamento sexual.

Os sinais visíveis da contracultura impregnaram a sociedade americana no final dos anos 60 e princípio dos anos 70. Os cabelos ficaram mais compridos e as barbas, mais comuns. As calças jeans e camisetas substituíram calças compridas, paletós e gravatas. Aumentou o uso das drogas, a que muitos recorriam na tentativa de libertar sua mente de restrições impostas no passado. O rock and roll cresceu, proliferou e se transformou numa série de variações musicais. Os Beatles, Rolling Stones e outros grupos britânicos tomaram conta do país. Aumentou a popularidade do "rock pesado", e tornaram-se populares as músicas com mensagem política ou social, como as do cantor e compositor Bob Dylan. A contracultura jovem atingiu seu apogeu em agosto de 1969, por ocasião de um festival de música de 3 dias de duração, realizado em Woodstock, área rural do Estado de Nova Iorque, ao qual estiveram presentes quase meio milhão de pessoas. O festival, transformado em mito por filmes e discos, emprestou seu nome àquela era – a Geração Woodstock.

Uma manifestação semelhante da nova sensibilidade dos jovens foi a ascensão da Nova Esquerda, um grupo de jovens radicais universitários. Os Novos Esquerdistas, que tinham relações estreitas com os seus homólogos na Europa Ocidental, eram, em muitos casos, filhos da geração mais velha de radicais. No entanto, rejeitaram a retórica marxista ao estilo antigo. Em vez disso, retrataram os estudantes universitários como sendo eles próprios uma classe oprimida, detentora de conhecimentos especiais da luta de outros grupos oprimidos na sociedade americana.

Os Novos Esquerdistas participaram no movimento dos direitos civis e na luta contra a pobreza. O seu maior sucesso – e único caso em que conseguiram muitos adeptos – foi a oposição à Guerra do Vietname, uma questão de interesse emocional para os seus contemporâneos em idade de recrutamento militar. Em finais dos anos 70, a Nova Esquerda estudantil desapareceu mas muitos dos seus ativistas conseguiram integrar-se na política.

AMBIENTALISMO

A energia e a sensibilidade que alimentaram o movimento dos direitos civis, a contracultura e a Nova Esquerda também incentivaram um movimento ambientalista em meados dos anos 60. Muitos foram despertados pela publicação em 1962 do livro de Rachel Carson ""Silent Spring" (Primavera Silenciosa), que afirmava que pesticidas químicos, nomeadamente DDT, causavam cancro entre outros males. A preocupação do público com o ambiente continuou a aumentar durante os anos 60 uma vez que muitos tomaram consciência dos poluentes que os rodeavam – emissões de automóveis, desperdícios industriais, derrame de petróleo – que ameaçavam a sua saúde e a beleza do seu meio ambiente. A 22 de abril de 1970, escolas e comunidades nos Estados Unidos celebraram o Dia da Terra pela primeira vez. "Palestras" informaram os americanos sobre os perigos da poluição do ambiente.

Poucos negaram que a poluição era um problema, mas propuseram soluções que implicavam despesas e contratempos. Muitos acreditavam que estas reduziriam o crescimento económico do qual dependia o nível de vida de muitos americanos. No entanto, em 1970 o Congresso emendou a Lei do Ar Puro de 1967 para desenvolver critérios nacionais uniformes sobre a qualidade do ar. Também promulgou a Lei de Melhoria da Qualidade da Água, que atribuía ao poluente a responsabilidade de limpar os derrames de petróleo no mar. Também em 1970 foi criada a Agência de Proteção do Ambiente (EPA) como uma agência federal independente para liderar os esforços visando controlar os abusos. Durante as três décadas seguintes, a EPA, reforçada por legislação que aumentava os seus poderes, tornou-se uma das agências mais ativas no governo, publicando regras vigorosas sobre a qualidade do ar e da água.

KENNEDY E O RESSURGIMENTO DO GRANDE LIBERALISMO DO GOVERNO

Por volta de 1960, o governo tinha-se tornado uma força cada vez mais poderosa nas vidas das pessoas. Durante a Grande Depressão dos anos 30, foram criadas novas agências executivas para tratarem de muitos aspectos da vida americana. Durante a Segunda Grande Guerra, o número de civis empregados pelo governo federal aumentou para 3.8 milhões, depois estabilizou-se em 2.5 milhões nos anos 50. As despesas federais, que foram de US$ 3.100 milhões em 1929, aumentaram para US$ 75.000 milhões em 1953 e passaram para US$ 150.000 milhões nos anos 60.

A maioria dos americanos aceitava o papel alargado do governo, mesmo quando discordava de até que ponto devia continuar essa expansão. Os Democratas geralmente queriam que o governo garantisse crescimento e estabilidade. Queriam alargar as regalias federais à educação, saúde e previdência social. Muitos Republicanos aceitaram um nível

de responsabilidade do governo, mas esperavam exceder as despesas e restaurar uma maior iniciativa individual. A eleição de 1960 revelou um país quase igualmente dividido entre estas divisões.

John F. Kennedy, o vencedor Democrata por uma margem estreita, aos 43 anos era o candidato mais jovem de sempre a aceder à presidência. Na televisão, numa série de debates com o seu adversário Richard Nixon, ele pareceu capaz, eloquente e enérgico. Na campanha falou de avançar agressivamente para uma nova década, porque "a Nova Fronteira está aqui quer queiramos quer não". No seu primeiro discurso de tomada de posse, ele terminou com um apelo eloquente: "Não perguntem o que o vosso país pode fazer por vocês; perguntem o que podem fazer pelo vosso país". Durante a sua breve presidência, a combinação especial de Kennedy de graça, perspicácia e estilo – muito mais do que a sua agenda legislativa – sustentaram a sua popularidade e influenciaram gerações futuras de políticos.

Kennedy queria exercer uma liderança forte para alargar os benefícios económicos a todos os cidadãos mas a estreitíssima margem de vitória limitou o seu mandato. Apesar dos Democratas controlarem ambas as câmaras do Congresso, os Democratas conservadores do Sul muitas vezes ficaram do lado dos Republicanos em questões que envolviam o âmbito da intervenção do governo na economia. Resistiram ao plano para aumentar a ajuda federal à educação, conceder um seguro de saúde aos idosos e criar um novo Departamento de Assuntos Urbanos. E assim, apesar da sua retórica sublime, as políticas de Kennedy foram muitas vezes limitadas e reprimidas.

Uma prioridade era acabar com a recessão em curso quando Kennedy tomou posse e restaurar o crescimento económico. Mas Kennedy perdeu a confiança dos principais empresários em 1962 quando conseguiu reduzir o que a administração considerava um aumento de preço excessivo na indústria do aço. Apesar do presidente ter realizado este objetivo imediato, afastou uma importante fonte de apoio. Convencido pelos seus conselheiros económicos de que uma grande redução nos impostos estimularia a economia, Kennedy apoiou um projeto de lei que previa isso. No entanto, a oposição conservadora no Congresso parecia destruir qualquer esperança de promulgar o projeto de lei que a maioria dos congressistas pensava que iria aumentar o défice orçamental.

O historial legislativo da administração Kennedy, em geral, foi fraco. O presidente fez alguns gestos dirigidos aos líderes dos direitos civis, mas não adotou os objetivos do movimento dos direitos civis até que demonstrações lideradas por Martin Luther King Jr. o obrigaram a isso em 1963. Tal como Truman antes dele, não conseguia garantir a aprovação pelo Congresso de ajuda

federal para o ensino público nem para um programa de saúde para os idosos. Obteve apenas um aumento modesto no salário mínimo. No entanto, conseguiu financiamento para um programa espacial e criou o Corpo da Paz para enviar homens e mulheres para o estrangeiro a fim de ajudarem os países em desenvolvimento a satisfazerem as suas próprias necessidades.

KENNEDY E A GUERRA FRIA

O Presidente Kennedy tomou posse prometendo continuar vigorosamente com a Guerra Fria, mas também esperava um compromisso e mostrava-se relutante em envolver o poderio americano. Durante o primeiro ano e meio do seu mandato, rejeitou a intervenção americana depois da invasão de exilados cubanos, guiados pela CIA, à Baía dos Porcos ter falhado, cedeu o país asiático sem litoral, Laos, ao controlo comunista e concordou com a construção do Muro de Berlim. As decisões de Kennedy reforçaram as impressões de fraqueza que o primeiro-ministro soviético Nikita Khrushchev tinha formado no seu único encontro pessoal, uma cimeira em Viena em junho de 1961.

Foi neste cenário que Kennedy enfrentou o evento mais grave da Guerra Fira, a crise dos mísseis de Cuba.

No outono de 1962, a administração ficou a saber que a União Soviética estava a instalar secretamente mísseis nucleares em Cuba. Depois de analisar várias opções, Kennedy optou por um bloqueio para impedir que navios soviéticos levassem mais material para Cuba. Pediu publicamente que os soviéticos retirassem as armas e avisou que um ataque a partir dessa ilha implicaria uma retaliação contra a URSS. Após vários dias de tensão, durante os quais o mundo esteve mais perto do que nunca de uma guerra nuclear, os soviéticos concordaram em retirar os mísseis. Críticos disseram que Kennedy tinha corrido o risco de um desastre nuclear quando uma diplomacia discreta podia ter sido eficaz. Mas a maioria dos americanos e do mundo não comunista aplaudiram a sua firmeza. A crise dos mísseis tornou-o pela primeira vez o líder reconhecido do ocidente democrata.

Em retrospectiva, a crise dos mísseis de Cuba marcou um momento decisivo nas relações entre os EUA e a União Soviética. Ambos os lados viram a necessidade de neutralizar tensões que podiam levar a um conflito militar direto. No ano seguinte, os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha assinaram um histórico Tratado de Interdição Parcial de Ensaios proibindo ensaios com armas nucleares na atmosfera.

A Indochina (Vietname, Laos, Camboja), uma possessão francesa antes da Segunda Guerra Mundial, era outro campo de batalha da Guerra Fria. O esforço francês

para reafirmar o controlo colonial tinha a oposição de Ho Chi Minh, um comunista vietnamita, cujo movimento Viet Minh se envolveu numa guerra de guerrilha com o exército francês.

Tanto Truman como Eisenhower, ansiosos por manter o apoio francês à política de contenção na Europa, deram ajuda económica à França que libertou recursos para a luta no Vietname. Mas os franceses sofreram uma pesada derrota em Dien Bien Phu em maio de 1954. Numa conferência internacional em Genebra, foi dada a independência ao Laos e ao Camboja. O Vietname encontrava-se dividido com Ho no poder a norte e Ngo Dinh Diem, um católico anti comunista numa população maioritariamente budista, a chefiar o governo a sul. Deviam ser realizadas eleições dois anos mais tarde para unificar o país. Convencido de que a queda do Vietname conduziria à queda da Birmânia, Tailândia e Indonésia, Eisenhower apoiou a recusa de Diem de realizar eleições em 1956 e estabeleceu o Vietname do Sul como um estado cliente da América.

Kennedy aumentou a ajuda e enviou um pequeno número de conselheiros militares, mas continuava uma nova guerrilha entre o norte e o sul. A impopularidade de Diem aumentou e a situação militar piorou. Em finais de 1963, Kennedy concordou secretamente com um golpe de estado. Para surpresa do presidente, Diem e o seu poderoso cunhado, Ngo Dien Nu, foram mortos. Foi nesta conjuntura incerta é que a presidência de Kennedy terminou três semanas mais tarde.

O PROGRAMA ESPACIAL

Durante o segundo mandato de Einsenhower, o espaço tornou-se uma arena para a competição americano-soviética. Em 1957, a União Soviética lançou Sputnik, um satélite artificial, demonstrando assim que podia construir foguetões mais poderosos do que os Estados Unidos. Os Estados Unidos lançaram o seu primeiro satélite Explorer I, em 1958. Mas três meses depois de Kennedy se tornar presidente, a URSS colocou o primeiro homem em órbita. Kennedy respondeu comprometendo-se a pôr um homem na lua e trazê-lo de volta "antes do fim desta década". Com o Projeto Mercúrio em 1962, John Glenn tornou-se o primeiro astronauta americano a orbitar à volta da terra.

Depois da morte de Kennedy, o President Lyndon Johnson apoiou entusiasticamente o programa espacial. Em meados dos anos 60, cientistas americanos desenvolveram a nave espacial para duas pessoas, Gemini. Gemini foi a primeira em vários aspectos, incluindo uma missão de oito dias em agosto de 1965, o mais longo voo espacial nessa época, e em novembro, a primeira reentrada na atmosfera da terra controlada automaticamente. Gemini também efetuou a primeira ligação de duas naves espaciais tripuladas em voo, bem como os primeiros passos dos EUA no espaço.

A nave espacial Apollo com três tripulantes realizou o objetivo de Kennedy e demonstrou ao mundo que os Estados Unidos tinham ultrapassado as capacidades soviéticas no espaço. A 20 de julho de 1969, com centenas de milhares de espectadores de televisão a ver no mundo inteiro, Neil Armstrong tornou-se o primeiro ser humano a andar na lua.

Seguiram-se outros voos Apollo, mas muitos americanos começaram a questionar o valor de voos espaciais tripulados. No início dos anos 70, como outras prioridades se tornaram mais prementes, os Estados Unidos reduziram o programa espacial. Algumas missões Apollo foram descartadas; apenas uma das duas estações espaciais Skylab propostas foi construída.

MORTE DE UM PRESIDENTE

John Kennedy ganhou prestígio mundial devido à forma como geriu a crise dos mísseis de Cuba e granjeou grande popularidade no país. Muitos acreditam que teria ganho a reeleição facilmente em 1964. Mas a 22 de novembro de 1963, foi assinado quando se deslocava num descapotável durante uma visita a Dallas, Texas. A sua morte, amplificada pela cobertura televisiva, foi um evento traumático tal como fora a de Roosevelt 18 anos antes.

Em retrospectiva, é evidente que a reputação de Kennedy advém mais do seu estilo e dos ideais afirmados de forma eloquente do que da implementação das suas políticas. Ele tinha traçado uma agenda impressionante, mas quando morreu muito continuava bloqueado no Congresso. Foi principalmente devido à habilidade política e às vitórias legislativas do seu sucessor é que Kennedy seria visto como uma força para uma mudança progressiva.

LYNDON JOHNSON E A GRANDE SOCIEDADE

Lyndon Johnson, um texano que tinha sido líder da maioria no Senado antes de se tornar Vice-Presidente de Kennedy, era um político autoritário. Tinha experiência no Congresso, onde desenvolveu uma habilidade extraordinária para fazer com que as coisas se concretizassem. Era excelente a suplicar, lisonjear ou ameaçar conforme necessário para atingir os seus fins. O seu idealismo liberal era provavelmente mais profundo do que o de Kennedy. Como presidente, queria usar o seu poder agressivamente para eliminar a pobreza e alargar os benefícios da prosperidade a todos.

Johnson tomou posse determinado a garantir a aprovação da agenda legislativa de Kennedy. As suas prioridades imediatas eram os projetos de lei do seu antecessor para reduzir os impostos e garantir os direitos civis. Recorrendo à sua capacidade de persuasão e pedindo o respeito dos legisladores pelo pre-

sidente assassinado, Johnson conseguiu a promulgação de ambos durante o primeiro ano do seu mandato. Os cortes fiscais estimularam a economia. A Lei dos Direitos civis de 1964 foi a legislação de maior alcance desde a Reconstrução.

Johnson tratou também de outras questões. Na primavera de 1964, ele começou a usar a designação "Grande Sociedade" para descrever o seu programa socioeconómico. Nesse verão conseguiu a promulgação de um programa de emprego federal para os jovens pobres. Foi o primeiro passo no que ele chamou "Guerra à Pobreza". Na eleição presidencial de novembro, obteve uma vitória esmagadora sobre o Republicano conservador Barry Goldwater. Significativamente, a eleição de 1964 deu aos Democratas liberais o controlo firme do Congresso pela primeira vez desde 1938. Isto iria permitir-lhes promulgar leis apesar da oposição conjunta de Republicanos e Democratas sulistas conservadores.

A Guerra à Pobreza tornou-se a peça central do programa Grande Sociedade da administração. O Escritório de Oportunidade Económica criado em 1964, deu formação aos pobres e criou várias agências de ação comunitária guiadas por uma ética de "democracia participativa", que pretendia dar voz aos próprios pobres quanto a programas de habitação, saúde e educação.

Em seguida vieram os cuidados de saúde. Sob a liderança de Johnson, o Congresso pôs em vigor o Medicare, um programa de seguro de saúde para os idosos e o Medicaid, um programa que presta cuidados de saúde aos pobres.

Johnson conseguiu mais ajuda federal para ensino primário e secundário, tradicionalmente uma função estadual e local. A medida promulgada dava dinheiro aos estados com base no número de crianças oriundas de famílias de baixos rendimentos. Os fundos podiam ser utilizados para ajudar crianças tanto nas escolas públicas como nas privadas.

Convencidos de que os Estados Unidos enfrentavam uma "crise urbana" caracterizada pelo declínio de cidades do interior, os arquitetos da Grande Sociedade imaginaram uma nova lei de habitação para os pobres, que concedia subsídios de renda de casa para os pobres, e criaram o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Outra legislação teve um impacto em muitos aspectos da vida americana. Foi dada ajuda federal a artistas e intelectuais para incentivar o seu trabalho. Em setembro de 1966, Johnson promulgou dois projetos de lei sobre os transportes. O primeiro atribuía fundos ao governo estadual e ao local para desenvolverem programas de segurança, enquanto o outro estabelecia os critérios de segurança para carros e pneus. O último programa refletia os esforços de um jovem ativista radical, Ralph Nader. No seu livro de 1965, Unsafe at Any Speed: The Designed-in Dangers of the American Automobile, Nader argumentava que os fabricantes de automóveis estavam a sacrificar a segurança à elegância e afirmava que a engenharia defeituosa contribuía para acidentes nas autoestradas.

Em 1965, o Congresso aboliu as quotas de imigração segundo a nacionalidade de 1924, que eram discriminatórias. Isto despoletou uma nova onda de imigração, de grande parte do sul e leste da Ásia e da América Latina.

A Grande Sociedade foi a maior explosão de atividade legislativa desde o New Deal. Mas o apoio diminuiu logo em 1966. Alguns dos programas de Johnson não satisfizeram as expectativas; muitos ficaram subfinanciados. Contudo, quer devido às despesas da Grande Sociedade, quer devido a uma forte explosão económica, a pobreza diminuiu pelo menos ligeiramente durante a administração Johnson.

A GUERRA NO VIETNAME

A insatisfação com a Grande Sociedade foi ultrapassada pela infelicidade causada pela situação no Vietname. Uma série de homens fortes sul-vietnamitas demonstraram ter pouco mais sucesso do que Diem na mobilização do seu país. Os rebeldes Viet Cong, abastecidos e coordenados pelo Vietname do Norte, ganharam terreno no interior do país.

Decidido a impedir os avanços comunistas no Vietname do Sul, Johnson fez sua a guerra do Vietname. Depois de um ataque naval norte-vietnamita a dois contratorpedeiros americanos, Johnson obteve do Congresso a 7 de agosto de 1964, a aprovação da Resolução do Golfo de Tonkin, que permitia ao presidente "tomar todas as medidas necessárias para repelir qualquer ataque armado contra as forças dos Estados Unidos e evitar agressões futuras". Depois da sua reeleição em novembro de 1964, ele lançou-se numa política de agravamento. De 25.000 homens no começo de 1965, o número de soldados, tanto voluntários como mobilizados, aumentou para 500.000 até 1969. Uma campanha de bombardeamentos destruía o Vietname do Norte e o do Sul.

Cobertura televisiva macabra com alguma crítica cortou o apoio à guerra. Alguns americanos achavam-na imoral; outros viam consternados como a campanha militar massiva parecia ineficaz. Grandes protestos, sobretudo entre os jovens, e o desagrado crescente do público pressionaram Johnson a começar a negociar a paz.

A ELEIÇÃO DE 1968

Em 1968 o país estava numa confusão devido à Guerra do Vietname e também à desordem civil expressa em distúrbios urbanos que refletiam a raiva afro-americana. A 31 de março de 1968, o presidente renunciou a qualquer intenção de se candidatar a outro mandato. Apenas uma semana depois, Martin Luther King Jr. foi morto a tiro em Memphis, Tennessee. O irmão mais novo

de John F. Kennedy, Robert, fez uma campanha emotiva contra a guerra pela nomeação democrata, mas foi assassinado em junho.

Na Convenção Nacional Democrata em Chicago, Illinois, houve confrontos nas ruas entre manifestantes e polícia. Um Partido Democrata dividido nomeou o Vice-Presidente Hubert Humphrey, outrora herói dos liberais, mas considerado agora um partidário de Johnson. A oposição branca às medidas relativas aos direitos civis dos anos 60 galvanizou uma candidatura de outro partido do Governador do Alabama George Wallace, um Democrata que ganhou o seu estado natal, Mississippi, e Arkansas, Luisiana e Geórgia, estados que normalmente acompanhavam o candidato Democrata nomeado. O Republicano Richard Nixon, cujo programa consistia em livrar os Estados Unidos da guerra e aumentar a "lei e ordem" no país, obteve uma pequena vitória.

NIXON, VIETNAME E A GUERRA FRIA

Decidido a obter a "paz com honra", Nixon retirou lentamente as tropas americanas ao mesmo tempo que redobrava esforços para equipar o exército do Vietname do Sul para que este continuasse a lutar. Também ordenou grandes ofensivas americanas. A mais importante foi a invasão do Camboja em 1970 para cortar as linhas de abastecimento norte-vietnamitas ao Vietname do Sul. Isto conduziu a uma nova ronda de protestos e manifestações. Os estudantes de muitas universidades saíram à rua. No estado de Kent em Ohio, as tropas da Guarda Nacional, que tinham sido chamadas para restaurar a ordem, entraram em pânico e mataram quatro estudantes.

Contudo, no outono de 1972, o número de tropas no Vietname era inferior a 50.000 e o recrutamento militar, que tinha causado tanto descontentamento nas universidades, tinha acabado. Um cessar-fogo, negociado pelos Estados Unidos através do conselheiro de Nixon para a segurança nacional, Henry Kissinger, foi assinado em 1973. Apesar das tropas americanas terem partido, a guerra persistiu até à primavera de 1975, quando o Congresso cortou a assistência ao Vietname do Sul e o Vietname do Norte consolidou o seu controlo sobre todo o país.

A guerra deixou o Vietname destruído com milhões de deficientes ou mortos. Também deixou os Estados Unidos traumatizados. O país tinha gasto mais de US$ 150.000 milhões num esforço perdido que custou mais de 58.000 vidas americanas. Os americanos já não se encontravam unidos por um consenso alargado sobre a Guerra Fria e tornaram-se cuidadosos quanto futuros problemas estrangeiros.

Enquanto saravam as feridas do Vietname, a administração Nixon tomou medidas históricas no sentido de ter laços mais estreitos com as principais potências comunistas. A medida de maior impacto foi um

novo relacionamento com a República Popular da China. Em duas décadas, desde a vitória de Mao Tsé-Tung, os Estados Unidos tinham defendido que o governo nacionalista em Taiwan representava toda a China. Em 1971 e 1972, Nixon moderou a posição americana, diminuiu as restrições ao comércio e tornou-se o primeiro presidente americano a visitar Pequim. O "Comunicado de Xangai", assinado durante essa visita, estabeleceu uma nova política dos EUA: havia uma única China, Taiwan fazia parte da China e uma resolução pacífica do diferendo pelos próprios chineses era do interesse dos Estados Unidos.

Com a União Soviética, Nixon teve também êxito ao continuar uma política que ele e seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, chamaram de détente. Teve vários encontros cordiais com o líder soviético Leonid Brezhnev nos quais concordou em limitar as reservas de mísseis, cooperar no espaço e diminuir as restrições comerciais. As Conversações para a Limitação de Armas Estratégicas (SALT) culminaram em 1972 com um acordo limitando o aumento dos arsenais nucleares e restringindo sistemas de mísseis antibalísticos.

REALIZAÇÕES E DERROTAS DE NIXON

Vice-Presidente de Eisenhower antes de se candidatar sem sucesso à presidência em 1960, Nixon era considerado um dos mais hábeis políticos americanos. Embora Nixon concordasse com o valor Republicano de responsabilidade fiscal, aceitou a necessidade de um papel mais alargado do governo e não se opôs aos contornos básicos do estado-providência. Simplesmente queria gerir melhor os seus programas. Sem se opor aos direitos civis dos afro-americanos, era prudente quando às enormes burocracias federais relativas aos direitos civis. Todavia, a sua administração obrigou vigorosamente a cumprir as sentenças dos tribunais sobre dessegregação nas escolas apesar de procurar os votos dos sulistas brancos.

O seu maior problema interno foi talvez a economia. Herdou um abrandamento da economia que atingira o máximo com Johnson e uma inflação constante que era uma consequência da guerra. Procurou resolver a primeira questão tornando-se o primeiro presidente Republicano a apoiar despesas deficitárias como forma de estimular a economia e a segunda impondo controlos de salários e preços, uma política na qual a direita já não acreditava a longo prazo em 1971. A curto prazo, estas decisões estabilizaram a economia e criaram condições favoráveis para a reeleição de Nixon em 1972. Ele obteve uma vitória esmagadora sobre o Senador Democrata pacifista George McGovern.

As coisas começaram rapidamente a azedar no segundo mandato de Nixon. Logo no início foi acusado de que o seu comité de reeleição tinha forçado a entrada no edifício

Watergate, sede do Comité Nacional Democrata e que ele tinha abafado o caso. Procuradores especiais e comités do Congresso, a partir daí, perseguiram a sua presidência.

Factos fora do controlo de Nixon prejudicaram as suas políticas económicas. Em 1973 a guerra entre Israel, Egito e Síria fez com que a Arábia Saudita impusesse um embargo à exportação de petróleo para o aliado de Israel, os Estados Unidos. Outros membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quadruplicaram os seus preços. Os americanos enfrentaram escassez, exacerbada, na opinião de muitos, por um excesso de normas sobre a distribuição e por preços a aumentar rapidamente. Mesmo quando o embargo terminou no ano seguinte, os preços continuaram elevados e afetaram todas as áreas da vida económica americana. Em 1974 a inflação chegou a 12%, causando roturas que provocaram taxas de desemprego ainda mais altas. O boom económico sem precedentes de que a América desfrutava desde 1948 estava a chegar ao fim.

A retórica de Nixon sobre a necessidade de "lei e ordem" perante as maiores taxas de criminalidade, o aumento do uso de drogas e ideias mais permissivas sobre sexo, teve eco em muitos americanos. Mas esta preocupação era insuficiente para abrandar as preocupações sobre o caso Watergate e a economia. Procurando estimular e alargar a sua base eleitoral, Nixon fustigou os manifestantes, atacou a imprensa por notícias distorcias e tentou silenciar os seus adversários. Em vez disso, causou uma má impressão a muitos que o viam na televisão e consideravam instável. Para aumentar os problemas de Nixon, o Vice-Presidente Spiro Agnew, o seu porta-voz contra os média e os liberais, foi obrigado a demitir-se em 1973, alegando "sem contestação" a uma acusação de evasão fiscal.

Talvez Nixon não tenha tido conhecimento prévio do assalto ao Watergate, mas tentou escondê-lo e mentiu ao povo americano sobre isso. As provas do seu envolvimento acumulavam-se. A 27 de julho de 1974, o Comité Judiciário da Câmara dos Representantes votou a favor da sua destituição. Confrontado com a sua destituição certa, ele demitiu-se a 9 de agosto de 1974.

O INTERLÚDIO FORD

O Vice-Presidente de Nixon, Gerald Ford (nomeado em substituição de Agnew), era um homem simples que tinha passado a maior parte da sua vida pública no Congresso. A sua primeira prioridade foi restaurar a confiança no governo. Contudo, considerando necessário evitar um possível julgamento de Nixon, concedeu o perdão ao seu antecessor. Apesar de ser talvez necessária, essa ação foi, contudo, impopular.

No âmbito da política pública, Ford seguiu o rumo fixado por Nixon. Os problemas económicos continuaram graves, uma vez que a inflação e o desemprego continuaram a aumentar. Ford tentou primeiro tranquilizar o público, como tinha feito Herbert Hoover em 1929. Quando isso não resultou, impôs medidas para reduzir a inflação, o que colocou o desemprego acima dos 8%. Uma redução nos impostos, juntamente como maiores subsídios de desemprego, ajudou um pouco, mas a economia continuou frágil.

Na política externa, Ford adotou a estratégia de détente de Nixon. Talvez a sua maior manifestação tenham sido os Acordos de Helsínquia de 1975, nos quais os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental reconheceram efetivamente a hegemonia soviética na Europa de Leste em troca do respeito soviético pelos direitos humanos. O acordo teve pouco significado imediato, mas a longo prazo pode ter tornado mais difícil a preservação do império soviético. Os países ocidentais utilizaram "reuniões de avaliação de Helsínquia" periódicas para chamar a atenção para várias violações dos direitos humanos por regimes comunistas do Bloco de Leste.

OS ANOS CARTER

Jimmy Carter, antigo governador Democrata da Geórgia venceu a eleição presidencial em 1976. Descrevendo-se a si mesmo durante a campanha como um estranho à política de Washington, prometeu uma nova abordagem da governação, mas a sua falta de experiência a nível nacional complicou o seu mandato desde o início. Oficial naval e engenheiro de formação, muitas vezes parecia ser um tecnocrata, quando os americanos queriam alguém mais visionário para os conduzir em tempos difíceis.

Nas questões económicas, Carter ao princípio permitiu uma política de despesas deficitárias. A inflação subiu para 10% ao ano quando a Direção da Reserva Federal, responsável pela definição da política monetária, aumentou a massa monetária para cobrir os défices. Carter respondeu reduzindo o orçamento, mas os cortes afetaram programas sociais que estavam no centro da política interna Democrata. Em meados de 1979, a raiva na comunidade financeira praticamente obrigou-o a nomear Paul Volcker como presidente da Reserva Federal. Volcker foi um "falcão da inflação" que aumentou as taxas de juro numa tentativa de impedir o aumento de preços, com consequências negativas para a economia.

Carter foi também criticado por não conseguir a promulgação de uma política energética eficaz. Ele apresentou um programa abrangente com o objetivo de reduzir a dependência do petróleo estrangeiro a que chamou "equivalente moral da guerra". Os adversários impediram isso no Congresso.

Embora Carter se auto designasse um populista, as suas prio-

ridades políticas nunca foram totalmente claras. Apoiou o papel protetor do governo, mas iniciou o processo de desregulação, a eliminação dos controlos do governo na vida económica. Argumentando que algumas restrições no século anterior tinham limitado a concorrência e aumentado os custos do consumidor, favoreceu a ausência de controlo nas indústrias petrolífera, aérea, ferroviária e de camiões.

As medidas políticas de Carter não conseguiram apoio do público nem do Congresso. No fim do seu mandato, a sua taxa de desaprovação atingiu 77% e os americanos começaram a olhar de novo para o Partido Republicano.

O maior feito de Carter a nível da política externa foi a negociação do acordo de paz entre o Egito, governado pelo Presidente Anwar al-Sadat, e Israel, dirigido pelo Primeiro-Ministro Menachem Begin. Agindo como mediador e participante, convenceu os dois dirigentes a pôr termo a 30 anos de guerra. O subsequente tratado de paz foi assinado na Casa Branca em março de 1979.

Após um debate prolongado e muitas vezes emotivo, Carter conseguiu a ratificação pelo Senado de tratados cedendo o Canal do Panamá ao Panamá até ao ano 2000. Indo um pouco mais longe do que Nixon, reconheceu diplomaticamente a República Popular da China.

Todavia, Carter teve menos sucesso com a União Soviética. Apesar de ter tomado posse no ponto alto da détente e de ter declarado que os Estados Unidos tinham escapado "ao receio excessivo do comunismo" a sua insistência de que "o nosso compromisso para com os direitos humanos deve ser absoluto" antagonizou o governo soviético. Foi assinado um acordo SALT II limitando ainda mais as reservas nucleares, mas não foi ratificado pelo Senado dos EUA porque muitos senadores consideravam que o tratado não era justo. A invasão soviética do Afeganistão matou o tratado e provocou o reforço da defesa por Carter e abriu caminho às enormes despesas orçamentais dos anos 80.

O maior desafio de Carter em termos de política externa veio do Irão. Depois de uma revolução fundamentalista islâmica, chefiada pelo líder muçulmano xiita Aya-tola Ruhollah Khomeini, substituir um regime corrupto mas amigo, Carter aceitou o Xá deposto nos Estados Unidos para tratamento médico. Militantes iranianos furiosos, apoiados pelo regime islâmico, ocuparam a embaixada americana em Teerão e fizerem 53 americanos reféns durante mais de um ano. A longa crise dos reféns dominou o último ano da sua presidência e prejudicou em muito as suas hipóteses de reeleição. ◇

A revolução digital da última década tinha transformado a economia e a forma como vivem os americanos, influenciando o trabalho, as interações com os colegas, a família e os amigos, o acesso à informação e até as compras e os hábitos de ocupação dos tempos livres.

PAÍS DO SÉCULO XXI

PERFIL DAS IMAGENS

Os primeiros anos do novo século revelaram uma nova ameaça à paz e à democracia: ataques terroristas internacionais que mataram e mutilaram milhares nos Estados Unidos e em todo o mundo. Tal como em perigos anteriores, os Estados Unidos assumiram este desafio formidável juntamente com os seus aliados. Ao mesmo tempo, arcavam com as mudanças causadas pela globalização, desenvolvimentos tecnológicos rápidos e novas ondas de imigração que tornaram a sociedade americana mais diversificada do que no passado. O país procurava aproveitar os seus feitos históricos e honrar aqueles que se tinham sacrificado pela sua causa.

O Presidente George W. Bush (ao centro) reúne-se com o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair (à esquerda), a Conselheira para a Segurança Nacional Condoleezza Rice e o Secretário de Estado Colin Powell (à direita) na Casa Branca durante o seu primeiro mandato. A Grã-Bretanha tem sido um importante aliado dos EUA na luta contra o terrorismo.

Malalai Joya, uma de cerca de 100 mulheres delegadas ao conselho constitucional no Afeganistão, fala no conselho em Cabul, a 17 de dezembro de 2003. O Afeganistão teve o seu primeiro governo democraticamente eleito em 2001 como consequência da ação militar dos EUA, dos aliados e da Aliança do Norte, que derrubou os talibã por darem abrigo a Osama bin Laden, o cérebro dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos.

O Presidente Barack Obama e a primeira-dama Michelle Obama acenam em despedida no aeroporto Gardermoen nos arredores de Oslo, Noruega. O Presidente Obama esteve em Oslo para receber o Prémio Nobel da Paz a 10 de dezembro de 2009.

Ao cimo, o presidente da Microsoft Bill Gates conversa com Antwoinette Hayes, uma participante numa iniciativa da Microsoft para permitir a crianças e adolescentes o acesso à tecnologia. Em cima, o fundador da Apple e diretor geral Steve Jobs com o iPod mini da sua companhia. Gates e Jobs são considerados como os maiores símbolos do talento criativo e comercial que moldou a era digital.

Reportagem da Cable News Network (CNN) a partir de Moscovo. A combinação de centenas de canais de televisão por cabo e serviços noticiosos durante 24 horas, como o da CNN, têm um impacto sem precedentes e proximidade em relação às notícias de todo o mundo.

Combine juventude, rock e hip hop e televisão durante 24 horas e tem MTV, uma rede de televisão cuja influência vai para além de vídeos de música à moda, publicidade e vendas.

Fardos de produtos recicláveis selecionados são empilhados para processamento no centro de reciclagem de Rumpke em Columbus, Ohio. Uma maior preocupação com o ambiente nos Estados Unidos conduziu a esforços enormes de reciclagem de materiais como vidro, papel, aço e alumínio.

Enorme colcha SIDA em que cada quadrado recorda uma pessoa que morreu devido a essa doença. Os Estados Unidos são um importante contribuinte para a luta contra esta pandemia mundial.

O amor dos americanos pelos automóveis continua, tendo como resultado o aumento de congestionamento no trânsito bem como esforços consideráveis do governo e da indústria para reduzir a poluição do ar.

Iraquianos fazem fila para votarem na Assembleia Nacional Tradicional numa assembleia de voto no centro de Az Zubayr, Iraque, a 30 de janeiro de 2005. Mais de 8.5 milhões de iraquianos desafiaram ameaças de violência e ataques terroristas para participarem nas eleições. A votação seguiu-se à guerra de 2003, comandada pelos Estados Unidos e por outros membros da coligação, que libertou o Iraque do ditador Saddam Hussein.

Com maridos e mulheres de uma família típica a trabalharem ambos fora de casa, as creches são comuns nos Estados Unidos.

Uma nova geração espreita o futuro.

CAPÍTULO

14

O NOVO CONSERVADORISMO E UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Presidente Ronald Reagan e Presidente da URSS Mikhail Gorbachev depois de assinarem o Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio (INF), dezembro de 1987.

> "Sempre acreditei que houve algum plano divino que colocou este grande continente entre dois oceanos para ser procurado por aqueles que possuíssem um amor incondicional pela liberdade e um tipo especial de coragem".

Governador da Califórnia **Ronald Reagan**, 1974

UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

Transformações na estrutura da sociedade americana, iniciadas anos ou mesmo décadas antes, tinham-se tornado evidentes quando chegaram os anos 80. A composição da população e os empregos mais importantes e aptidões na sociedade americana tinham sido alvo de grandes mudanças.

O predomínio de empregos no setor dos serviços na economia tornou-se inegável. Em meados dos anos 80 cerca de três quartos de todos os empregados trabalhavam no setor dos serviços, por exemplo, como vendedores a retalho, empregados de escritório, professores, médicos e funcionários do governo.

A atividade do setor dos serviços beneficiou da disponibilidade e do uso crescente do computador. Chegou a idade da informação, com hardware e software que podiam reunir quantidades de dados outrora inimagináveis sobre tendências económicas e sociais. O governo federal tinha feito investimentos significativos em tecnologia da informação nos anos 50 e 60 para os seus programas militares e espaciais.

Em 1976, dois jovens empresários da Califórnia, a trabalhar numa garagem, montaram o primeiro computador amplamente comercializado para uso doméstico, deram-

lhe o nome Apple, e iniciaram uma revolução. No início dos anos 80, passou a haver milhões de microcomputadores em empresas e lares americanos e, em 1982, a revista Time apelidou o computador de "Máquina do Ano".

Entretanto, as "indústrias pesadas" da América estavam em declínio. A indústria de automóveis dos EUA desmoronava-se perante a concorrência de fabricantes japoneses de automóveis extremamente eficientes. Por volta de 1980 as companhias japonesas já tinham fabricado um quinto dos veículos vendidos nos Estados Unidos. Os fabricantes americanos lutavam com algum sucesso para igualar os preços e a qualidade dos seus rivais japoneses, mas o seu antigo domínio do mercado nacional de automóveis tinha desaparecido para sempre. As grandes companhias ultratradicionais produtoras de aço tornaram-se relativamente insignificantes porque os produtores estrangeiros de aço adotaram novas tecnologias mais rapidamente.

Os consumidores foram os beneficiários desta competição feroz nas indústrias de transformação, mas a luta difícil para reduzir os custos significou a perda permanente de centenas de milhares de postos de trabalho para os operários. Uns conseguiram mudar para o setor dos serviços, outros passaram a fazer parte de estatísticas lamentáveis.

As caraterísticas da população também se modificaram. Depois do fim do "baby boom" do pós-guerra (1946 a 1964), a taxa geral de crescimento da população diminuiu e a população envelheceu. A composição da família também mudou. Em 1980 a percentagem de casas com famílias baixou; um quarto de todos os grupos era agora classificado como "casas não familiares" nas quais viviam duas ou mais pessoas sem qualquer grau de parentesco.

Novos imigrantes alteraram o caráter da sociedade americana de outras formas. A reforma da política de imigração de 1965 mudou o enfoque na Europa de Leste, facilitando um aumento extraordinário em recém-chegados oriundos da Ásia e da América Latina. Em 1980, chegaram 808.000 imigrantes, o número mais elevado em 60 anos, pois o país tornava-se mais uma vez um refúgio para pessoas de todo o mundo.

Outros grupos tornaram-se participantes ativos na luta por oportunidades iguais. Homossexuais, utilizando as táticas e a retórica do movimento dos direitos civis, descreveram-se como um grupo oprimido em busca de reconhecimento dos seus direitos fundamentais. Em 1975, a Comissão da Função Pública americana deixou de proibir o emprego de homossexuais. Muitos estados promulgaram leis anti discriminação.

Então, em 1981, descobriu-se a SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Transmitida sexualmente ou através de transfusões de sangue, atingiu com particular virulência os homens homossexuais e os utilizadores de drogas intravenosas, apesar da população em geral ter

demonstrado ser igualmente vulnerável. Por volta de 1992, 220.000 pessoas tinham falecido devido à SIDA. A epidemia de SIDA não se limitava de modo algum aos Estados Unidos e o esforço para tratar esta doença abrange agora médicos e investigadores no mundo inteiro.

CONSERVADORISMO E ASCENSÃO DE RONALD REAGAN

Para muitos americanos as tendências, económicas, sociais e políticas das duas décadas anteriores – crime e polarização racial em muitos centros urbanos, desafios aos valores tradicionais, recessão económica e inflação dos anos Carter – causaram alguma desilusão. Também renovaram a desconfiança do governo e da sua capacidade de resolver eficazmente os problemas sociais e políticos do país.

Os conservadores, há muito fora do poder a nível nacional, encontravam-se politicamente bem posicionados no contexto desta nova atitude. Muitos americanos mostravam-se recetivos à sua mensagem de um governo limitado, uma defesa nacional forte e de proteção dos valores tradicionais.

Esta onda conservadora tinha muitas origens. Um grande grupo de cristãos fundamentalistas estava particularmente preocupado com o crime e a imoralidade sexual. Esperavam voltar a dar à religião ou aos preceitos morais muitas vezes associados com a mesma um lugar central na vida americana. Um dos grupos políticos mais eficazes no início dos anos 80, Maioria Moral (Moral Majority), era chefiado pelo pastor Batista Jerry Falwell. Outro, dirigido pelo Reverendo Pat Robertson, criou uma organização, a Coligação Cristã, que até aos anos 90 teve uma força significativa no Partido Republicano. Utilizando a televisão para difundir as suas mensagens, Falwell, Robertson e outros como eles tiveram bastantes partidários.

Uma outra questão galvanizante para os conservadores era controversa e emocional: o aborto. A oposição a uma decisão do Supremo Tribunal em Roe v. Wade, que apoiava o direito de uma mulher ao aborto nos primeiros meses de gravidez, uniu uma vasta série de organizações e pessoas. Incluíam mas não se limitavam a católicos, políticos conservadores e evangélicos, a maioria dos quais considerava o aborto virtualmente em qualquer circunstância como o equivalente a um homicídio. Manifestações pró escolha e pró vida (ou seja, a favor e contra o direito ao aborto) tornaram-se uma constante da cena política.

No seio do Partido Republicano a ala conservadora tornou-se de novo dominante. Tinham controlado brevemente o Partido Republicano em 1964 com o seu candidato presidencial Barry Goldwater, depois desapareceram da ribalta. Contudo por volta de 1980, graças ao aparente fracasso do liberalismo com Carter, o "New Right" reunia as condições para voltar a dominar.

Utilizando técnicas modernas de correspondência direta bem como o poder da comunicação social para difundir a sua mensagem e angariar fundos, baseando-se nas ideias de conservadores como o economista Milton Friedman, os jornalistas William F. Buckley e George Will e institutos de pesquisa como Heritage Foundation, o "New Right" desempenhou um papel significativo na defesa das questões dos anos 80.

O "antigo" Goldwater Right tinha privilegiado limites rigorosos à intervenção do governo na economia. Esta tendência foi reforçada por um grupo significativo de "conservadores libertários" do "New Right", que desconfiavam do governo em geral e se opunham à sua interferência no comportamento pessoal. Mas o "New Right" também abrangia uma fação mais forte, muitas vezes evangélica, determinada a exercer o poder do estado para promover as suas opiniões. O "New Right" privilegiava medidas duras contra o crime, uma defesa nacional forte, uma emenda constitucional para permitir a oração em escolas públicas e opunha-se ao aborto.

A figura que aproximou todas estas tendências diferentes foi Ronald Reagan. Reagan, nascido no Illinois, chegou ao estrelato como ator em filmes de Hollywood e na televisão antes de se interessar pela política. Ele obteve notoriedade política pela primeira vez com um discurso difundido pela televisão para todo o país em 1964 no qual apoiava Barry Goldwater. Em 1955 Reagan tornou-se governador da Califórnia e esteve no poder até 1975. Não ganhou por pouco a nomeação republicana para presidente em 1976, mas conseguiu-a em 1980 e venceu as eleições presidenciais contra Jimmy Carter, então a ocupar o cargo.

O otimismo inquebrantável do Presidente Reagan e a sua habilidade de celebrar as realizações e aspirações do povo americano continuaram ao longo dos seus dois mandatos. Ele era uma figura que representava a tranquilidade e a estabilidade para muitos americanos. Totalmente à vontade perante o microfone e as câmaras de televisão, Reagan foi chamado de "Grande Comunicador".

Aproveitando uma frase dos Puritanos do século XVII John Winthrop, ele disse ao país que os Estados Unidos eram uma "cidade brilhante numa colina", à qual Deus deu a missão de defender o mundo da propagação do comunismo e do totalitarismo.

Reagan acreditava que o governo intervinha demasiado na vida americana. Ele queria cortar os programas que julgava que o país não precisava e eliminar "desperdício, fraude e abuso". Reagan acelerou o programa de liberalização iniciado por Jimmy Carter. Procurou abolir muitas normas que afetavam o consumidor, o local de trabalho e o ambiente. Dizia que eram ineficazes, dispendiosas e prejudicavam o crescimento económico.

Reagan também representava a convicção comum a muitos conser-

vadores de que a lei devia ser rigorosamente aplicada aos infratores. Pouco depois de se tornar presidente, enfrentou uma greve nacional de controladores de tráfico aéreo americanos. Apesar dessa ação ser proibida por lei, tais greves tinham sido amplamente toleradas no passado. Quando os controladores aéreos se recusaram a voltar ao trabalho, mandou despedi-los a todos. Nos anos seguintes o sistema foi reconstruído com novas contratações.

A ECONOMIA NOS ANOS 80

O programa nacional do Presidente Reagan baseava-se na sua convicção de que um país podia prosperar se o poder do setor económico privado tivesse rédea solta. A teoria subjacente, economia "do lado da oferta", defendia que uma maior oferta de bens e serviços, tornada possível por medidas para aumentar o investimento em negócios, era a via mais rápida para o crescimento económico. Portanto, a administração Reagan argumentava que uma grande redução nos impostos iria aumentar o investimento de capital e os lucros das empresas, de modo que mesmo impostos mais baixos sobre estes lucros maiores aumentariam as receitas do governo.

Apesar de uma estreita maioria Republicana no Senado e de uma Câmara dos Representantes controlada pelos Democratas, o Presidente Reagan conseguiu durante o primeiro ano do seu mandato promulgar as principais componentes do seu programa económico, incluindo uma redução de 25% nos impostos para as pessoas a ser introduzida por etapas em 3 anos. A administração também procurou e obteve aumentos significativos nas despesas da defesa a fim de modernizar as forças armadas nacionais e combater o que se considerava ser uma ameaça contínua e crescente da União Soviética.

Sob a direção de Paul Volcker, os aumentos draconianos da Reserva Federal nas taxas de juro pressionaram a inflação desenfreada que tinha começado em finais dos anos 70. A recessão atingiu o ponto mais baixo em 1982, com as taxas de juros preferenciais a aproximarem-se de 20% e a economia em queda. Nesse ano o produto interno bruto real (PIB) diminuiu 2%; o desemprego chegou a cerca de 10% e quase um terço das instalações industriais estavam paradas. Por todo o Midwest, firmas importantes como General Electric e International Harvester despediram trabalhadores. Os preços do petróleo extremamente elevados contribuíram para esse declínio. Rivais económicos como a Alemanha e o Japão obtiveram uma fatia maior do comércio mundial e o consumo americanos de produtos de outros países aumentou em flecha.

Os agricultores também viviam tempos difíceis. Durante os anos 70, os agricultores americanos tinham ajudado a Índia, a China, a União Soviética e outros países que enfrentavam escassez de alimentos e tinham contraído grandes empréstimos para comprar terras e aumentar a produção. Mas o aumento nos preços do petróleo fez aumentar os custos e uma depressão económica mundial nos anos 80 reduziu a procura de produtos agrícolas. O seu número diminuiu enquanto a produção se concentrava cada vez mais em grandes operações. Os pequenos agricultores que sobreviveram enfrentavam grandes dificuldades para pagar as suas contas.

O maior orçamento militar, combinado com os cortes nos impostos e o aumento nas despesas do governo com a saúde, teve como resultado o governo federal gastar muito mais do que o que recebia em receitas todos os anos. Alguns analistas disseram que os défices faziam parte de uma estratégia deliberada da administração para evitar mais aumentos nas despesas nacionais como pretendiam os Democratas. Contudo, tanto Democratas como Republicanos no Congresso recusaram reduzir essa despesa. De US$ 74.000 milhões em 1980, o défice elevou-se a US$ 221.000 milhões em 1986 antes de diminuir para US$ 150.000 milhões em 1987.

A profunda recessão do início dos anos 80 refreou com sucesso a inflação crescente que tinha começado nos anos Carter. Além disso, os preços dos combustíveis caíram substancialmente, sendo uma pequena parte dessa queda atribuível à decisão de Reagan de abolir controlos sobre a determinação dos preços e a distribuição de gasolina. As condições começaram a melhorar em finais de 1983. Em princípios de 1984, a economia tinha recuperado. No outono de 1984, a recuperação ia muito bem permitindo a Reagan recandidatar-se com o slogan "É de novo dia na América". Derrotou o seu adversário Democrata, o antigo Senador e Vice-Presidente Walter Mondale por uma margem esmagadora.

Os Estados Unidos entraram num dos períodos mais longos de crescimento económico constante desde a Segunda Guerra Mundial. A despesa do consumidor aumentou em resposta ao corte nos impostos federais. O mercado de valores subiu pois refletia a otimista onda de compras, Num período de cinco anos após o início da recuperação económica, o produto interno bruto cresceu a uma taxa anual de 4.2%. A taxa de inflação anual permaneceu entre 3% e 5% de 1983 a 1987, exceto em 1986 quando caiu abaixo de 2%, o nível mais baixo em décadas. O PIB nacional cresceu substancialmente durante os anos 80; de 1982 a 1987 a economia criou mais de 13 milhões de novos postos de trabalho.

Firme na sua decisão de reduzir os impostos, Reagan assinou a reforma fiscal federal mais radical em 75 anos, durante o seu segundo mandato. Esta medida, que obteve apoio alargado Democrata e Republicano, baixou as taxas do imposto sobre os rendimentos, simplificou escalões fiscais e acabou com fugas ao fisco.

Todavia, uma percentagem significativa deste crescimento baseava-se na despesa do défice. Além disso, a dívida nacional, longe de ser

estabilizada pelo forte crescimento económico, quase que triplicou. Grande parte do crescimento deu-se a nível da mão de obra qualificada e de áreas técnicas. Muitas famílias pobres e da classe média não se estavam a sair tão bem. A administração, apesar de defender o comércio livre, pressionou o Japão para concordar com uma quota voluntária nas suas exportações de automóveis para os Estados Unidos.

A economia foi sacudida a 19 de outubro de 1987, a "Segunda-feira Negra", quando a bolsa de valores teve a maior queda num dia, na sua história: 22.6%. As causas da queda incluíram os grandes défices do comércio internacional e do orçamento federal dos EUA, o elevado nível de endividamento das empresas e das pessoas e as novas técnicas informatizadas de negociação de ações que permitiam a venda instantânea de ações e operações a prazo. Apesar de fazer lembrar o que acontecera em 1929, a queda foi um evento transitório com pouco impacto. Na verdade, o crescimento económico prosseguiu, tendo a taxa de desemprego caído para 5.2% em junho de 1988, o ponto mais baixo em 14 anos.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Na política externa Reagan procurou um papel mais enérgico para o país e a América Central permitiu um primeiro teste. Os Estados Unidos disponibilizaram a El Salvador um programa de ajuda económica e treino militar quando uma revolta da guerrilha ameaçou derrubar o seu governo. Também encorajaram ativamente a transição para um governo democrático eleito, mas os esforços para refrear esquadrões da morte da extrema-direita tiveram um sucesso apenas parcial. O apoio dos EUA ajudou a estabilizar o governo, mas o nível de violência não diminuiu. Um acordo de paz foi finalmente alcançado no início de 1992.

A política dos EUA em relação à Nicarágua era mais controversa. Em 1979 revolucionários autodenominados Sandinistas derrubaram o regime repressivo de extrema-direita de Somoza e estabeleceram uma ditadura pró-Cuba e pró-Soviética. Os esforços visando a paz regional acabaram por fracassar e os esforços da administração passaram a concentrar-se no apoio à resistências anti Sandinista, conhecida por contras.

Na sequência dum debate político intenso acerca desta política, o Congresso pôs termo a toda a ajuda militar aos contras em outubro de 1984, depois, sob pressão da administração mudou de posição no outono de 1984 e aprovou US$ 100 milhões em ajuda militar. Contudo, a falta de sucesso no campo de batalha, acusações de violações dos direitos humanos e a revelação de que fundos da venda secreta de armas ao Irão (ver abaixo) tinham sido desviados para os contras enfraqueceram o apoio do Congresso à continuação desta ajuda.

Mais tarde, a administração do Presidente George H.W. Bush, que sucedeu a Reagan como presidente em 1989, abandonou qualquer esforço para garantir ajuda militar aos contras. A administração Bush também fez pressão para que fossem realizadas eleições livres e apoiou uma coligação política da oposição, que ganhou inesperadamente as eleições em fevereiro de 1990, expulsando os Sandinistas do poder.

A administração Reagan teve mais sorte ao assistir a um regresso à democracia no resto da América Latina, da Guatemala à Argentina. O aparecimento de governos democraticamente eleitos não se limitou à América Latina; na Ásia a campanha de "poder do povo" de Corazón Aquino derrubou a ditadura de Ferdinand Marcos e as eleições na Coreia puseram termo a décadas de governo militar.

Em comparação, a África do Sul continuou intransigente perante os esforços dos EUA no sentido de encorajar o fim do apartheid através da política controversa de "envolvimento construtivo", diplomacia silenciosa, juntamente com apoio público à reforma. Em 1986, frustrado com a falta de progressos, o Congresso americano passou por cima do veto de Reagan e impôs um conjunto de sanções económicas à África do Sul. Em fevereiro de 1990, o Presidente sul-africano F.W. de Klerk anunciou a libertação de Nelson Mandela e começou a lenta derrocada do apartheid.

Apesar da sua franca retórica anticomunista, o uso direto da força militar pela administração Reagan era limitado. A 25 de outubro de 1983, tropas americanas desembarcaram na ilha de Granada nas Caraíbas após um pedido urgente de ajuda pelos países vizinhos. A ação veio na sequência do assassinato do primeiro-ministro de Granada, que era de esquerda, por membros do seu próprio partido de orientação marxista. Tropas americanas capturaram centenas de militares e pessoal de construção cubanos e apreenderam depósitos de armas fornecidas pelos soviéticos. Em dezembro de 1983 as últimas tropas de combate americanas partiram de Granada, que realizou eleições democráticas um ano depois.

O Médio Oriente, contudo, apresentava uma situação muito mais difícil. Uma presença militar no Líbano, onde os Estados Unidos estavam a tentar reforçar um governo fraco, mas moderado, pró-ocidente, acabou tragicamente quando 241 fuzileiros americanos foram mortos num ataque terrorista em outubro de 1983. Em abril de 1986 aviões da marinha e da força aérea americana atingiram alvos em Tripoli e Benghazi, Líbia, em retaliação por ataques terroristas instigados pela Líbia contra pessoal militar americano na Europa.

No Golfo Pérsico, o falhanço anterior nas relações entre os EUA e o Irão e a Guerra Irão-Iraque criaram as condições para atividades navais americanas na região. Inicial-

mente, os Estados Unidos responderam a um pedido do Kuwait de proteção da sua frota de petroleiros, mas eventualmente os Estados Unidos juntamente com navios da marinha da Europa Ocidental, mantinham abertas rotas marítimas essenciais, escoltando petroleiros e outros navios neutros que navegavam para cima e para baixo no Golfo.

Em finais de 1986, os americanos ficaram a saber que a administração tinha vendido secretamente armas ao Irão, numa tentativa de retomar as relações diplomáticas com o governo islâmico hostil e obter a liberdade de reféns americanos detidos no Líbano por organizações radicais que o Irão controlava. A investigação revelou ainda que os fundos das vendas de armas tinham sido desviados para os contras da Nicarágua durante um período em que o Congresso tinha proibido essa ajuda militar.

As audições que se seguiram sobre Irão-contras perante um comité conjunto da Câmara dos Representantes e do Senado examinaram a possível ilegalidade bem como a questão mais ampla de definir os interesses da política externa americana no Médio Oriente e na América Central. No sentido mais lato, as audições foram um debate constitucional sobre secretismo do governo e presidencial contra autoridade do Congresso na condução da política externa. Contrariamente às célebres audições do Watergate no Senado 14 anos antes, estas concluíram que não havia motivo para impugnação e não chegaram a uma conclusão definitiva sobre estas questões eternas.

RELAÇÕES AMERICANO-SOVIÉTICAS

Nas relações com a União Soviética, a política declarada do Presidente Reagan era de paz através da força. Ele estava determinado a manter-se firme contra o país a que chamaria em 1983 "império do mal". Dois acontecimentos prematuros aumentaram a tensão entre os EUA e a URSS: a eliminação do movimento sindicalista Solidariedade na Polónia em dezembro de 1981 e a destruição de um avião civil que se desviou da sua rota, voo 007 da Korean Airlines, causando 269 vítimas, por um avião de combate soviético a 1 de setembro de 1983. Os Estados Unidos também condenaram a ocupação contínua do Afeganistão pelos soviéticos e continuaram com a ajuda iniciada pela administração Carter à resistência mujahedeen nesse país.

Durante o primeiro mandato de Reagan, os Estados Unidos gastaram montantes sem precedentes no reforço colossal da defesa, incluindo a colocação de mísseis nucleares de médio alcance na Europa em resposta à colocação de mísseis soviéticos semelhantes. E a 23 de março de 1983, numa das decisões políticas mais debatidas da sua presidência, Reagan anunciou a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI – sigla em inglês), um programa de pesquisa para explorar

tecnologias avançadas, como projéteis laser e de alta energia para se defender de mísseis balísticos intercontinentais. Embora muitos cientistas questionassem a viabilidade tecnológica de SDI e os economistas sublinhassem os montantes extraordinários envolvidos, a administração prosseguiu com o projeto.

Após a reeleição em 1984, Reagan moderou a sua posição quanto ao controlo de armas. Moscovo estava a disposta a fazer um acordo, em parte porque a sua economia já tinha gasto uma parte muito maior do produto nacional na área militar do que os Estados Unidos. O líder soviético Mikhail Gorbachev pensava que mais aumentos prejudicariam os seus planos de liberalização da economia soviética.

Em novembro de 1985, Reagan e Gorbachev concordaram em princípio reduzir em 50% as armas nucleares estratégicas de ataque e fizeram também um acordo provisório sobre armas nucleares de médio alcance. Em dezembro de 1987, assinaram o Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio (INF – sigla em inglês) que previa a destruição de toda essa categoria de armas nucleares. Nessa altura, a União Soviética parecia ser um adversário menos ameaçador. Pode-se considerar que Reagan contribuiu muito para diminuir a Guerra Fria, mas quando terminou a sua administração quase ninguém tinha percebido como é que a URSS tinha sido abalada.

A PRESIDÊNCIA DE GEORGE H. W. BUSH

O Presidente Reagan era extremamente popular no fim do seu segundo mandato, mas Segundo a Constituição não podia candidatar-se de novo em 1988. A nomeação republicana foi para o Vice-Presidente George Herbert Walker Bush, que foi eleito 41º presidente dos Estados Unidos.

Bush fez campanha prometendo aos eleitores a continuação da prosperidade trazida por Reagan. Além disso, dizia que apoiaria uma defesa forte para os Estados Unidos com mais segurança do que o candidato democrata Michael Dukakis. Ele também prometeu trabalhar a favor de "uma América mais amável, mais gentil". Dukakis, governador de Massachusetts, argumentava que os americanos mais pobres estavam a prejudicar do ponto de vista económico e que o governo tinha que os ajudar e, ao mesmo tempo controlar a dívida federal e a defesa. Contudo, o público estava muito mais em sintonia com a mensagem económica de Bush: não havia novos impostos. Na contagem dos votos Bush venceu com 54% contra 46% de voto popular.

Durante o primeiro ano do seu mandato, Bush seguiu um programa fiscal conservador, continuando políticas relativas a impostos, despesas e dívida que cumpriam o programa económico da administração Reagan. Mas o novo presidente encontrou-se em breve entre

um grande défice orçamental e uma lei de redução do défice. Parecia serem necessários cortes na despesa e Bush possuía pouca margem de manobra para introduzir novas rubricas no orçamento.

A administração Bush avançou com novas iniciativas políticas em áreas que não exigiam novas despesas federais substanciais. Assim, em novembro de 1990, Bush assinou uma legislação radical impondo novas normas federais a fumo urbano, tubos de escape de automóveis, poluição tóxica do ar e chuva ácida, mas sendo a maioria dos custos suportada por poluentes industriais. Ele aceitou legislação exigindo acesso físico para os deficientes, mas sem despesas para o orçamento federal relativas à modificação de edifícios a fim de poderem ter acessos para cadeiras de rodas e coisas do género. O presidente também lançou uma campanha para incentivar o voluntariado, que ele designou numa frase memorável "um milhar de pontos de luz".

ORÇAMENTOS E DÉFICES

Os esforços da administração Bush para controlar o défice do orçamento federal foram, todavia, mais problemáticos. Um motivo da dificuldade era a crise de poupanças e crédito. Os bancos económicos, outrora muito regulados, portos seguros de juros baixos para o cidadão comum, tinham sido desregulados, permitindo a estas instituições competir mais agressivamente, pagando taxas de juros mais elevadas e concedendo empréstimos mais arriscados. Aumentos no sistema de garantia de depósitos do governo reduziram o incentivo ao consumidor para evitar instituições menos seguras. Fraude, má gestão e a economia instável causaram insolvências generalizadas entre estas instituições de crédito (o termo geral para instituições orientadas para o consumidor como associações de poupanças e crédito e bancos económicos). Por volta de 1993, o custo total de venda e encerramento de instituições de crédito era surpreendente, cerca de US $ 525.000 milhões.

Em janeiro de 1990, o Presidente Bush apresentou a sua proposta de orçamento ao Congresso. Os Democratas argumentaram que as projeções do orçamento dessa administração eram demasiado otimistas e que, para cumprir a lei de redução do défice, era preciso aumentar os impostos e cortar mais nas despesas da defesa. Nesse mês de junho, após longas negociações, o presidente concordou com o aumento dos impostos. Mesmo assim, a combinação de recessão económica, prejuízos das poupanças e operação de salvamento da indústria do crédito e custos crescentes dos cuidados de saúde para Medicare e Medicaid igualaram todas as medidas de redução do défice e causaram um défice em 1991 pelo menos tão elevado como o do ano anterior.

FIM DA GUERRA FRIA

Quando Bush se tornou presidente, o império soviético estava à beira de um colapso. Os esforços de Gorbachev de liberalização da economia da URSS pareciam hesitantes. Em 1989, os governos comunistas caíram um após o outro nos países da Europa de Leste, depois de se ter tornado evidente que não seriam enviadas tropas soviéticas para os apoiar. Em meados de 1991, a ala dura tentou um golpe de estado, mas foi derrotada pelo rival de Gorbachev, Boris Yeltsin, presidente da República Russa. No fim desse ano, Yeltsin, agora dominante, obrigou à dissolução da União Soviética.

A administração Bush negociou habilmente o fim da Guerra Fria, trabalhando estreitamente com Gorbachev e Yeltsin. Chefiou as negociações que levaram à unificação da Alemanha Oriental e Ocidental (setembro de 1990), a um acordo sobre grandes reduções no armamento na Europa (novembro de 1990) e a grandes cortes nos arsenais nucleares (julho de 1991). Após o fim da União Soviética, os Estados Unidos e a nova Federação Russa concordaram em retirar gradualmente todos os mísseis com ogivas múltiplas por um período de 10 anos.

A destruição de material nuclear e as preocupações sempre presentes de proliferação nuclear substituíam agora a ameaça de conflito nuclear entre Washington e Moscovo.

A GUERRA DO GOLFO

A euforia causada pelo fim da Guerra Fria foi dramaticamente ofuscada pela invasão de um pequeno país, o Kuwait, pelo Iraque a 2 de agosto de 1990. O Iraque, governado por Saddam Hussein, e o Irão sob um regime fundamentalista islâmico tinham surgido como as duas principais potências militares no Golfo Pérsico, uma região rica em petróleo. Os dois países tinham travado uma guerra longa e inconclusiva nos anos 80. Menos hostil aos Estados Unidos do que o Irão, o Iraque tinha conseguido algum apoio das administrações Reagan e Bush. A ocupação do Kuwait, que representava uma ameaça para a Arábia Saudita, mudou os cálculos diplomáticos de um dia para o outro.

O Presidente Bush condenou veementemente a ação iraquiana, pediu a retirada incondicional do Iraque e enviou um importante destacamento de tropas americanas para o Médio Oriente. Fez uma das coligações militares e políticas mais extraordinárias dos tempos modernos, com forças militares da Ásia, Europa e África bem como do Médio Oriente.

Nos dias e semanas que se seguiram à invasão, o Conselho de Segurança das NU aprovou 12 resoluções condenando a invasão iraquiana e impondo vastas sanções económicas ao Iraque. A 29 de novembro, aprovou o uso da força se o Iraque não se retirasse do Kuwait até 15 de janeiro de 1991. A União Soviética de

Gorbachev, outrora o principal fornecedor de armas ao Iraque, não fez qualquer esforço para proteger o seu antigo cliente.

Bush foi também confrontado com uma importante questão constitucional. A Constituição dos EUA concede ao poder legislativo o poder de declarar guerra. Contudo, na segunda metade do século XX, os Estados Unidos tinham-se envolvido na Coreia e no Vietname sem uma declaração oficial de guerra e apenas com uma obscura autorização legislativa. A 12 de janeiro de 1991, três dias antes do prazo dado pelas NU, o Congresso concedeu ao presidente a autorização que ele pretendia concedendo-lhe o poder de travar uma guerra mais explícito e radical dado a um presidente em cerca de meio século.

Os Estados Unidos, em coligação com a Grã-Bretanha, França, Itália, Arábia Saudita, Kuwait e outros países, conseguiram libertar o Kuwait com uma campanha aérea devastadora que durou pouco mais de um mês. Foi seguida de uma invasão maciça do Kuwait e do Iraque por forças de infantaria aerotransportadas. Com a sua velocidade, mobilidade e poder de fogo superiores, as forças aliadas esmagaram as forças iraquianas numa campanha terrestre que durou apenas 100 horas.

Contudo, a vitória foi incompleta e insatisfatória. A resolução das NU, que Bush aplicou ao pé da letra, exigia apenas a expulsão do Iraque do Kuwait. Saddam Hussein continuou no poder, reprimindo ferozmente os curdos a norte e os xiitas a sul, que tinham sido encorajados a revoltar-se pelos Estados Unidos. Centenas de incêndios em poços de petróleo, deliberadamente causados no Kuwait pelos iraquianos só foram totalmente extintos em novembro de 1991. O regime de Saddam Hussein aparentemente tinha-se oposto aos inspetores das NU que, agindo de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança, procuravam localizar e destruir armas de destruição maciça no Iraque, incluindo instalações nucleares mais avançadas do que se tinha suspeitado e stocks de armas químicas.

A Guerra do Golfo permitiu aos Estados Unidos convencer os estados árabes, Israel e uma delegação palestiniana a começarem negociações diretas a fim de resolverem as complexas questões interligadas que podiam eventualmente conduzir a uma paz duradoura na região. As negociações tiveram início em Madrid, a 30 de outubro de 1991. Por seu lado, criaram as condições para negociações secretas na Noruega que conduziram ao que pareceu ser um acordo histórico entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina, assinado na Casa Branca a 13 de setembro de 1993.

PANAMÁ E NAFTA

O presidente também recebeu amplo apoio bipartidário do Congresso a uma breve invasão do Panamá pelos EUA a 20 de dezembro de 1989, que depôs o ditador General Manuel António Noriega. Nos anos 80, a dependência da cocaína atingiu proporções epidémicas e o Presidente Bush colocou o "Combate à Droga" no centro da sua agenda nacional. Além disso, Noriega, um ditador particularmente brutal, tinha tentado manter-se no poder com exibições bastante rudes de anti-americanismo. Depois de procurar refúgio na embaixada do Vaticano, Noriega entregou-se às autoridades americanas. Foi julgado mais tarde e condenado num tribunal federal americano em Miami, Florida, por narcotráfico e extorsão.

A nível económico a administração Bush negociou o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) com o México e o Canadá. Viria a ser ratificado após um debate intenso no primeiro ano da administração Clinton.

CANDIDATOS DE OUTRO PARTIDO E INDEPENDENTES

Muitas vezes pensa-se que os Estados Unidos têm um sistema de dois partidos. Na prática isto é verdade: um Republicano ou um Democrata ocupou a Casa Branca todos os anos desde 1852. Contudo, ao mesmo tempo, o país produzia uma infinidade de outros partidos mais pequenos ao longo dos anos. Por exemplo, 58 partidos estiveram representados em pelo menos uma votação estadual durante as eleições presidenciais de 1992. Entre estes encontravam-se partidos obscuros como Apathy, Looking Back, New Mexico Prohibition, Tish Independent Citizens e Vermont Taxpayers.

Estes partidos organizam-se em torno de uma única questão ou de um conjunto de questões. Tendem a sair-se melhor quando têm um líder carismático. Estando a presidência fora do seu alcance, a maioria procura uma plataforma para dar a conhecer as suas preocupações políticas e sociais.

Theodore Roosevelt. O candidato mais bem sucedido de outro partido no século XX foi um Republicano, Theodore Roosevelt, o antigo Presidente. O seu partido, Progressista or "Bull Moose Party", obteve 27.4% dos votos na eleição de 1912. A ala progressista do Partido Republicano, tendo ficado desiludida com o Presidente William Howard Taft, que Roosevelt tinha escolhido como seu sucessor, insistiu com Roosevelt para conseguir a nomeação do partido em 1912. Ele fez isto, derrotando Taft em várias primárias. Contudo, Taft controlava a máquina do partido e conseguiu a nomeação.

Então os apoiantes de Roosevelt separaram-se e formaram o Partido Progressista. Declarando-se tão preparado como um alce ("bull moose" em inglês e daí o nome popular do partido), Roosevelt fez uma campanha baseada em regulação de "grandes empresas", direito de voto das mulheres, imposto graduado sobre o rendimento, Canal do Panamá e conservação. O seu esforço foi suficiente para derrotar Taft. Contudo ao dividir o voto republicano, ele ajudou a garantir a eleição do Democrata Woodrow Wilson.

Socialistas. O Partido Socialista também atingiu o seu ponto máximo em 1912, obtendo 6% do voto popular. O eterno candidato Eugene Debs obteve quase 900.000 votos nesse ano, defendendo a posse coletiva da indústria dos transportes e das comunicações, menos horas de trabalho e projetos de obras públicas para promover o emprego. Acusado de insubordinação durante a Primeira Guerra Mundial, Debs fez campanha a partir da sua cela em 1920.

Robert La Follette. Outro progressista foi o Senador Robert La Follette, que obteve mais de 16% dos votos nas eleições de 1924. Há muito um defensor dos agricultores e dos trabalhadores industriais e um ardente inimigo de grandes empresas, La Follette foi o primeiro a recriar o movimento progressista depois da Primeira Guerra Mundial. Apoiado pelos votos dos agricultores, operários e também por socialistas e o que restava do Bull Moose Party de Roosevelt, La Follette fez uma campanha com base na nacionalização da rede ferroviária e dos recursos naturais do país. Também apoiou fortemente mais impostos para os ricos e o direito a negociação coletiva. Só votou nele o seu estado natal, Wisconsin.

Henry Wallace. O Partido Progressista reinventou-se em 1948 com a nomeação de Henry Wallace, antigo Secretário da Agricultura e Vice-Presidente no mandato de Franklin Roosevelt. A candidatura de Wallace em 1948 opunha-se à Guerra Fria, ao Plano Marshall e às grandes empresas. Também fez campanha para acabar com a discriminação dos afro-americanos e das mulheres, apoiou o salário mínimo e pediu a eliminação do Comité de Atividades Não Americanas da Câmara dos Representantes. Por não ter repudiado o Partido Comunista americano que o apoiava, a sua popularidade foi prejudicada e obteve apenas 2.4% dos votos.

Dixiecrats. Como os Progressistas, o partido States Rights ou Dixiecrat, liderado pelo governador da Carolina do Sul, Strom Thurmond, surgiu em 1948 como um subproduto do Partido Democrata. A sua oposição provinha do programa de direitos civis de Truman. Embora definido em termos de "direitos do estado" o objetivo do partido era continuar com a segregação racial e as leis "Jim Crow" que a apoiavam.

George Wallace. As convulsões raciais e sociais dos anos 60 ajudaram a chamar a atenção nacional para George Wallace outro governador segregacionista do Sul. Wallace conseguiu apoiantes graças aos seus vivos ataques contra direitos civis, liberais e governo federal. Tendo fundado o Partido Americano Independente em 1968, ele dirigiu a sua campanha a partir da Câmara dos Representantes em Montgomery, Alabama, obtendo 13.5% dos votos presidenciais.

H. Ross Perot. Todos os outros partidos procuram aproveitar o descontentamento popular com os partidos principais e o governo federal. Contudo, poucas vezes na história recente este sentimento foi tão forte como durante as eleições de 1992. Um homem de negócios muito rico do Texas, Perot, tinha jeito para fazer passar a sua mensagem de senso comum económico e responsabilidade fiscal para todo um amplo espetro de pessoas. Satirizando os líderes do país e reduzindo a sua mensagem económica a fórmulas de fácil compreensão, Perot não teve qualquer dificuldade em conseguir a atenção dos média. A organização da sua campanha, United We Stand, tinha principalmente voluntários e era suportada pela sua fortuna pessoal. Longe de se ressentirem com a sua riqueza, muitos admiravam o sucesso de Perot nos negócios e a liberdade que isso lhe proporcionava pois não tinha que solicitar fundos de campanha de interesses especiais. Perot retirou-se da corrida em julho. Tendo voltado um mês antes das eleições, obteve 19 milhões de votos como porta-estandarte do Partido Reformador, cerca de 19% do total. Este foi de longe o maior resultado jamais obtido por um candidato de outro partido e ficou em segundo lugar apenas em relação ao de Theodore Roosevelt em 1912 como percentagem do total. ◆

CAPÍTULO

15

PONTE PARA O SÉCULO XXI

Bombeiros por baixo dos pilares destruídos das torres gémeas do World Trade Center depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2011 em Nova Iorque e Washington, D.C.

> "Ao olharmos em frente para o próximo século, serão líderes aqueles que capacitarem as pessoas".
>
> Co-fundador e presidente da Microsoft **Bill Gates**, 2007

Para a maioria dos americanos os anos 90 seriam um período de paz, prosperidade e rápida mudança tecnológica. Alguns atribuíram isso à "Revolução Reagan" e ao fim da Guerra Fria, outros ao regresso de um Democrata à presidência. Durante este período, a maioria dos americanos, independentemente da afiliação política, afirmou o seu apoio aos valores familiares tradicionais, muitas vezes fundamentados na sua religião. O colunista do New York Times, David Brooks, sugeriu que o país estava a viver uma "autorreparação moral" uma vez que "muitos dos indicadores de colapso social, que tinham aumentado em finais dos anos 60 e 70 e que atingiram níveis máximos nos anos 80", estavam agora em declínio.

À parte das estatísticas sociais melhoradas, inclusive as criminais, a política americana permaneceu ideológica, emocional e caracterizada por divisões intensas. Além disso, pouco depois do país entrar no novo milénio, a sua sensação de segurança pós-Guerra Fria foi abalada por um ataque terrorista sem precedentes que o lançou numa nova e difícil via internacional.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1992

Quando se aproximava a eleição presidencial de 1992, os americanos estavam num mundo transformado de uma forma praticamente inconcebível quatro anos antes. Os marcos conhecidos da Guerra Fria – desde o muro de Berlim a mísseis e bombardeiros intercontinentais em alerta elevado constante – tinham desaparecido. A Europa de Leste era independente, a União Soviética tinha-se dissolvido, a Alemanha estava reunificada, árabes e israelitas estavam envolvidos em negociações diretas e a ameaça de um conflito nuclear tinha diminuído substancialmente. Era como se um grande volume da história se tivesse fechado e aberto outro.

Contudo, no âmbito nacional os americanos mostravam-se menos otimistas e enfrentavam alguns problemas profundos e bem conhecidos. Os Estados Unidos encontravam-se na maior recessão desde o início dos anos 80. Muitos dos postos de trabalho que deixaram de existir eram de cargos administrativos e chefias intermédias e não, como antigamente, apenas de operários no setor industrial. Mesmo quando a economia começou a recuperar em 1992, o seu crescimento foi praticamente impercetível até finais desse ano. Além disso, o défice federal continuou a aumentar, devido sobretudo às despesas crescentes na área da saúde.

O Presidente George Bush e o Vice-Presidente Dan Quayle conseguiram facilmente voltar a ser nomeados pelo Partido Republicano. Do lado Democrata, Bill Clinton, Governador do Arkansas derrotou inúmeros candidatos e obteve a nomeação do seu partido. Como seu candidato a vice-presidente escolheu o Senador Al Gore do Tennessee, geralmente reconhecido como um dos maiores defensores da proteção do ambiente, no Congresso.

A profunda insatisfação do país com o rumo da economia também deu origem ao aparecimento de um candidato independente extraordinário, um empresário rico do Texas, H. Ross Perot. Perot aproveitou a grande frustração devido à incapacidade de Washington de tratar eficazmente das questões económicas, principalmente do défice federal. Ele possuía uma personalidade exuberante e um dom para piadas políticas. Foi o candidato de um terceiro partido com mais sucesso desde Theodore Roosevelt em 1912.

Os esforços de reeleição de Bush centraram-se em ideias normalmente utilizadas pelos candidatos: experiência e confiança. George Bush, com 68 anos, o último de uma série de presidentes que combateram na Segunda Guerra Mundial, enfrentava um jovem adversário em Bill Clinton que, com 45 anos, nunca tinha servido nas forças armadas e tinha participado em protestos contra a guerra do Vietname. Ao realçar a sua experiência como presidente e comandante supremo, Bush chamou a atenção para a inexperiência de Clinton no âmbito nacional.

Bill Clinton organizou a sua campanha em torno de outro dos temas mais antigos e mais eficazes na política eleitoral: juventude e mudança. Quando era aluno do ensino secundário Bill Clinton encontrou-se uma vez com o Presidente Kennedy; 35

anos depois, grande parte da sua retórica repetiu conscientemente a da campanha de Kennedy em 1960.

Como governador do Arkansas durante 12 anos, Clinton pôde destacar a sua experiência de luta nas áreas de crescimento económico, educação e cuidados de saúde, que, segundo sondagens à opinião pública, faziam parte das principais vulnerabilidades do Presidente Bush. Quando Bush apresentava um programa económico baseado em impostos mais baixos e cortes na despesa do governo, Clinton propunha impostos mais altos para os ricos e mais despesa em investimentos em educação, transportes e comunicações, que ele acreditava que promoveriam a produtividade nacional e o crescimento, diminuindo assim o défice. De igual modo, as propostas de Clinton para a saúde apelavam a muito maior envolvimento do governo federal do que as propostas de Bush.

Clinton demonstrou ser um melhor comunicador, sobretudo na televisão, um meio que realçou o seu charme e a sua inteligência. O sucesso do presidente cessante nas negociações que puseram termo à Guerra Fria e em repelir a invasão do Kuwait pelo Iraque deram força ao argumento implícito de Clinton de que os assuntos externos se tinham tornado relativamente menos importantes tendo em conta as necessidades sociais e económicas prementes no país.

A 3 de novembro, Bill Clinton foi eleito 24º presidente dos Estados Unidos com 43% dos votos, contra 37% para Bush e 19% para Perot.

UMA NOVA PRESIDÊNCIA

Clinton foi em muitos aspectos o líder perfeito para um partido dividido entre a ala liberal e a moderada. Tentou assumir a imagem de um centrista pragmático, que podia moderar as solicitações dos vários grupos de interesse do Partido Democrata sem os afastar.

Evitando a retórica ideológica que afirmava que um governo grande era positivo, ele propôs alguns programas que lhe fizeram ganhar o epíteto de "Novo Democrata". O controlo da burocracia federal e das nomeações judiciais forneceram os meios para satisfazer as reivindicações políticas dos sindicatos e de ativistas dos direitos civis. Quanto à sempre controversa questão do aborto, Clinton apoiou a sentença Roe vs. Wade, mas também declarou que o aborto devia ser "seguro, legal e raro".

O colaborador mais próximo do Presidente Clinton foi a sua esposa, Hillary Rodham Clinton. Na campanha ele dizia a brincar que quem votasse nele "obtinha dois pelo preço de um". Ela apoiou o marido contra acusações acerca da sua vida pessoal.

Sendo tão enérgica e ativista como o seu marido, a Sra. Clinton assumiu um papel mais proeminente na administração do que qualquer outra primeira-dama, até mesmo Eleanor Roosevelt. sua primeira missão importante consistiu em elaborar um programa nacional de saúde. Em 2000, com a administração do seu marido prestes a chegar ao fim, ela foi eleita Senadora por Nova Iorque.

LANÇAMENTO DE UMA NOVA POLÍTICA NACIONAL

Na prática, o centrismo de Clinton exigiu escolhas que, às vezes, provocaram emoções intensas. A primeira iniciativa política do presidente tinha como finalidade satisfazer as exigências dos homossexuais, que, reclamando o reconhecimento por serem vítimas de discriminação, se tinham tornado um importante eleitorado Democrata.

Logo após a sua tomada de posse, o Presidente Clinton emitiu um despacho anulando a política militar de longa data segundo a qual os homossexuais conhecidos eram dispensados do serviço. Imediatamente, o despacho foi furiosamente criticado pelos militares, sobretudo Republicanos, e por grandes segmentos da sociedade americana. Clinton modificou-o rapidamente com uma ordem "não perguntem, não digam", que na prática restabelecia a política antiga, mas desencorajava a investigação ativa da orientação sexual individual.

Os esforços para conseguir um plano nacional de saúde demonstraram ser um revés muito maior. A administração criou um grande grupo de trabalho presidido por Hillary Clinton. Composto por intelectuais e ativistas políticos proeminentes, trabalhou em segredo durante meses na formulação de um plano que daria a todos os americanos cobertura na área da saúde.

A hipótese subjacente ao plano era de que um plano gerido pelo governo com "um único interveniente" podia prestar serviços de saúde a todo o país mais eficazmente do que o sistema descentralizado atual com milhares de seguradoras e fornecedores separados.

Contudo, quando foi finalmente apresentado ao Congresso em setembro de 1993, o plano refletia a complexidade do assunto. A maior parte dos Republicanos e alguns Democratas criticaram-nos como um controlo federal complexo e péssimo da medicina americana. Após um ano de discussões, morreu sem um voto no Congresso.

Clinton teve mais sucesso numa outra questão com grandes repercussões para a economia nacional. O presidente anterior, George Bush, tinha negociado o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) para criar um comércio totalmente aberto entre o Canadá, os Estados Unidos e o México. Importantes círculos eleitorais Democratas opuseram-se ao acordo. Os sindicatos estavam convencidos de que incentivaria a exportação de postos de trabalho e prejudicaria as normas de trabalho americanas. Os ambientalistas afirmavam que levaria as indústrias americanas a deslocalizarem para países com menor controlo da

poluição. Estes foram os primeiros sinais de um movimento crescente na ala esquerda da política americana contra a visão de um sistema económico mundial integrado.

Todavia, o Presidente Clinton aceitou o argumento de que o comércio livre era benéfico para todas as partes porque levaria a um maior fluxo de bens e serviços produzidos de forma mais eficaz. A sua administração não só submeteu o NAFTA ao Senado mas também apoiou o estabelecimento de um sistema de comércio internacional muito liberalizado a ser administrado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Após um debate aceso, o Congresso aprovou o NAFTA em 1993. Viria a aprovar a adesão à OMC um ano mais tarde.

Apesar de Clinton ter falado de uma "redução nos impostos da classe média" durante a campanha presidencial, ele apresentou ao Congresso um orçamento exigindo um aumento geral dos impostos. Inicialmente incluía um grande imposto sobre o consumo de energia com o objetivo de promover a preservação, mas isso depressa foi substituído por um aumento nominal no imposto federal sobre a gasolina. Também lançou um imposto sobre os benefícios da segurança social para as pessoas de rendimento médio e superior. Contudo, foi colocada uma grande ênfase no aumento dos impostos para as pessoas com salários elevados. O debate que se seguiu foi um regresso aos argumentos entre os que defendiam uma redução nos impostos e os que defendiam a "responsabilidade fiscal" que marcou a era Reagan. No fim, Clinton venceu mas por uma margem estreita. A lei sobre os impostos foi aprovada na Câmara dos Representantes por apenas um voto.

Nessa altura, estavam em curso as campanhas eleitorais de 1994 para o Congresso. Embora a administração já tivesse tomado muitas decisões em matéria de política externa, as questões nacionais eram sem dúvida mais importantes para os eleitores. Os Republicanos retratavam Clinton e os Democratas como pessoas que não corrigiram os impostos e gastadoras. O próprio Clinton já estava a ser acusado de ter cometido fraude financeira no passado num projeto imobiliário no Arkansas e de má conduta sexual. Em novembro, os eleitores deram aos Republicanos o controlo de ambas as câmaras do Congresso pela primeira vez desde a eleição de 1952. Muitos observadores acreditaram que Bill Clinton teria apenas um único mandato como presidente. Tomando aparentemente uma decisão de se adaptar às novas realidades políticas, Clinton moderou a sua orientação política. Foram poucas as iniciativas políticas para o restante do seu mandato. Contrariamente às previsões catastróficas dos Republicanos, o aumento dos impostos de 1993 não impediu uma melhoria progressiva da economia.

A nova liderança Republicana na Câmara dos Representantes, pelo contrário, fez muita pressão para alcançar os seus objetivos políticos, em grande contraste com o novo tom moderado da administração. Quando extremistas da direita fizeram explodir um edifício federal na cidade de Oklahoma em abril de 1995, Clinton reagiu de forma moderada e conciliadora, que aumentou a sua estatura e deixou implicitamente algumas dúvidas acerca dos seus adversários conservadores. No fim do ano, ele vetou um projeto de lei do orçamento apresentado pelos Republicanos, encerrando o governo durante semanas. A maior parte do público parecia culpar os Republicanos.

O presidente também cooptou parte do programa Republicano. No seu discurso sobre o Estado da União de janeiro de 1996, ele declarou pomposamente "A era de um grande governo acabou". Nesse verão, na véspera da campanha presidencial, ele assinou um importante projeto de lei de reforma da segurança social que era essencialmente um produto Republicano. Com o objetivo de acabar com o apoio permanente à maioria dos beneficiários da segurança social e obrigá-los a trabalhar, contava com a oposição de muitos do seu próprio partido. Dum modo geral, viria a demonstrar ser um sucesso na prática na década seguinte.

A ECONOMIA AMERICANA NOS ANOS 90

Em meados dos anos 90, o país não tinha apenas recuperado da recessão breve mas aguda da presidência Bush. Estava a entrar numa era de grande prosperidade e isso apesar do declínio da sua base industrial tradicional. Provavelmente, a força principal por detrás deste novo crescimento era o grande uso do computador pessoal.

Menos de 20 anos após a sua introdução, o computador pessoal tinha-se tornado um artigo comum não só em todo o tipo de escritórios, mas também nos lares na América. Muito mais poderoso do que se podia imaginar duas décadas antes, capaz de restaurar quantidades enormes de dados, disponível ao preço dum bom frigorífico, tornou-se um aparelho comum nos lares americanos.

Empregando pacotes de programas, as pessoas utilizavam-no para contabilidade, tratamento de texto ou para guardar música, fotografias e vídeos. A ascensão da Internet, que deixou de ser uma rede de dados de defesa fechada, possibilitou o acesso a todo o tipo de informações, criou novas oportunidades de compra e criou o correio electrónico (e-mail) como um modo normal de comunicação. A popularidade do telemóvel gerou uma nova grande indústria que se desenvolveu juntamente com o computador pessoal.

A comunicação instantânea e a manipulação de dados à velocidade da luz aceleraram o ritmo de muitos negócios, melhorando muito a produtividade e criando novas oportunidades de lucro. Indústrias recentes que respondiam à procura de novos equipamentos tornaram-se companhias multimilionárias praticamente de um dia para o outro, criando uma classe média enorme de técnicos, gestores e pessoas versadas em direitos de software.

Um ímpeto final foi a passagem para o novo milénio. Um impulso enorme para atualizar equipamento informático antiquado, que podia não reconhecer o ano 2000, fez com que as despesas com tecnologia de dados atingissem o seu ponto máximo.

Estes acontecimentos começaram a tomar forma durante o primeiro mandato de Clinton. No fim do seu segundo mandato, estavam a promover uma economia em crescimento. Quando foi eleito presidente, a taxa de desemprego era de 7.4%. Quando se candidatou à reeleição em 1996, o desemprego era de 5.4%. Quando os eleitores foram às urnas para escolher o seu sucessor, em novembro de 2000, era de 3.9%. Em muitos locais, a questão que se colocava não era cuidar dos desempregados mas sim encontrar mão de obra adequada.

Uma pessoa tão conceituada como Alan Greenspan, Presidente da Reserva Federal, encarou o crescimento rápido do mercado de capitais com preocupação e avisou sobre o "entusiasmo irracional". O entusiasmo dos investidores, no seu ponto mais alto desde os anos 20, prosseguiu com a convicção de que os critérios normais de avaliação se tinham tornado obsoletos devido a uma "nova economia" de potencial ilimitado. Os bons tempos estavam a passar perigosamente depressa, mas a maioria dos americanos estava mais inclinada a desfrutar o momento enquanto durasse do que em planear para uma falência futura.

A ELEIÇÃO DE 1996 E O RESCALDO POLÍTICO

O Presidente Clinton iniciou a sua campanha para a reeleição em 1996 em circunstâncias muito favoráveis. Embora a sua personalidade não fosse imponente como a de Roosevelt, era um candidato natural que muitos achavam que tinha um encanto contagiante. Ele fora presidente durante uma recuperação económica crescente. Tinha-se posicionado no espetro político de uma forma que fazia com que parecesse um homem do centro inclinado para a esquerda. O seu adversário Republicano, o Senador Robert Dole do Kansas, líder Republicano na câmara alta, era um legislador formidável mas tinha menos sucesso como candidato presidencial.

Clinton, prometendo "criar uma ponte para o século XXI", derrotou facilmente Dole numa corrida com três partidos, 49.2% contra 40.7% e 8.4% para Ross Perot. Tornou-se assim o segundo presidente americano a vencer duas eleições consecutivas sem uma maioria do total dos votos. (O outro foi Woodrow Wilson em 1912 e 1916). Contudo, os Republicanos mantiveram o controlo tanto da Câmara dos Representantes como do Senado.

Clinton nunca se referiu muito a um programa nacional no seu segundo mandato. O ponto alto do seu primeiro ano foi um acordo com o Congresso com o objetivo de equilibrar o orçamento, reforçando ainda mais a posição do presidente como um liberal moderado, responsável do ponto de vista fiscal.

Em 1998 a política americana entrou num período agitado devido à revelação de que Clinton tinha tido um caso na Casa Branca com uma jovem estagiária. Ao princípio o presidente negou isto, dizendo ao povo americano: "Não tive relações sexuais com essa mulher". O presidente já tinha sido confrontado com acusações semelhantes no passado.

Num processo de assédio sexual levantado por uma mulher que ele tinha conhecido no Arkansas, Clinton negou sob juramento o caso da Casa Branca. Isto corresponde à definição de perjúrio para a maioria dos americanos. Em outubro de 1998, a Câmara dos Representantes iniciou um processo de audições para a sua destituição, incidindo em acusações de perjúrio e obstrução à justiça.

Independentemente do mérito dessa abordagem, a maioria dos americanos parecia considerar o assunto como privado a ser decidido no seio da família, uma mudança significativa na atitude do público. Também significativamente, Hillary continuou a apoiar o seu marido. Certamente também ajudou o facto de ser um período bom. No meio do debate sobre a destituição na Câmara dos Representantes, o presidente anunciou o maior superavit orçamental em 30 anos. As sondagens à opinião pública mostraram que a taxa de aprovação a Clinton era a mais alta dos seus seis anos de mandato.

Nesse mês de novembro, os Republicanos tiveram ainda mais derrotas nas eleições intercalares para o Congresso, reduzindo as suas maiorias para margens muito estreitas. O Presidente da Câmara dos Representantes, Newt Gingrich, apresentou a sua demissão e o partido tentou desenvolver uma imagem mais discreta. No entanto, em dezembro a Câmara dos Representantes votou a primeira resolução de destituição de um presidente em exercício desde Andrew Johnson (1868), entregando assim o caso ao Senado para julgamento.

O julgamento de destituição de Clinton, presidido pelo Juiz Presidente dos Supremo Tribunal gerou pouca expetativa. No meio disso, o presidente proferiu o seu discurso anual sobre o Estado da União no Congresso. Nunca testemunhou e nenhum observador sério esperava que qualquer das acusações que lhe foram feitas obtivesse os dois terços dos votos necessários para que ele

fosse destituído. No fim, nenhuma obteve sequer uma maioria simples. A 12 de fevereiro de 1999, Clinton foi absolvido de todas as acusações.

RELAÇÕES EXTERIORES DA AMÉRICA NOS ANOS CLINTON

Não se esperava que Bill Clinton fosse um presidente que desse um lugar de destaque à política externa. Contudo, como os seus antecessores mais próximos, ele descobriu rapidamente que todas as crises internacionais pareciam dirigir-se a Washington.

Teve que lidar com o rescaldo confuso da Guerra do Golfo de 1991. Não tendo conseguido depor Saddam Hussein, os Estados Unidos, apoiados pela Grã-Bretanha, tentaram contê-lo. Um regime de sanções económicas impostas pelas Nações Unidas, que permitia ao Iraque vender petróleo suficiente para satisfazer as suas necessidades humanitárias, demonstrou ser relativamente ineficaz. Saddam canalizou a maior parte dos lucros para si mesmo, deixando uma grande parte do seu povo na miséria. "Zonas de exclusão aérea" militares impostas para impedir o governo iraquiano de enviar a sua força aérea contra os rebeldes curdos a norte e os xiitas a sul exigiam patrulhas aéreas americanas e britânicas constantes, que se defendiam normalmente de mísseis antiaéreos.

Os Estados Unidos também concederam o apoio principal a equipas das NU de inspeção de armas, cuja missão era descobrir programas químicos, biológicos e nucleares iraquianos, verificar a destruição das armas de destruição maciça existentes e eliminar programas em curso para as produzir. Cada vez com mais impedimentos, os inspetores das NU acabaram por ser expulsos em 1998. A isto, bem como a outras provocações anteriores, os Estados Unidos responderam com ataques limitados com mísseis. A Secretária de Estado Madeline Albright declarou que Saddam ainda estava "numa situação muito difícil".

O conflito israelo-palestiniano aparentemente sem fim envolveu a administração, apesar de nem o Presidente Clinton nem o antigo Presidente Bush terem muito a ver com o acordo de Oslo de 1993, que criou uma "autoridade" palestiniana para governar a população palestiniana na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza e obteve o reconhecimento do direito de Israel a existir.

Contudo, em princípio, tal como com tantos acordos anteriores sobre o Médio Oriente, o de Oslo eventualmente desfez-se quando discutiram os detalhes. O líder palestiniano Yasser Arafat não aceitou as ofertas finais do líder pacifista israelita Ehud Barak em 2000 e em janeiro de 2001. Surgiu uma revolta palestiniana em grande escala, marcada pelo uso de bombistas suicidas. Barak caiu do poder e foi substituído por Ariel Sharon, muito mais duro. A identificação dos EUA com Israel era considerada por alguns como o problema principal para resolver outras

questões na região, mas os diplomatas americanos podiam fazer pouco mais do que esperar conter a violência. Após a morte de Arafat em finais de 2004, surgiu uma nova liderança palestiniana mais recetiva a um acordo de paz e os políticos americanos retomaram os esforços para promover um acordo.

O Presidente Clinton também passou a estar mais envolvido nos "problemas" na Irlanda do Norte. De um lado estava o violento Exército Republicano Irlandês apoiado sobretudo pelos católicos irlandeses, que queriam integrar estes condados ingleses na República da Irlanda. Do outro lado encontravam-se os Unionistas, com forças paramilitares igualmente violentas, apoiados pela maior parte da população protestante escocesa-irlandesa, que queria continuar a fazer parte do Reino Unido.

Clinton concedeu aos separatistas mais reconhecimento do que jamais tinham obtido nos Estados Unidos, mas também trabalhou estreitamente com os governos britânicos de John Major e Tony Blair. O resultado final, os acordos de paz de Sexta-feira Santa criaram um processo político mas deixaram por resolver muitos detalhes. Nos anos que se seguiram, a paz e a ordem na Irlanda do Norte aguentaram melhor do que no Médio Oriente, mas continuaram a ser precárias. O acordo final continuou a escapar aos negociadores.

A desintegração da Jugoslávia no período após a Guerra Fria, um país étnica e religiosamente dividido entre sérvios, croatas, eslovenos, muçulmanos bósnios e albano-kosovares, também chegou a Washington depois de os governos europeus não terem conseguido impor a ordem. A administração Bush tinha recusado envolver-se na violência inicial; a administração Clinton finalmente fez isso com grande relutância, depois de ter sido encorajada a fazê-lo pelos aliados europeus. Em 1995, negociou um acordo em Dayton, Ohio, para estabelecer uma espécie de paz na Bósnia. Em 1999, perante os massacres de kosovares perpetrados por sérvios, chefiou uma campanha de bombardeamento da NATO contra a Sérvia, que finalmente obrigou a fazer um acordo.

Em 1994, a administração colocou o presidente destituído Jean-Bertrand Aristide de novo no poder no Haiti, onde governou durante nove anos até ser destituído de novo. A intervenção foi, em grande medida, um resultado do apoio cuidadosamente cultivado por Aristide nos Estados Unidos e do receio de uma onda de imigrantes ilegais do Haiti.

Em suma, a administração Clinton dedicou-se sobretudo a questões internas, disposta a resolver problemas internacionais que não podiam ser evitados e, noutros casos, obrigada pelo resto do mundo a fazer isso.

SINAIS DE TERRORISMO

Perto do fim da sua administração, George H. W. Bush enviou tropas americanas para a Somália, um

país caótico da África Oriental. A sua missão era chefiar tropas das NU o que permitiria a distribuição regular de alimentos a uma população faminta.

A Somália viria a tornar-se outra herança para a administração Clinton. Os esforços para estabelecer aí um governo representativo tornaram-se um empreendimento de "construção nacional". Em outubro de 1993, soldados americanos enviados para prender um chefe militar recalcitrante encontraram uma resistência forte inesperada, perdendo um helicóptero no ataque e sofrendo 18 mortes. O chefe militar nunca foi preso. Nos meses seguintes, foram retiradas todas as unidades de combate americanas.

Do ponto de vista da administração, parecia prudente simplesmente pôr termo a um compromisso secundário, mal orientado, e concentrar-se noutras prioridades. Só mais tarde se tornou mais claro que o chefe militar somali tinha sido ajudado por uma organização obscura e emergente que viria a ser conhecida como Al Qaeda, chefiada por um fundamentalista muçulmano chamado Osama Bin Laden. Inimigo fanático da civilização ocidental, Bin Laden alegadamente confirmou a sua convicção de que os americanos não ripostavam quando atacados.

Nessa altura os Estados Unidos já tinham sido alvo de um ataque de extremistas muçulmanos. Em fevereiro de 1993, um enorme carro bomba explodiu no parque de estacionamento por baixo de uma das torres gémeas do World Trade Center na baixa de Manhattan. A explosão matou sete pessoas e feriu cerca de mil, mas não conseguiu deitar abaixo o enorme edifício com milhares de trabalhadores. As autoridades de Nova Iorque e federais trataram do caso como um ato criminoso, prenderam quatro dos conspiradores e obtiveram sentenças de prisão perpétua para eles. Foram também descobertos e tratados de forma idêntica planos secretos subsequentes para explodir túneis, edifícios públicos e até as Nações Unidas.

A possibilidade de terrorismo estrangeiro era, todavia, ofuscada pelo terrorismo interno, sobretudo pelo atentado à bomba da cidade de Oklahoma. Foi obra dos membros da extrema direita Timothy McVeigh e Terry Nichols, matou 166 pessoas e feriu centenas, um número de baixas muito superior ao do ataque de 1993 ao World Trade Center. Mas a 25 de junho de 1996, uma outra grande bomba explodiu nas Torres Khobar, o condomínio dos militares americanos na Arábia Saudita, matando 19 e ferindo 515 pessoas. Um grande júri federal acusou 13 sauditas e um libanês pelos ataques, mas a Arábia Saudita não permitiu qualquer extradição.

Dois anos mais tarde, a 7 de agosto de 1998, bombas potentes, explodindo ao mesmo tempo destruíram as embaixadas dos Estados unidos no Quénia e na Tanzânia, matando 301 pessoas e

ferindo mais de 5.000. Em retaliação Clinton ordenou ataques com mísseis aos campos terroristas dirigidos por Bin Laden no Afeganistão, mas estes pareciam ter sido abandonados. Também ordenou um ataque com mísseis para destruir uma fábrica de produtos químicos suspeita no Sudão, um país que tinha anteriormente concedido refúgio a Bin Laden.

A 12 de outubro de 2000, bombistas suicidas fizeram colidir uma lancha rápida com o contratorpedeiro Cole da marinha americana, em visita de cortesia ao Iémen. A ação heróica da tripulação impediu o navio de se afundar, mas foram mortos 17 marinheiros. Bin Laden tinha estado claramente por detrás dos ataques na Arábia Saudita, Africa e Iémen, mas encontrava-se fora do alcance a não ser que a administração estivesse preparada para invadir o Afeganistão à sua procura.

A administração Clinton nunca quis tomar essa medida. Até recusou a possibilidade de o assassinar se outros pudessem morrer nesse processo. Os ataques tinham sido longínquos e muito afastados. Era fácil aceitá-los como custos indesejáveis mas inevitáveis associados ao estatuto de superpotência. Bin Laden continuou a ser um aborrecimento sério mas não uma alta prioridade para uma administração que estava prestes a chegar ao fim.

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2000 E A GUERRA AO TERRORISMO

O Partido Democrata designou o Vice-Presidente Al Gore como seu candidato. Como seu adversário, os Republicanos escolheram George W. Bush, governador do Texas e filho do antigo Presidente George H.W. Bush. Gore concorreu como liberal dedicado, intensamente preocupado com os danos ao ambiente e determinado a procurar mais ajuda para os setores menos privilegiados da sociedade americana. Parecia posicionar-se à esquerda do Presidente Clinton.

Bush estabeleceu uma posição na ala direita do Partido Republicano, mais perto do legado de Ronald Reagan do que do do seu pai. Moderou a sua imagem demonstrando um interesse especial pela educação e auto designando-se um "conservador sensível". A sua adoção do cristianismo evangélico, que ele declarou ter modificado a sua vida após uma juventude desperdiçada, foi realçada. Foi sublinhada a sua ligação aos valores culturais tradicionais, que contrastava intensamente com o modernismo tecnocrata de Gore. O crítico Ralph Nader posicionou-se à esquerda de Gore como candidato do Partido Verde. O Republicano conservador Patrick Buchanan apresentou uma candidatura independente.

O voto final foi quase dividido igualmente no âmbito nacional; o mesmo aconteceu com os votos do colégio eleitoral. O estado funda-

mental foi a Florida, em que uma margem estreita separava Bush e Gore e milhares de votos foram disputados. Depois de uma série de disputas nos tribunais no âmbito estadual e federal, o Supremo Tribunal dos EUA proferiu uma sentença que efetivamente dava a vitória a Bush. Os Republicanos mantiveram o controlo de ambas as câmaras do Congresso por uma margem pequena.

O total final sublinhou a tensão da eleição: Bush obteve 271 votos do colégio eleitoral contra 266 de Gore, mas Gore ficou à frente no voto popular nacional com 48.4% contra 47.9%. Nader obteve 2.1% e Buchanan 0.4%. Gore, com os estados em que ganhou a azul nos gráficos dos média, varreu o nordeste e a costa oeste; também teve um bom desempenho no Midwest industrial. Bush, cujos estados estavam a vermelho, venceu o seu adversário no sul, no resto do Midwest e nos estados das montanhas. Comentadores em toda a parte comentaram a grande falha entre a América "vermelha" e "azul", uma divisão caracterizada mais por diferenças culturais e sociais do que económicas e ainda mais profunda e emocional por essa razão. George W. Bush tomou posse num clima de extremo ressentimento partidário.

Esperava-se que Bush fosse um presidente preocupado sobretudo com a política interna. Ele queria juntar a confiança do Partido Republicano tradicional no empreendimento privado, em impostos baixos e governo pequeno com um sentimento de responsabilidade social pelos grupos menos afortunados da sociedade americana. Durante a sua campanha falou sobre reformar o sistema de segurança social. Impressionado com a economia do lado da oferta de Reagan, defendeu impostos mais baixos para estimular o crescimento económico.

A economia estava a começar a retroceder do seu máximo de finais dos anos 90. Isto ajudou Bush a garantir a aprovação de um corte nos impostos em maio de 2001. Impostos mais baixos iriam na verdade animar a economia mas ao custo de um crescimento preocupante do défice do orçamento federal. No fim do ano, Bush também obteve a aprovação da lei No Child Left Behind (Nenhuma Criança Fora da Escola), que exigia que as escolas públicas fizessem testes de leitura e matemática anualmente; previa sanções para as escolas que não conseguissem alcançar um padrão específico. A questão da segurança social continuou por resolver apesar dos esforços de Bush no sentido de fazer disso uma prioridade no seu segundo mandato.

A presidência de Bush mudou irremediavelmente a 11 de setembro de 2011 quando os Estados Unidos sofreram o mais devastador ataque estrangeiro de sempre contra o seu território. Nessa manhã, terroristas do Médio Oriente sequestraram simultaneamente quatro aviões de passageiros e usaram dois como veículos suicidas para destruir as torres

gémeas do World Trade Center na cidade de Nova Iorque. Um terceiro avião chocou com o edifício do Pentágono, a sede do departamento da defesa nos arredores de Washington, D.C. O quarto, provavelmente dirigido ao Capitólio, caiu no campo na Pensilvânia quando os passageiros lutavam contra os sequestradores.

O número de mortos, na sua maioria civis no Trade Center, foi de cerca de 3.000, ultrapassando o do ataque japonês a Pearl Harbor. Os custos económicos também foram avultados. Vários outros edifícios perto do Trade Center foram igualmente destruídos, encerrando os mercados financeiros durante vários dias. Teve como efeito prolongar uma recessão já em curso.

Quando o país começava a recuperar do ataque, uma pessoa ou um grupo desconhecido começou a enviar cartas contendo pequenas quantidades da bactéria antraz. Algumas foram para membros do Congresso e responsáveis da administração outras para indivíduos desconhecidos. Nenhuma pessoa conhecida foi infetada. Contudo, cinco vítimas morreram e várias outras tiveram doenças graves. A correspondência foi atingida por uma onda de histeria nacional, mas depois parou tão subitamente como tinha começado e permaneceu um mistério. Em junho de 2008 o Bureau Federal de Investigação – FBI anunciou que o provável culpado era um cientista do governo perturbado; em julho de 2008, o cientista suspeito suicidou-se.

Num discurso na televisão a 20 de setembro de 2001, o Presidente Bush disse a uma sessão conjunta do Congresso, "A nossa guerra ao terrorismo começa com a Al Qaeda mas não termina aqui. Não terminará enquanto não forem encontrados, impedidos e derrotados todos os grupos terroristas de alcance mundial". A administração obteve a aprovação da Lei Patriota em outubro de 2001. Com o objetivo de combater o terrorismo interno, a nova lei alargou consideravelmente os poderes de busca, apreensão e detenção do governo federal. Os seus opositores argumentarem que constituía uma grave violação dos direitos individuais protegidos pela Constituição. Os seus apoiantes responderam que um país em guerra tinha que se proteger.

Após uma hesitação inicial, a administração Bush também decidiu apoiar o estabelecimento de um novo e gigantesco Departamento de Segurança Interna. Autorizado em novembro de 2002 e com o propósito de coordenar o combate a ataques terroristas internos, o novo departamento consolidou 22 agências federais.

A administração, tal como a que a precedeu, não estava preparada para o inconcebível. Contudo, retaliou rapidamente. Determinando que o ataque tinha sido uma operação da Al Qaeda, lançou uma ofensiva militar contra Osama Bin Laden e o governo talibã fundamentalista do Afeganistão que lhe tinha concedido abrigo. Os Estados Unidos conseguiram a cooperação passiva da Fede-

ração Russa, estabeleceram relações com as antigas repúblicas soviéticas, que faziam fronteira com o Afeganistão e retomaram uma aliança há muito esquecida com o Paquistão o que lhes proporcionou apoio político e acesso a bases aéreas.

Utilizando as Forças Especiais do Exército dos EUA e os operacionais paramilitares da Agência Central de Informações – CIA, a administração aliou-se a rebeldes afegãos há muito marginalizados. Devido ao apoio aéreo eficaz, a coligação expulsou o governo talibã em dois meses. No entanto, Bin Laden, líderes talibãs e muitos outros dos seus combatentes fugiram para zonas remotas semi-autónomas do nordeste do Paquistão. A partir dali tentariam reagrupar-se e atacar o novo g overno afegão.

Entretanto, a administração Bush estava à procura de focos de terrorismo noutros lugares. No seu discurso sobre o Estado da União em 2002, o presidente identificou um "eixo do mal" que ele considerava que ameaçava o país: Iraque, Irão e Coreia do Norte. Destes três, o Iraque parecia-lhe a ele e aos seus conselheiros o mais preocupante e talvez o mais fácil de abater.

Saddam Hussein tinha expulsado os inspetores de armas das Nações Unidas. As sanções económicas contra o Iraque estavam a diminuir e, embora não se acreditasse que o regime tinha estado envolvido nos ataques de 11 de setembro, tinha feito alguns contatos com a Al Qaeda. Todos pensavam, não só nos Estados Unidos mas em todo o mundo, que o Iraque tinha reservas de armas químicas e biológicas e podia estar a tentar obter capacidade nuclear. Porque outra razão expulsar as equipas de inspeção e continuar a aguentar sanções?

Ao longo do ano, a administração pressionou por uma resolução das Nações Unidas exigindo o retomar das inspeções de armas com acesso total e livre. Em outubro de 2002, o Iraque declarou que cumpriria. No entanto, os novos inspetores queixaram-se de má fé. Em janeiro, o seu chefe, Hans Blix, apresentou um relatório às Nações Unidas declarando que o Iraque não tinha prestado contas sobre as suas armas de destruição maciça; recomendou que fossem retomadas as inspeções de armas.

Entretanto, Bush tinha recebido uma autorização do Senado por 77 votos contra 23 para o uso de força militar. Os militares americanos começaram a aumentar pessoal e equipamento no Kuwait.

Os planos americanos de guerra contra o Iraque enfrentaram uma oposição anormalmente forte em grande parte da Europa. A França, a Rússia e a Alemanha estavam todas contra o uso da força. Mesmo nos países cujos governos apoiavam os Estados Unidos, havia uma grande hostilidade popular à cooperação. A Grã-Bretanha tornou-se o principal aliado dos Estados Unidos na guerra que se seguiu; a maioria dos países recém independentes da Europa de Leste prestou assistência. Os governos de Itália (durante algum tempo) e de Espanha também concederam o seu apoio. A Turquia, um aliado constante americano de longa data, não o quis fazer.

Mesmo assim, a 19 de março de 2003, tropas americanas e britânicas, apoiadas por pequenos contingentes de vários outros países, deram início à invasão do Iraque a partir do sul. Grupos aerotransportados para o norte colaboravam com a milícia curda. Em ambas as frentes, a resistência era ocasionalmente feroz, mas geralmente desaparecia. Bagdade caiu a 8 de abril. A 14 de abril a campanha militar no Iraque foi declarada concluída.

Conquistar o Iraque revelou-se muito mais fácil do que administrá-lo. Nos primeiros dias a seguir ao fim do combate principal, o país viveu uma pilhagem generalizada. Seguiram-se ataques surpresa às tropas aliadas que se tornaram cada vez mais organizados apesar da captura de Saddam Hussein e da morte dos seus dois filhos e herdeiros. Várias fações iraquianas pareciam prestes a combater umas contra as outras.

Novas equipas de inspeção de armas não conseguiram encontrar as reservas previstas de armas químicas e biológicas. Tornou-se claro que o Iraque nunca tinha reiniciado o programa nuclear que tinha antes da primeira Guerra do Golfo. Após a sua detenção, Saddam Hussein admitiu que tinha feito um bluff gigantesco para prevenir um ataque do estrangeiro ou uma insurreição no país.

Um ano e três meses depois da queda de Bagdade, os Estados Unidos e o Reino Unido, com a cooperação crescente das Nações Unidas, avançaram com a criação de um governo provisório que assumiria o controlo do Iraque. Esse esforço deu-se no meio de cada vez mais violência, incluindo ataques não só contra as tropas aliadas, mas também contra iraquianos conotados de alguma forma com o novo governo. A maior parte dos rebeldes pareciam ser leais a Saddam, alguns eram autóctones de fações muçulmanas e outros combatentes estrangeiros.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2004 E SEGUNDO MANDATO DE GEORGE W. BUSH

Em meados de 2004, com os Estados Unidos a enfrentarem uma rebelião violenta no Iraque, uma oposição estrangeira considerável à guerra nesse país e divisões cada vez mais radicais acerca do conflito interno, o país preparava-se outra eleição presidencial. Os Democratas designaram o Senador John Kerry de Massachusetts, um veterano condecorado do Vietname no seu quarto mandato no Senado. O porte digno de Kerry e o dom da palavra faziam dele um candidato formidável. Um liberal de confiança em questões internas, criticava a guerra do Iraque. Bush designado de novo sem oposição pelos Republicanos, descrevia-se como pessoa franca e coerente nas palavras e nos atos, um homem de ação disposto a tomar as

medidas necessárias para proteger os Estados Unidos.

Marcada por sentimentos intensos de ambos os lados acerca da guerra e de conflitos culturais que, cada vez mais, definiam as diferenças entre os dois principais partidos, a campanha revelou um país quase tão dividido como em 2000. As emoções fortes da campanha fizeram com que houvesse mais 20% de eleitores do que quatro anos antes. Bush teve uma vitória apertada de 51% contra 48%, indo os restantes votos para Ralph Nader e outros independentes. Os Republicanos obtiveram ganhos pequenos mas importantes no Congresso.

George W. Bush iniciou o seu segundo mandato em janeiro de 2005, enfrentando imensos desafios: Iraque, maiores défices no orçamento federal, um défice crónico na balança de pagamentos internacional, o custo crescente dos benefícios sociais e uma moeda instável. Nada disto era suscetível de ser resolvido com soluções rápidas ou fáceis.

O Iraque era o problema maior e mais visível. O país tinha adotado uma nova Constituição e realizado eleições legislativas em 2005. Saddam Hussein, julgado por um tribunal iraquiano, tinha sido executado em dezembro de 2006. Mesmo assim, as forças americanas e o novo governo enfrentavam uma rebelião crescente. Constituída por fações antagónicas – entre as quais apoiantes sunitas de Saddam e dissidentes xiitas ajudados pelo Irão – a rebelião podia ser contida mas não sufocada sem usar táticas cruéis, que seriam inaceitáveis no país e que afastariam a população iraquiana. O governo iraquiano constitucional não tinha poder nem estabilidade necessários para impor a ordem e os custos, humanos e financeiros, da ocupação americana desgastaram o apoio interno.

Em janeiro de 2007, o presidente adotou uma estratégia contra os rebeldes, defendida pelo General David Petraeus, de contato e apoio aos líderes sunitas dispostos a aceitar uma nova ordem democrática no Iraque juntamente com apoio contínuo ao governo predominantemente xiita em Bagdade. Ele acompanhou isso com um fluxo de tropas adicionais. No ano seguinte, a estratégia pareceu acalmar o país. Os Estados Unidos começaram a entregar maiores responsabilidades na área da segurança aos iraquianos e negociaram um acordo para a retirada completa até 2011. Todavia, o Iraque permaneceu muito instável, sendo a sua paz frágil interrompida por ataques à bomba e assassinatos e o conflito entre sunitas e xiitas complicado por separatistas curdos. Não era evidente se podia ser criado um país democrático nesse caos, mas era evidente que os Estados Unidos não podiam impô-lo se os iraquianos não o desejassem.

Enquanto o Iraque avançava hesitantemente rumo à estabilidade, o Afeganistão movia-se noutra direção. O governo pós-talibã de Hamid Karzai demonstrou ser incapaz de estabelecer um controlo eficaz sobre um país historicamente descentralizado. Operando a partir das zonas tribais do Paquistão para onde tinham fugido em 2001, os talibã e a Al Qaeda começaram a infiltrar-se de novo no Afeganistão e estabeleceram zonas significativas de controlo nas províncias a sul. Utilizando aviões pilotados por controlo remoto e equipados com mísseis guiados, as forças americanas realizaram ataques a acampamentos e líderes inimigos no Paquistão. Em 2009, o novo presidente americano Barack Obama aprovou um aumento nos efetivos contra os rebeldes, semelhante aos do Iraque. Tal como no Iraque, o resultado continuou duvidoso.

Quando se aproximava o fim da primeira década do século XXI, os Estados Unidos começaram a adaptar-se a um mundo muito mais complexo do que o da Guerra Fria. A rivalidade bipolar dessa época, com todos os seus perigos e desafios, tinha imposto uma simplicidade sem precedentes nos assuntos internacionais. A nova ordem mundial mais confusa (ou desordem) mostrava o rápido crescimento da China como uma importante potência económica. A Índia e o Brasil não ficavam muito atrás. A Rússia pós-soviética ressurgiu como uma potência de petróleo e gás natural procurando ganhar de novo a influência perdida na Europa de Leste. Os Estados Unidos continuaram a ser a maior potência do mundo, mas eram agora a primeira num complexo sistema internacional multipolar.

Internamente, o país continuou próspero em geral durante a maior parte dos anos Bush. Depois de um primeiro ano fraco, o produto interno bruto cresceu a uma percentagem relativamente constante, mas não espetacular, e o desemprego atingiu níveis bastante baixos.

Contudo, a prosperidade era frágil. O mais evidente foi o declínio rápido da indústria americana, uma tendência que se constatou quando George W. Bush se tornou presidente e que estava em contraste agudo com a ascensão da China como potência industrial. Cada vez mais a economia era mantida pelas despesas do consumidor, finanças e um boom na construção causado pela construção de casas para habitação. A política federal, refletindo o ideal americano de que todas as pessoas devem ter uma oportunidade de possuir casa própria, incentivou o alargamento do crédito à habitação para indivíduos cujas perspetivas de reembolso eram fracas. As instituições financeiras por seu lado converteram esses créditos em valores mobiliários, apresentando-os como investimentos seguros e venderam-nos a investidores institucionais. Esses investimentos insustentáveis, em última análise, foram alimentados em excesso por uma política de dinheiro fácil uma vez que o banco central do país, o Sistema da Reserva Federal, tinha taxas de juros a níveis baixos. Correntes económicas semelhantes surgiram em grande parte do mundo ocidental desenvolvido,

mas foram os Estados Unidos é que deram o tom.

De acordo com o tema do conservadorismo sensível, Bush propôs uma importante revisão do sistema de segurança social que permitiria às pessoas alguma decisão quanto ao investimento dos impostos que pagavam no mesmo. O plano provocou a oposição Democrata quase unânime, causou pouco entusiasmo no público e nunca obteve um voto no Congresso. Outro importante projeto de Bush, melhorar o Medicare acrescentando um programa voluntário de prescrição de medicamentos demonstrou ser muito mais popular.

Acalmou os receios dos conservadores de o governo subsidiar planos de seguro privados, exigiu grandes pagamentos imediatos daqueles que o subscreveram, mas ainda proporcionou poupanças aos pacientes idosos que precisavam de múltiplos medicamentos. Contudo, como acontecia com as disposições existentes do Medicare, os custos do programa de medicamentos não estavam totalmente cobertos. Aumentaram substancialmente um défice federal que parecia incontrolável.

O défice crescente tornou-se um assunto importante não só para a oposição Democrata mas também para os Republicanos conservadores, que achavam que o seu partido estava a gastar demais. Além disso, a difícil guerra no Iraque era cada vez menos popular. Nas eleições intercalares de 2006, os Republicanos perderam o controlo do Congresso a favor dos Democratas, que mais do que nunca encararam com confiança a próxima eleição presidencial. ◇

Presidente George W. Bush caminha sob a Colunata da Casa Branca com o seu sucessor, Barack Obama, a 10 de novembro de 2008, seis dias depois da eleição de Obama como 44º presidente dos Estados Unidos.

CAPÍTULO

16

AS POLÍTICAS DE ESPERANÇA

O candidato presidencial democrata, Senador Barack Obama, num comício de campanha em Charlotte, Carolina do Norte, em setembro de 2008.

"As democracias mais fortes resultam de um debate frequente e animado, mas resistem quando pessoas de todas as origens e convicções encontram uma forma de pôr de lado diferenças em benefício de um objetivo maior".

Presidente **Barack Obama**, 2009

ELEIÇÕES DE 2008 E APARECIMENTO DE BARACK OBAMA

Tendo cumprido dois mandatos, o Presidente George W. Bush não podia, segundo a Constituição, ser eleito de novo à presidência. Após uma campanha pré-convenção muito enérgica, os Republicanos escolheram como seu candidato o Senador John McCain do Arizona. Um veterano do Vietname respeitado pela sua resistência heroica como prisioneiro de guerra, McCain possuía fortes credenciais em termos de política externa e era relativamente conservador em questões nacionais. Ele escolheu como companheira de candidatura a Governadora Sarah Palin do Alasca. Muito admirada por cristãos evangélicos e conservadores defensores da cultura, Palin chamou tanto as atenções como o próprio McCain. Em finais de 2007, parecia quase certo que a nomeação democrata seria a favor da Senadora Hillary Rodham Clinton de Nova Iorque. Esposa do antigo Presidente Bill Clinton, tinha ganho rapidamente notoriedade como um importante membro do Congresso e possuía um forte eleitorado entre as mulheres e os democratas liberais. Contudo, ela era confrontada com um fenómeno que não é raro em sociedades democráticas: um adversário

relativamente desconhecido mas carismático, cuja atração residia não só em diferenças ideológicas e programáticas mas também no estilo e na sua história pessoal.

Barack Hussein Obama estava apenas no seu segundo ano como Senador do Illinois, mas a sua juventude e a sua inexperiência constituíam uma mais valia num ano em que o eleitorado estava cansado da política habitual. O mesmo se passava como os seus antecedentes multiculturais. Ele nasceu em Honolulu a 4 de agosto de 1961, filho de pai queniano, que estudava na Universidade de Havai, e de mãe branca oriunda duma cidadezinha do Kansas. Em 1963, o pai Obama deixou a sua nova família para continuar os estudos em Harvard e regressar depois ao Quénia. Quando Obama tinha seis anos a sua mãe voltou a casar-se e mudou-se para a Indonésia onde Obama frequentou por pouco tempo uma escola muçulmana. Regressou de novo ao Havai, passando a viver com os seus avós maternos enquanto frequentava uma escola secundária privada americana. Continuou os estudos em duas das melhores universidades dos Estados Unidos – Columbia e Harvard. O seu estilo pessoal, um tanto ou quanto informal, juntamente com um talento raro como orador, teve um grande impacto nos jovens eleitores. Americanos de todas as idades puderam considerá-lo como um representante emblemático da tradição da sociedade americana segundo a qual há oportunidade para todos.

Após seis meses de assembleias eleitorais partidárias renhidas e de eleições primárias, Obama obteve uma vitória estreita sobre Clinton. Designou como seu vice-presidente o Senador Joseph Biden do Delaware. A maior parte das sondagens indicavam que o público queria uma mudança. Os dois candidatos iniciaram a campanha de outono como fortes favoritos.

Qualquer possibilidade que McCain e Palin tivessem de passar à frente foi anulada pela grave crise financeira que começou na segunda metade de setembro e levou à queda da economia. Causada por especulação excessiva em títulos associados a crédito hipotecário de risco e a outros investimentos incertos, a queda da economia causou a falência da conceituada sociedade financeira Lehman Brothers e colocou momentaneamente em perigo toda a superstrutura financeira do país. A Corporação Federal de Seguros de Depósitos (FDIC – sigla em inglês), criada durante o New Deal, encerrou inúmeros bancos sem prejuízo para os clientes, mas não tinha jurisdição sobre grandes companhias de investimento financeiro que não se dedicavam à banca comercial. Além disso, possuía apenas capacidades limitadas para lidar com empresas que intervinham em ambas as áreas.

Receando uma crise financeira generalizada, semelhante à dos dias mais negros da Grande Depressão, o Tesouro dos Estados Unidos e a Reserva Federal conceberam o Programa de Alívio para Ativos Pro-

blemáticos (TARP – sigla em inglês) que foi financiado mediante uma dotação do congresso de US$ 700 biliões. O programa TARP manteve o equilíbrio financeiro dos bancos de investimento que estavam em perigo. O que isso não conseguiu foi evitar um grave colapso económico no qual milhões de trabalhadores americanos perderam o emprego.

Nesse mês de novembro os eleitores elegeram Obama presidente dos Estados Unidos com cerca de 53% dos votos contra 46% para McCain.

OBAMA: O PRIMEIRO ANO

Obama tomou posse como presidente dos Estados Unidos a 20 de janeiro de 2009 numa atmosfera de esperança e de grandes expectativas. No seu discurso de tomada de posse, ele declarou: "É chegado o momento de reafirmarmos a nossa perseverança de espírito, de optar por melhorar a nossa história, de levar avante esse dom precioso, essa ideia nobre, transmitida de geração em geração: a promessa feita por Deus de que todos são iguais, todos são livres e todos merecem uma oportunidade de alcançar a felicidade". Ele proclamou uma agenda de "reconstrução da América" recuperando e transformando a economia de forma a proporcionar cuidados de saúde melhores e menos dispendiosos para todos, promovendo energia amiga do ambiente e desenvolvendo um sistema educativo mais adaptado às necessidades de um novo século.

Dirigindo-se à comunidade internacional, prometeu a cooperação dos Estados Unidos na resolução do problema do aquecimento global. Também enviou uma mensagem geral de compromisso internacional baseado em compaixão pelos países em desenvolvimento mais pobres e respeito por outras culturas. Ao mundo muçulmano ele disse: "Nós procuramos um novo caminho a seguir com base no interesse mútuo e no respeito mútuo".

O discurso revelou a grandeza das aspirações de Obama. A sua retórica e a sua forte presença pessoal obtiveram ampla aprovação, tanta que em outubro foi-lhe concedido o Prémio Nobel da Paz em reconhecimento pelos seus objetivos. Contudo, como sempre no complexo sistema americano de governo representativo, foi mais fácil enunciar grandes ambições do que realizá-las.

No âmbito nacional, a administração enfrentou a crise económica crescente com uma lei de estímulo de US$ 787 biliões com o propósito de diminuir o desemprego para níveis controláveis. A legislação salvou ou criou, sem dúvida, muitos postos de trabalho mas não conseguiu impedir que o desemprego, estimado oficialmente em 7.7% da mão de obra quando Obama tomou posse, aumentasse para 10.1% e depois diminuísse apenas um pouco. Os empréstimos a grandes bancos de investimento e comerciais, iniciados na administração Bush com o objetivo de restaurar um sistema financeiro estável, foram na maior parte reembolsados com lucro para o

governo, mas alguns ainda continuavam pendentes quando o presidente iniciou o segundo ano do seu mandato. Além disso, o governo investiu muito em dois grandes fabricantes de automóveis – General Motors e Chrysler – guiando-os através da falência e tentando restabelecê-los como fabricantes importantes.

Outro objetivo principal de Obama, a criação de um sistema nacional de saúde, há muito que constituía um objetivo do liberalismo americano. Com grandes maiorias democráticas tanto na Câmara dos Representantes como no Congresso, parecia viável. Contudo, demonstrou ser extraordinariamente difícil elaborar um plano para satisfazer as necessidades de saúde de mais de 300 milhões de americanos. Foi necessário fazer face às preocupações de inúmeros interesses, companhias de seguros, hospitais, médicos, empresas farmacêuticas e da grande maioria dos americanos que já estavam cobertos e razoavelmente satisfeitos. Além disso, um plano nacional abrangente tinha que encontrar uma forma de controlar os custos excessivos. Na primavera de 2010, o presidente assinou legislação complexa que tornava obrigatório o seguro de saúde para todos os americanos, a ser implementada ao longo de vários anos.

No âmbito da política externa, Obama procurou aproximar-se do mundo não ocidental e, em especial, dos muçulmanos que podem interpretar as ações militares americanas no Iraque e no Afeganistão como fazendo parte de uma guerra geral contra o Islão. "A América e o Islão não se excluem e não devem estar em competição", disse a uma audiência na Universidade do Cairo. Em Tóquio, reassegurou aos asiáticos que a América continuaria envolvida na região com crescimento mais rápido no mundo. Embora esperasse distinguir-se da administração Bush quanto ao tom, a administração Obama viu-se a seguir as linhas gerais da administração Bush relativamente à guerra contra o terrorismo. Afirmou o acordo existente para retirar tropas americanas do Iraque em 2011 e adotou com relutância planos militares para uma revolta no Afeganistão. No seu discurso de aceitação do Prémio Nobel, o Presidente Obama citou um célebre teólogo americano, Reinhold Niebuhr, afirmando que o mal existe no mundo e só pode ser derrotado pela força.

Ao terminar o primeiro ano do seu mandato, Obama continuava a ser para muitos americanos a personificação inegável dos ideais do país em termos de liberdade e igualdade de oportunidades.

EPÍLOGO

Das suas origens como um conjunto de colónias obscuras no litoral atlântico, os Estados Unidos sofreram uma transformação notável, passando a ser aquilo que o analista político Bem Wattenberg chamou "a primeira nação universal", com uma população de cerca de 300 milhões

de pessoas, representando praticamente todos os países do mundo. É também um país em que o ritmo e a extensão da mudança – económica, tecnológica, cultural, demográfica e social – são constantes. Os Estados Unidos são, com frequência, mensageiros da modernização e da mudança que, inevitavelmente, varrem as outras sociedades num mundo cada vez mais interdependente e interligado.

Contudo, os Estados Unidos também mantêm um sentido de continuidade, um conjunto de valores fundamentais que podem ser encontrados na sua fundação. Incluem fé na liberdade individual e num governo democrático e empenhamento na oportunidade económica e no progresso para todos. A tarefa constante dos Estados Unidos consistirá em assegurar que os seus valores de liberdade, democracia e oportunidade – o legado de uma história rica e turbulenta – são protegidos e florescem à medida que o país e o mundo avançam pelo século XXI. ◇

BIBLIOGRAFIA

LIVROS RECÉM PREMIADOS

Prémio Bancroft de História Americana
Concedido pelos Curadores da Universidade Columbia

2010
Dorothea Lange: A Life Beyond Limits
Por Linda Gordon
W.W. Norton & Company

Abigail Adams
Por Woody Holton
Free Press

White Mother to a Dark Race: Settler Colonialism, Maternalism, and the Removal of Indigenous Children in the American West and Australia, 1880-1940
Por Margaret D. Jacobs
University of Nebraska Press

2009
Killing for Coal: America's Deadliest Labor War
Por Thomas G. Andrews
Harvard University Press

This Republic of Suffering: Death and the American Civil War
Por Drew Gilpin Faust
Alfred A. Knopf

The Comanche Empire
Por Pekka Hämäläinen
Yale University Press

2008
The Cigarette Century: The Rise, Fall, and Deadly Persistence of the Product That Defined America
Por Allan M. Brandt
Basic Books

The Populist Vision
Por Charles Postel
Oxford University Press

Our Savage Neighbors: How Indian War Transformed Early America
Por Peter Silver
W.W. Norton & Company

2007
Mockingbird Song: Ecological Landscapes of the South
Por Jack Temple Kirby
University of North Carolina Press

William James: In the Maelstrom of American Modernism
Por Robert D. Richardson
Houghton Mifflin Company

2006
Dwelling Place: A Plantation Epic
Por Erskine Clarke
Yale University Press

The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times
Por Odd Arne Westad
Cambridge University Press

The Rise of American Democracy: Jefferson to Lincoln
Por Sean Wilentz
W.W. Norton & Company

Prémio Pulitzer por um livro notável sobre a história dos Estados Unidos
Concedido por Columbia University Graduate School of Journalism

2010
Lords of Finance: The Bankers Who Broke the World
Por Liaquat Ahamed
The Penguin Press

2009
The Hemingses of Monticello: An American Family
Por Annette Gordon-Reed
W.W. Norton & Company

2008
What God Hath Wrought: The Transformation of America, 1815-1848
Por Daniel Walker Howe
Oxford University Press

2007
The Race Beat: The Press, the Civil Rights Struggle, and the Awakening of a Nation
Por Gene Roberts and Hank Klibanoff
Alfred A. Knopf

2006
Polio: An American Story
Por David Oshinsky
Oxford University Press

RECURSOS DA INTERNET SELECIONADOS

Sociedade Histórica Americana
http://www.historians.org

História Americana:
Um Documentário
1492 até ao presente
http://avalon.law.yale.edu/subject_menus/chrono.asp

Projecto Avalon na Faculdade de Direito de Yale:
Colecções Principais
http://avalon.law.yale.edu/subject_menus/major.asp

Biografia da América
http://www.learner.org/biographyofamerica/

História Digital
http://www.digitalhistory.uh.edu/

Documentos para o Estudo da História Americana
http://www.vlib.us/amdocs/

Gilder Lehrman Institute of American History
http://www.gilderlehrman.org

Historicalstatistics.org
http://www.historicalstatistics.org/index2.html

Questões Históricas
http://historymatters.gmu.edu/

Biblioteca do Congresso
Memória Americana: Coleções Históricas para a Biblioteca Nacional Digital
http://memory.loc.gov/ammem/

Biblioteca do Congresso
Memória Americana: Cronograma
http://lcweb2.loc.gov/ammem/ndlpedu/features/timeline/index.html

Administração de Arquivos e Registos Nacionais
http://www.nara.gov

Administração de Arquivos e Registos Nacionais:
Sala de aula digital
http://www.archives.gov/digital_classroom/

Administração de Arquivos e Registos Nacionais: Os nossos Documentos: Uma Iniciativa Nacional sobre História, Educação Cívica e Serviço Americanos
http://www.ourdocuments.gov/index.php?flash=true&

Administração de Arquivos e Registos Nacionais:
Bibliotecas Presidenciais
http://www.archives.gov/presidential-libraries

Atlas Nacional dos Estados Unidos
http://nationalatlas.gov

National Endowment for the Humanities: Nós o Povo
http://www.wethepeople.gov

História da Descoberta do Serviço Nacional de Parques
http://www.nps.gov/history/

Organização de Historiadores Americanos
http://www.oah.org/

Smithsonian
http://www.si.edu/

A Sociedade Histórica
http://www.bu.edu/historic/

Escritório do Historiados do Departamento de Estado dos EUA
http://history.state.gov/

WWW Virtual Library
History: United States
http://vlib.iue.it/history/USA/

O Departamento de Estado dos Estados Unidos assume a responsabilidade pelo conteúdo e pela disponibilidade dos recursos de outras agências e organizações supracitadas. Todos os links da Internet se encontravam ativos até ao outono de 2010.

ÍNDICE

As referências das páginas em ***negrito*** *referem-se às ilustrações.*

A

Abolição da escravatura
Agência dos Libertos 160, 164
agricultores rendeiros e proprietários 208, 240
Ataque de Brown a Harper's Ferry (1859) 150
ativismo religioso e social e 95
quando um conflito separatista/país dividido **138**, 151
Caminho de Ferro Subterrâneo **99**, 144, 147
Compromisso de Missouri (1820) **98**, 122, 142, 146, 148
Douglass como líder abolicionista **99**, 131, 144, 157
Emenda constitucional (13ª) 160
estadistas do Sul 122
Garrison e The Liberator **99**, 132, 144
Partido Democrata **97**, 165, 166, 210, 218, 241, 243, 253, 317, 351, 356, 365
Proclamação da Emancipação 157
Proibição da escravatura por Ordenação do Noroeste 78, 80, 122, 146
Ver também Escravatura
Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) 349, 357, 358
Acordos de Helsínquia (1975) 321
Adams, John Quincy 124, 125, 145
Adams, Samuel 61, 62
Adams, John 56, 70, 79, 89
Addams, Jane 215
Administração da Eletrificação Rural 243
Administração de Obras Civis (CWA) 240
Administração de Obras Públicas (PWA), 239
Administração Federal de Ajuda de Emergência (FERA) 239
Administração Nacional da Juventude 242
Administração Nacional de Recuperação (NRA) 241
Administração Obama 379
Administração para o Progresso de Obras (WPA) 242
Administração Reagan 340, 343, 345
Adventistas do Sétimo Dia 95
Afeganistão, relações dos EUA **324**, 365, 367, 370, 371, 379
AFL. *Ver* Federação Americana do Trabalho (AFL) 212, 252, 253
África do Sul; apartheid 343
Afro-americanos
Agência dos Libertos 160
agricultores rendeiros e proprietários 208, 240
Aliança Nacional de Agricultores de Cor 209
barreira da cor rompida no desporto **263**, 299
boicote aos autocarros (Montgomery, Alabama) **266**
cultura 7, 8, 9, 28, 29, 71, 95, 122, 136, 143, **175**, 195, 196, 197, 220, 233, 234, 298, 376
linchamentos e violência contra 193, 299, 300
membros do Congresso 161, 367
movimento dos direitos civis **266**, 299, 300, 301, 306, 307, 310, 312, 337
músicos de jazz 233, 234
"Renascença de Harlem" 234
sindicatos e 234, 356
Tropas Negras dos EUA no Exército da União 157
Ver também Abolição da escravatura; Direitos civis; Discriminação racial; Escravatura
Agência dos Libertos
Agência de Proteção do Ambiente (EPA) 311
Agnew, Spiro 320
Agricultura
agricultores rendeiros e proprietários 28, 240
alianças de agricultores 209
concessão de terras e escolas técnicas 209, 342
expansão para Oeste e 3, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 134, 135, 136
lei da agricultura 208, 208, 210, 342
movimento Grange 209
Patronos da Pecuária (Grange) 209
pequenos agricultores e consolidação agrícola 294, 341
período pós-revolucionário 76
pesquisa científica 192
plantações 20, 28, 33
política republicana 85, 231
programas do New Deal 241
revolução tecnológica 191, 192
AIM. *Ver* Movimento do Índio Americano
Alasca 6, 197, 198, 211, 376
compra, conhecido como "Seward's Folly"
corrida ao ouro 194, 196
Albright, Madeleine 362
Alemanha
discurso de Kennedy em Berlim Ocidental **268**, **269**
período pós-guerra 285
Ponte Aérea de Ajuda a Berlim 288
reparações Primeira Guerra Mundial **97**, 116, 170, 213, 214, 227, 231, 233, 244, 249, 250, 251, 252, 285, 350
Alemanha na Segunda Guerra Mundial
Campanha do Norte de África
compensações 247
guerra de submarinos 226
Holocausto (genocídio de judeus) 251
Julgamentos de Nuremberga por crimes de guerra 251
Nazismo 244, 245, 247, 248, 249, 251, 285, 288
Aliança Nacional de Agricultores de Cor 209
América Latina, intervenção 201
Americanos de origem japonesa, campos de internamento 247, **259**
Americanos de origem mexicana. *Ver* Movimento latino
Anasazi 8, 22, 23
Andros, Sir Edmund 34
Anthony, Susan B. **98**, 132
Antifederalistas 83
Aquecimento global 378
Aquino, Corazon 343
Arafat, Yasser 362
Aristide, Jean-Bertrand 363
Armas nucleares
acordo SALT II 322
ataques dos EUA a Hiroshima e Nagasaki 251
aumento da defesa dos EUA 345, 346
aumento da defesa militar dos EUA
ensaios nucleares dos EUA **269**
Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) 344, 345
interdição de ensaios **269**, 313
política americana durante a

Guerra Fria 292
Projeto Manhattan (desenvolvimento da bomba atómica) 250
SALT I (Conversações para a Limitação de Armas Estratégicas) 319
Teste soviético da bomba atómica 293
Tratado sobre Ensaios Nucleares Limitados (1963) **269**
Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermédio (INF) **335**, 345
Armour, Philip 172
Armstrong, Louis 234, 314
Armstrong, Neil 314
Arnaz, Desi **265**
Arnold, Benedict 68
Arquipélago do Havai, política de anexação dos EUA 199
Artigos da Confederação 78
Ásia, Guerra Fria 289, 290
Associação Amalgamada de Trabalhadores na Indústria do Ferro, Aço e Estanho 213
Associação Continental 63
Associação nacional para o Progresso dos Povos de Cor (NAACP) 253, 300, 308
Associação Nacional pelo Sufrágio das Mulheres (NWSA) 132
Ativismo social 95
Atos Coercitivos ou Intoleráveis (Inglaterra) 62, 63, 64
Autoridade do Vale do Tennessee (TVA) 239
Aventuras de Huckleberry Finn (Twain) **105**

B

Babcock, Stephen 192
Ball, Lucille **265**
Banca e finanças
banco nacional 87
alvarás de bancos locais e regionais 128
Direção da Reserva Federal 218, 243, 321
Primeiro banco dos EUA 86, 127
pânico financeiro (1893) 210
queda da bolsa de valores (1929) 234
questão da moeda e padrão do ouro, 210
reformas do programa New Deal
Segundo Banco dos Estados Unidos 127
Seguros de depósitos (FDIC) 377
Sistema bancário estadual 127, 128
Sistema da Reserva Federal 371
Barak, Ehud 362
Batalha San de Jacinto 145
Batistas 95, 96
Beard, Charles 82
Begin, Menachem, 322
Bell, Alexander Graham **115**, 171
Bellamy, Edward 174
Bell, John C. 150
Bibliotecas
para assinatura 30
bibliotecas públicas doadas por Carnegie 30
nas colónias 29, 30
Sociedade Americana de Filosofia (Filadélfia) 30
Biddle, Nicholas 128
Biden, Joseph 377
Declaração de Direitos 84
bin Laden, Osama 364
Blaine, James G. 201
Blair, Tony **325**, 363
Blix, Hans 368
Bolívar, Simon 123
Bombeiros **353**
Booth, John Wilkes 160
Borglum, Gutzon 185
Bósnia 363

A Festa do Chá de Boston ou "Boston Tea Party" (1773) **55**, **56**, 61, 62
Breckenridge, John C. 150
Brezhnev, Leonid 319
Brooks, David 354
Brown, John 150
Brown v. Board of Education (1954) **266**, **270**, 300
Bryan, William Jennings 210, 211, 213, 217, 232
Buchanan, Pat 365, 366
Buckley, William F. 339
Bull Moose Party 350
Burbank, Luther 192
Burgoyne, John 68
Bush, George Herbert Walker
"combate à droga" 349
eleição presidencial (1998); (1992)
fim da Guerra Fria **281**, 347, 354
orçamentos e défices 346
política externa 342, 346, 347
política interna 345, 346, 366
Bush, George W.
com Barack Obama **373**
como um "conservador sensível" 365
com Tony Blair **324, 325**
eleições presidenciais (2000) 360: (2004) 369, 370
guerra do Iraque 368, 369
invasão do Afeganistão 367, 368
política interna e externa 365, 369
sobre liberdade 369
sobre paz 369

C

Cable News Network **327**
Cabot, John 9
"Caça às bruxas," origem do termo 39
Cady Stanton, Elizabeth **98**, 131, 132
Calhoun, John C. 120, 125, 126, 134
Califórnia
como um Estado livre 122, 123, 147, 148, 149
corrida ao ouro 194, 196
sindicatos de agricultores migrantes
território 145
Calvinismo 38, 71
Caminho de Ferro Subterrâneo **99**, 144, 147
Caminho de Ferro Union Pacific 194
Caminhos de ferro Central Pacific 194
Campbell, Ben Nighthorse 309
Canal do Panamá **109**, 322, 350
comportas de Gatun **109**
tratados **109**, 200, 201, 322
Capitalismo 203, 211, 214, 238, 252
Carleton, Mark 192
Carmichael, Stokely 306
Carnegie, Andrew **105**, 170, 171, 172
Carolina do Sul
crise de nulificação 126, 127
durante a Revolução Americana 69, 70
governo colonial 14, 32, 35, 57
Huguenotes franceses 10, 19, 26
primeiros povoados 18, 28
secessão da União 94 , 154
tarifas protecionistas 126
Carson, Rachel 310
Carta Atlântica (EUA-Grã Bretanha) 245
Carter, Jimmy 321, 339
Cartier, Jacques 10
Carver, George Washington 192
Caso Irão-contras 344
Caso XYZ 89
Caso XYZ com a França
Cavalo Louco (chefes Sioux) 195
Cemitério de Arlington (Virgínia) **188**
Chambers, Whittaker 293
Charles II (rei britânico) 18, 19, 34
Charles I (rei britânico) 12, 14, 16
Chase, Salmon P. 149
Chávez, César **276**, 308
Chiang Kai-shek 249, 289, 290
Chicanos. *Ver* movimento latino 308

Churchill, Winston
apoio dos EUA, ao esforço de guerra 244, 245
em Yalta 249, **260**, 293
sobre "cortina de ferro" 286, 287
Cidadania 90, 130, 160, 161, 192, 196, 200
CIO. *Ver* Comité para a Organização Industrial (CIO); Congresso de 228
Citações, conhecidas
"A liberdade ou a morte" (Henry) **46**
"A responsabilidade acaba aqui," 286
"Cidade brilhante numa colina" (Winthrop) 339
"Cortina de ferro" (Churchill) 287
"eixo do mal" (Bush) 368
"Hei de voltar" (MacArthur) **258**
"Ich bin ein Berliner" (sou um berlinense) (Kennedy) **268**
"Danem-se os torpedos! Avançar a toda velocidade!" (Farragut) 156
"Não perguntem o que o vosso país pode fazer por vocês — perguntem o que podem fazer pelo vosso país" (Kennedy) 312
"Sem rancor de ninguém" (Lincoln) 159
"Eu tenho um sonho…" (King, Jr.) 304
"tirania sobre o espírito do homem" (Jefferson) **175**
"Uma casa dividida contra si própria não pode ficar de pé" (Lincoln) 140, 150
"Um dia que viverá na infâmia" (Roosevelt), 221
"um milhar de pontos de luz" (Bush) 346
"Um tiro ouvido em todo o mundo" (Emerson) 64
"Vá para o Oeste meu jovem" (Greeley) 120
Clark, William **51**
Clay, Henry
acordos de compromisso 122, 123, 128
eleições presidenciais 124, 125
estadista do Partido Whig 129, 165
retrato de **52**
tarifas protecionistas 120, 126, 127
Clemenceau, Georges **116**
Clemens, Samuel Langhorne **105**
Cleveland, Grover 174, 198, 199, 210, 213
Clinton, Hillary Rodham 356, 376
Clinton, William "Bill"
audições/ julgamento de destituição 361, 362
discurso presidencial de tomada de posse (1993) **281**
eleição presidencial (1992); (1996) 360
investigação imobiliária do Arkansas 358
mau comportamento sexual/ escândalo na internet 358, 361
nomeações de membros do governo 308, 309
política externa 362, 363
política interna 357, 359
Colégio eleitoral 124, 125
Coligação Cristã 338
Faculdade de William e Mary 29
Colónia da Baía de Massachusetts 26, 33
Colónia da Carolina do Norte 11, 19, 29
Colónia da Pensilvânia
acontecimentos culturais 30
colonos alemães 26
Constituição do Estado 74, 75
escolas e educação 29, 30
governo colonial 32, 35
população 27
Quacres como primeiros colonos 19, 27

relações com os índios 18, 39
Ver também Filadélfia
Colónia de Jamestown (Virgínia) 11, 13, 17, 20, **42**, 56, 136
Colónia de Rhode Island 15, 30, 33, **45**,
Colónias centrais 27, 28
Colónias da Nova Inglaterra 18, 26, 27, 32, 33
Colónias do Sul 28, 29
Colonização britânica. *Ver*
Colonização inglesa
Confederação da Nova Inglaterra 18
em Maryland 15, 33
em Massachusetts 13, 14
guerra contra índios e franceses 35, 36
mapa de 40, 41, 137
primeiras colónias 11-13
Colonização sueca 17, 220
Colombo, Cristóvão, 9
Guerra contra o terrorismo 379
Comércio de escravos 19
Comissão de Comércio Interestadual (ICC) 174, 191
Comissão de Coordenação de Movimentos Estudantis Não Violentos (SNCC) 305
Comissão para os Direitos Civis 309
Comissão da Função Pública 337
Comissão Federal de Comércio 218
Comité Organizador dos Trabalhadores do Aço (SWOC) 253
Comité para a Organização Industrial (CIO) 253
Comissão de Correspondência 61
Bom Senso (Paine) 66
Companhia Americana de Refinação de Açúcar
Companhia da Baía de Massachusetts 33
Companhia das Índias Holandesas 61, 62
Companhia das Índias Orientais 61
Northern Securities Company 203
Compra de Luisiana 91, 92, 125
Compromisso de 1850 **98**, 147, 148
Compromisso de Missouri (1820) **98**, 122, 144, 146, 148
Comunismo 22, 229
audições de McCarthy no senado sobre **262**, 293
Comissão da Câmara dos Representantes para Atividades Antiamericanas 292
doutrina de contenção de Truman 287,-289
Guerra Fria e 284, 293
Medo Vermelho (1919-20) 229, 292
política de contenção de Eisenhower 291, 292, 313
Programa Federal de Lealdade do Funcionário 292
propagação d0 289
Confederação da Nova Inglaterra 18
Conferência de Liderança Cristã do Sul (SCLC) 305
Conferência de Paz de Paris (1919) 116
Conferência de Yalta (1945) 249, **260**
Congresso Continental, Primeiro (1774) 63
Congresso Continental, Segundo (1775) 65, 66, 67, 68, 75
Congresso da Confederação 77, 84
Congresso de Organizações Industriais (CIO)
Congresso, EUA
Membros afro-americanos 104
membros hispânicos 308
poder de legislar 81
primeiro membro índio 309
representação na Câmara dos Representantes e no Senado 79
Conselho de Defesa Mútua (EUA-Canadá) 244
Conselho de Segurança Nacional

(NSC), NSC-68 relatório de segurança sobre a 289, 290, 292
Conservadorismo 338-340
Constituição, constituições estaduais
Constituição, EUA
assinatura da, no Salão da Independência (Filadélfia) **164**
Declaração de Direitos 84
debate e compromisso 79-82
declaração de poderes de guerra
emendas
1ª a 12ª 84
13ª (abolindo a escravatura) 160
14ª (direitos de cidadania) 160, 161, 193
15ª (direito ao voto) 162
16ª (imposto federal sobre o rendimento) 218
17ª (eleição directa de senadores) 218
18ª (proibição) 218
19ª (direito ao voto para as mulheres) 229
exposto no Arquivo Nacional 188
motivações dos Pais Fundadores 82
poderes do Congresso 81, 82
princípio da separação de poderes 81
processo de emenda 84
ratificação 83
Constituições do Estado 74, 75
Contracultura (anos 60) 309, 310
"Geração Woodstock" **275**, 309, 310
Manifestações contra a Guerra no Vietname 306, 310
Novos Esquerdistas 309, 310
Contrato social (teoria de governo) 66
Controlo de armas. *Ver* Armas nucleares
Convenção Constitucional (Filadélfia, 1787) **72**, **73**, 78-84
Convenção Hartford (1814) 126
Coolidge, Calvin
Corn-wallis, Lorde Charles **50**, **51**, 70, 226, 229, 230
Coronado, Francisco Vázquez de 10
Corpo Civil de Conservação (CCC) 239
Empresa de Aço dos Estados Unidos 171, 172, 203
Corporação de Crédito para Produtos de Base 240
Corporação Federal de Seguros de Depósitos (FDIC) 239, 377
Corporações 172, 173
Coughlin, Charles 242
Cox, James M. 229
Crawford, William 125
Crescimento populacional
composição da família 337
em cidades e vilas 173
migrações do pós-guerra 294, 295
Criação de gado 294, 295
Crise dos mísseis de Cuba (1962) 313, 315
Cromwell, Oliver 12, 18, 34
Cuba, Guerra Hispano-Americana e 182-184
Cuidados de saúde 378
Cullen, Countee 234
Cultura
contracultura dos anos 60 309, 310
dos anos 50 297, 298
nas colónias 29-32
Ver também Bibliotecas; obras literárias; Música; Americano
Custer, George **106**, 196

D

Darrow, Clarence 232
Davis, Jefferson 154
Debates Lincoln-Douglas (1858) 150
Decisão Dred Scott 149, 150
Declaração da Independência 66, 74, **176**, **182**, **185**, **188**
sepultura de três signatários de 176, 177
Democracia na América (Tocqueville) 140
Democratas do Sul 149, 150
Democratas pela Paz ou "Copperheads" 165
Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano 316
Departamento de Segurança Interna 367
Departamento do Tesouro dos EUA 377
Depressão. *Ver* Grande Depressão
Desemprego 210, 211, 239, 240, 252, 296, 297, 320, 340, 342, 360, 370, 378
Desenvolvimento industrial. *Ver nos nomes das indústrias*
De Soto, Hernando 10
Dewey, George 198
Dewey, Thomas **261**, 296
Dickens, Charles 141
Dickinson, Emily **104**
Dickinson, John 60, 65, 75
Direção da Reserva Federal 243, 321
Direção Nacional de Relações Laborais (NLRB) 241
Direitos civis
boicote aos autocarros (Montgomery, Alabama) **266**, 300
dessegregação 300, 301
dessegregação nas escolas **266**, **277**, **270**, 300, 301, 305
dessegregação nas forças armadas 297, 299
Programa de direitos civis com 10 pontos de Truman 299
"Coligação Arco-Íris" de Jesse Jackson **279**
Ver também Movimento dos direitos civis; direitos individuais; discriminação racial
Direitos das mulheres **98**, 131, 132, 307
constituições do Estado 75
Emenda dos Direitos Iguais (ERA) 308
Feminismo e 306, 307
Lei de Propriedade de Mulheres Casadas 132
na colónia da Pensilvânia 20
questão do aborto 307, 338, 339, 356
Direitos de voto 86, 87
Constituição da Pensilvânia 75
exigência de ser membro da igreja
para afro-americanos 193
para mulheres 131, 132
Direitos do Estado
doutrina de nulificação 90, 126, 127
Direitos dos homossexuais 337, 357
Direitos individuais 38, 71, 83, 84, 367
Ver também Direitos civis
Discriminação racial
acomodações separadas mas iguais 193, 300
apartheid da África do Sul 343
barreira da cor quebrada por Jackie Robinson **263**, 299
supremacia branca e crença na inferioridade negra 193
emprego no governo federal 296
leis "Jim Crow" (segregação) 163, 300, 351
linchamentos e violência contra afro-americanos 163, 193, 299, 300
segregação militar 297, 299
segregação na escola 163, **266**, **270**
segregação no autocarro **266**, 300, 301
Dix, Dorothea 131
Dixiecrats 351
Dole, Robert 360
Doolittle, James "Jimmy" 248
Dorset, Marion 192
Douglass, Frederick **99**, 131, 144, 157
Douglas, Stephen A. 147-151
Doutrina de Contenção de Truman 299, 351

Doutrina de nulificação 90,126, 127
Doutrina Monroe 124
Doutrina Truman 287
Drake, Francis 11
Dreiser, Theodore 125
DuBois, W.E.B. 193, 253
Dukakis, Michael 345
Dulles, John Foster 291
Dunmore, Lorde 65
Colonização holandesa 15, 16, 18, 19
sistema de patronato 15, 16
Dylan, Bob 310

E

Eastman, George **114**, 171
Economia dos EUA
défices do orçamento federal 341, 342, 246
desemprego 239, 240, 359, 360
desenvolvimento suburbano e 295
economia do "lado da oferta" 340
nos anos 80 340-342
nos anos 90 359, 360
nos anos 2000 287, 379
padrões de migração nos EUA 294
período pós-Segunda Guerra Mundial 294, 295
queda da bolsa de valores (1929) 234
"Segunda-feira Negra" (queda da bolsa de valores, 1987) 342
Ver também banca e finanças; Grande Depressão
Edifício do Supremo Tribunal (Wash., D.C.) **180**
Edison, Thomas **114**, 171
Educação
creches 333
dessegregação nas escolas **241**, **266**, **270**, 300, 301, 305, 319
escolas privadas 30
nas colónias 29-32
Lei "No Child Left Behind" (Nenhuma Criança Fora da Escola) 366
sistemas de escolas públicas 130
tecnologia da informação 336
tutores privados 31
Edwards, Jonathan 31
Eisenhower, Dwight David
apoiante dos direitos civis 300
como Comandante Supremo das Forças Aliadas 248, **258**, 291
como presidente dos EUA 290, 291, 297
Guerra Fria e política externa 291, 292
política interna de "conservadorismo dinâmico" 297
retrato de **52**
Eleições presidenciais 154, 166, 210, 245, 339, 350
1789 (Washington, primeiro) 84
1797 (Adams) 89
1800 (Jefferson) 90
1824 (Jackson) 124, 125
1828 (Jackson) 125
1860 (Lincoln) 150, 151
1864 (Lincoln) 159, 166
1868 (Grant) 163
1884 (Cleveland) 174
1892 (Cleveland) 174
1896 (McKinley) 210, 211
1900 (McKinley) 213
1904 (Roosevelt) 216
1908 (Taft) 217
1912 (Wilson) 318, 361
1916 (Wilson) 227, 362
1920 (Harding) 229
1924 (Coolidge) 229, 230
1932 (Roosevelt) 234
1936 (Roosevelt) 243
1940 (Roosevelt) 244
1948 (Truman) **261**, 296, 351
1960 (Kennedy) 311
1964 (Johnson) 315, 316

1968 (Nixon) 319
1972 (Nixon) 319
1976 (Carter) 321
1980 (Reagan) 339
1984 (Reagan) 341
1988 (Bush) 345
1992 (Clinton) 351, 354
1996 (Clinton) 360, 361
2000 (Bush) 365, 366
2004 (Bush) 369, 370
2008 (Obama) 376, 377
Ellington, Duke 234
Emenda sobre Igualdade de Direitos (ERA) **270**, 307
Emerson, Ralph Waldo 64
Servos contratados 20
Enola Gay (bombardeiro dos EUA) ataques a Hiroshima e Nagasaki 251
Era da Reconstrução 161-163
membros afro-americanos no Congresso durante **104**
programa de Lincoln 161
Era do Jazz 233, 234
Erik, o Vermelho 9
Escravatura
como a "instituição peculiar" 142
como um conflito regional/nação dividida 140-151
Compromisso de Missouri (1820) **98**, 122, 142, 146, 148
decisão Dred Scott 149, 150, 161
direitos iguais e 74, 75
emenda constitucional (13ª) abolindo 160
escravos africanos 20, 26, 220
escravos índios 19
Estados livres vs. Estados esclavagistas 66, 70, 148, 122, 123, 132, 145, 146, 149
extensão da 121-123, 130, 146
Leis do Escravo Fugitivo
nos territórios **98**, 148, 149
plantações no sul e 121, 122, **138**, **139**
Proclamação da Emancipação 157
Proibição da escravatura feita pela Ordenação do Noroeste 77, 78, 121, 122, 147-149
revolta no Haiti 91
Ver também Abolição da escravatura
Escritório de Oportunidade Económica
Espanha e Revolução Americana 18, **176**
Estado social. *Ver* Reformas sociais 131, **258**
Estátua da Liberdade (Cidade de Nova Iorque) **181**, 222
Exército da União do Potomac
Expansão para Oeste
compra de Luisiana e 91, 92
Lei das Propriedades da Família (1862) 194
mapa de
no território de Oklahoma **109**
Ordenação do Noroeste (1787) 78, 80
problemas de 57, 76, 146, 147
propriedades rurais na última fronteira/ "O Oeste" 193-195
vida de cowboy e "O Oeste Selvagem" 195
vida dos colonos na fronteira 132, 133
Expedição de Lewis e Clark, selo comemorativo do bicentenário **51**
Exploração do Novo Mundo 10-12, 14, 15, 28
Exploração espanhola
missões na Califórnia **182**
povoamento europeu 9-11
Sete Cidades de Cibola e 10
St. Augustine (Florida), primeiro St. John de Crèvecoeur, J. Hector 10, 11, **183**
Exploração francesa 10, 134

F

Falwell, Jerry 338
Família de escravos **138**, **139**
Farragut, David 156
Faubus, Orval 300
Federação Americana do Trabalho (AFL) 212, 231, 252
Federalistas 83, 85, 86, 89, 90, 124
Filadélfia
  bibliotecas públicas 30
  como "Cidade do Amor Fraternal" 19
  Escola Pública dos Amigos 30
  escolas privadas 30
  período colonial em 19, 27
  Salão da Independência 178
  Sino da Liberdade **182**
  Sociedade Americana de Filosofia
Filhos da Liberdade 58
Finney, Charles, Grandison 95
Fitzgerald, F. Scott 233
Ford, Gerald 320
Ford, Henry **117**
Formação dum Estado 85
França
  Caso XYZ 89
  exploração do Novo Mundo 9
  relações diplomáticas dos EUA 89, 90
  Território da Luisiana vendido aos EUA 91, 92
Franklin, Benjamin 30, 36, **47**, 68, 70, 78
Fremont, John 149
Friedan, Betty 397
Friedman, Milton 339
Fundamentalismo, religioso 232, 233, 338

G

Gage, Thomas 64
Gallatin, Albert 91
Garrison, William Lloyd **99**, 132, 144
Garza, Eligio "Kika" de la **308**
Gates, Bill **326**
Gates, Horatio 68, 69
Genet, Edmond Charles 88
George, Henry 174
George III (rei britânico) 59, 64, 65
Geórgia
  governo monárquico colonial 23-34
  primeira colónia 56
  tribos de índios americanos realojadas 127
"Geração beat" (anos 50) 298
"Geração Perdida" (anos 20) **117**, 234
"Geração Woodstock" (anos 60) **275**, 310
Geronimo (chefe Apache) 196
Gerry, Elbridge 78, 80
Gilbert, Humphrey 11
Ginsberg, Allen 298
Glenn, John 314
Goethals, George W. 201
Goldwater, Barry 316, 338
Gompers, Samuel 212
González, Henry B. 308
Gorbachev, Mikhail **335**, 345, 347, 348
Gore, Al 355, 365
Gould, Jay 212
Grande Depressão (1929-40)
  declínio na imigração 221
  filas para a sopa **224**, **225**
  migração "Dust Bowl" 240
  programas do New Deal 238-243
  queda da bolsa (1929) 234
"Grande Sociedade" 315
Grant, Ulysses S.
  como general do exército da União 156
  como presidente dos EUA 163, 166
  retrato de **52**
Greeley, Horace 120, 134
Greenspan, Alan 360
Greve da indústria têxtil 213

Greves das indústrias mineiras 212 213
Grey, Zane 195
Guerra Civil (1861-65)
  Afro-americanos nas Tropas Negras dos EUA no Exército da União 157
  Alexandria, acampamento das tropas da União **102**
  baixas **100**, **101**, 156, 157
  Bull Run (First Manassas) 155
  Bull Run (Second Manassas) 156
  campanha de Antietam (1862) 156, 157
  campanha de Chancellorsville (1863) **100**, **101**, **103**, 157
  campanha de Gettysburg (1863) 157, 158, 165
  campanha de Petersburg (1865) 159
  campanha de Shiloh 156
  campanha de Vicksburg (1863) **103**, 158, 166
  campanhas de Chattanooga e Lookout Mountain (1863) 158
  discurso de Gettysburg por Lincoln 158, **189**
  marcha de Sherman pelo Sul 158, 159
  política do pós-guerra 166
  rendição no fórum de Appomattox 159
  secessão da União 154-155
  Spotsylvania (Batalha de Wilderness, 1864) 158
  Ver também Era da Reconstrução
Guerra civil inglesa (1642-49) 34
Guerra da Coreia **261**, 289, 290, 299
Guerra da Revolução. *Ver* Revolução Americana
Guerra de 1812 93, 94, 120
Guerra de Pequot (1637) 17
Guerra do Golfo Pérsico 316, 317
  campanha Tempestade do Deserto **252**, **253**
Guerra do México 145, 146
Guerra dos Sete Anos 35, 36, 68, 69, 91
Guerra do Vietname
  manifestação estudantil na Universidade Estadual de Kent (Ohio) 318
  manifestações contra a guerra **274**, 310, 317, 355, 384
  recrutamento militar 318
  Resolução do Golfo de Tonkin 317
  tropas americanas em **272**, **273**
Guerra francesa e com os índios 35-37
Guerra Fria
  administração Eisenhower 291, 292
  administração Kennedy 313, 314
  administração Truman 286, 287
  o fim da **281**, 347, 356
  na Ásia 289-291
  no Médio Oriente 289-291
  origens de 286, 287
Guerra Hispano-Americana (1898) 198, 211
Guerra Russo-Japonesa (1904-05) 202

H

Haiti, situação política 363
Hamilton, Alexander
  como primeiro Secretário do Tesouro (Departamento do Tesouro) 84
  delegado à Convenção Constitucional 78, 79
  e Banco dos Estados Unidos 86, 127
  e Partido Republicano 165
  Federalist Papers e 47, 83
  retrato de **52**
  vs. Jefferson **48**, 89, 91
Hamilton, Andrew 31
Harding, Warren G. 229
Harrison, Benjamin 174
Harrison, William Henry 93, 129
Faculdade de Harvard 29, 30, 61

Havai, Estado (1959) 199
Hayes, Rutherford B. 163
Hay, John 199, 202
Hemingway, Ernest **117**, 233
Henry, Patrick **46**, 58, 83
Hidalgo, Miguel de 123
Hiroshima e Nagasaki 251
Hispânicos
na política 308
Ver também movimento latino
Hiss, Alger 293
Hitler, Adolf 221, 244, 284
Ho Chi Minh 313
Hoover, Herbert 201, 234, 320
Hopewellians 7
Houston, Sam 145
Howe, William 67
Hudson, Henry 15
Hughes, Langston 234
Huguenotes franceses 10, 19, 26
Hull, Cordell 246
Humphrey, Hubert **274**, 317
Hutchinson, Anne 15

I

Ilhas Filipinas
eleições 199, 200
batalhas da Segunda Guerra Mundial 200, 250, 251, **258**
regresso de MacArthur, 250, **258**
relações dos EUA, 199, 200, **258**
Imigrantes e imigração
cotas de imigração 221, 231
diversidade de imigrantes 220-222
imigrantes ilegais 221
Monumento de Ellis Island **111**, 220
nativistas e 231
"Pequena Itália" na cidade de Nova Iorque **112**, **113**
reforma de políticas 337
restrições à imigração 337
Imperialismo 197
Imprensa
Cable News Network (CNN) **327**
liberdade de 31, 75, 214
primeira prensa tipográfica nas colónias 30
primeiro jornal 31
Incidente de Haymarket Square 212
Incidente Maine (navio de guerra americano) 198
Índios americanos
cerimónias potlatch do noroeste do Pacífico 8
comércio de escravos 19
contacto europeu 9-11
crenças religiosas 9
efeito da doença europeia em 8
Expansão para Oeste e 193, 194
Monte da Grande Serpente, Ohio 182
grupos culturais , mapa de povoação em Mesa Verde, 5, 8
Índios Pueblo 8, 17, 22, 23
manifestação em Washington (1978) 278
migração pelo estreito de Bering 6
construtores de outeiros de Ohio 7
Passagem do Noroeste e 10, 11
Política dos EUA 196
população 8, 9
relações com colonos europeus 16-18, 43
revoltas índias 196, 197
tradição oral 9
Trilha das Lágrimas (deslocação forçada dos Cherokee) 135
Ver também Guerras Índias; e *Ver no nome de cada tribo*
Índios Apache 194
Índios Cherokee 135
Índios Creek 134
Índios da América do Norte. *Ver* índios americanos
Índios da Planícies 10, 77,**106**, 196, 208
Índios de Delaware 19, **43**
Índios Hopi 8, 23, 194
Índios iroqueses 15, 17, 18, 36
Índios Pueblo 17, 22, 23
Índios Seminole 134
Índios Sioux **106**, **130**, 194-196, 309
Índios Wampanoag 14
Indústria automóvel
cruzada da segurança do automóvel 316
desemprego 252
greves de trabalhadores da indústria automóvel 253, **256**
questões ambientais/ congestionamento no trânsito 310, 311, **330**
Indústria de processamento de carne 172, 195, 214, 215
Indústria do aço. *Ver* Indústria do ferro e do aço 212, 213
Indústria do ferro e do aço
greves 213, 253
Indústria ferroviária (caminhos de ferro) 141, 142
caminho de ferro transcontinental **168**, **169**
expansão para oeste 194
Grande Greve Ferroviária (1877) 212
greves dos trabalhadores 211, 212
horário dos trabalhadores 218
ligação transcontinental em Promontory Point (1869) 194
nacionalização de 201
Pullman Company 213
regulação 173, 216
Invenções
avião 115
caixa registadora 171
lâmpada eléctrica/ lâmpada incandescente 114, 171
máquina de calcular 115
segadeira (máquina de ceifar) 142, 191
descaroçador de algodão 122, 143, 144
máquina de escrever 171
máquina de linótipo 171
projetor de filmes **114**, 171
telégrafo 170
televisão 295
Irão, relações dos EUA com 322
Eixo do mal 368
Iraque
eleições (2005) **332**
governo provisório 369
inspeções de armas das NU 362, 368, 369
invasão chefiada pelos EUA 369
Islão 379
Israel
invasão do Egito 292
Política Americana 291
Relações palestinianas 362

J

Jackson, Andrew
como general na guerra de 1812 120, 125
como presidente dos EUA **97**, 126, 127
conflitos com índios 135
eleição presidencial (1824) 124, 125
eleição presidencial (1828) 125
retrato de **97**
Jackson, Helen Hunt 196
Jackson, Jesse **278**
Jackson, Thomas J.("Stonewall") 156, 157
James I (rei britânico) 13
James II (rei britânico) 34
Japão
ataque a Pearl Harbor **237**, **237**, 245, 246
ataques dos EUA a Hiroshima e

Nagasaki 251
missões suicidas de Kamikaze 250
relações dos EUA 202
rendição (1945) 251
Jay, John **47**, 70, 83, 88
Jefferson Memorial (Wash., D.C.) **175**
Jefferson, Thomas
como autor da Declaração da Independência 66
como ministro dos EUA em França 79, 86, 87
como presidente dos EUA 91
como primeiro Secretário de Estado (Departamento de Estado dos EUA) 84, 85
retrato de **50**
rosto de (Monte Rushmore) **184**, **185**
sobre a abolição da escravatura 123
sobre a escravatura 122, 123
sobre o direito ao autogoverno 74
vs. Adams 85, 86
vs. Hamilton **52**, 85, 87
Jobs, Steve **326**
Johnson, Andrew 160, 166, 361
como presidente dos EUA 160-162, 166
julgamento de destituição 162, 163
Johnson, Lyndon B. **274**, 308, 314, 315
ativista dos direitos civis 301, 305
"Luta contra a Pobreza" 315
política da Guerra do Vietname 313, 314
programas da Grande Sociedade 315, 316, 317
retrato de 271
programa espacial 314
Jugoslávia, pós-Guerra Fria 363

K

Kansas
questão da escravatura 149
território ("Kansas sangrento") 148, 149
Kennan, George 287
Kennedy, John F.
assassinato de 166, 305, 315
como presidente dos EUA 311-314
crise dos mísseis de Cuba 313, 315
discurso em Berlim Ocidental durante a Guerra Fria **268**, **269**
Guerra Fria e 313, 314
invasão da Baía dos Porcos 313
política da Guerra do Vietname **271**, 285, 306, 310, 317, 355
política de direitos civis 305, 312
programa espacial 312, 314, 315
Kennedy, Robert, assassinato de 306, 315
Kentucky
Estado (1792) 85
Resoluções (1798) 90, 126
Kerouac, Jack 298
Kerry, John F. 369
Khomeini, Ayatollah 322
Khrushchev, Nikita 313
Kim Il-sung 290
King, Martin Luther, Jr. **266**, 301, 304, 305, 306, 312, 317
assassinato de 166, 306, 308
discurso "Eu tenho um sonho" 304, 308
movimento de direitos civis e **266**, **267**, 300, 301, 312
King, Rufus 78
Kissinger, Henry 318, 319
Kosciusko, Thaddeus 71
Ku Klux Klan 164, 221, 231

L

Lei Nacional sobre Relações Laborais (NLRA) 253
Lafayette, Marquês de 71, **185**
La Follette, Robert 215, 350
Landon, Alf 243

Lee, Richard Henry 66, 70
Lee, Robert E.
captura de John Brown em Harper's Ferry 150
comandante do Exército Confederado 158
recusa o comando do Exército da União 155
rendição no fórum de Appomattox
retrato de 159
Lei Adamson 218
Lei Ainticonsórcio Sherman (1890) 174, 191
Lei Anticonsórcio 174, 191, 215, 218
Lei Bancária 243
Lei Clayton Anticonsórcio 218
Lei consuetudinária inglesa 33
Lei da Amnistia (1872) 163
Lei da Força 127
Lei da Moeda (Inglaterra, 1764) 58
Lei de Naturalização 81, 90, 91, 130
Lei de Reconstrução (1867) 162
Lei da Reserva Federal (1913) 218
Lei de sedição 90, 126
Lei de Segurança Social (1935) 242, **256**
Lei de Origens Nacionais de Johnson-Reed (1924) 221, 231
Lei Dawes (Atribuição Geral) (1887) 196
Lei de Ajuste Agrícola (AAA) 240, 241
Lei de Alimentos Puros (1906) 216
Lei de Aquartelamento (Inglaterra, 1765) 58, 62
Lei Declaratória (Inglaterra) 59
Lei da Companhias de Serviços Públicos 243
Lei do Escravo Fugitivo 147, 148
Lei de Estrangeiros 90
Lei de Inspeção da Carne 216
Lei de Interrupção de Comércio (1809) 92
Lei Kansas-Nebraska 148
Lei de Melhoria da Qualidade da Água 311
Lei Morrill de Doação de Terras para Faculdades 165, 191, **152**, **177**
Lei de Quebec (Inglaterra) 62, 63
Lei de Refugiados (1980) 221
Lei de Reorganização Indígena (1934) 197
Guerra com os índios
Guerra de Pequot (1637) 17
Guerra francesa e com os índios 35-37
guerras Apache 195-197
Último Bastião de Custer em Little Bighorn **106**, **107**, 196
e expansão para o Oeste 134, 195-197
Lei da Tolerância (Inglaterra, 1689) 35
Lei da Tolerância (Maryland) 18
Lei de Transferência de Índios (1830) 135
Lei do Açúcar (Inglaterra) 57, 58, 59
Lei do Ar Puro (1967) 311
Lei do Direito de Voto (1965) 305
Lei de Embargo (1807) 92
Lei sobre a Ocupação de Cargos 162
Lei do Marinheiro (1915) 218
Lei do Melaço (Inglaterra, 1733) 57
Lei dos Direitos Civis (1957) 301
Lei dos Direitos Civis (1960) 301
Lei dos Direitos Civis (1964) 306, 316
Lei do Selo (Inglaterra) 58, 59
Lei de Transportes (1920) 230
Lei Elkins (1903) 215
Lei Federal de Estradas (1916) 121
Lei Federal de Indemnizações Trabalhistas (1916) 218
Leif (filho de Eric, o Vermelho) 9
Lei Hepburn (1906) 216
Lei Highway (1956)
Lei da Propriedade Rural (1862) 194
Lei McCarran-Walter (1952) 221
Lei Nacional de Recuperação Industrial (NIRA) 241, 242
Lei Nacional sobre Relações 241

Lei Nenhuma Criança Fora da Escola (No Child Left Behind Act) 366
Lei Patriota 367
Leis do Caminho de Ferro do Pacífico (1862-64) 165
Leis de Execução Obrigatória (1870 e 1871) 163
Leis "Jim Crow" (segregação separada mas igual) 164, 300, 351
Lei Smith-Lever (1914) 218
Leis Townshend (Inglaterra) 59
Lei Tarifária Hawley-Smoot (1930) 217
Lenin, V.I. 285
Levitt, William J. 295
Lewis, John L. 253
Lewis, Meriwether **51**
Lewis, Sinclair 214
Liberalismo social 38, 311, 379
Liberdade religiosa 15, 18, 63, **43**, 214
  Atos Coercitivos ou Intoleráveis 62-64
  e tolerância 9, 18, 32, 35
  liberdade de culto 35
Liga das Nações **116**, 228, 251
Liga para a Restrição da Imigração 221
Lincoln, Abraham
  assassinato 160, 163
  campanha para senador (1858) 149, 150
  como presidente durante a guerra civil 154-160
  Discurso de Gettysburg 154, 158, **189**
  discurso presidencial de tomada de posse 154
  eleição presidencial (1860) 150
  eleição presidencial (1864) 159, 166
  num acampamento do Exército da União, **152**, **153**
  Partido Solo Livre e 148, 149
  Proclamação da Emancipação 157
  Rosto de (Monte Rushmore) **185**
  sobre a escravatura e a União 140, 148
  sobre Grant 103
Lincoln, Benjamin 69, 76
Lloyd George, David **116**
Locke, John 19, 35, 38, 66, 71, 79
Lodge, Henry Cabot 197, 199
Logan, James 30
Long, Huey P., assassinato de 242
Luís XVI (rei francês) 70, 88
Lovejoy, Elijah P. 144
Lowell, James Russell 160
Luce, Henry 284
Lundestad, Geir 289

M

MacArthur, Douglas 250, **258**, 290
Macdonough, Thomas 93
Madison, James **47**, 78, 82, 83, 92, 94
  como "Pai da Constituição" 82
Mahan, Alfred Thayer 199
Maioria Moral (Moral Majority) 338
Major, John 363
Malcolm X 306
Manhattan. *Ver* Nova Iorque
Mann, Horace 120, 130, 134
Mao Tsé-Tung 289
Marbury versus Madison (1803) 121
Marcos, Ferdinand 343
Marinha mercante 230
Marshall, George C. 288, 291
Marshall, John
  como presidente do Supremo Tribunal **53**, 121
  funeral de **182**
  retrato de **53**
Marshall, Thurgood **270**
Martin, Josiah 65
Maryland
  carta da família de Calvert 16, 33
  Lei da Tolerância e liberdade religiosa 18
  povoamentos católicos 16
  St. Mary's, primeira cidade em 16
Mason, George 83
Massachusetts
  A Festa do Chá de Boston ou "Boston Tea Party" (1773) **55**, **176**
  carta do governo colonial 33, 34
  Cemitério Old Granary (Boston) **177**, **178**
  comércio e desenvolvimento económico 26, 27
  escolas e educação 29
  julgamentos das bruxas de Salem 39
  Lei do porto de Boston 62
  Massacre de Boston (1770) 60
  primeiras colónias 13, 14
  Rebelião de Shays 80
Massacre de Boston (1770) 60
Mather, Cotton 31, **44**
Mayflower Compact **25**, 33
Mayflower (navio) 14, **25**, 33
McCain, John
  (2008) eleição presidencial 376
McCarthy, Joseph R. **262**, 293
McClellan, George 156, 159
McCormick, Cyrus 172, 191
McCulloch v. Maryland (1819) 121
McGovern, George 319
McGrath, J. Howard 293
McKinley, William
  assassinato de 213, 214
  como presidente dos EUA 198, 199, 213, 214
  IIncidente Maine (navio de guerra americano) 198
  política externa de Portas Abertas 202, 213
  tratado de anexação do Havai 199
McVeigh, Timothy 364
Médio Oriente 362, 363, 366
  guerra do Golfo Pérsico 347, 348
  negociações de paz 362, 363
  palestinianos 362, 363
  política dos EUA 291, 322, 344, 362, 363
Mellon, Andrew 230
Memorial da Segunda Guerra Mundial (Wash., D.C) **190**
Memorial dos Veteranos do Vietname (Wash., D.C.) **186**
Memorial do World Trade Center (Cidade de Nova Iorque) **190**
Mencken, H.L. 233
Menéndez, Pedro 11
Meredith, James 305
Metodistas 95, 96
México
  colonização espanhola 12
  conquista do 10
  revolução 201
Millet, Kate **274**
Miranda, Francisco 123
Mohler, George 192
Molotov, Vyacheslav 286
Mondale, Walter 341
Monroe, James 123, 196
Montgomery, Bernard 247, **266**, 300, 301, 351
Montoya, Joseph 308
Monumento de Ellis Island **111**, 220
Monumento de Washington (Wash., D.C.) **189**
Monumento do Monte Rushmore (Dakota do Sul) **185**
Monumentos e memoriais 175-190
  Ver também nos nomes de cada memorial
Morgan, John Pierpoint (J.P.) 203
Morris, Gouverneur 78
Morse, Samuel F.B. 170
Mott, Lucretia 131
Construtores de outeiros 7
Mount Vernon (Virgínia), casa de plantação de Washington **184**, **185**
Movimento a favor dos direitos das mulheres **98**, **274**, 307, 308
Movimento ambientalista 310
Movimento do Índio Americano

(AIM) 309
Incidente de Wounded Knee (Dakota do Sul) 196, 309
Movimento dos direitos civis (1960-80) 305, 306
ativistas do "black power" 306
greve de braços cruzados 253, 308
"Marcha para Washington" (1963) 305
"viagens da liberdade" 305
origens de 298-300
tumultos (anos 60) 306
Movimento Grange 209
Movimento latino 308
Movimento temperança 95, 96, 129, 130, 131
Ms. (revista feminista) 397
MTV **327**
Muçulmanos 378, 379
Mulheres
condições de trabalho 211-213
delegadas ao Conselho Constitucional (Afeganistão) **324**
educação em artes domésticas 29, 131
papel da primeira-dama 356
papel do índio americano 8, 9
sem direitos políticos 75
sindicatos 212, 213
trabalhadoras no esforço de guerra ("Rosie a Rebitadora") 246
Murray-Philip 253
Música, Americana
Beatles 310
Era do Jazz (anos 20) 233
"rock pesado" 310
Músicos de jazz 233, 234
rock and roll (anos 50) **264**, 298, 310
Rolling Stones 298, 310
Woodstock (concerto de rock ao ar livre, 1969) **275**, 310
Mussolini, Benito 244, 247

N

NAACP. *Ver* Associação nacional para o Progresso dos Povos de Cor (NAACP)
Nações Unidas 249, 251, 290, 362, 364, 368, 369
Nader, Ralph 316, 365, 366, 370
NAFTA. *Ver* Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA)
Napoleão 90, 91, 92, 123
Nativistas 231
New York Weekly Journal 31
Ngo Dien Nu 314
Ngo Dinh Diem 314
Nichols, Terry 364
Niebuhr, Reinhold 379
NIRA. *Ver* Lei Nacional de Recuperação Industrial (NIRA)
Nixon, Richard M.
caso Watergate 320
como presidente dos EUA 318-320
destituição e demissão 320
eleições presidenciais (1960, 1968, 1972) 312, 317, 319
na Grande Muralha da China **276**, **277**
política de détente da União Soviética 319
relações diplomáticas China-EUA 319
NLRA. *Ver* Lei Nacional sobre Relações Laborais (NLRA)
Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho (1869) 212
Noriega, Manuel Antonio 349
Norris, Frank 215
Nova Amsterdam. *Ver* em Nova Iorque
Nova Iorque
colonos holandeses 15, 16, 18, 19, 27, 28
governo monárquico colonial 34
Manhattan, primeiro povoado 15, 18, 28

povoado de Nova Amsterdam/ Nova Holanda 15, 16, 18, 28
primeiros colonos poliglotas 27, 28
NOW. *Ver* Organização Nacional das Mulheres (NOW)
Nuvem Vermelha (chefe Sioux) 195

O

Obama, Barack H.
antecedentes 376, 377
campanha presidencial (2008) 377
com George W. Bush **373**
com Michelle Obama **225**
como candidato presidencial 374, 375
crise financeira 377, 378
cuidados de saúde 378, 379
discurso de tomada de posse 378
na Universidade do Cairo 379
pais 377
sobre democracias 376
Obras literárias
"Geração Beat" (anos 50) 298
"Geração Perdida" (anos 20) **117**, 234
período colonial 31, 32
programas do New Deal e 242, 243
"Renascença de Harlem" 234
Ver também os nomes de cada escritor ou obra
Oglethorpe, James 19
Oliver, King 234
Olney, Richard 213
On the Road (Kerouac) 298
"O Oeste." *Ver* expansão para Oeste
Ordenação de Noroeste (1787) 78, 80
Organização dos Estados Americanos (inicialmente União Pan-Americana) 211
Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEC) 320
Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) 289
Organização Mundial do Comércio (OMC) 358
Organização Nacional das Mulheres (NOW) 307
Organizações Industriais (CIO) 253
Orlando, Vittorio **116**

P

Paine, Thomas 66
Palin, Sarah 376
Palmer, A. Mitchell 229
Panamá, invasão americana 348, 349
Parker, John 64
Parks, Rosa **266**, 300
Partido Americano Independente 351
Partido Comunista 229, **262**, 285, 289, 292, 293, 351
Partido da União Constitucional 150
Partido Democrata **97**, 165, 166, 210, 218, 241, 243, 253, 317, 351, 356, 365
Partido do Solo Livre 147
Partido dos Direitos do Estado 351
Partido Não-Sabem-nada 128, 130
Partido Populista 209, 210, 211
Partido Progressista 217, 350, 351
Partido Reformador 351
Partido Socialista 229, 350
Partidos políticos
candidatos de outros partidos e independentes 350, 351
Democratas do Sul 149, 150
Direitos dos Estados 299
Dixiecrats 351
Federalistas 83, 85, 86, 89, 90, 124
Partido Americano Independente 319
Não-sabem-nada 128-130
Partido Bull Moose 350
Partido da União Constitucional 150
Democratas **97**, 165, 166, 210, 218, 241, 243, 253, 318, 351, 356, 365
Partido do Solo Livre 147

Partido Reformador 351
Partido Verde 365
Populistas 210, 211
Progressistas 214, 351
Republicanos (ou Republicanos-Democráticos) 124, 125, 127, 148, 150, 163, 165, 166, 230, 243, 293, 322, 338, 350, 355, 365, 366
Republicanos Radicais 161, 162
Socialistas 229, 350
Whigs 125, 128, 129, 130, 146, 147, 150, 165, 166
Partido Verde 365
Partido Whig 148, 165
Passagem do Noroeste 10, 11
Paz de Paris (1763) 36, **116**
Penn, William 19, 20, 27, 30, 33
Peregrinos **24**, **25**, 33, 34, 71
Período colonial
acontecimentos culturais 29-32
colónia da Pensilvânia 20, 43
colónia de Jamestown (Virgínia) 11, 13, 17
colónias centrais 27, 28
colónias da Nova Inglaterra 26, 27, 28, 30, 33, 36
colónias da Virgínia 12, 13, 17, 19, 26, 28, 29, 31, 74, 75
colónias de Massachusetts 13, 14, 26, 27
colónias do sul 28, 29
colónias holandesas 15, 16, 18, 26
colónias suecas 16, 26
colonos alemães 26-28
colonos escoceses e escoceses-irlandeses 26-28
colonos ingleses 11-15, 18
confederação da Nova Inglaterra 19, 75
governo das colonias 32-35
gerras contra os índios e franceses 35-37
Nova Amsterdam 15, 16, 27, 28
primeiras colónias 11, 12, 26
relações com os índios 16, 19, **43**
vida quotidiana no país rural 28, 29
Perkins, Frances 253
Perot, H. Ross 351, 355, 356, 360
Perry, Oliver Hazard 93
Pershing, John J. 227
Pierce, Franklin 148
Pinckney, Charles 88
Pitcairn, John 64
Pizarro, Francisco 10
Plano de União de Albany 36
Plano Marshall 288, 351
Plessy versus Ferguson (1896) 193, 300
Política comercial dos EUA
Acordo de Comércio Livre da 349, 357América do Norte 349, 357
comércio de escravos 20, 27, 143, 144
Companhia da Baía de Massachusetts "política comercial triangular dos EUA" 27
impacto económico da guerra de 1812 94
Índios com colonos europeus 16-17
Lei de Interrupção de Comércio (1809) 92
Lei de Embargo (1807) 92
Organização Mundial do Comércio (OMC) 358
Tarifa de McKinley 209
Tarifa Fordney-McCumber (1922) 229
Tarifa Hawley-Smoot (1930) 230
tarifas protecionistas 90, 126, 165, 174, 208
Tarifa Underwood (1913) 217
Política comercial. *Ver* política comercial americana
Política externa dos EUA
Na Ásia 201, 202
na região do Pacífico 248-250, **257**
Administração Bush (George W.) 365-369

Administração Clinton 360-363
Gerra Fria e 284, 285
Isolacionismo 228, 244, 251
Na América Latina 201
área do Pacífico 199, 200
Administração Obama 379
Administração Reagan 340, 343, 345
Caso Irão-contras 342-344
Caso XYZ com a França 89
Doutrina de Contenção de Truman 287-288
Doutrina Monroe 123, 124
imperialismo e "Destino Manifesto" 197
Política de portas abertas 202, 213
Tratado do Canal do Panamá 200, 201
Tratado Jay com a Grã Bretanha 89
Política externa. *Ver* política externa dos EUA
Política monetária dos EUA 86, 87, 377
padrão ouro 210, 211
questão da moeda 210
Ver também banca e finanças; Direção da Reserva Federal
Política monetária. *Ver* política monetária dos EUA
Polk, James K. 145, 146
Ponce de Léon, Juan 9, 10
População de escravos 142
População, EUA
1812 a 1852 134
censo de 1790 295
censo de 1860 142
em 1690 26
em 1775 26
Porto Rico
cedido aos EUA 198, 199
como parte do commonwealth dos EUA 200
Colónias do Novo Mundo *Ver* período colonial
Povoamentos Hohokam 7
Powell, Colin **324**, **325**
Prémio Nobel da Paz 202, **325**, 378
Prémio Pulitzer 382
Presidência, EUA
destituição 162, 320, 361
juramento 84
gabinete 84, 85, 309
papel da primeira-dama 356
Ver também o nome de cada presidente
Presley, Elvis **264**, 298
Prestação de juramento, presidente 84
Primeira Guerra Mundial
agitação do pós-guerra 228, 229
Catorze Pontos de Wilson para o armistício 227
envolvimento americano 199
Forças de infantaria americanas 116
guerra de submarinos alemã 226, 227
política de neutralidade americana 226, 227
"Quatro Grandes" na Conferência de Paz de Paris (1919) **116**
"Primeira nação universal" 379
Princípio da separação de poderes 81
Proclamação da Emancipação 157
Proclamação Real (Inglaterra, 1763) 157
Programa de Alívio para Ativos Problemáticos (TARP) 377, 378
Programa espacial 313-315
Programa de Lealdade do Funcionário Federal 292
Programas do New Deal 238-243
Progressivismo 214
Lei Seca (*Prohibition*) 130, 232, 233
Projeto de Artistas Federais 242
Projeto Federal de Escritores 242
Projeto Federal de Teatro 242
Projeto Manhattan (desenvolvimento da bomba atómica) 250

Proprietários de escravos 143
"Exuberantes anos 20" **117**, 233
Puritanos 13, 14, 15, 29, 39, **44**, 71, **176**, 339

Q

Quacres
e relações do governo britânico 64
escolas e educação 30
movimento abolicionista e 143
Colónias da Pensilvânia 19, 27
Quayle, Dan 355

R

Raleigh, Walter 11
Reagan, Ronald
Assunto Irão-contras 342-343
com Mikhail Gorbachev **334**, **335**
como "Grande Comunicador" 339
conservadorismo e 338, 339
invasão de Granada 343
política económica 340, 341
política externa 342-334
Rebelião Shays (1787) 80
Revolução húngara 291
Corporação de Reconstrução das Finanças 234
"Reconstrução da América" 378
Reformas sociais 131, 238
cuidados de saúde mental 130, 131
estado-providência 243
Guerra à Pobreza 316
programa Medicaid 316
programa Medicare 316
programas da Grande Sociedade 316
programas do New Deal 238-243
Programas Fair Deal de Truman 295-297
progressivismo 214
a lei seca e o movimento de temperança 130, 232, 233
reforma das prisões 95, 131
Segurança Social 242
Regionalismo e a questão da escravatura 138-151
regresso de MacArthur **258**
relações dos EUA 199, 200
Religião
Coligação Cristã 338
cavaleiros itinerantes 96
Cristãos evangélicos 338, 376
reuniões campais e reavivamentos 95, 96
fundamentalismo 232, 233, 338
Grande Despertar 31, 32
julgamento das bruxas de Salem 39
Maioria Moral (Moral Majority) 338
Segundo Grande Despertar 95, 96
Religião protestante
Batistas 95, 96
Grande Despertar 31, 32, 95, 96
Metodistas 95, 96
reavivamentos em "Distrito Consumido pelo Fogo" 95
Segundo Grande Despertar e 95, 96
Ver também Peregrinos; Puritanos
Rendição britânica em Yorktown **51**, 70, 239
Republicanismo 71, 74, 166
Republicanos (ou Republicanos-Democráticos) 85, 148, 165, 166, 243
Republicanos radicais 161, 162
República Popular da China **277**,318, 322
relações com Taiwan 289, 292, 319
relações diplomáticas dos EUA 202, 319, 322
Revolução Boxer (1900) 202
Reuther, Walter 253
Revels, H.R **104**
Revolução Americana **54**-71
aliança franco-americana 68, 69
batalha de Long Island (1776) 67

batalhas de Concord e Lexington (1775) 64, 65
A Festa do Chá de Boston ou Festa do Chá de Boston (Boston Tea Party) (1773) **54**, **55**, 61, 62
Britânicos vão para o Sul 69, 70
declaração colonial de guerra 65
fatores conducentes à **54**-64
importância de 71
Lealistas e 64, 68, 71
Petição do Ramo de Oliveira (Olive Branch) 65
primeiros tiros disparados em Lexington **48**, **49**, 64
rendição britânica em Yorktown **51**, **52**, 70
rescaldo económico 76
Tratado de Paris (1783) **51**, 70
Revolução digital **323**, **326**
comunicação por e-mail 359
crescimento do computador
computador pessoal ou microcomputador (PC) 336, 359
telemóveis 359
Revolução Francesa 38, 71, 87, 88, 89
Revolução Gloriosa (1688-89) 34, 35
Revolução Russa (1917) 228, 229, 285
Rice, Condoleezza **325**
Ridgway, Matthew B. 290
Riesman, David 298
Robertson, Pat 338
Robinson, Jackie **263**, 299
Rochambeau, Conde Jean de 70
Rockefeller, John D. 172
Roe v. Wade (1973) 307, 338, **256**
Rogers, William **277**
Rolfe, John 13
Rommel, Erwin 247
Roosevelt, Eleanor 356
Roosevelt, Franklin D.
eleições presidenciais (1932, 1936, 1940) 229, 234, 242, 243, 245
em Yalta (1945) 249, **260**
Lei de Segurança Social, assinatura de 256
morte de 249
negociações de paz da Segunda Guerra Mundial 249
Política de Boa Vizinhança 201
política externa 249
Programa de Segurança Social 242, **256**
programas do New Deal 238-243
Segunda Guerra Mundial e 244, 245
sindicatos e 252, 253
sobre democracia 238, 243
Roosevelt, Theodore
acesso à presidência 214
"Cavaleiros Durões" na Guerra Hispano-Americana 199
como "destruidor de consórcios" e leis anticonsórcio 203, 215, 216
eleição presidencial (1912) 350
galardoado com o Prémio Nobel da Paz (1906) 202
política externa 197, 200, 202
rosto de (Monte Rushmore) **184**, **185**
sobre democracia 208
Tratado do Canal do Panamá 200, 201
"Trato Justo" 215
Root, Elihu 197
Rose, Ernestine 132
Rosenberg, Julius e Ethel 293
"Rosie a Rebitadora" 246
Revolução latino-americana 123, 124

S

Sadat, Anwar al- 322
Saddam Hussein **332**, 347, 348, 362, 368, 369, 370
Salvação da crise económica 378
San Martin, José de 123
Santa Aliança 123, 124,
Santa Anna, Antonio López de 145

Scopes, John 232
Scott, Dred 149, 161
Scott, Winfield 145
O julgamento de Scopes 232
"O Segundo Tratado sobre Governo" (Locke) 35
Segunda Guerra Mundial
apelo de Roosevelt a "rendição incondicional" 249
ataque japonês a Pearl Harbor (1941) **236**, **237**, 245, 246
Ataques a Hiroshima e Nagasaki com a bomba atómica 250, 251
Batalha de Guadalcanal **257**
Batalha de Leyte Gulf 250
Batalha de Midway 248
Batalha do Mar de Coral (1942) 248
Bombardeamento aéreo de Tóquio por Doolittle 248
campanha de Iwo Jima 250
Campanha de Okinawa 250, **257**
Campanha do Norte de África 247, 248
campos de internamento de americanos de origem japonesa 247, **259**
Carta Atlântica 245
Declaração de Potsdam 250
defesa de Leninegrado e Moscovo pelos russos 247
economia do pós-guerra 294, 295
Frente Leste 247
Holocausto (genocídio de judeus) 251
Invasão da Normandia pelos aliados 248, **258**
Julgamentos de Nuremberga por crime de guerra 251
lei de serviço militar obrigatório em tempo de paz 244
Lei G.I. Bill (regalias dos veteranos)
missões suicidas de kamikazes japoneses 250
mobilização dos EUA 246, 247
período do pós-guerra 284
política de neutralidade dos EUA 244, 245
políticas de 249
Programa de Empréstimo e Arrendamento 245
Projeto Manhattan 250
Seguro de saúde 378, 379
Separação da igreja do Estado 14, 15, **45**
Separatistas 13
Serviço de Conservação dos Solos 240
Seward, William 149, 197
Seymour, Horatio 165
Sharon, Ariel 362
Shays, Daniel 76
Sherman, Roger 79, 80
Sherman, William T. 158
SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) 357
colcha (Washington, D.C.) **329**
epidemia 337
Primavera Silenciosa (Carson) 311
Sinclair, Upton 214
Sindicatos 130, 211-213
trabalhadores agrícolas migrantes 276, 308, 309
greve de controladores aéreos 340
greve dos trabalhadores da indústria do aço 212, 253
greve dos trabalhadores têxteis 213
greves após a Primeira Guerra Mundial 228, 229
greves após a Segunda Guerra Mundial 296
greves dos mineiros 213, 152, 253
greves de trabalhadores da indústria automóvel 231, 253
greves dos trabalhadores ferroviários 211-213
incidente de Haymarket Square 212
negociação coletiva 241

programas do New Deal 241-243
ser membro nos EUA 252, 253
Ver também nos nomes dos respectivos sindicatos
"Wobblies," 213
Sioux de Dakota **106**, 196, 308
Sistema da Reserva Federal 128, 204, 218
Sistema nacional de saúde 378, 379
Bell Telephone System 173
Smith, Capt. John 6, 16, **42**
Sociedade Bíblica Americana 95
Sociedade Americana de Filosofia 30
Sociedade em Prol da Temperança 95, 129-131
Somália 363, 364
Soule, John 134
Estaline, Joseph, em Yalta 249, **260**
Standard Oil Company 172, 216
Stanton, Edwin 166
Steffens, Lincoln 215
Steinem, Gloria **274**, 307
Steuben, Friedrich von 71
Stevens, Thaddeus 161
St. Mary's (Maryland) 16
Stowe, Harriet Beecher 137
Sufrágio das mulheres 131, 132
Marcha para Washington (1913) **206**, **207**
Sunday, Billy 232
Supremo Tribunal dos EUA
casos
Brown v. Board of Education **266**, **270**, 300
Marbury versus Madison 121
McCulloch versus Maryland 121
Plessy versus Ferguson 193, 300
Roe versus Wade 307, 338, 356
decisões
Direito de revisão judicial do tribunal **49**
Dred Scott 149, 150, 161
Proposta de alargamento 243
Ver também Marshall, John; Marshall, Thurgood
Swift, Gustavus 172

T

Taft, William Howard 217, 350
Taiwan 289, 292, 319
Talleyrand, Charles Maurice de 89
Tarbell, Ida M. 214
Tarifa Fordney-McCumber (1922) 229
TARP, *ver* Programa de Alívio para Ativos Problemáticos
Taylor, Zachary 145
Tecnologia. *Ver* Invenções
Telefone e Telégrafo Americanos (AT&T)
Televisão
Cable News Network (CNN) **327**
crescimento de 295
impacto de 295, **327**
MTV **327**
Programação **265**, 295
Tennessee, Estado (1796) 85
Teoria de Darwin 211, 232
julgamento de Scopes 232
"sobrevivência do mais forte" 212
Território de Oklahoma, Cidade, reclamações de propriedade **109**
Território do Nebraska 148
Território do Noroeste 144
Território do Novo México 148
Território do Utah 146
Terrorismo
Ataques à bomba de Oklahoma City (1995) 359, 364
Ataques à bomba do World Trade Center (1993) **190**, **352**, 364, 367
Ataques de 11 de Setembro aos EUA **352**, **353**, 366
batalha de San Jacinto 145
bombardeamento do Cole (contratorpedeiro da marinha americana) (Iémen) 365
Bombistas suicidas palestinianos

362
Embaixadas dos EUA (Quénia e Tanzânia, 1998)
Khobar Towers alojamento militar americano (Arábia Saudita, 1996)
medo de envenenamento com antraz 367
Texas
batalha de Álamo 145
batalha de San Jacinto 145
e guerra com o México 146
território de 145
The Federalist Papers e **47**, 83
A Mística Feminina 307
O Financeiro (Dreiser) 215
A Idade do Ouro (Twain) 214
A Selva 214
The Liberator 144
A Multidão Solitária (Riesman) 298
O Polvo (Norris) 215
O Fosso (Norris) 215
A Vergonha das Cidades (Steffens) 215
O Titã (Dreiser) 215
Thorpe, Jim 196
Thurmond, Strom 299, 351
Tocqueville, Alexis de 136, 140
Tojo, Hideki 246, 250
Para Garantir estes Direitos 299
Touro Sentado (chefe Sioux) **106**
Townsend, Francis E. 242
Townshend, Charles
Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW) 213
Trabalhadores organizados. *Ver* Sindicatos
Trabalhadores Unidos da Indústria Automóvel 253
Trabalho infantil **111**, 192, 215, 252
Tratado da Aliança Franco-Americana (1778)
Tratado de Amizade e Comércio (colónias franco-americanas) 68
Tratado de Ghent (1814) 94
Tratado de Guadalupe Hidalgo 146
Guam, relações dos EUA com 199
Tratado de Jay (Grã Bretanha – EUA) 89
Tratado de Paris (1783) **51**, 70
Tratado de Versalhes 228, 244
Tratado do Canal do Panamá **109**, 200, 201
Tratado Jay com a Grã Bretanha 83
Tratados. *Ver no nome de cada tratado*
Tributação
A Festa do Chá de Boston ou "Boston Tea Party" (1773) **54**, **55**, **176**
Comissão de Correspondência 61
direito britânico de cobrar impostos às colónias (Lei Declaratória) 59
período colonial 36, 57-64
"sem representação," 58, 59
Ver também o nome de cada lei
Truman, Harry S.
ascensão à presidência 214
ataques a Hiroshima e Nagasaki com a bomba atómica 251
como presidente dos EUA 284, 386
eleição presidencial (1948) **261**, 296
política de defesa NSC-68 289, 292
programa de direitos civis 298-300
programa nacional Fair Deal 295-297
sindicatos 297
Consórcios (Trusts) 172, 173
Tubman, Harriet **99**
Tumultos raciais 165, 228
Turner, Frederick Jackson 136
Twain, Mark. *Ver* Clemens, Samuel Langhorne **105**, 214
Tyler, John 129

U

Um Século de Desonra (Jackson) 196
"A Cabana do Pai Tomás" (Stowe) 147, 148
União Americana das Liberdades Civis 232
União Americana de Caminhos de Ferro 213
União Americana de Temperança 130
União Soviética
doutrina de contenção dos EUA 313, 344, 345
Guerra Fria 284-292
política de détente dos EUA 319, 321, 322
relações dos EUA 313, 344, 345
Sputnik e o programa espacial 314
Unificação da Alemanha 347
Trabalhadores das Minas Unidos (UMW) 253
Universidade de Yale (inicialmente Escola Superior de Connecticut) 29, **186**
Collegiate School of Connecticut)

V

Van Buren, Martin 129
Vanderbilt, Cornelius 173
Vermont, Estado (1791) 85
Verrazano, Giovanni da 10
Vespucci, Amerigo 10
Vietname
envolvimento americano 314
envolvimento francês 313, 314
movimento Viet Minh 313
Villa, Francisco "Pancho" 201
Virgínia
antifederalistas 83
colónia de Jamestown 11, 13, 17
Constituição Estadual 74, 75
Declaração de Direitos 83, 84
educação com tutores privados 31
governo colonial 32, 33
povoamentos da região de plantações de Tidewater 28, 29
Resoluções (1798) 126
secessão da União 154, 155
Virgínia Company 13, 14, 20, 32, 33
Volcker, Paul 321, 340

W

Wallace, George 318, 351
Wallace, Henry 351
Warren, Earl 300
Washington, Booker T. 193
Washington, George
atravessando o Delaware (1776) 67
batalha de Long Island (1776) 67
como comandante da milícia de Virgínia 66, 67
como comandante na Revolução Americana 66-68
como primeiro presidente dos Estados Unidos 84, 85
em Valley Forge (Pensilvânia) 67, 68
juramento presidencial 84
plantação de Mount Vernon, casa de **184**, **185**
Presidente da Convenção Constitucional (1787) **73**, 83
retirada da presidência
rosto de (Monte Rushmore) **185**
sobre a abolição da escravatura 122
Yorktown, rendição britânica **50**, **51**
Wattenberg, Ben 379
Webster, Daniel 128, 147
Welch, Joseph **262**
Weld, Theodore Dwight 144
Welles, Gideon 155
West, Benjamin **43**
Western Union 173
Whitefield, George 31, 32
Whitney, Eli 122
Wigglesworth, Rev. Michael 31
Will, George 339
Williams, Roger 14, 15, **45**
Wilson, James 78

Wilson, Woodrow
Catorze Pontos para o armistício da Primeira Guerra Mundial 227
como presidente dos EUA 217, 218, 226-228
eleições presidenciais (1912 e 1916) 227, 361
Liga das Nações e 228
política de neutralidade dos EUA 226, 227
relações com o México 201
retrato de **116**
Winthrop, John 339
Wright, Frances 131
Wright, Orville (e Wilbur) **115**

Y

Yeltsin, Boris 347

Z

Zenger, John Peter 31

AGRADECIMENTOS

Um Esboço da História Americana é uma publicação do Departamento de Estado dos EUA. A primeira edição (1949-50) foi produzida sob a revisão editorial de Francis Whitney, inicialmente do Escritório de Informações Internacionais do Departamento de Estado e mais tarde da Agência de Informação dos EUA. Richard Hofstadter, professor de história na Universidade de Columbia, e Wood Gray, professor de história americana na Universidade de George Washington, foram consultores académicos. D. Steven Endsley de Berkeley, Califórnia, preparou material adicional. Foi atualizado e revisto exaustivamente ao longo dos anos, nomeadamente, por Keith W. Olsen, professor de história americana na Universidade de Maryland, e por Nathan Glick, escritor e antigo editor da revista Dialogue da USIA. Alan Winkler, professor na Universidade de Miami (Ohio), escreveu os capítulos do período após a Segunda Guerra Mundial das edições anteriores.

Esta nova edição foi totalmente revista e atualizada em 2005 por Alonzo L. Hamby, distinto professor de história na Universidade de Ohio. O Capítulo 16 foi acrescentado em 2010-11. O professor Hamby escreveu exaustivamente sobre a política e a sociedade americana. Contam-se entre os seus livros Man of the People: A Life of Harry S. Truman e For the Survival of Democracy: FranklinRoosevelt and the World Crisis of the 1930s. Vive e trabalha em Athens, Ohio.

Editor executivo: **Michael Jay Friedman**
Diretor editorial: **Mary T. Chunko**
Editor de gestão: **Chandley McDonald**
Design da capa: **Lisa Jusino**
Pesquisa de fotos: **Maggie Johnson Sliker**
Ann Monroe Jacobs

CRÉDITOS DAS FOTOS:

Os créditos da esquerda para a direita estão separados por ponto e vírgula e os de cima para baixo por hífens.

Design da capa: Lisa Jusino. Imagens da capa, coluna da esquerda, de cima para baixo: Fotos 1-2: AP/Wide World Photo. Foto 3: Virgínia Museum of Fine Arts, Richmond. Fotos 4-5: © Bettmann/CORBIS. Foto 6: LOC. Foto 7: California State Railroad Museum Library. Foto central: Mario Tama/AFP/Getty Images. Coluna da direita, de cima para baixo: Foto 1: AP/Wide World Photo. Foto 2: The American History Slide Collection, © (IRC). Fotos 3-4: AP/Wide World Photo. Foto 5: NASA. Foto 6: Dirck Halstead/Time Life Pictures/Getty Images. Foto 7: AP/Wide World Photo. Páginas 4, 5: © Russ Finley/Finley-Holiday Films. 23: National Atlas of the United States. 24-42: Library of Congress (3). 43: Cortesia The Pennsylvania Academy of Fine Arts. 44, 45: USIA Library – Library of Congress (3). 46, 47: Library of Congress (LOC); Time Life Pictures/Getty Images – The American History Slide Collection, © Instructional Resources Corporation (IRC). 48, 49: Pintura de Don Troiani, www.historicalprints.com. 50, 51: AP/Wide World Photo; LOC – cortesia www.texasphilatelic.org. 52: National Portrait Gallery, Smithsonian Institution. 53: AP/Wide World Photo. 54, 55: LOC. 72, 73: Virgínia Museum of Fine Arts, Richmond. Gift of Edgar William and Bernice Chrysler Garbisch. 97, 98: LOC (4). 99-101: The National Archives (NARA) – LOC (3). 102, 103: American History Slide Collection, © IRC (3), canto superior direito, LOC. 104: LOC – Amherst College Archives and Special Collections, com a permissão da Faculdade Trustees of Amherst (2). 105: LOC – AP/Wide World Photo (2). 106, 107: LOC; NARA (2). 108, 109: Cortesia Oklahoma Historical Society – AP/Wide World Photo (2). 110, 111: Culver – LOC (3). 112, 113: LOC (2). 114, 115: Edison Birthday Committee; © Bettmann/CORBIS – Fox Photos/Getty Images (3). 116: The National Archives (2). 117: Hulton Archive/Getty Images – AP/Wide World Photo (2). 118, 119: © Bettmann/CORBIS. 137: Cortesia Bureau of Census, Perry-Castaneda Library Map Collection, University of Texas. 138, 139: © Bettmann/CORBIS. 152, 153: LOC. 168, 169: California State Railroad Museum Library. 175-180: © Robert Llewellyn (4). 181: © James Casserly. 182: Mark C. Burnett/Photo Researchers, Inc. – Interior Department/National Park Service (2). 183: © Miles Ertman/Masterfile – © Chuck Place (2). 184, 185: AP/Wide World Photo – Cameron Davidson/FOLIO, Inc. (2). 186, 187: Shawn Thew/AFP/Getty Images. 188: PhotoSpin, Inc. – Michael Ventura/FOLIO, Inc. (2). 189: Mario Tama/AFP/Getty Images. 190: Joe Raedle/Getty Images – AP/Wide World Photo (2). 206, 207: LOC. 224, 225: The American History Slide Collection, © (IRC). 236, 237: The National Archives. 255: New York Daily News. 256: AP/Wide World (2). 257: The National Archives. 258: U.S. Army – The National Archives (2). 259: Lockheed – American History Slide Collection, © IRC (2). 260: U.S. Army – LOC (2). 261: © Bettmann/CORBIS – U.S. Army (2). 262: © Bettmann/CORBIS – Yousuf Karsh. 263: AP/Wide World Photo (2). 264: AP/Wide World Photo. 265: Culver. 266: © Bettmann/CORBIS. 267: AP/Wide World Photo. 268, 269: USIS Berlin – © Bettmann/CORBIS. 270: Ebony Magazine. 271: AP/Wide World Photo. 272, 273: U.S. Army. 274, 275: CORBIS – AP/Wide World Photo; Culver (3). 276, 277: Arthur Schatz/Time Life Pictures/Getty Images; © Bettmann/CORBIS (2). 278, 279: Barbara Ann Richards; Carol Hightower – John Wicart (3). 280: National Aeronautics and Space Administration (NASA). 281: David Valdez/The White House – Dwight Somers (2). 282, 283: J.R. Eyerman/Time Life Pictures/Getty Images. 302, 303: NASA. 323: Chris Honduras/Newsmakers/Getty Images. 324: AP/Wide World Photo (2). 325: © AP Images/Heiko Junge. 326: Jeff Christensen/AFP/Getty Images – AP/Wide World Photos (2). 327: Cortesia CNN – Cortesia MTV (2). 328, 329: AP/Wide World Photo; © John Harrington/Black Star (2). 330, 331: Kevin Horan. 332: AP/Wide World Photo. 333: Ken White – © Steve Krongard (2). 334, 335: Dirck Halstead/Time Life Pictures/Getty Images. 352, 353: AP/Wide World Photo. 373: © AP Images/Gerald Herber. 374, 375: © AP Images/Chris Carlson.

GPS Printed by Global Publishing Solutions (A/GIS/GPS) © (12-0287-P-1.0)